

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAMILA AMERICANO LANHOSO

***CHANACOMCHANA: ENTRE AS SOCIABILIDADES E A POLÍTICA DE
LÉSBICAS NA DITADURA MILITAR (1964-1988)***

BELO HORIZONTE
2019

CAMILA AMERICANO LANHOSO

***CHANACOMCHANA: ENTRE AS SOCIABILIDADES E A POLÍTICA DE
LÉSBICAS NA DITADURA MILITAR (1964-1988)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientação: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

Coorientação: Prof.^a Dr.^a Joana Ziller de Araújo Josephson

BELO HORIZONTE
2019

150	Lanhoso, Camila Americano.
L287c	Chanacomchana [recurso eletrônico] : entre as sociabilidades e a política de lésbicas na ditadura militar (1964-1988) / Camila Americano Lanhoso. - 2019.
2019	1 recurso online (183 f.): pdf. Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado. Coorientadora: Joana Ziller de Araújo Josephson.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Relações de gênero - Teses. 3. Brasil – História, 1964-1985 - Teses . 4. Lésbicas – Teses. 5. Chanacomchana (Jornal) – Teses. I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Ziller , Joana. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

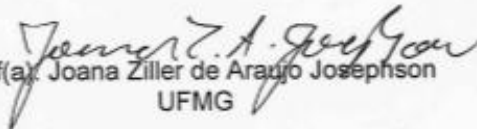
ChanaComChana: Entre as sociabilidades e a política de lésbicas na ditadura militar (1964-1988)


CAMILA AMERICANO LANHOSO


Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 17 de maio de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Marco Aurelio Maximo Prado - Orientador
UFMG


Prof(a). Joana Ziller de Araujo Josephson
UFMG


Prof(a). Luiz Gonzaga Morando Queiroz
Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni- BH.


Prof(a). Rafaela Vasconcelos Freitas
UFRGS

Belo Horizonte, 17 de maio de 2019.

O processo de escrita da dissertação foi bastante enriquecedor em vários sentidos. Seja porque me proporcionou conhecimento, amadurecimento e desafio, e seja também por ter possibilitado maior contato com pessoas tão diversas e que, de alguma maneira, marcaram minha vida.

Agradeço ao Marco e a Joana, por terem mostrado os caminhos e os percursos possíveis para a dissertação. Muito obrigada!

Agradeço ao pessoal do NUH pelo acolhimento, pelas contribuições fundamentais ao trabalho e também, é claro, pela companhia.

Agradeço ao pessoal da COVEMG, pela parceria e pelo enorme aprendizado de trabalho em equipe sobre um tema tão caro, como a ditadura militar. Melgaço, Gilda, Helena, Vanuza, Thelma, Céres, Carol, Victoria, Cacau, Petalah, Ana, Ludmila, Thiago, Muito obrigada!

Agradeço à família por todo apoio, paciência e carinho!

Agradeço aos amigos que fiz no mestrado e outros que já conhecia e que me acolheram muito durante essa jornada. Mila, Vi, Pam, Dani, Dani, Ayla, Ka, Luiz, Diana, Lucas, Mari, Bruno, Fred, Barbara, Duda, Cla, Hud, Gu, Cris, Fabrício, Ramon, Maria, Juan, muito obrigada!

Agradeço a Amanda, por ter me socorrido nos últimos segundos antes da entrega da dissertação, valeu demais!

E agradeço a Ju, por todo o amor, companheirismo, carinho, acolhimento e, principalmente, paciência!

RESUMO

Esta pesquisa atenta para o cruzamento dos estudos sobre gênero e sexualidade e a ditadura militar brasileira (1964-1988). O foco deste trabalho é compreender as experiências de lésbicas do Grupo Lésbica-Feminista (GALF), que atuou politicamente na época da distensão da ditadura (1978-1981). Tais experiências serão lidas através do periódico produzido por elas, o boletim *ChanaComChana*. Parte-se do princípio de que, para além de uma regulação no campo das tradicionais “liberdades políticas”, houve também uma forma concreta de regulação das sexualidades. Explicitar essas cenas e, assim, indicar como as normas de gênero se faziam presentes é o desafio desta pesquisa. Para cumprir com os objetivos, a ferramenta metodológica adotada é a análise documental e descritiva de conteúdo.

Palavras-Chave: Gênero e sexualidade; Ditadura militar (1964-1988); Mulheres lésbicas.

ABSTRACT

This research looks at the intersection of studies on gender and sexuality and the Brazilian military dictatorship (1964-1988). The focus of this work is to understand the lesbian experiences of the Lesbian-Feminist Group (GALF), who acted politically at the time of the distension of the dictatorship. Such experiences will be read through the journal produced by them, the *ChanaComChana* newsletter. It starts from the principle of, in addition to a regulation in the field of traditional "political freedoms", there was also a concrete form of regulation of sexualities. To make explicit these scenes and, thus, indicating how gender norms were present is the challenge of this research. In order to fulfill the objectives, the methodological tool adopted is the documentary and descriptive analysis of content.

Keywords: Gender norms and sexualities; Civil-military dictatorship; Lesbian Women

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa da edição nº 12 do jornal <i>Lampião da Esquina</i> , publicada em maio de 1979.	70
Figura 2. Momento da “invasão” do Ferro’s bar.	98
Figura 3. Charge elaborada por Miriam na 1ª edição do boletim <i>ChanaComChana</i> , de 1982.	121
Figura 4. Charge elaborada por Miriam Martinho (<i>ChanaComChana</i> , 2, 1983, p. 2).	125
Figura 5. Edição nº 2 do boletim <i>ChanaComChana</i> , publicada em março de 1983, e edição nº 3, lançada em maio de 1983.	129
Figura 6. Charge elaborada por Miriam Martinho (<i>ChanaComchana</i> , 4, set. 1983, p. 2).	131
Figura 7. Edição nº 4 do <i>ChanaComChana</i> , lançada em setembro de 1983, e edição nº 5, publicada em maio de 1984.	135
Figura 8. Capa do 7º número do <i>ChanaComChana</i> , abril de 1985.	139
Figura 9. Edição nº 6 do <i>ChanaComChana</i> , referente aos meses de novembro e dezembro de 1984 e janeiro de 1985, e edição nº 7, de abril de 1985.	142
Figura 10. Foto reproduzida na matéria “GALF: 6 anos”, na 8ª edição do boletim <i>ChanaComChana</i> .	143
Figura 11. Desenho da matéria “Lésbicas e sexualidade”, da edição nº 9 do boletim <i>ChanaComChana</i> , de dezembro de 1985 a fevereiro de 1986.	150
Figura 12. Edição nº 8 do <i>ChanaComChana</i> , de agosto de 1985, e edição nº 9, referente aos meses de dezembro 1985 a fevereiro de 1986.	151
Figura 13. Desenho publicado na matéria “Homossexualidade nas leis”, da edição nº 10 do boletim <i>ChanaComChana</i> .	153
Figura 14. Edição nº 10 do <i>ChanaComChana</i> , referente aos meses de junho a setembro de 1986, e edição nº 11, de outubro de 1986 a janeiro de 1987.	160
Figura 15. Seção “Poesia” das edições nº 5 e nº 9, respectivamente, do boletim <i>ChanaComChana</i> .	163
Figura 16. Seções “Troca-cartas” e “Anúncios” da edição nº 7 do <i>ChanaComChana</i> .	164
Figura 17. Edição nº 12 do <i>ChanaComChana</i> , referente aos meses de fevereiro a maio de 1987.	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Apresentação do tema-problema	8
Considerações teórico-metodológicas	13
1 A DITADURA MILITAR E AS LÉSBICAS	16
1.1 A arqueologia da moral e dos “bons costumes”	17
1.2 As práticas de controle das sexualidades lésbicas	25
1.2.1 <i>Vigilância e espionagem</i>	27
1.2.2 <i>Policiamento político e moral</i>	29
1.2.3 <i>A censura moral</i>	31
2 A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA LGBT NA REDEMOCRATIZAÇÃO	39
2.1 A distensão do regime militar	40
2.2 O jornal <i>Lampião da Esquina</i> e a expansão das sociabilidades	45
2.3 O surgimento do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual	52
3 O DEVIR LÉSBICO: ENTRE O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E O MOVIMENTO FEMINISTA	67
3.1 O Grupo Lésbico-Feminista e o SOMOS	68
3.2 O GALF e os movimentos feministas	81
3.3 Casos emblemáticos da repressão política às lésbicas	91
3.3.1 <i>A Operação-Sapatão</i>	91
3.3.2 <i>O I Festival Nacional de Mulheres nas Artes</i>	92
3.3.3 <i>O levante sapatão no Ferro’s bar</i>	94
3.3.4 <i>Rosely no programa da Hebe Camargo</i>	98
4 A GERAÇÃO MIMEÓGRAFO: O CHANACOMCHANA ENTRE A IMPRENSA ALTERNATIVA E A CONTRACULTURA	101
4.1 A imprensa alternativa e a contracultura	102
4.2 A imprensa homossexual e a imprensa feminista	107
4.3 Redes de sociabilidades lésbicas	111
4.4 O boletim <i>ChanaComChana</i>	114
4.4.1 <i>Forma e conteúdo</i>	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema-problema

Este trabalho é resultado de vários percursos e caminhos sobre um tema que inicialmente foi pensado a partir dos estudos sobre gênero e sexualidades. O projeto apresentado para o ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) era sobre o poder público e as políticas públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). No contexto do início da pesquisa, a autora estava inserida na assessoria do projeto de pesquisa “Direito à Memória e à Verdade” da Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), que tinha por objetivo investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas em Minas Gerais no período de 1946 a 1988.

As subcomissões da Covemg foram criadas para “identificar locais, instituições, pessoas, circunstâncias e estruturas relacionadas às graves violações de direitos humanos, envolvendo fatos e eventos ocorridos no estado de Minas Gerais e com mineiros em diversas partes do Brasil, no período entre 1946 a 1988” (p. 39). A investigação sobre o passado consistiu em metodologias desenvolvidas a partir das pesquisas em arquivos públicos e privados, coletas de depoimentos, exames de documentos e diligências (Covemg, 2017).

As subcomissões montadas tratavam de: mortes e desaparecimentos de opositores à ditadura, tortura, repressão aos trabalhadores rurais, urbanos e sindicalistas, perseguição a membros de igrejas e congregações religiosas, a membros de etnias indígenas e atentados terroristas praticados pela extrema direita, locais de resistência à ditadura e locais onde ocorreram torturas, e outras violações aos direitos humanos como repressão a estudantes, professores e servidores de Instituições de Ensino Superior, censura aos meios de comunicação e aos espetáculos artísticos e culturais, cassação de representantes políticos e exonerações de profissionais por motivos políticos e impedimento de convivência de crianças e adolescentes com seus genitores em razão da sua prisão, morte ou desaparecimento (Covemg, 2017).

Olhando para as subcomissões da Covemg, torna-se perceptível que o Estado, por meio da concentração de poderes de suas instituições, em suas múltiplas esferas, facetas e formas, afetou a sociedade em seus diversos aspectos, como o político, social, econômico e cultural, durante nesse período histórico. Devido aos recursos humanos e financeiros, e ao período de execução do relatório da Covemg, os trabalhos ficaram limitados à escolha de determinados

temas, significando que por diversas razões e/ou decisões tomadas pela comissão, os temas acima mencionados foram escolhidos, e vários outros ficaram de fora.

Devido às lacunas deixadas pela comissão quanto aos acontecimentos envolvendo a população de lésbicas, gays, travestis e transexuais, construiu-se a questão de fazer uma pesquisa que envolvesse o cruzamento entre os estudos de gênero e sexualidades e a ditadura militar. Pelo fato de o tema ser amplo e abrangente, considerando-se o tempo de execução da dissertação e à literatura já produzida sobre a ditadura e a população LGBT, o recorte desta pesquisa está circunscrito à investigação dos modos de tematização das experiências de lésbicas no período da ditadura militar no estado de São Paulo, particularmente entre 1964 e 1988.

O crescimento de pesquisas voltadas para o cruzamento das homossexualidades e a ditadura militar se deu com a publicação dos relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade. Instaladas a partir do ano de 2013, as Comissões visaram o resgate da memória histórica da ditadura militar e a busca da verdade sobre as graves violações dos direitos humanos ocorridas nesse período, sendo esse um dos pilares da Justiça de Transição.¹

Com isso, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) publicou, em dezembro de 2014, um capítulo com quinze páginas com o resultado de pesquisas documentais sobre as violações cometidas contra a população LGBT na ditadura. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, por sua vez, fez pesquisas documentais nos acervos públicos e privados de São Paulo, e realizou uma audiência pública em 2014 com LGBTs que viveram a época da ditadura, sendo essa uma oportunidade única de deixarem registradas suas experiências nesse período. E, por fim, o relatório da Comissão da Verdade do Rio, publicado em 2015, dedicou um capítulo sobre a perseguição às pessoas LGBTs no Rio de Janeiro.

Com relação às lésbicas e a ditadura, mencionadas nos relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade, ficou perceptível que suas experiências foram praticamente ignoradas, pois elas foram abordadas pouquíssimas vezes e sem detalhamento, como, por exemplo, a menção, no âmbito da CNV, da censura das obras de Cassandra Rios, da Operação Sapatão e da revolta no Ferro’s bar. Além disso, tais publicações sequer mencionaram a importância que o boletim *ChanaComChana* teve para a imprensa alternativa, para os circuitos contraculturais e para os movimentos sociais enquanto formas de contraposição à ditadura.

¹ Em termos simplistas, a Justiça de Transição implica em uma série de medidas adotadas por governos que, em seu passado, tiveram regimes ditatoriais e/ou autoritários, ou seja, “o objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação” (Van Zyl, 2011, p. 47).

Quanto à literatura acadêmica voltada para o tema da ditadura e as homossexualidades,² houve a publicação de uma coletânea de artigos no livro “Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade”, publicado em 2014 e organizado pelos autores James Green e Renan Quinalha. Nesse livro, foram reunidos dez capítulos sobre o assunto que teceram os impactos da ditadura na vida de LGBTs em diferentes ângulos. No que concerne às lésbicas, foi dedicado a elas apenas um capítulo, escrito por Marisa Fernandes com o título “Lésbicas e a ditadura militar: um luta contra a opressão e por liberdade”.

Nas pesquisas aos periódicos do portal da CAPES e do Google Scholar, observa-se que as produções acadêmicas sobre as lesbianidades são, muitas vezes, voltadas para a saúde, relações de trabalho, identidade, violência doméstica e conjugalidades e parentalidades.

Dentre as poucas pesquisas voltadas para as lesbianidades e a política, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Lessa (2007), Facchini (2008) e Almeida (2008). Sobre a construção da identidade lésbica, sua relação com os movimentos feministas, ressaltam-se os produzidos por Navarro-Swain (1999), Soares e Sardenberg (2009) e Soares (2014). E os referentes aos movimentos sociais de lésbicas, constam as produções de Piason (2013), Campos (2014) e Selem (2007).

No que tange à construção das sociabilidades lésbicas em uma perspectiva histórica, os trabalhos de Rodrigues (2012) e Napolitano (2004) referenciam o período colonial. Sobre as lesbianidades no século XIX e início do século XX, foram encontradas as obras de Napolitano (2005), Oliveira (2015) e Doyle (1956). Quanto à segunda metade do século XX, Portinari (1989), Nogueira e Rago (2005) e Nogueira (2011) são as principais referências.

Nesse sentido, é preciso estabelecer parâmetros espaço-temporais para considerar a dimensão política e histórica da construção das lesbianidades, restando ainda a serem realizadas mais investigações sobre as sociabilidades lésbicas em determinado período histórico, como, por exemplo, a ditadura militar.

Ou seja, adicionar uma perspectiva histórica às lesbianidades é tarefa imprescindível, consistindo em uma tarefa arqueológica, conforme salientam Costa e Soares (2011): “Conta-se com insuficiente disponibilidade de fontes de documentação que confirmem as relações amorosas e sexuais entre mulheres. Por isso, o trabalho de rearticulação da história lesbiana não

² Optou-se pelo termo homossexualidades, como observado por Quinalha (2017), porque “era o termo utilizado até começo dos anos 1990 para se referir ao conjunto de orientações sexuais e identidades de gênero consideradas não normativas ou dissidentes. Assim, naquele momento da ditadura em que se concentram as análises feitas no presente trabalho, as travestilidades e transgeneridades eram compreendidas nessa designação mais ampla de ‘homossexualidades’, inclusive por travestis, daí o seu uso no plural para sinalizar essa abrangência. Ao longo do texto, quando for mais adequado e não soar anacrônico, no entanto, será usada a sigla LGBT, mais contemporânea e adequada por contemplar um avanço de formulação do próprio movimento” (p. 15).

pode ser considerado apenas um trabalho histórico, antropológico ou político, mas também arqueológico” (pp. 25-26). Quanto à importância do aspecto histórico das lesbianidades, Oliveira (2015) nos diz que:

A forma tendenciosa e moralmente condenável elaborada pelas instituições acerca de suas vidas e escolhas devem ser desnaturalizada e problematizada, pois embora os papéis normativos da sociedade impusessem às lésbicas, lugares de opressão, elas em seu cotidiano, estabeleciam suas próprias formas de vida e comportamento. As estratégias silenciosas de vida e a resistência à cultura misógina devem ler lidas como um contraponto às invisibilizações e silenciamentos de sua existência por parte dos materiais histórico e historiográfico (p. 16).

Tendo em vista as considerações acima, o objetivo deste trabalho consiste na investigação e tematização das experiências lésbicas no período da ditadura militar brasileira, tendo como ponto de partida os estudos sobre as normas de gênero e sexualidades. Os objetivos específicos são: 1) investigar a dinâmica política do surgimento do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, com especial atenção para o subgrupo Lésbico-Feminista (LF), considerando o contexto de distensão do regime militar; 2) demarcar as principais ações políticas das lésbicas do GALF – antigo LF – e contextualizar sua relação política com os grupos feministas e homossexuais; 3) abordar o conteúdo do boletim *ChanaComChana* com o intuito de compreender as experiências das lésbicas do GALF e explorar as maneiras de tematização pública dessas experiências naquele momento histórico.

A escolha analítica do trabalho foi circunscrita em torno das lesbianidades na ditadura, o que significa dizer que é um assunto que não possui tradição acadêmica, visto que se trata de um tema pouco explorado, tornando o referencial teórico mais voltado para uma abordagem descritiva dos eventos históricos em que as lésbicas foram protagonistas. No que se refere à abordagem do boletim *ChanaComChana*, a ideia é apenas apresentar os temas, as narrativas, os assuntos e os eventos registrados no conteúdo do boletim, uma vez que as doze edições foram disponibilizadas integralmente na internet somente no fim do ano de 2018, o que significa dizer que por ser feito um trabalho mais aprofundado sobre as doze edições do boletim.

A ferramenta analítica que pode propiciar uma investigação mais aprofundada acerca do aspecto moral da ditadura, enquanto estratégia de uma política sexual utilizada para justificar a existência e a manutenção do sistema político militar, perpassa pela subsistência de um regime político de gênero e sexualidade que, amiúde, é sutil e difícil de ser reconhecido, cabendo a hipótese de que nesse período histórico essa problemática se tornou mais perceptível devido ao aspecto conservador e autoritário. É por esse motivo que as seguintes indagações poderão

subsidiar no referencial teórico dessa pesquisa: Teriam as sexualidades sido convocadas pela ditadura como forma de exercício de poder? Teria a ditadura reforçado a heteronormatividade como regime político? Como as hierarquias de gênero e sexualidades se articularam na ditadura?

Como já existem produções acadêmicas sobre a ditadura e repressão a gays, travestis e transexuais, pode-se afirmar que existe uma lacuna a ser preenchida a respeito de pesquisas voltadas para mulheres lésbicas. Para além desse ponto, privilegiar a ótica das lésbicas requer cruzar, do ponto de vista teórico, a dimensão das hierarquias sexuais e das relações de gênero. Estudar as lésbicas na ditadura para pensar a política implica em reconhecer o potencial de crítica ao modelo de sociedade atual, uma vez que tanto na época da ditadura quanto na democracia suas existências são, de certa forma, silenciadas, invisibilizadas; ou seja, partir do silêncio como possibilidade crítica da sofisticação das técnicas de poder elaboradas pela ditadura pode ajudar a visibilizar o regime de existência imposto por ela.

Ao relacionar o tema da ditadura com o das lesbianidades, resta indagar: o que mudou e o que permaneceu em seus modos de vida, no que concerne às normas de gênero e sexualidades? Quais foram as estratégias políticas de resistência à ditadura que as lésbicas empreenderam nessa época? Como se deram suas redes de sociabilidades, considerando que se encontravam em um regime conservador e autoritário? Como foi que esse regime de existência repercutiu em suas vidas? Essas perguntas podem servir de fio condutor para o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para se pensar a política da experiência lésbica na ditadura militar.

Considerações teórico-metodológicas

Uma vez que este trabalho trata do período histórico compreendido como ditadura militar, é relevante compreender de que modo esse fenômeno político repercutiu na vida de um grupo social específico, tendo como foco a investigação dos modos de vida constituídos por mulheres lésbicas que atuavam politicamente no GALF.

A interface entre as perspectivas individuais e a identidade coletiva partilhada por esse grupo social, considerando o contexto histórico-político no qual elas estavam inseridas, faz com que os procedimentos metodológicos mais adequados para cumprir com os objetivos deste trabalho sejam: 1) pesquisa bibliográfica de autores que dialogam com o tema e 2) análise documental do boletim *ChanaComChana*, elaborado pelas integrantes do GALF.

No que concerne à leitura do boletim *ChanaComChana*, a ferramenta analítica que pôde facilitar a compreensão dos discursos produzidos por diferentes atrizes sociais presentes no conteúdo do periódico, considerando seus aspectos históricos e políticos, é a análise descritiva de conteúdo. Tal instrumento permite entender como que as lésbicas do GALF produziram práticas discursivas e construíram subjetividades em circunstâncias pouco favoráveis no que diz respeito às possibilidades de expressão pública e privada de seus modos de vida, consistindo esta em uma tarefa arqueológica de armazenamento do arquivo histórico produzido pelas lésbicas que viveram na época da ditadura.

O primeiro capítulo visa explorar o caráter *disciplinar* da ditadura, estrategicamente ligado pela interseção entre “desvio moral” e “subversão” (Fico, 2014). Em outros termos, procura-se investigar a preocupação – operada através da restrição, vigilância e repressão – com as normas de condutas comportamentais nas esferas públicas e privadas, sob o lema “tradição, família e propriedade”, de cunho moralista, conservador e autoritário, tendo condicionado os modos de vida, as sociabilidades entre os grupos e as práticas sexuais de indivíduos. Os alvos da repressão eram não somente os comunistas, mas também as prostitutas, as pessoas negras, os usuários de drogas, os desempregados, os favelados, os homossexuais e as travestis e transexuais.

Os mecanismos de controle da população LGBT se davam por meio de discursos oficiais, relatórios de inteligência, expurgo de servidores públicos considerados “imorais”, atos normativos como leis, decretos, portarias, etc., visando principalmente à censura, fechamento de estabelecimentos frequentados pelo público LGBT, rondas policiais que reprimiam lésbicas, prostitutas, travestis e gays, prisão sumária de pessoas por “vadiagem”. O que importa neste capítulo é demonstrar que esse regime político interferiu de maneira direta nas relações

cotidianas de sociabilidade entre as lésbicas por meio, inclusive, da criminalização de suas atitudes, costumes e crenças.

Autores como Quinalha (2014, 2017), Fico (2001, 2004, 2014, 2017), Marcelino (2006) e Cowan (2007, 2012, 2014) poderão auxiliar nessa parte da pesquisa para esclarecer de que modo que as práticas discursivas e institucionais utilizadas pelo regime militar interferiram na vida de LGBTs e, principalmente, nas sociabilidades lésbicas.

No segundo capítulo, o período da distensão do regime militar (1979-1988) será detalhado para compreender de que maneira as circunstâncias culturais, políticas, históricas e econômicas possibilitaram a emergência de grupos minoritários, como o movimento negro, feminista, LGBT, ecológico, entre outros, mesmo em um regime autoritário.

Em um segundo momento, a atenção será dirigida à dinâmica política do primeiro grupo político homossexual surgido no Brasil, no ano de 1979: o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual em São Paulo – para mapear suas linhas de atuação, como as estratégias políticas adotadas pelo grupo, os temas discutidos, trabalhados e compartilhados pelos membros do SOMOS, o funcionamento interno, as divergências, as disputas e as contradições presentes, considerando que com a distensão do regime militar o modo de fazer política mudou significativamente.

No que diz respeito à interpretação do período da redemocratização política, autores como Gohn (2011), Laclau (1983) e Napolitano (2014) poderão auxiliar. Sobre o surgimento do *Lampião da Esquina* e do SOMOS, o fio será conduzido com base nas pesquisas de campo de MacRae (1990, 2018), nas memórias de Trevisan (1986) e Green (2014) e nas análises de Souza (2013).

O terceiro capítulo será orientado para as narrativas das lésbicas do LF, que se transformou em GALF em 1981, com o intento de analisar como que as lésbicas vivenciaram o processo político com o movimento homossexual e com o movimento feminista. Ou seja, a intenção nesse capítulo é compreender de que modo as lésbicas atuaram politicamente, considerando que elas encontraram barreiras não somente no plano das ações repressivas do regime militar, mas também nas dinâmicas de relacionamento com o movimento homossexual e com o movimento feminista.

Os autores que irão auxiliar no entendimento das relações de gênero entre os gays e as lésbicas do SOMOS são Tânia Pinafi (2011) e Daniel Borrillo (2010). Para a compreensão da dinâmica política do LF com os movimentos feministas, as autoras Fernandes (2018), Soares e Sardenberg (2011) e Pontes (1986) serão consultadas.

O escopo do quarto capítulo consiste, em um primeiro momento, no delinear do surgimento da imprensa alternativa e da contracultura, especialmente nos momentos de maior repressão política, como o AI-5, e início da transição para a democracia, pois foi nesse contexto que nasceu o boletim *ChanaComChana*. A segunda parte deste capítulo busca entender qual foi o papel empenhado pelo boletim *ChanaComChana* na vida das mulheres lésbicas, isto é, a hipótese aventada nesse capítulo é que por meio do boletim, o GALF expandiu suas redes de sociabilidades e também proporcionou a ampliação de redes de relacionamentos entre lésbicas para além do plano político, isto é, a publicação e a circulação do boletim foi um meio de comunicação entre mulheres lésbicas de várias regiões do Brasil e também de outros países.

Além disso, esse capítulo dedica especial atenção à forma e ao conteúdo do boletim *ChanaComChana*. O objetivo central é registrar as experiências, as visões mundo, as atuações política e as construções identitárias das mulheres atuantes no GALF, e deixar rastros quanto à constituição das subjetividades lésbicas na ditadura militar.

Nesse capítulo, autores como Oliveira (2007), Kucinski (2005) e Araújo (2000) serão referenciados para demonstrar que a explosão de periódicos clandestinos em pleno AI-5 foi caracterizada pelo surgimento da imprensa alternativa e pela contracultura, ou seja, tais repertórios simbólicos foram responsáveis pela possibilidade de as lésbicas do GALF comunicarem e expandirem suas redes de relacionamentos com lésbicas de várias cidades e países. Nesse sentido, para compreender tal dinâmica, Maia (2017) e Cordão (2017) serão consultados.

1 A DITADURA MILITAR E AS LÉSBICAS

Fomos paridas no sopro do tempo...
 Tempos longínquos cruzaram nossos
 corpos, nossas almas
 feito setas envenenadas.
 Rasparam nossas cabeças, taparam nossos olhos
 Nossos corpos açoitaram de forma tão abusada.
 Contudo, rebeldes caminhamos na contra-mão da moral e dos dogmas.
 Por vezes, tantas, tantas...nos refugiamos no silêncio enlouquecido
 Dos despossuídos que tramam vingança infernal.
 O Padre-Santo não mais nos acossa do
 alto da Catedral
 As virgens, mártires da mentira
 acendem nossa paixão...
 Os vitrais ensolarados refletem
 seus seios temerosos.
 Guerreiros e dragões se apagam enver
 gonhados, furiosos e fracos ao mudar da história.
 Fomos paridas num tempo de boas declarações
 e perturbadoras ousadas.
 Os santos assexuados desbotam de nossas
 lembranças (já não são mais nossas suas agonias)
 Os anjos, ah...os anjos
 perdem suas asas, estendem seus braços e rasgam suas vestes
 e agora, retardatários, se
 oferecem sem culpas à nossa Festa!
 (Eliz, Seção Poesias, ChanaComChana, 11,1987, p. 7).

Este capítulo tem como ponto de partida as contribuições teóricas de Renan Quinalha (2014; 2017), Carlos Fico (2014) e Cowan (2007, 2014) sobre o aspecto *disciplinar* da ditadura militar, representado pela combinação entre a dimensão saneadora e a pedagógica. Ou seja, no âmbito *disciplinar*, uma de suas características foi a instigação da moralidade conservadora e autoritária, cujos saberes sobre o sexo e a sexualidade foram mobilizados para classificar, ordenar e impor determinadas condutas comportamentais à sociedade brasileira, que nesse momento histórico se encontrava em franca transformação sociocultural.

Tal aspecto é pertinente para compreender de que maneira esse regime político interferiu nos modos de vida de indivíduos considerados à margem da sociedade, que não tinham vínculos com a luta armada e/ou organizações políticas de esquerda e que, mesmo assim, foram alvos de uma série de ações voltadas especificamente à regulação das sexualidades dissidentes.³ Ou seja,

³ Rodrigues (2014) afirma, em nota de rodapé, que se pode entender por sexualidades dissidentes as “pessoas que, por sua prática e/ou identidade sexual ou de gênero, estejam em discordância com o modelo hegemônico. Os termos coevos, estrangeiros e nativos para designá-las eram: degenerados, anormais, pederastas, bonecas, bichas, frescos, travestis, viados, enxutos, homossexuais, entendidos, gays. Pessoas travestis portadoras de identidade de gênero feminina eram designadas pelo masculino” (p. 202).

homossexuais, prostitutas, michês e travestis e transexuais também estiveram na mira do Estado de Exceção.

Nesse sentido, esta parte da pesquisa será orientada para a elucidação do aspecto moral desse regime, isto é, o olhar será dirigido para as estratégias práticas e discursivas voltadas para a sexualidade, que foi mobilizada e utilizada por um projeto de governo centralizador e com pretensões homogeneizadoras, para, em um segundo momento, fornecer pistas sobre o *modus operandi* da gestão dos corpos dissidentes, isto é, da população LGBT, em específico das lésbicas, que são objeto deste trabalho.

1.1 A arqueologia da moral e dos “bons costumes”

Esse subcapítulo centra-se na tentativa de problematizar as relações de gênero e sexualidades em um período histórico definido pelo regime político centralizador, autoritário e ditatorial brasileiro (1964-1988). Tal problematização se faz necessária, tendo em vista que esse regime atingiu a população não somente nos domínios políticos, econômicos e sociais, tendo influenciado também, de maneira profunda, no que diz respeito à imposição e conformação de determinada ideologia. Ou seja, a ditadura não se esgotou no âmbito da luta política; ela também normatizou modos de vidas considerados inadequados para a tradição conservadora, especialmente com a edição do Ato Institucional nº 5.

A intenção aqui é compreender de que modo a moralidade sexual foi mobilizada pelo regime militar, considerando-se que a aglutinação entre o desvio moral e a subversão constituiu-se em um dispositivo político, que foi utilizado para a regulação das sexualidades dissidentes.

Para interpretar a questão moral do regime militar, é indispensável discorrer sobre os aspectos ideológicos que estavam por trás da implantação do golpe de 1964. Logo no fim da década de 1950 e início da década de 1960, houve o surgimento de instituições com relações bastante próximas entre si, denominadas Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – dirigida por Ivan Hasslocher, simpatizante do integralismo e empresário de origem norte-americana – e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – articulado pela direita sob a direção do general Golbery do Couto e Silva.

O IBAD foi financiado por empresários, estrangeiros e brasileiros, que não concordavam com a política econômica adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek e seu estilo populista. Tais empresários fundaram a instituição com o objetivo de discutir os rumos econômicos e sociais do país, tendo em vista a conjuntura internacional marcada pela Guerra Fria, momento em que havia uma preocupação com o avanço do comunismo no Ocidente. O

IBAD adotou uma linguagem própria nas propagandas dos meios de comunicação, principalmente em torno da ameaça comunista no país. Também atuou fortemente nas eleições presidenciais de 1962, financiando campanhas de diversos políticos anticomunistas e contrários a João Goulart. O IBAD foi extinto pelo poder judiciário no fim de 1963, depois de instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) presidida pelo deputado Rubens Paiva⁴ para investigar a origem do financiamento das campanhas.

O IPES teve como objetivos a derrubada do governo de João Goulart, o monitoramento das atividades políticas consideradas comunistas e a dinamização das bases de produção capitalistas. A instituição era composta por “núcleos da elite orgânica empresarial (nacional e multinacional), rural, militar e religiosa, atuando como vanguarda das camadas dominantes” (Rodrigues, 2014, p. 202). O que sustentava os objetivos desse instituto era a hegemonização do projeto ideológico conservador por meio do mapeamento dos comportamentos políticos e sociais das camadas médias da sociedade, mediante articulação de ações propagandísticas em diversos meios de comunicação, como programas de televisão, rádios, peças publicitárias, filmes, novelas, documentários, panfletos, palestras e edições de livros (Pereira, 2014). Em outras palavras, tais instituições

Tentavam também romper e penetrar ideologicamente as organizações de classes trabalhadoras e o movimento estudantil e influenciar a Igreja e as Forças Armadas. . . . Esses grupos operavam em dez principais áreas de ação política e ideológica: nas Forças Armadas, Congresso, Executivo, classe empresarial, sindicatos, classe camponesa, Igreja, partidos políticos, mídia e nas camadas intermediárias (Dreifuss, 1981 como citado em Pastore, 2012, p. 61).

Tanto o IBAD quanto o IPES adotaram estratégias políticas de cunho anticomunista, vinculando o comunismo à degradação moral e social do Brasil. Depois do golpe, indivíduos envolvidos nessas organizações atuaram em diversos escalões do governo militar. A ideia era utilizar os meios de comunicação de massa para disseminar o pânico moral⁵ em torno da

⁴ Depois do golpe, o deputado federal Rubens Beyrodt Paiva teve seu mandato cassado. Passou a viver no exílio, depois na clandestinidade. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, foi preso, torturado e morto em 21 ou 22 de janeiro de 1971 nos porões do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército, localizado na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Até hoje seu corpo não foi encontrado. É considerado desaparecido político.

⁵ Os pânicos morais acontecem em momentos de transformações sociais, em que determinados atores sociais sentem-se ameaçados com as mudanças percebidas. Pode ser definido pela concordância, entre grande quantidade de pessoas, de que determinados grupos sociais representam perigo à ordem social e aos costumes vigentes. A partir dessa concordância, mobilizam um aparato ideológico para que tais mudanças não ocorram. Para Miskolci (2007), “os pânicos morais exprimem de forma culturalmente complexa as lutas sobre o que a coletividade considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida” (pp. 110-111). Em outras palavras, os pânicos morais representam a tentativa de manutenção das hierarquias delimitadas pelas relações de poder, em que o que

“ameaça comunista”, sendo esta difusamente representada pelas mudanças socioculturais percebidas a partir dos anos de 1960 no campo da mudança de padrões de consumo e de comportamento, como, por exemplo, a ascensão das mulheres no mercado de trabalho, nas escolas e nas universidades; a comercialização da pílula anticoncepcional; o divórcio; o uso recreativo de drogas; a maior presença de homossexuais em espaços públicos como os guetos, entre outras.

Cowan (2012) citou as peças cinematográficas e panfletárias desenvolvidas pelo IPES nos momentos pré-golpe militar como exemplos da disseminação do pânico moral, que surtiram fortes efeitos na sociedade. Diversos minidocumentários foram produzidos com o nome *Noticiário*, que teve cerca de cem mil espectadores nos três primeiros meses após o lançamento. O autor abordou especialmente o minidocumentário *Criando Homens Livres* como o mais impactante, pois este focou na educação da juventude, que estaria em perigo devido à depravação moral e sexual presente nos relacionamentos entre os jovens, e que, segundo o documentário, teria sido estimulada pelas políticas educacionais do governo de João Goulart. Outro fato que chamou a atenção foi o lançamento, pelo IPES, de um livro com o título *UNE: Ferramenta de Subversão*, publicado em 1963 por Sônia Seganfreddo com o objetivo de atacar a União Nacional Estudantil (UNE). Segundo a autora, as estudantes de esquerda se utilizariam de estratégias sexuais, como o “golpe do namoro” e a pornografia, para atrair jovens à subversão comunista.

Por esse ângulo, percebe-se que as produções audiovisuais feitas pelo IPES foram fundamentais não somente para disseminarem o pânico moral, mas também pelo fato de instituições poderosas terem utilizado uma linguagem que enunciou, organizou e criou determinado modo de percepção da realidade, fatos que propiciaram a hegemonização de valores, crenças e visões de mundo que estavam de acordo com os modos de vida de elites militares e civis.

Nos anos de 1960 e 1970, além das instituições *think tank* como IPES e IBAD, houve um alinhamento de ideias conservadoras à estrutura governamental da ditadura representada por organizações de direita e extrema-direita, como o Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Liga da Defesa Nacional (LDN), o Re-Armamento Moral (RM) e a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB).⁶ Essas organizações “compartilhavam uma tendência para agendas que

é colocado em pauta é o controle legal, extralegal e social dos comportamentos de sujeitos que não se encaixam nos padrões moralmente estabelecidos.

⁶ Para mais informações sobre as características dessas organizações, ver “*Why Hasn’t This Teacher Been Shot?*”: *Moral-Sexual Panic, the Repressive Right, and Brazil’s National Security State*, de Benjamin Cowan, 2012.

localizavam valores culturais tradicionais e moralidade sexual no centro da luta do país contra a subversão” (Cowan, 2012, p. 420, tradução nossa).

Importante esclarecer que o aspecto característico conservador de instituições como IBAD, IPES, TFP, LDN, RM e AAB não era algo novo naquela época, uma vez que a história do conservadorismo remonta ao período da colonização brasileira, tendo sido reconfigurada conforme as disputas políticas de elites civis e militares em torno do projeto civilizatório de Estado orientado pela construção do ideal de Nação. Com o golpe de 1964, entretanto, o conservadorismo tomou corpo para assegurar o regime, retomando a ideologia do integralismo da década de 1930, tendo a moral cristã relacionada à família e aos “bons costumes”⁷, o nacionalismo, a tradição, a propriedade privada, a manutenção das hierarquias e o rechaço ao comunismo como articuladores de uma política disciplinar, isto é, mediadores de determinado modo de existência.

Outro ponto que precisa ser levado em consideração em relação à moralidade é o aspecto autoritário do regime militar, que não se configurou como um caso isolado ou a-histórico. Renan Quinalha (2017) discorreu sobre diversos governos autoritários e centralizadores que tiveram como mote a repressão das sexualidades dissidentes elencando como exemplos o nazismo na Alemanha, o fascismo italiano, as ditaduras franquista da Espanha e o salazarismo português, bem como a União Soviética stalinista e Cuba pós-revolução, cada qual com suas justificativas específicas de interferência na vida privada dos cidadãos, por meio de instituições, leis e normas sociais.

É evidente que todos os regimes políticos e formas de governo dispõem, em maior ou menor grau, de normas e instituições para regular dimensões da vida familiar de seus cidadãos. Essa invasão da esfera particular não é uma exclusividade de ditaduras. No entanto, quanto mais fechado e conservador é o regime político, mais há uma tendência em intensificar modos de controle nos espaços públicos e privados (Quinalha, 2017, p. 19-20).

Com esse exemplo, é possível visualizar que determinadas políticas de gênero e sexualidades podem ser realizadas em distintos regimes de governo, que, por meio de suas instituições, conformam determinados corpos, vidas e sujeitos a um modo de vida, a um regime de existência, a uma norma.

⁷ Os “bons costumes” aqui pode ser entendido pela moralidade religiosa e sexual cristã (Cowan, 2012).

O golpe de 1964, inaugurado pela Marcha da Família com Deus Pela Liberdade,⁸ foi arquitetado segundo as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cuja finalidade era garantir a segurança e a defesa da nação para o desenvolvimento do capitalismo. Qualquer obstáculo era removido por meio da intervenção milita, respaldada por essa doutrina.

A DSN pode ser caracterizada como epifenômeno da Ideologia de Segurança Nacional (ISN), instituída pelos Estados Unidos na Guerra Fria. Assim como o Brasil, diversos outros países, especialmente os do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), adotaram doutrinas semelhantes de acordo com suas especificidades históricas e políticas; embora todas tivessem condutas parecidas, como a necessidade de reforço do nacionalismo, a modernização autoritária das forças produtivas do capital e a luta contra o comunismo.

A DSN foi formada por meio da estruturação de concepções desenvolvidas pelas forças armadas brasileiras, principalmente pela Escola Superior de Guerra (ESG)⁹ e pela Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME), cujos princípios foram adquiridos com o intercâmbio de experiências teóricas e práticas dos exércitos franceses e norte-americanos. Dito de outro modo, essa foi uma tentativa tanto de “ocupação de postos estratégicos na burocracia estatal quanto de imposição do *ethos* militar a diversos setores do Estado e da sociedade civil” (Mansan, 2017, p. 829).

A partir de 1950, elites civis e militares do alto escalão juntaram-se à ESG para elaborar os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), responsável pela legislação e pela política de segurança nacional do país. Ao analisar a dinâmica de funcionamento da DSN, Benjamin Cowan (2007) verificou, por meio da coleta de diversos discursos, registros de conferências, trabalhos e relatórios que ideólogos da ESG traçaram o perfil sobre quem e o que seria o “inimigo interno” a ser combatido. A figura do inimigo poderia “assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militares) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania)” (Duarte, 2014, p. 79).

Os discursos e os relatórios produzidos pela ESG informavam e indicavam as diretrizes políticas para diversas agências de repressão como as divisões de censura de imprensa, filmes,

⁸ A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade foi o nome comum dado a uma série de manifestações políticas organizadas por entidades femininas de direita e entidades ligadas ao clero, como reação ao comício realizado para a anunciação das reformas de base do governo de João Goulart. Aglutinou setores da classe média que se sentiam ameaçados pelo “perigo comunista”, clamando pela deposição de Jango.

⁹ A Escola Superior de Guerra (ESG) enquanto instituto foi criada em 1949, em plena Guerra Fria, com objetivo de promover a formação intelectual das forças militares e civis por meio de estudos sobre política, defesa e estratégia no âmbito nacional. Grosso modo, pode-se dizer que a ESG era a *intelligentsia* do regime militar e portavoza da implementação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

teatro e televisão, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o Destacamento Operações Internas (DOI) – Centro de Operações e Defesa Interna (CODI), o Sistema Nacional de Informações (SNI) entre outros (CNV, 2014).

Além disso, os trabalhos desenvolvidos por pensadores da ESG eram voltados para a elaboração de estratégias de influência em diversas instituições sociais. Um dos aspectos interessantes é o estudo da “expressão psicossocial”, conforme preconizava o Manual de Doutrina Básica: “Não se pode estudar a realidade nacional e proceder a um adequado planejamento para uma nação, sem uma prévia análise do caráter de seu povo” (Doutrina Básica, 1979, p.150, como citado em Duarte, p. 79, 2014). Sustentando-se em diagnósticos demográficos, temas voltados para a moral, como religião, família e juventude eram frequentemente abordados nos relatórios produzidos pelos intelectuais da ESG (Duarte, 2014).

Ao estudar o imaginário anticomunista da ditadura militar por meio do manual denominado *Comunismo Internacional*, produzido pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), Daniel Samways (2014) percebeu que palavras como “guerrilha, subversão, costumes, juventude, rebeldia, música, contracultura, cultura de esquerda” (p. 233) expunham a preocupação, para militares e para a direita e extrema-direita, do aspecto “degenerado” da sociedade brasileira, representado por grupos sociais historicamente classificados pela psiquiatria e pela criminologia como anormais, desviantes e criminosos, sendo necessário controlar e/ou expurgar esses aspectos que assombravam os guardiões da ordem e do progresso.

Nesse contexto histórico, marcado pela contracultura¹⁰ e pela emergência da globalização, ocorreram profundas mudanças nos hábitos comportamentais e de consumo, atingindo a população LGBT, que viu oportunidades de maior sociabilidade nos espaços públicos e privados. Porém, com o golpe de 1964, “ideólogos conservadores e planejadores da segurança nacional igualaram a homossexualidade com subversão inimiga” (Cowan, 2014, p. 28), significando que a gestação da mobilização social e política de LGBTs foram, literalmente, interrompidas. Em outras palavras, foi somente depois de quase quinze anos que os movimentos de libertação homossexual surgiram.

¹⁰ A definição de contracultura possui amplos repertórios, tanto abrangentes quanto específicos, podendo assumir características específicas dependendo da região ou país. “No Brasil, inicialmente, as práticas da contracultura foram chamadas de *desbunde*, termo pejorativo utilizado no interior dos grupos de esquerda para nomear o ato de valorizar os interesses e sentimentos pessoais em detrimento da coletividade, da organização e da opção pela revolução socialista. O *desbunde* era visto, no imaginário da esquerda, como o predomínio do pessoal acima do coletivo. Num segundo momento, passaram a ser denominados como “desbundados” os jovens que se apropriavam do imaginário da contracultura e artistas que passavam a valorizar a subjetividade em suas obras em detrimento de expressar mensagens contendo um projeto político definido. O termo acabou sendo apropriado e, em certa medida, positivado pelos jovens no começo dos anos 1970. Desta forma, *desbunde* passava a denominar tanto um novo estilo de vida quanto a estética ligada a ela e a novas formas de resistência cotidiana” (Kaminski, p. 470, 2016)

A inquietação com as homossexualidades por parte das autoridades políticas advém da formação histórico-cultural conservadora. De modo efetivo, as antigas ideias propagadas pela ameaça comunista que eram normalmente associadas à “desintegração”, à “desagregação” e à “dissolução”, baseadas nas terminologias e saberes médico-psiquiátricos e criminológicos, passaram a incluir juventude, uso de drogas e sexualidade como fatores que potencialmente levariam indivíduos a se inclinarem para o comunismo. Cabe aqui sintetizar seu sentido histórico:

as elaborações da ESG sobre os processos subversivos pareciam quase que continuar com a tradição brasileira de reinterpretar as teorias europeias positivistas e/ou teorias da degenerescência para os propósitos de “avanço” e de “civilização”. A nova personificação de segurança nacional manteve as noções de policiamento das sexualidades notadas por SueAnn Caulfield no Brasil da virada do século e por Susan Besse nos anos entre-guerras, ambos períodos em que as elites religiosas, políticas e profissionais amarraram práticas “saudáveis”, muitas vezes, tradicionais, nucleares, sexuais e familiares, à sobrevivência e prosperidade da nação. A percepção de crises iminentes do destino nacional levou as elites tentarem regular o gênero e a intimidade ao longo dos anos do Estado Novo (1937-1945), do presidente Getúlio Vargas. Nos anos 1960 e 1970, injunções similarmente conservadoras, propostas pela ESG, pretendiam impedir os comunistas de usar o sexo e a sexualidade para destruir o Estado e a sociedade brasileira (Cowan, 2007, p. 464, tradução nossa).

Voltando aos discursos enunciados por militares e civis nos documentos da ESG, Cowan (2007) expôs diversos exemplos. No que tange à preocupação com a juventude, dois coronéis, quando em palestra no começo de 1965, afirmaram que ela era o “órgão mais sensível da sociedade” que, entretanto, seria mais propensa à tentação subversiva “devido à condição de idade deles”, por possuírem mais “instintos apaixonados” do que racionalidade (p. 465, tradução nossa).

Um documento de 1969 similarmente imputou à juventude traços de um “primitivismo feminino”, isto é, maior ingenuidade e exposição aos perigos de influências políticas externas. Essa condição feminizada e enfraquecida da juventude constituiria uma “massa dócil”, em que subversivos poderiam facilmente “prostituir” e “abrir as portas para a infiltração comunista”. Estando essa porta aberta, o Brasil seria exposto “a uma espécie de estupro geopolítico, permitindo ‘violação’, ‘penetração’, ‘impregnação’, ‘conquista’ e ‘controle’ dos agentes comunistas à população em geral” (Cowan, 2007, p. 466, tradução nossa).

O psiquiatra José Leme Lopes, em uma palestra realizada no campus da ESG em 1973, buscou dar um “ponto de vista biopsicossociológico”, em que a “conduta sexual desviante”, o “clima de permissividade”, a “promiscuidade” e o “homossexualismo” produziam uma

“psicopatologia pessoal e social” na juventude, levando o Brasil a experimentar a violência instigada por jovens comunistas, requerendo ao governo militar a repressão política no fim de 1968, na qual o “Ato Institucional nº 5 formava um efetivo escudo” (Cowan, 2007, p. 474, tradução nossa).

Além disso, José Lemes Lopes, resgatando as terminologias do século XIX, disse, em relação à juventude universitária, que devido às “oscilações emocionais” causadas pelo advento da “função reprodutiva”, estaria vulnerável às investidas de “subversivos” e, por isso, “a ‘funcionalidade do papel de um adulto heterossexual’ poderia efetivamente resolver a ‘violenta’ emotividade histórica, que causou a tendência problemática dos adolescentes para a política revolucionária” (Cowan, 2007, p. 467, tradução nossa).

Os analistas da ESG, ao resgatarem os saberes psi,¹¹ entendiam a contracultura como um movimento patológico que combinava música alta, sexo, estilo visual distinto do padrão e uso de drogas (Cowan, 2007). Em outras palavras, buscaram ligar os hábitos comportamentais da juventude e suas sociabilidades à subversão comunista.

Em 1982, um analista da ESG, Álvaro da Silva e Souza, publicou um relatório em que se mostrava preocupado com o envolvimento de jovens com sexo e drogas, pois essas seriam as armas utilizadas pelo serviço secreto russo, popularmente conhecido como KGB para provocar o caos (Cowan, 2007). Para o analista, isso seria feito “ao colocar várias drogas ao alcance da juventude. Acostumando adolescentes ao álcool e exacerbando o instinto sexual por meio de publicações pornográficas, psicopolíticas, poderia criar atitudes como preguiça e envelhecimento [prematureo] da geração mais jovem” (Cowan, 2007, p. 472, tradução nossa).

O general Adolpho João de Paula Couto alegava que, para combater a sanha subversiva dos comunistas pautada no sexo, nas drogas e na contracultura era necessário masculinizar a juventude brasileira, apelando por “fortalecimento”, “firmeza”, “vigor”, para evitar “impotência”, “fraqueza” e “penetração”. Para Cowan, “a resposta a essa crise cultural e política, como pensavam alguns pensadores militares, estava na reificação do quartel como uma ‘escola’ para criar o tipo de cidadãos viris que certamente evitariam a subversão ‘perversa’ e serviriam a um Brasil anticomunista e seguro” (2007, p. 480, tradução nossa).

Ou seja, os conceitos “segurança nacional” e “subversão” presentes na DSN eram pretensiosamente imprecisos, podendo abarcar distintas características dependendo da situação política do momento. Porém, em termos concretos, eles foram imprescindíveis para atualizar a

¹¹ Os saberes psi podem ser caracterizados pelas práticas médico-discursivas da psicologia, da psicanálise e da psiquiatria.

figura do “inimigo interno”, que nesse contexto assumiu a forma de uma juventude que seria facilmente corrompida por agentes do comunismo internacional que estariam infiltrados no Brasil, cujas ações políticas supostamente se dariam por meio do uso de drogas, das condutas sexuais distintas das hegemônicas e que, portanto, seriam responsáveis pela destruição da nação brasileira idealizada e projetada pelas elites políticas e militares.

É preciso considerar que menos do que resultado da obsessão anticomunista, os discursos acima tinham como objetivo produzir efeitos de verdade sobre a sexualidade para além do aparato institucional, para que se firmasse no imaginário social e nas práticas cotidianas da população brasileira como um todo. Em outras palavras, devido ao fato de a sexualidade estar ligada ao corpo e ao conhecimento que o sujeito tem de si, é um dos mecanismos mais flexíveis e instrumentalizáveis em termos de manobras, articulações e estratégias de produção de subjetividades, com enorme capacidade de moldar uma sociedade à imagem e semelhança do *ethos* militar¹².

1.2 As práticas de controle das sexualidades lésbicas

Antes de atentar brevemente para a estrutura do regime militar com o intuito de entender como que esta dirigiu suas ações à população LGBT, em específico às lésbicas, é oportuno mencionar que o propósito não é detalhar os mecanismos de ação desse aparato político, e sim mostrar seus efeitos práticos na vida de lésbicas¹³.

Quinalha (2017) aponta que não se deve adotar uma visão monolítica sobre a estrutura da ditadura militar, é preciso levar em conta que por mais centralizador fosse o regime, principalmente com o AI-5, a burocracia estatal esteve estruturada em múltiplas e distintas agências, órgãos e atores com diferentes funções, objetivos e práticas que se modificaram conforme as disputas internas, os interesses de grupos políticos e militares e a situação política do momento. Devido à heterogeneidade de órgãos e sujeitos responsáveis pelo monitoramento das atividades políticas, entretanto, o obstáculo posto no interior da estrutura do regime era “articular esses órgãos repressivos de modo a diminuir as tensões entre eles e potencializar as ações conjuntas” (p. 29).

¹² Entende-se por *ethos* militar como um conjunto de tradições culturais de origem militar que é identificável através de símbolos, rituais e condutas que formam o sujeito masculino na caserna e para além dela, como a disciplina, a hierarquia, a virilidade, o controle do corpo e do comportamento (Goldstein, 2009).

¹³ Para maiores informações sobre os efeitos práticos da ditadura em gays, travestis, michês e prostitutas ver Quinalha (2017), Ocanha (2014), Perlongher (1982).

Os anos de chumbo foram inaugurados com o Ato Institucional nº 5, baixado pelo general Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968, prevalecendo até dezembro de 1978, tendo Geisel decretado o início do período de transição para a abertura política, iniciada em 1976. O AI-5 fechou o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas de estados e municípios; o poder executivo federal assumiu as funções do poder legislativo; interviu nos estados e municípios; demitiu, removeu e aposentou funcionários públicos; suspendeu os direitos políticos dos cidadãos brasileiros por dez anos; cassou mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; proibiu manifestações de caráter político; suspendeu o direito de habeas corpus; impôs a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas e aplicou medidas de segurança como: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio determinado.

Com o AI-5, houve um alinhamento entre as agências estatais para a realização de ações conjuntas no que diz respeito à eliminação física e simbólica de opositores à ditadura. Esse período é considerado pela historiografia como o mais extremo do regime militar, em que a “linha dura” assumiu a direção e adotou uma série de medidas antidemocráticas que afetaram dramaticamente a sociedade brasileira. Para Fico (2004), entretanto, não se deve considerar esse momento como “golpe dentro do golpe”, como preconizado por diversos autores, senão que isso se relaciona à “importância, como projeto, do que se pode chamar de ‘utopia autoritária’, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (p. 34).

As consequências das medidas adotadas por militares por meio do AI-5 foram a centralização da vigilância e/ou espionagem, do policiamento político, da censura moral e política, do julgamento sumário de “corruptos” e da propaganda política. Combinaram-se duas dimensões: a saneadora e a pedagógica (Fico, 2004, 2014). A primeira objetivou eliminar quaisquer obstáculos e dissensos ao projeto autoritário por meio de prisões, interrogatórios, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados de opositores à ditadura; a segunda difundia a crença, do alto escalão militar às elites econômicas e políticas, de que os brasileiros eram incivilizados e, portanto, incapazes de tomar decisões em prol da nação. Assim, era preciso “educar” o povo, principalmente em relação aos temas relacionados à moral e aos “bons costumes”. (Fico, 2014).

Em relação à influência da ditadura nos modos de vida de LGBTs, a vigilância e/ou espionagem, a censura e a repressão política fizeram parte das ações práticas de controle dos corpos dissidentes, cabendo agora detalhar como que isso ocorreu.

1.2.1 Vigilância e espionagem

No que concerne à vigilância e espionagem, o Conselho de Segurança Nacional teve seus poderes aumentados e pôde alterar as atribuições do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de outros setores relacionados à informação e segurança nacional. O objetivo da ampliação e centralização da vigilância e/ou espionagem era estabelecer o levantamento e a sistematização de fichas com informações de cidadãos considerados suspeitos. Além de fornecer informações à Presidência da República, os analistas do SNI faziam a *Resenha Semanal* com a divisão por temas como “assuntos políticos”, “assuntos administrativos”, “subversão”, “assuntos psicossociais” e “assuntos econômicos”, que eram enviadas para diversos escalões ligados à Presidência (Fico, 2001).

Ao analisar com minúcia os órgãos responsáveis pela vigilância e espionagem, Fico constatou que questões relacionadas à sexualidade e ao sexo eram abordadas com frequência e de maneira bastante depreciativa, caso houvesse a acusação de algum cidadão supostamente envolvido com a política ou com a corrupção. Nas palavras do autor, “no caso da espionagem militar, não surpreende que o adultério e o homossexualismo tenham sido consideradas práticas desabonadoras – tendo em vista a imagem dos militares como moralmente corretos e viris, tipicamente propagandeada por eles próprios” (Fico, 2001, p. 102). Cabe aqui mencionar um trecho emblemático sobre o real funcionamento da vigilância:

Uma pichação poderia conter ameaças à “segurança nacional”. A visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na “escalada do movimento comunista internacional”. Uma greve seria um “óbice” ao futuro do país. . . . Padres e bispos eram acusados de romper o celibato eclesiástico; políticos de oposição, de serem homossexuais; professoras universitárias de esquerda teriam amantes. Nessa linha, uma das formas de o “movimento comunista internacional” propagar-se seria o incentivo do uso de drogas e pela valorização da ideia de “amor livre” (Fico, 2004, p. 180).

As homossexualidades foram vigiadas desde o início do golpe. Entretanto, com a distensão do regime militar, época em que floresceram mobilizações políticas, incluindo a ascensão do movimento negro, LGBT e feminista, foi constatado maior número de registros documentais de monitoramento das atividades desses grupos, indicando que nessa época a perseguição e a estigmatização tenham sido mais intensas, conforme observou Cowan (2014).

Podem-se tomar como exemplos as fontes primárias extraídas de arquivos militares que Cowan (2014) obteve. Em um deles, em um ofício, a espionagem apareceu da seguinte maneira: “Por volta de 1980, o DPF [Departamento da Polícia Federal] informaria que organizações clandestinas comunistas tinham recrutado ‘homossexuais’ e ‘prostitutas’ às fileiras dos seus ‘núcleos de base’” (Cowan, 2014, p. 44).

Outro ofício de 1980 mostrou que o General Adolpho João de Paula Couto relacionou os novos movimentos sociais às atividades subversivas: “Começa-se a perceber o potencial revolucionário das questões sobre a mulher, o negro, o índio, o homossexualismo e a ecologia”. No mesmo documento, “que ligou homossexuais com ‘movimentos de subversão’, também lançou acusações contra lésbicas, feministas e o movimento negro” (Cowan, 2014, p. 46).

No fim do ano de 1980, um arquivo do DPF de São Paulo, com o título “Organizações Clandestinas”, além de citar grupos de ativismos negros como a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO) e o Movimento Negro Unificado (MNU), indicou que “Grupos feministas encontravam-se entre organizações lésbicas e de homossexuais – identificados todos como frentes ‘subversivas’” (Cowan, 2014, p. 46).

Outra questão interessante abordada pelo autor foi o fato de os agentes do serviço de informação vigiarem as feministas constantemente, indicando que elas tentavam construir alianças com outras organizações políticas, dizendo que “as forças de segurança parecem não haver tido muita certeza quanto às diferenças entre lesbianismo e feminismo, especialmente dada a emergência do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) – que pelo menos um informe nomeou vagamente, quase como aparte ‘ação lésbico-feminista’ (Cowan, 2014, p. 47). Sobre o monitoramento das atividades do GALF, os pormenores serão detalhados no 3º capítulo desta dissertação.

1.2.2 Policiamento político e moral

O policiamento político pós-AI-5 foi reestruturado secretamente. A Operação Bandeirante (Oban), que tinha a função de combater o inimigo interno foi pensada como modelo a ser adotado pelo país inteiro, estruturando os chamados sistemas de Destacamento de Operações e de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), com a operação conjunta de diferentes órgãos policiais, como as Forças Armadas, as polícias militares e civis, para a derrubada de atuações políticas de organizações e guerrilhas armadas urbanas e rurais. Diversas pessoas foram presas, interrogadas, torturadas, assassinadas e desaparecidas, totalizado, segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014), 50 mil prisões políticas; cerca de 20 mil pessoas foram torturadas, 10 mil exilados, 434 mortos, dentre os quais mais de 200 desaparecidos políticos.

Com a centralização do policiamento político nos anos de chumbo, desarticularam-se as organizações políticas de esquerda. Na distensão do regime militar iniciada no fim da década de 1970 e após a eliminação dos “inimigos internos”, a polícia política deslocou suas atividades e suas ações ao policiamento urbano, ou seja, para o controle social de espaços públicos em que circulavam indivíduos considerados moralmente indesejáveis e perigosos, como as prostitutas, os homossexuais, as travestis, os michês, os usuários de drogas, os negros, entre outros.

Rafael Ocanha (2014), ao pesquisar sobre a relação entre os territórios marginalizados ocupados por guetos e as forças policiais, notou que tal convivência nunca fora pacífica, senão que era normalmente pautada em fiscalizações, negociações e intimidações. Além disso, o autor salientou que a perseguição às sexualidades dissidentes não ocorreu de maneira constante e sistemática no regime militar. Os registros históricos aos quais o autor teve acesso mostraram um caso ocorrido no ano de 1968, ocasião da vinda da rainha Elisabeth II, em que as portas da galeria Metrópole foram fechadas e o público LGBT que ali frequentava e se encontrava naquele momento foi arbitrariamente detido. A regularidade das ações repressivas ostensivas começou, para Ocanha, com a redemocratização, a partir de meados de 1970.

A perseguição aos homossexuais nos espaços públicos não começou no regime militar, muito embora se perceba a intensificação dessas medidas quando em contextos históricos marcados por regimes políticos centralizadores e marcadamente autoritários. Um exemplo disso é a existência da lei de vadiagem desde antes do período republicano, que foi sendo reconfigurada conforme as necessidades específicas de controle dos comportamentos “desviantes” por meio da regulação dos espaços públicos.

Com a abolição da escravidão, a lei de vadiagem, prevista pelo artigo 390 do Código Penal de 1890, foi instituída no contexto da urbanização e industrialização, época em que as relações raciais, de classe e de gênero se estruturaram de acordo com as políticas higienistas presentes no imaginário social da época, resultando na criação da figura do vadio, enquadrando mendigos, embriagados, homossexuais e capoeiristas como marginais por não conseguirem os meios de subsistência através do trabalho, estando, portanto, sujeitos à criminalização através da repressão policial, conforme previa a pena desse artigo no Código Penal: “Prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias” quando “não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil de que possa subsistir, depois de advertida pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente”.

Na era da ditadura de Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 3.688 de 1941 deslocou o crime de vadiagem para a contravenção penal, que se caracterizou segundo as seguintes diretrizes: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, em ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples de quinze dias a três meses”. Ou seja, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quem não portasse a carteira de trabalho assinada ia preso, normalmente às Delegacias dos Costumes. Assim, a repressão policial recaiu sobre prostitutas, trabalhadores informais, desempregados, mendigos, entre outros (Ocanha, 2014).

Já no decorrer dos anos 1970, os homossexuais, as travestis, os michês e as prostitutas que frequentavam os espaços públicos do centro de São Paulo foram alvos de uma série de medidas repressivas oriundas de rondas policiais das delegacias de polícia como o Departamento de Investigações Criminais (DEIC), as Delegacias Seccionais de Polícia do centro da cidade e as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA). Para Quinalha (2017, p. 172), “vadiagem, atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos bons costumes, furtos e roubos, uso de drogas, foram alguns dos dispositivos utilizados para instrumentalizar o direito e realizar um controle legal destes grupos”.

Quando presos, a detenção poderia variar entre horas a dias, ou até mesmo meses, dependendo da situação; esses indivíduos “eram submetidos a diversas humilhações e torturas relacionadas, muitas vezes, à orientação sexual ou à identidade de gênero” (Quinalha, 2014, p. 173). Sobre esse ponto, é preciso detalhar que as travestis que praticavam *trottoir*, por ficarem mais visíveis nesse contexto devido às tecnologias de gênero ligadas à estética-corporal como a injeção de silicone e o hormônio feminino, tornaram-nas alvos preferenciais de policiais, também em função da sua intensa exposição pública nos jornais como figuras altamente perigosas, criminosas e imorais. Existem testemunhos de que as práticas de tortura, extorsão e

humilhação eram generalizadas nas delegacias. Um exemplo disso é o famoso delegado Wilson Richetti, que as torturava por meio da compressão dos seios em gavetas de mesas.

Quando o delegado Wilson Richetti assumiu a Delegacia Seccional do Centro em maio de 1980, anunciou a Operação Cidade, com o objetivo de “limpar a cidade de assaltantes, traficantes de drogas, prostitutas, travestis, homossexuais e desocupados”, segundo ele próprio em declaração à imprensa. Em uma noite chegou a deter ilegalmente entre 300 a 500 pessoas, segundo observou Quinalha (2017).

A repressão às sexualidades dissidentes na abertura política era “explícita e tinha o apoio de diversos setores da sociedade paulistana, como sindicatos de comerciantes, moradores, deputados e parte das forças policiais” (Ocanha, 2014, p. 172). Os detalhes sobre esse caso poderão ser encontrados no segundo capítulo. Quanto à repressão às lésbicas, Richetti montou a Operação-Sapatão, que será detalhada no terceiro capítulo.

Além disso, observa-se que nos anos finais da ditadura acentuaram-se o estigma, o preconceito e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, prostitutas e michês, que a partir de então, passaram a ser considerados criminosos e passíveis de enquadramento pelas forças policiais e parapoliciais. Não é à toa que o índice de letalidade desses grupos tenha aumentado paulatinamente no período pós-ditadura.

1.2.3 A censura moral

Marcelino (2007), Quinalha (2017) e Fico (2004) identificaram que a burocracia estatal classificava a censura em dois tipos: a política e a moral. De um lado, a censura política atingiu especificamente a imprensa escrita, adotando-se uma política feita “por debaixo dos panos”, em que censores instalavam-se nas sucursais de revistas e jornais e decidiam o que podia ou não ser publicado; fiscalizavam também, veladamente, as matérias a serem publicadas, fazendo circular bilhetinhos e telefonemas. De outro lado, a censura moral, que existia no Brasil desde antes do regime militar,¹⁴ era especificamente voltada para temas comportamentais, incluindo a proibição de livros, revistas, programas de TV, peças de teatros e filmes. Com o AI-5, a censura moral sofreu uma adequação, sendo estruturada em um órgão próprio, com o nome de Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Fico (2004) argumenta que a censura

¹⁴ A censura das diversões públicas surgiu no período do governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1940. Era vinculada ao Departamento Federal de Segurança Pública. O nome do órgão específico para esse tipo de censura se chamava Serviço de Censura de Diversões Públicas e tinha por objetivo “resguardar ‘a moral e os bons costumes’” (Marcelino, 2006, p. 26).

política teve seu auge no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, época de maior repressão política, e que a censura moral atingiu o ápice no período da redemocratização, no fim dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980.

No que concerne à censura moral, em janeiro de 1970 o ministro da Justiça Alfredo Buzaid baixou o decreto-lei nº 1.077, referente à regulamentação da censura, isto é, institucionalizando a censura prévia às revistas, livros, programas de rádio e TV e espetáculos públicos. Marcelino (2006) chama a atenção para o fato de que essa medida não atingiu os jornais impressos, que tinham como regime não oficial a “verificação prévia”. Para ele, “a censura prévia de caráter político nas publicações, como se pode notar, embora tenha sido praticada de modo escamoteado, não possuía amparo legal” (p. 44). O que os militares pretendiam com essa regulamentação era a censura prévia a temas que atentassem contra a moral e aos “bons costumes”.

O DCDP, vinculado ao DPF, era um órgão em que “havia técnicos de censura, carreira estruturada, concursos públicos para seleção de profissionais, escritórios regionais vinculados a uma gestão central e uma série de leis e atos administrativos que respaldavam esta estrutura censória abertamente organizada e atuante, sobretudo durante a ditadura” (Quinalha, 2017, p. 39). Em outras palavras, o investimento que os militares fizeram nesse órgão foi decorrente também da aceitação social desse tipo de medida por amplos setores da sociedade, uma vez que inúmeros cidadãos recorriam ao DCDP pedindo por mais censura, especialmente sobre temas que “ofendiam a moral e os bons costumes”, seja em programas de TV, como a nudez, o linguajar obsceno, as simulações de atos sexuais em novelas, filmes, etc., ou em revistas com conteúdos pornográficos e/ou conteúdos voltados para a sexualidade. Com isso, se pode afirmar que ocorreu uma “hiperpolitização da esfera moral, [pel]o fato de o DCDP ter sido utilizado para censurar tanto temas moralmente inaceitáveis quanto artistas vistos como ideólogos da oposição à ditadura, atestando que o órgão assumia viés político-ideológico em sua atuação rotineira” (Quinalha, 2017, p. 42).

Mesmo com a hiperpolitização da censura moral na abertura política, os agentes da ditadura trabalharam, por meio da distinção pretenciosa entre a censura política e a censura moral, com o objetivo de ocultar o teor político da censura moral e torná-la a-histórica, com a finalidade de dar um ar de legitimidade e legalidade (Quinalha, 2017, p. 43).

No tocante à participação popular na censura moral, Douglas Marcelino (2006) reproduziu em sua dissertação de mestrado diversas cartas enviadas à DCDP, após realizar pesquisas no acervo do Arquivo Nacional, especialmente o fundo de “Divisão de Censura de Diversões Públicas”. Os missivistas mandavam cartas exigindo maior rigor no veto a temas

morais. Dentre eles, os relacionados à sexualidade eram os mais reclamados, embora não tenha sido o único. Alguns exemplos são interessantes de se citar.

O autor reproduziu uma carta na qual um missivista encaminhava ao presidente da República um “veemente protesto contra um escandaloso, aviltante e afrontoso programa de televisão’ da Rede Globo, o qual teria ‘exibido um infeliz rapaz de maneiras efeminadas, cognominado Ney Matogrosso” (Marcelino, 2006, p. 192). O missivista ainda continuou dizendo que “assim, ‘diante de tão insólita afronta à população, somos forçados a nos interrogar a todos pulmões: será que existe censura neste país?” (Marcelino, 2006, p. 193).

Outro missivista, em 1985, repudiou um comercial da marca Playboy de desodorantes que mostrava “cenas de um casal adolescente levando uma vida de transa e de duas jovens que vivem juntas em um caso bem a vista de lesbianismo” (Marcelino, 2006, p. 193).

Uma carta de um cidadão de Pernambuco endereçada em 1985 ao ministro da Justiça concluiu que “na TV brasileira, putos, lésbicas e chifrudos de alto coturno, para gáudio da cafajestagem galordoadada ou não, estão mandando e desmandando” (Marcelino, 2006, p. 193).

Em 1988 um “remetente também escrevia à DCDP protestando contra a futura exibição da telenovela Olho por Olho, da TV Manchete, na qual ‘um travesti (bicha) irá ao ar em gritante escândalo de homossexualismo, coisa que devemos evitar nos lares e nos acobertar” (Marcelino, 2006, p. 194).

Quanto às medidas censurantes promovidas pelo DCDP, Quinalha (2017) expôs a Instrução Normativa nº3 de 1985, baixada por Coriolano Fagundes, diretor do órgão, para tentar coibir as manifestações de gênero e sexualidades dissidentes nos programas de TV, por ocasião das reclamações de missivistas sobre a novela Um Sonho a Mais (1985):

1 – A apresentação de travestidos, de homem ou de mulher aparentemente homossexual, respectivamente em atitude ostensivamente efeminada ou masculinizada, quer em telenovela como em programa de auditório, terá a veiculação televisiva autorizada para após as 21 (vinte e uma) horas.

1.1 – O tratamento cênico dado, assim por animador como por narrador, travestido ou homossexual aparente não poderá ser ofensivo à dignidade humana do apresentado, nem apologética do transsexualismo ou do homossexualismo.

Ainda em relação a essa novela, o mesmo diretor, ao elogiar as medidas da Rede Globo depois que a mesma “adequou” o programa às normas previstas pela instrução normativa, aproveitou para tecer os seguintes comentários sobre os motivos que o levaram a adotar a instrução referente à novela da Rede Globo:

a apresentação de travestidos aos domingos à tarde, apresentados como se o transsexualismo fosse uma habilidade a mais para assegurar o sucesso artístico; as entrevistas de homossexuais aparentes em programas de auditório, com ofensa à dignidade humana do entrevistado; a veiculação de números eróticos de espetáculos de homossexuais, como se se tratasse de reportagem telejornalística; a entrevista com mulher declaradamente lésbica, em horário livre, na qual a entrevistada convida mulheres a terem uma experiência homossexual por considerá-la altamente gratificante - tudo isto levado ao ar por congêneres (Quinalha, 2017, p. 72).

A novela *Vale Tudo*, exibida em 1988, sofreu cortes dos censores devido à abordagem de temas como a homossexualidade feminina. No caso em questão, a cena de duas mulheres que conversavam sobre a relação amorosa delas foi censurada. O censor Raimundo Mesquita disse que:

esse assunto, quando não tratado entre quatro paredes, deve[ria] ter um enfoque científico ou didático. O lesbianismo, se colocado de forma jocosa ou simpática, pode[ria] parecer ao jovem uma prática sadia e induzir o pré-adolescente a aceitá-lo como solução. O relacionamento homossexual é uma aberração (“Tesoura em ‘Vale Tudo’: censura não deixa ir ao ar a cena da novela sobre homossexualismo”. *Jornal do Brasil*, 19 de julho de 1988, p. 6, como citado em Quinalha, 2017, p. 72).

Logo em seguida, Raimundo disse que o problema não era o fato da personagem da novela performar uma feminilidade masculinizada, isto é, representar o estereótipo da fanchona, e sim o fato de mostrar que ela se relacionava afetiva e sexualmente com outra mulher, conforme se observou em seu relatório de censura, ao comparar a personagem de *Vale Tudo* com outra personagem, Mendonça, da novela “*Bebê a bordo*”: “Mendonça é, apenas, masculina. Quem pode afirmar que ela é lésbica, se não houve até agora insinuação de relacionamentos com outras personagens femininas?” (“Tesoura em ‘Vale Tudo’: censura não deixa ir ao ar a cena da novela sobre homossexualismo”. *Jornal do Brasil*, 19 de julho de 1988, p. 6, como citado em Quinalha, 2017, p. 72).

O discurso acima ilustrou perfeitamente os mecanismos de censura voltados, especificamente, às sexualidades femininas dissidentes: interditar, esconder e vedar as existências lésbicas, ou seja, efetivar o senso comum de que mulheres não se relacionavam afetiva e sexualmente com outras mulheres.

Renan Quinalha (2017) descobriu o ofício nº 081/03/DSI/MJ do SNI, datado de 31 de março de 1981, que foi destinado a outros órgãos de informações. O fato foi que o referido órgão denunciou o periódico *Em Tempo*. Classificado como “matéria repleta de PROPAGANDA ADVERSA”, o ofício demonstrou que Silvana Afram, Júlio Dias Gaspar e Wilma Monteiro fizeram uma matéria com o título ‘CHANACOMCHANA, o primeiro jornal

lésbico do Brasil, declara: por uma prática de erotizar a subversão'. O conteúdo da matéria que inquietou o censor foi que

com uma concepção absolutamente nova e ousada, temos aí o Movimento Lésbico com propostas de quebrar estereótipos, contrariar todo e qualquer tipo de padrões estabelecidos, acreditar no feminismo como a ideologia de transformação radical da sociedade e com uma prática de erotizar a subversão (p. 144).

No campo das produções musicais, a mão da censura pesou sobre os compositores Chico Buarque e Rui Guerra, quando foi lançada a música “Bárbara” para a peça de teatro Calabar. A censora presumiu que o verso “nós duas” tratava de um relacionamento amoroso entre as personagens da peça Bárbara e Ana Amsterdã (Quinalha, 2017, p. 111).

A escritora paulistana Odete Rios, conhecida pelo pseudônimo Cassandra Rios (1932-2002), dedicou sua escrita principalmente às relações homoeróticas femininas. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que publicou cerca de 50 romances e teve 36 deles censurados pelo regime militar, foi a escritora que mais fez sucesso, chegando, inclusive, a vender mais de um milhão de exemplares. Na época, “adjetivos como ‘Papisa do homossexualismo’, ‘autora mais proibida do Brasil’ e ‘Demônia das letras’ eram usados para relacionar Cassandra Rios e o conjunto de sua obra” (Piovesan, 2005, p. 77).

O contexto histórico em que Cassandra Rios viveu foi marcado pela consolidação da indústria cultural, cuja explosão do mercado editorial coincidiu com a mudança dos hábitos de consumo e de comportamento. Para Piovesan (2005), a linguagem empregada em suas obras, aparentemente simples e direta, com capas extravagantes e impressas em editoras baratas foi uma “estratégia da autora, que estabelece[u] um diálogo e uma intertextualidade com a indústria cultural, em que os livros, a música, a moda e a TV permit[iram] com que ela se aproxim[asse] do leitor ‘comum’, o cidadão letrado”. A autora ficou famosa por ter alcançado grande sucesso comercial, chamando a atenção dos censores da DCDP, que classificou suas obras como “pornográficas”; o motivo do veto aos seus livros era “por atentarem contra a moral e os bons costumes”.

Os livros de Cassandra, mais do que exprimir o relacionamento entre mulheres, tiveram “a intenção de apresentar as experiências homossexuais como caminhos possíveis para a vivência afetiva, mesmo amorosa, num período em que inexistiam outras iniciativas semelhantes em nosso país” (Piovesan, 2005, p. 10). Suas obras foram fundamentais, senão as únicas da época, “para o processo de constituição das identidades homoeróticas femininas no

Brasil” (Piovesan, 2005, p. 74). Ou seja, Cassandra construiu identidades lésbicas de maneira receptiva e aberta.

Ao pesquisar as obras censuradas de Cassandra, Douglas Marcelino (2006) encontrou pareceres dos seguintes livros: *Volúpia do pecado*; *Marcella*; *A breve estória de Fábria*; *Copacabana Posto 6 (A madrasta)*; *A sarjeta*; *Um mulher diferente*; *Tessa, a gata*; *Georgette*; *O prazer de pecar*; *Veneno*; *Nicoleta ninfeta*; *As traças*; *A borboleta branca* e *A paranóica*.

Curiosamente, as obras citadas acima retrataram especificamente o relacionamento afetivo-sexual entre mulheres, fato que corroborou com a tese de Cassandra de que a censura ocorria justamente pelo fato de que os romances representavam os modos de vidas e a sexualidade de mulheres e de lésbicas. A autora, desconfiada, adotou pseudônimos masculinos como Clarence Rivier e/ou Oliver Rivers e não teve as obras censuradas. De acordo com Piovesan (2005, p. 24), “ainda que tais obras configurassem ‘romances fortes’, eram narrativas sobre casais heterossexuais. Segundo Lucia Facco ‘estes romances, tão escandalosos quanto os outros, passa[ra]m incólumes pela censura e t[ivera]m grande sucesso de vendagem’”.

O primeiro livro escrito por Cassandra foi *Volúpia do Pecado* (1948), quando tinha 16 anos de idade. Já nessa época, essa obra foi proibida pelo antigo órgão SPDP. Mais do que isso, anos depois, em fevereiro de 1976, foi escrito um parecer sobre o teor dessa obra pelo DCDP:

A autora descobriu um filão rentável na descrição ousada das relações homossexuais, que se constituem em uma constante em suas criações sublitterárias, onde prefere dar ênfase aos segredos “caça-níqueis” do amor lésbico, sem se preocupar em levantar os sintomas e causas dos desvios da conduta sexual (Parecer nº 79/76, de José Carmo Andrade, 10 fev. 1976 como citado em Marcelino, 2006, p. 186).

Percebe-se, pelo teor do parecer, o sentido “pedagógico” da censura promovida pelo DCDP: as homossexualidades só poderiam aparecer em livros, revistas, programas de televisão e programas de rádio se retratadas de maneira patológica, enquanto “desvio de conduta sexual”. Em outro sentido, fica explícito que a função social desse órgão de Estado era afirmar e reafirmar, reiteradamente, a heteronormatividade. Por esse motivo, constata-se que para aqueles que não atuavam de acordo com o marco de inteligibilidade representado pela continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual (Butler, 2014), o poder regulatório agiu de forma sancionatória, para servir de parâmetro às normas de gênero e sexualidades vigentes.

O romance *Nicoleta Ninfeta*, escrito em 1973, cuja dedicatória foi “para os entendidos”, retratou a vida de Adriana, uma mulher na faixa dos trinta e cinco anos idade e casada com uma mulher e que se envolveu com outra de dezoito anos, chamada Inajá. O censor L. Fernando, em parecer escrito em 1976, escreveu que o livro não poderia circular devido à “pregação da falsa

filosofia dos homossexuais, a naturalidade de seus atos, a indução aos maus costumes” (Parecer nº 144/76. Técnico de censura L. Fernando, 4 mar. 1976 como citado em Marcelino, 2006, p. 187). Em sua autobiografia, Cassandra Rios relatou as circunstâncias da censura dessa obra:

Um outro delegado picou diante dos meus olhos Nicoleta Ninfeta e ameaçou ‘é isso que vamos fazer com todos os seus livros e queimá-los em praça pública!’. Um arrepio percorreu-me. Seria eu a reencarnação de Safo, a grande poetisa de Lesbos, cujas obras o Papa Gregório VII, cheio de ódio mandou queimar, seus riquíssimos versos, numa fogueira, em praça pública, epitalâmios, himeneus, poesias, excomungando a mais célebre poetisa do mundo (Rios, 2000, p. 364).

A obra *Marcella*, publicada em 1975, exprimiu a história de Anastácia, lésbica assumida que se apaixonou por uma garota de programa chamada Marcella. Enquanto não se relacionava com Marcella, teve casos com várias outras mulheres. Anastácia, talvez por apresentar quadros de psicose, matou as mulheres com quem teve relações sexuais. O censor da obra considerou que essa era uma “verdadeira apologia do lesbianismo” (Parecer nº 159/76, do técnico de censura Vicente de Paulo Alencar Monteiro, como citado em Marcelino, 2006, p. 187).

Outra obra censurada foi *A borboleta branca*, cujo parecer foi de que Cassandra retratou a homossexualidade feminina “de forma minuciosa e chocante, sendo que tal relacionamento é valorizado pela autora como se fosse algo ‘fantástico e incomparável” (Parecer nº 137/76, da técnica de censura Maria das Graças Sampaio Pinhati, 4 mar. 1976, como citado em Marcelino, 2006, p. 187).

Já *Tessa, a gata*, publicada em 1974, retratou “nada mais do que atos de tribadismo, lenocínio e homicídio” e, “apesar da técnica adotada, não possui nenhum valor moral, educativo ou mesmo literário, estando tudo calcado em uma linguagem medíocre de total degradação do ser humano” (Parecer nº 166/76, de Maria Livia Fortaleza, 27 fev. 1976 como citado em Marcelino, 2006, p. 189).

Suas obras, por retratarem o erotismo, a sexualidade e o sexo entre mulheres – do ponto de vista subjetivo de protagonistas que podiam ser lésbicas, bissexuais, prostitutas, entre outras – foram tachadas de pornográficas por censores do regime militar e consideradas de baixa qualidade pelo circuito acadêmico e literário da época, fatores altamente questionáveis, devido ao estigma, ao preconceito e a discriminação imputados às obras e à própria Cassandra Rios, conforme diz ela em sua biografia:

Escrever sobre homossexualismo é uma incumbência delicada e perigosa: trabalho poucas vezes aceito, aprovado ou corretamente interpretado por aqueles que se interessam pelo assunto. Trazer a público trabalhos desta envergadura não é tarefa fácil,

nem sempre válida, quase suspeitosa, mesmo que contenha o mais elevado padrão cultural das obras assinadas por certos elementos respeitáveis nos anais da literatura. (Rios, 1972, p. 5)

Cassandra Rios, além de ter suas obras censuradas pela ditadura militar, enfrentou perseguições judiciais durante vinte e seis anos e foi até mesmo condenada à prisão, fato que só foi possível de ser revertido devido às ações do advogado da editora, que descobriu e a defendeu diante dos tribunais (Fernandes, 2014). Na delegacia, Cassandra foi duramente hostilizada ao ser questionada sobre uma personagem de seu livro *O bruxo espanhol* conforme relata em sua autobiografia (Fernandes, 2014):

Até bofetada de delegado, na cara, levei. O que mais temiam? Já não estava eu proibida? Hoje entendo. Ruminavam que eu precisava ser algemada, amordaçada, enxovalhada de todas as humilhações, desacreditada na minha conduta moral, para [...] consagrarem suas aleivosas pessoas! Verdade que, na época, assim diziam, só eu vendia! O público consumidor via, só nas páginas dos meus livros, gente com as quais hoje cruzam nas ruas, livres, sem ter que disfarçar e pagar pelo que nasceram (Rios, 2000, p. 364).

Em uma das operações da censura, uma gráfica foi fechada por ter uma edição do livro *Minha metempsicose*, fato que levou ao fechamento da livraria de Cassandra, localizada na Galeria do Rock. Além disso, mais de mil livros foram retirados de livrarias e editoras, além de “os direitos autorais e os lucros dos editores e dos livreiros [terem sido] arrecadados, mas nunca se soube onde foram parar. Sobre este fato, a Justiça cogitou que fora um golpe de bandidos” (Fernandes, 2014, p. 128), ocasionando altos prejuízos econômicos para Cassandra, que conviveu com dificuldades financeiras até o fim de sua vida.

2 A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA LGBT NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Enfim asas abertas
 Caminhos rasgados no céu
 Nossas palavras sem véus.
 Abaixo de nós o mundo
 pés no chão e na consciência.
 Não ter medo de assumir
 todas as metades: matéria, espírito.
 Enfim o momento de agir,
 reunir, sedimentar nosso vôo
 Não calar as verdades
 para sairmos desta gaiola
 dos limites impostos.
 De uma vez por todas... voar

(Jurema Barreto de Souza, Seção Poesia, Boletim ChanaComChana, 9, 1986)

Este capítulo tratará, em um primeiro momento, de questões relacionadas ao contexto político, social e cultural que ocasionou a transição dos “anos de chumbo” – representado pelo AI-5, que vigorou entre fins de 1968 e dezembro de 1978, comandado pelos generais Costa e Silva, Médici e Geisel – à distensão “lenta, gradual e segura”, de 1979 a 1985, sob a presidência de João Baptista de Figueiredo. Essa contextualização é importante para situar o momento em que emergiram diversos movimentos contestatórios frente às consequências das ações do regime militar. Entre esses movimentos, destaca-se o surgimento da organização política LGBT, em especial o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, que será objeto de análise.

Contextualizado o período, serão mapeadas as tramas internas e externas da formação do SOMOS no momento da distensão da ditadura militar, para no capítulo seguinte focar no surgimento do subgrupo organizado por lésbicas denominado Grupo Lésbico Feminista.

Em maio de 1980 ocorreu a cisão do SOMOS, que se dividiu em três agrupamentos distintos. Um deles, representado por fundadores do SOMOS, não concordava com a aproximação de outros integrantes com a organização Convergência Socialista (CS), de orientação trotskista, e formou o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente denominado Outra Coisa; outro manteve o nome SOMOS, constituído por integrantes que permaneceram e tinham proximidade com a Convergência Socialista e, por último, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) foi formado a partir da saída de boa parte das lésbicas, que viram a necessidade de formar um grupo autônomo feminista, do SOMOS.

Apontar o surgimento do SOMOS é relevante para compreender os significados simbólicos e sociais que permearam suas ações políticas e, portanto, coletivas, de enfrentamento às regulações morais enfatizadas pelo *modus operandi* autoritário da ditadura. Isto é, o modo de ser, de pensar e de imaginar politicamente dessa população em processo de

organização pode ser caracterizado como uma estratégia de sobrevivência em meio a um contexto pouco democrático.

2.1 A distensão do regime militar

A década de 1970 foi marcada pela efervescência política e cultural oriundas da modernização dos processos de produção capitalistas nos países periféricos da América Latina, em especial o Brasil, com o advento do “milagre econômico”, entre 1968 e 1973, permitindo a produção e a circulação do consumo interno. Esse cenário foi marcado pelo paradoxo da “modernização autoritária” (Fico, 2017): de um lado, a pujança no terreno econômico e o acesso aos bens culturais e, de outro, o recrudescimento do regime militar, com a instituição do AI-5 no campo da perseguição política e da censura aos meios de comunicação (Diniz, 2014).

Com o “milagre econômico”, a economia do Brasil cresceu cerca de 10% no ano e seu PIB aumentou 14%, em 1973. A política econômica adotada foi “o desenvolvimento contínuo no longo prazo, entendido como dinamização da iniciativa privada e expansão industrial à base de expansão do consumo de bens duráveis” (Napolitano, 2014, p. 145), provocando o êxodo rural do Norte e Nordeste para os grandes centros urbanos industrializados. Todavia, atingir esse patamar só foi possível com a adoção de políticas econômicas austeras e pouco populares, como o ajuste fiscal, a atração do capital estrangeiro com a vinda de diversas multinacionais junto ao arrocho salarial, o que atingiu os trabalhadores de diversos ramos, que tiveram perda real de seus salários, aumentando, assim, a concentração de renda entre os mais ricos e a desigualdade social.

O ofuscamento provocado pelo brilho do “milagre econômico” serviu de maquiagem para as ações repressivas do regime militar. Os crimes cometidos nos porões da ditadura foram silenciados e acobertados pela censura à imprensa e pela propaganda política, cujo slogan ufanista mais emblemático do governo foi “Brasil: Ame-o ou deixe-o!”, em meio à oportunidade da classe média de adquirir bens materiais e culturais. Essa estratégia adotada serviu para apaziguar os conflitos sociais, conforme assinala Souza (2013): “o [...] ‘Milagre Econômico Brasileiro’ fazia parte de um conjunto de projetos pautados na ideia de nacional-desenvolvimentismo e que tinha suas extensões num plano de criação de um pacto societário de estabilização e de mitigação do conflito político” (p. 50).

Nesse cenário, o papel da indústria cultural foi expressivo na maneira como os brasileiros lidaram com esse paradoxo.

Os meios de comunicação e a indústria da cultura como um todo conheciam uma época de expansão sem precedentes. Com o crescimento econômico, os bens culturais passaram a ser consumidos em escala industrial: telenovelas, noticiários, coleções de livros e fascículos sobre temas diversos, revistas, sinalizavam para a nova tendência “industrial” e “massiva” do consumo cultural, que se consolidaria na segunda metade da década de 1970. . . . Os novos tempos de repressão e censura, aliados a uma certa facilidade de produção e consumo, estimularam o crescimento de um mercado cultural marcado pela difusão de produtos de entretenimento, sobretudo na música popular e na televisão (Napolitano, 2014, p. 157).

Com a brutal derrota da esquerda no campo político, a juventude buscou outros meios de promover a contestação política contra o regime militar, ligando-se à conjuntura favorável de consumo de bens culturais. “No teatro, na música popular e na teledramaturgia, [e] a arte engajada de esquerda reestruturou o próprio mercado, entrando no coração da indústria cultural” (Napolitano, 2014, p. 159).

Artistas ligados à Tropicália no campo musical como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Gal Costa, Torquato Neto, Pepeu Gomes, Geraldo Vandré, entre outros – inovaram o repertório cultural, misturando elementos da vanguarda estética nacional com a internacional, criticando a ditadura por meio de performances ligadas ao corpo, ao gênero, ao comportamento e à estética da violência. A androginia era expressa por meio de roupas unissex e de maquiagens que desafiavam as normas de gênero, como nas performances artísticas de Caetano Veloso e Ney Matogrosso. Escreveram músicas que driblavam a censura e, principalmente, ocuparam os espaços públicos com shows, apresentações e espetáculos.

O grupo musical e teatral Dzi Croquettes originário do Recife e composto por treze homens, todos peludos e musculosos, se apresentou entre 1972 e 1976, utilizando-se da transgressão das normas por meio de ações performáticas que borravam as fronteiras de gênero, como o uso de fio dental, maquiagem e purpurina (Duarte, 2015).

O cinema e o teatro foram influenciados pela “estética marginal”, ligada a valores contraculturais, tendo Glauber Rocha, Bressani e Sganzerla como expoentes no cinema e Plínio Marcos e Roberto Piva no teatro e na poesia, respectivamente. Outros que romperam com os padrões artístico-culturais foram os artistas plásticos Hélio Oiticica e Claudio Tozzi, com a crítica à brutalidade da ditadura. Todos esses artistas captaram o imaginário social em intensas mudanças, tanto das forças produtivas do capital, com o avanço das tecnologias pós-fordistas, quanto daquelas provocadas pelo contexto político repressivo. Figari (2007) resume esse quadro na seguinte forma: “a ditadura abortou muitas experiências, mas radicalizou outras, gerando ou levando adiante culturas e práticas marginais ao regime” (p. 368).

Outro fator importante a ser mencionado foram as ações de jornalistas e de outros profissionais ligados aos meios de comunicação, que não mediram esforços para possibilitar a circulação clandestina de jornais e revistas, que foram as principais fontes de comunicação e troca de informação sobre a política repressiva da ditadura, além de abordarem temas pouco difundidos no meio intelectual e militante, como os comportamentais, que fez com que ficassem conhecidos como “imprensa alternativa” ou “imprensa nanica”. Esses jornais e revistas circularam no formato de tabloides cuja tiragem era feita de forma irregular e cujos consumidores eram em sua maioria jovens, militantes, intelectuais e artistas, que será detalhado no 4º capítulo.

Com a saída de Médici da presidência, o governo de Geisel (1974-1979) foi marcado pelo início da liberalização do regime militar, coincidindo com o fim do “milagre econômico” devido aos choques do petróleo, à recessão da economia mundial, à pouca atração do capital estrangeiro e ao alto custo das obras faraônicas, o que resultou em alta inflação.

No tocante à situação política, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganhou um bom número de cadeiras no Senado e na Câmara nas eleições de 1974, além de obter maioria nas capitais de estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas e Acre. Ou seja, nesse momento, houve correlação de forças dentro do sistema político e a disputa por projetos de poder tornou-se mais acirrada devido à derrota da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Geisel atuou de maneira a contornar a crise do partido, adotando a revogação do Decreto-Lei nº 477 e a redução das prerrogativas do Poder Executivo (Napolitano, 2014). Essas medidas adotadas por Geisel indicavam que

O processo de “distensão” e “abertura” era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime. Como estadista de visão estratégica, Geisel sabia que o aparato policialesco de repressão era insuficiente e arriscado para tutelar o sistema político, sob risco do governo isolar-se dele. Efetivamente, há uma agenda de abertura, quando muito, só após 1977. Até então “abertura”, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de *institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto estratégico de retirada para os quartéis sine die* (Napolitano, 2014, p. 210, grifo nosso).

A ditadura foi escancarada (Gaspari, 2014) com a morte sob tortura de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura em outubro de 1975, nos porões do DOI-CODI, na chamada “Operação Radar”.¹⁵ A versão oficial dada pelos generais de que teria se tratado de suicídio. Estudantes, a

¹⁵ A Operação Radar, segundo o relatório final da Comissão da Verdade em Minas Gerais – COVEMG, “foi articulada entre 1973 e 1976 por órgãos da repressão política com o objetivo de desmantelar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), eliminando as principais lideranças do Comitê Central (CC), como Itair José Veloso, Élon Costa

ala progressista da Igreja Católica e parte da imprensa saíram às ruas em um ato ecumênico na catedral da Sé, em São Paulo, pois “a morte de Herzog causou um profundo mal-estar entre donos de jornais e profissionais da imprensa, justamente em um momento em que o governo Geisel apostava em construir pontes com a opinião pública utilizando a imprensa liberal como canal” (Napolitano, 2014, p. 225). Geisel teve que recuar no projeto de distensão, exonerando o general linha-dura Ednardo D’Ávila Mello do comando da 2ª região do Exército, responsável também pelo assassinato do metalúrgico Manoel Fiel Filho nos porões do DOI-CODI. Segundo Napolitano (2014), “esse era o limite. Quando ultrapassado, com a morte de Herzog e, principalmente, de Fiel Filho, o Palácio esvaziou o porão”¹⁶ (p. 226).

As mortes de Herzog e Fiel Filho podem não ter sido o principal motivo de desgaste do governo Geisel, porém foram o estopim para que as relações entre o MDB e a Arena estremecessem, uma vez que políticos do MDB passaram a estranhar a continuidade das medidas autocráticas promovidas pelos militares.¹⁷ Ainda nessa conjuntura, nos anos seguintes se iniciaram mobilizações dos setores liberais contra o terrorismo de direita e extrema-direita¹⁸ com a união de forças da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) em manifestos que circularam amplamente exigindo a Lei de Anistia e a democracia.

Com a saída de Geisel em 1979 e a permanência do último presidente militar e ex-chefe do SNI, João Baptista de Figueiredo até 1985, a “abertura política” foi definida pela Lei parcial de Anistia,¹⁹ pela profunda recessão econômica, que perdurou até os anos 1990, e pela crescente mobilização social, composta por atores heterogêneos, como movimento estudantil – que desde

e Walter de Souza Ribeiro, que encontram-se desaparecidos até hoje, e outros que possuíam influência na vida política e cultural do País” (COVEMG, 2017, p. 137).

¹⁶ As referências “Palácio e Porão” da ditadura retomam a imagem que foi construída em torno da dinâmica política que ocorreu entre as ações repressivas de agentes públicos em instituições clandestinas conhecidas como porões com o objetivo de praticar torturas, mortes e desaparecimentos forçados e as decisões tomadas pelo alto escalão militar no Palácio do Planalto.

¹⁷ Pode-se incluir aí a Lei Falcão, instituída em 1976, que limitou drasticamente a propaganda política por meio de rádio e televisão, e a adoção do Pacote de Abril, decreto baixado por Geisel em 1977 para preservar a Arena, que fechou o Congresso, tornou as eleições indiretas para governadores e criou o “senador biônico”, escolhido pela própria Arena.

¹⁸ O terrorismo de direita foi marcado pelos frequentes atentados a bomba em diversas entidades consideradas liberais, em sedes de jornalismo tradicional e principalmente em sede de jornalismo alternativo, em editoras, em bancas, em universidades entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

¹⁹ A Lei de Anistia, aprovada pelo presidente João Batista Figueiredo no dia 28 de agosto de 1979, sob a Lei nº 6.683/79 é considerada parcial porque excluiu as pessoas acusadas de terrorismo. “Mesmo assim, Figueiredo exultava no ato da assinatura do projeto: “É o dia mais feliz da minha vida”. Na verdade, vários projetos de anistia haviam sido apresentados no Congresso desde 1968, sem conseguir aprovação, apesar de muitos terem caráter restrito. O projeto de 1979, portanto, era um projeto oficial, parte de uma estratégia maior do governo visando a transição política controlada” (Napolitano, 2014, p. 267).

1968, até então se manteve recuado –, setores progressistas da Igreja Católica, movimento operário e sindical da região do ABC de São Paulo, movimentos comunitários organizados pelas associações de bairros de periferia, Movimento Contra a Carestia (MCC), além da presença de grupos sociais que estiveram à margem da cena pública durante o regime militar que, entretanto, resistiram como puderam às investidas autoritárias nos anos de chumbo e que nesse momento começaram a se organizar politicamente, como o movimento negro, feminista e homossexual.

A presença dos movimentos sociais na abertura política foi fundamental para acelerar o ritmo da democratização política, porém é preciso ter cautela no momento de analisar o passado, pois esse fenômeno ocorreu de maneira bastante complexa e controversa. Em outras palavras, é ingênuo afirmar que o protagonismo dos movimentos sociais na abertura política foi decisivo para a interrupção da ditadura, visto que vários autores (Fico, 2017; Napolitano, 2014; Reis, 2014) afirmam que não houve de fato uma ruptura institucional. Os militares conservaram boa parte do controle sobre a transição do regime político, conduzindo pelo alto, de maneira lenta, gradativa e segura para evitar possíveis rachaduras no sustentáculo do regime.

A transição democrática brasileira foi definida, sobretudo, de acordo com Pereira (2010), pela particularidade consensual e pelo estado jurídico de continuidade, ou seja, militares e civis (principalmente as elites políticas e econômicas) atuaram conjuntamente e pactuaram para a integração e a institucionalização do regime, para sua legitimação desde as bases da sociedade. A entrega da faixa presidencial dos militares para os civis em 1985, entretanto, foi simbólica porque impossibilitaria, nos anos seguintes, a investigação de violações de direitos humanos, a responsabilização dos agentes públicos pelos atos de lesa-humanidade e a elaboração da memória sobre o passado.

Mesmo considerando que a mobilização popular não foi decisiva para a interrupção definitiva do processo autoritário, ela balizou a mudança das características das ações coletivas²⁰ na intenção de conferir outros sentidos de conceber o político e a política.²¹ Talvez

²⁰ De acordo com Melucci, compreende-se por ações coletivas “uma interação de objetivos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidade e coerções” (Melucci, 2001, p. 52). É preciso ressaltar a diferença entre ação coletiva e movimentos sociais, pois “Na sociedade complexa contemporânea, os movimentos sociais não se identificam necessariamente com a lógica instrumental na busca dos seus objetivos. Isto porque como a ação coletiva está inserida nos códigos culturais, a forma do movimento é um desafio simbólico aos padrões dominantes. Ou seja, o movimento é uma mensagem, uma ação invisível” (Melucci, 2001, p. 55).

²¹ Para Chantal Mouffe (2005), o político e a política possuem significados diferentes. Ela diz que “Alguns teóricos como Hannah Arendt veem o político como um espaço de liberdade e de deliberação pública, enquanto outros o veem como um espaço de poder, conflito e antagonismo. Meu entendimento do ‘político’ claramente pertence a segunda perspectiva. Mais precisamente, esta é a forma como eu distingo o ‘político’ da ‘política’: por ‘o político’ eu entendo a dimensão do antagonismo a qual eu tomo como constitutiva das sociedades humanas, enquanto que

seja interessante notar que esse fenômeno ocorreu em meio à eliminação física e simbólica de partidos e organizações políticas que se empenharam na luta armada nos anos de chumbo, em meio ao eco de Maio de 68²² nos processos políticos e culturais e em meio à emergência da globalização. Esse conjunto de fatores ajuda a compreender que o modo de fazer política e de atuar no campo público, tradicionalmente ocupado por estruturas políticas formais, como as político-partidárias e sindicais (Sá & Carvalho, 2017), perdeu força e possibilitou a politização de temas considerados “minoritários”, em referência à concepção hegemônica marxista sobre a centralidade da luta de classes para a emancipação humana.

O surgimento de novas organizações políticas na época da redemocratização brasileira teve como características a ampliação do repertório de atuação política como resposta à conjuntura do ciclo de protestos e à reordenação do sistema político que despontava no horizonte.²³ Dito de outro modo entende-se que os sujeitos que estiveram à margem da política passaram a exercer seus discursos e suas práticas, forjando identidades e organizando grupos. Por esse ângulo, Gohn (2011) evidencia que, “ao realizar essas ações, projeta[ra]m em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (p. 336). No caso do nascente movimento LGBT, sujeitos mobilizaram recursos simbólicos e sociais para a construção de uma identidade coletiva vocalizada pelas sexualidades e gêneros dissidentes.

2.2 O jornal *Lampião da Esquina* e a expansão das sociabilidades

por ‘política’ eu significo uma série de práticas e instituições através das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto de conflitualidade provido pelo político” (p. 9).

²² A alusão ao mês de maio de 68 faz referência aos diversos acontecimentos políticos que marcaram o imaginário social do Ocidente. Na França, no mês maio de 1968, os estudantes, descontentes com as medidas impopulares e conservadoras das universidades e do presidente Charles de Gaulle, iniciaram uma série de protestos que tomaram proporções gigantes, provocando até mesmo as greves e ocupações de fábricas por trabalhadores. O caos foi instalado com os confrontos entre os jovens, armados com coquetel molotov e protegidos por barricadas e a polícia com seu aparato bélico. No restante do mundo, aconteceram os protestos contra a Guerra do Vietnã, a eclosão da contracultura no EUA, a primavera de Praga, o recrudescimento das ditaduras militares na América Latina, entre outros. No campo do conhecimento, Maio de 1968 provocou mudanças profundas nas artes, na filosofia e nas ciências sociais.

²³ Ao analisar, por meio do método comparativo, os ciclos de protestos de 1984, 1992 e 2013, a autora Tatagiba (2015, p. 39) afirma que o ciclo de protestos acontece em determinada época histórica, assumindo perspectivas distintas sobre o que seria a democracia. Para a autora, “O conceito de ciclo de protestos refere-se a uma fase de intensificação dos conflitos, no qual um conjunto diversificado dos atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo de intensidade superiores ao verificado regularmente, difundindo-se rapidamente dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados”. No caso do ciclo de protestos dos anos de 1980, época da transição de regime, “milhares de pessoas saíram às ruas do país exigindo do Congresso a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que permitiria eleições diretas para presidente da República. No dia 26 de abril de 1984, a Emenda foi derrotada pelo plenário da Câmara. Essa campanha ficou conhecida como as Diretas Já” (Tatagiba, 2015, p. 37).

A escolha analítica deste trabalho privilegia a emergência de homossexuais na cena pública nos anos da distensão da ditadura (1979 a 1985), inaugurando a primeira “onda” do movimento LGBT. Para James Green (2014), “as demandas do movimento faziam parte das articulações contra a ditadura e continham reivindicações que visavam uma sociedade pluralista, além de proporem novos conceitos sobre a sexualidade, o comportamento e a própria natureza da política” (p. 178).

A primeira “onda” do movimento homossexual se deu no contexto de reorganização dos modos de vida da sociedade após o longo período de repressão política, porém, de acordo com Souza (2013), a questão da oportunidade política é insuficiente para explicar seu surgimento, é preciso atentar também para a influência do cenário cultural, em que a imprensa alternativa junto às expressões artísticas “marginais” sustentou a produção e a circulação de um repertório simbólico fortemente mediado pelos valores contraculturais, criando condições para sua mobilização social. O encontro entre “iguais” permitiu o estreitamento de laços de sociabilidade e “tornou possível a produção de uma estética da homossexualidade, a construção coletiva de uma identidade política fora do ‘gueto homossexual’ e a vocalização política dos homossexuais” (Souza, 2013, p. 132). Nesse sentido, cabe aqui delinear os primeiros passos da movimentação homossexual.

Na segunda metade do século XX, com a modernização do capitalismo, o mercado de consumo circulou com mais intensidade nos centros urbanos, proporcionando maior sociabilidade em territórios definidos, portanto, como marginalizados, devido ao estigma imputado aos homossexuais. Esses territórios são comumente associados ao gueto. Para Wacquant (2004)

o gueto revela-se como um dispositivo sócio-organizador composto de quatro elementos (estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional) que emprega o espaço para reconciliar seus dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social. O gueto não é uma “área natural”, produto da “história da migração” (como Louis Wirth defendia), mas sim uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano (p. 155).

Segundo Queiroz (2008), para Wacquant, o estigma e o elemento de confinamento espacial podem ser englobados para configurar o banimento forçado de sujeitos marginalizados. O encapsulamento institucional diz respeito à função social do gueto, cujo perfil é ser “voltado para dentro”, ou seja, limitado a determinado espaço em que sujeitos se apropriam para se proteger, ainda que precariamente, de ameaças e agressões. Os guetos constituídos por LGBTs no Brasil da segunda metade do século XX caracterizavam-se, mormente, por locais de

encontro de sujeitos da mesma orientação sexual e/ou identidades de gênero dissidentes, cuja chance de serem reconhecidos por familiares, amigos ou colegas de trabalho era menor, servindo de salvaguarda ao ostracismo social. Todavia, esses locais eram fortemente mediados pelo consumo e eram considerados despolitizados pelos integrantes do movimento homossexual (MacRae, 1990).

A formação de guetos nos principais centros urbanos do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador propiciou encontros de homossexuais em locais como banheiros públicos, praças e parques para atividades sexuais e “outros circuitos menos clandestinos e marginais de sociabilidade . . . foram sendo progressivamente desbravados, tais como bares, boates e festas privadas” (Quinalha, 2017, p. 229). Mesmo sustentado pela lógica de mercado, com a consolidação das redes de sociabilidades, os homossexuais passaram a compartilhar afetos, desejos e sonhos, criando-se, assim, senso de pertencimento e comunidade. No entanto, com o golpe de 1964, esse processo foi interrompido porque

um braço dessa repressão fazia sentir seu peso sobre os costumes, nutrindo as atividades paralelas de intimidação, venda de proteção e extermínio sumário, atuantes em todas as cidades, então conhecidas como “esquadrões da morte”. Os territórios ampliados de sociabilidade homossexual eram alvo regular de incursões policiais e parapoliciais desse tipo, a pretexto de combate à vadiagem e ao tráfico de drogas (Simões & Facchini, 2009, p. 74).

Quinalha (2017) considerou a primeira tentativa de movimentação LGBT realizada no Rio de Janeiro em 1976. O jornal *Última Hora* divulgou uma notícia dizendo que foi mobilizado um aparato policial com 20 carros e 70 homens da 3ª DP da Delegacia de Vigilância-Centro, ficando conhecido como “Operação Salto Alto”, para impedir a reunião de LGBTs, especialmente de travestis, organizada pela União dos Homossexuais Brasileiros – UHB, divulgada por meio de panfletos em um dos jardins do Museu de Artes Modernas, cujas pautas eram a proposição de um congresso nacional para debater o tema e a instituição do Dia do Homossexual.

Não deixa de ser importante salientar que Celso Curi, jornalista da imprensa *Última Hora*, foi o responsável por escrever a Coluna do Meio, com o objetivo de noticiar eventos sociais de forma sarcástica e com muito humor, chegando a criar personagens fictícios e um “Correio elegante”, dirigido para estabelecer contatos entre a população LGBT. Em 1976, Curi foi denunciado pela Promotoria Pública do Estado de São Paulo por “ofender a moral e os bons costumes” e demitido do jornal. O processo ocorreu em abril 1978, por meio da 14ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, em que o juiz alegou que “o nome [Coluna do Meio] não

deixa dúvidas quanto ao assunto tratado, o homossexualismo que é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las através da seção *Correio Elegante*” (Trevisan, 1986). Curi contou para Trevisan, na época da denúncia, que organizar um movimento reivindicatório era muito perigoso (Rodrigues, 2014).

Foi somente no fim do ano de 1978 que a semente germinou. A vinda de Winston Leyland ao Brasil, editor da revista literária norte-americana *Gay Sunshine*, voltada para a discussão sobre gênero e sexualidades, proporcionou intensa troca de informações com intelectuais, artistas e ativistas do Rio de Janeiro e São Paulo, que posteriormente se engajariam na publicação de um periódico da imprensa alternativa chamado *Lampião da Esquina*, direcionado para a temática das ditas “minorias”, como movimento feminista, movimento negro, movimento ecológico, religiosidades afro-brasileiras, questões indígenas, repressão policial contra negros, reflexões sobre sistema prisional, consumo de drogas, aborto, etc., vocalizando demandas que durante muito tempo foram reprimidas pelas tradicionais reivindicações da esquerda político-partidária.

O conselho editorial e os colaboradores do *Lampião da Esquina* eram compostos por intelectuais, artistas plásticos, artistas cênicos, escritores, jornalistas, ativistas, acadêmicos, etc., cujas trajetórias eram diversificadas, desde os atuantes da cena cultural à cena política, tendo alguns membros pertencido ao circuito contracultural e/ou da cultura marginal e outros à oposição político-partidária à ditadura militar, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), entre outros. Os conselheiros eram Darcy Penteado, João Antônio Mascarenhas, Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, João Silvério Trevisan, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, Francisco Bittencourt e Peter Fry. O jornal contou com a colaboração de Reginaldo Prandi, ZsuZsu Vieira, Celso Curi, James N. Green, Alexandre Ribondi, Edward MacRae, Mariza Correa, Luís Mott, Glauco Mattoso, José Lutzenberger e Leila Míccoli.

Os membros do *Lampião* tiveram que empreender grandes esforços para manter o jornal em funcionamento devido à censura à imprensa, que dificultava as possibilidades de financiamento de jornais alternativos. Então, “nove dos seus onze idealizadores iniciais se cotizaram para criar uma editora de capital fixo. Resolveram também tentar arrecadar dinheiro através de uma carta endereçada a 12 mil amigos e amigos de amigos homossexuais de todo Brasil” (MacRae, 1990, p. 71). Os censores da ditadura perseguiram seus membros em abril de 1979, por meio de inquérito policial por “problemas de contabilidade”.

Acreditava-se que este novo tipo de pressão por parte das autoridades policiais era inspirado em um documento secreto do Centro de Informações do Exército (C.I.Ex) que algum tempo antes havia sido levado á público pelo jornal O Estado de S. Paulo. Este documento recomendava medidas alternativas para controle da imprensa, uma vez abrandada a censura oficial. Uma das medidas preconizadas era a de promover devassas na contabilidade das editoras de jornais “nanicos”, para levá-las a encerrarem suas atividades, por razões fiscais. Pretendia-se provar que o *Lampião* não tinha condições de sobreviver como empresa (MacRae, 1990, p. 163).

O *Lampião* foi inaugurado com o número zero e na ocasião foi realizada a apresentação dos membros do corpo editorial, dos propósitos e dos temas que iriam compor as páginas das edições posteriores. A apresentação do jornal, com o título “Saindo do Gueto”, ilustra a transformação em curso no cenário político e nos sentidos da homossexualidade no imaginário da população LGBT:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?

Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual, como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, *Lampião* deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor - que nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (Conselho Editorial, *Lampião* da Esquina, 0, 1978, p. 2).

O *Lampião* enfatizou a necessidade de os homossexuais saírem da condição de semiclandestinidade e de lutarem politicamente pela livre expressão de gênero e orientação sexual, considerando o momento de distensão política que o país enfrentava. Sabia que era preciso mobilizar recursos simbólicos e sociais para reverter o quadro, uma vez que a representação de si de boa parte dos LGBTs era – e é ainda hoje – fortemente mediada pela moralidade judaico-cristã e pelos saberes médico-psiquiátricos, que consideravam as sexualidades dissidentes pecaminosas e doentes, reforçando o sentimento de desajuste, culpa e

anormalidade. O *Lampião* se apresentou como contraponto à constante ridicularização, difamação e discriminação por parte da imprensa amarela e da grande imprensa, conforme salienta Quinalha (20017): “Os homossexuais só eram retirados do gueto e visibilizados para a desqualificação de seu caráter ou integridade” (p. 282), isto é, o *Lampião* assumiu um olhar crítico sobre a moralidade conservadora e autoritária da sociedade brasileira, acentuada em um ambiente pouco democrático.

O periódico atuou na linha de frente pela disseminação de estratégias políticas para a saída do gueto. Os ativistas que nele atuavam compreendiam que “o movimento homossexual e a comunidade homossexual deveriam assumir uma conduta de contra-simbolização, para atuar contra a disseminação de ideias e estereótipos que, mais do que afetar a vida emocional dos homossexuais, justificariam e motivariam atos de violência” (Souza, 2013, p. 114). O *Lampião* se utilizou de códigos de linguagens específicos do meio homossexual, como o deboche, a irreverência e a “desmunhecação” como recursos para a luta pelo direito à liberdade de expressão que procurava alcançar uma transformação no tratamento dado às homossexualidades, no sentido de atribuir a posituação da identidade homossexual (Souza, 2013).

Outro ponto que merece destaque é a menção, por parte de um dos editores, Aguinaldo Silva, à ausência de mulheres no corpo editorial, quando do episódio de criação do *Lampião*, em que Winston Leyland propôs coletar material de autores latino-americanos para a composição de uma antologia sobre gênero e sexualidade, com o patrocínio do Congresso norte-americano:

As mulheres editoras procuradas por ele reagiram de forma bastante estranha - não só deixaram bem claro que não estavam interessadas em participar da antologia, como algumas até se recusaram a falar com ele.

A ausência de mulheres em *Lampião* não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial: convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que o jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres a discriminação é bem mais complexa, e independente de suas preferências sexuais (Silva, 1978, p. 2).

A motivação das mulheres lésbicas para não participarem do editorial não está explícita, pois não existem registros históricos e bibliográficos que mencionem tais motivos, porém supõe-se que pode ter sido em função de um conjunto de fatores, entre eles, o fato de as lésbicas possivelmente terem se preservado por ocasião da dupla discriminação que sofriam – por

orientação sexual e de gênero – e terem visto a necessidade de se manterem na invisibilidade como forma de proteção social contra as violências públicas e, principalmente, as privadas.

O reconhecimento das especificidades das mulheres lésbicas por parte do *Lampião* foi importante para que elas pudessem, em outro momento, dar um primeiro passo na ocupação dos espaços do editorial, muito embora somente Leila Mícolis tenha colaborado com mais frequência. Isso se deu pelo fato de que o *Lampião* tinha um espaço no editorial para que os leitores comentassem e opinassem sobre o jornal. As lésbicas passaram a criticar a falta de espaço dedicado às suas especificidades, conforme se observou na 2ª edição, em que a leitora Rose R., do Rio de Janeiro, teceu o seguinte comentário:

Tenho uma ressalva a fazer: as mulheres estão praticamente alijadas do LAMPIÃO. Esta é a grande falha dos jornais gueis. Ora bolotas, vou acabar encabeçando um movimento e fundando o jornal “Maria Bonita” (será que entre nós já tão vilipendiadas, já existe a tal discriminação?) cujo slogan será “Menino não entra” (Rose, 1978, p. 14).

Diversas lésbicas, bissexuais e algumas mulheres heterossexuais escreveram para o jornal: Lélia Gonzáles, Mariza Luiza Correa, Cynthia Sarti, Inês Castilho. Foram entrevistadas distintas personalidades como Alice Soares, Marta Suplicy, Lecy Brandão, Zezé Mota, Cassandra Rios, Norma Bengell, Darlene Glória, entre outras.

O *Lampião da Esquina* circulou entre 1978 e 1981, sendo o principal locutor da crescente mobilização política LGBT no Brasil, apesar de sua breve existência. O jornal dedicou bastante espaço para a cobertura de eventos das pautas minoritárias. Cobriu também a dinâmica interna do SOMOS. MacRae (1990) destaca que “esse relacionamento, porém, nunca foi muito tranquilo, dadas as expectativas divergentes das duas organizações” (p. 105).

MacRae (1990), Quinalha (2017) e Trevisan (1986) afirmaram que o fim do jornal foi resultado de distintos acontecimentos. Um deles, sobre o qual todos os autores concordam, foram de ordem financeira: o aumento do custo de produção e as dificuldades nas vendas em bancas e na consolidação de assinaturas acabaram inviabilizando sua circulação, assim como os constantes ataques terroristas de extrema direita, que geravam enormes prejuízos. Outro motivo foram os desentendimentos entre os editores do *Lampião*, que acabaram se dividindo entre as posições dos paulistas e aquelas dos cariocas. As divergências entre integrantes do SOMOS/SP, GALF, SOMOS/RJ, Grupo Auê, Bando de Cá/Niterói, Gols/ABC e GGB/Bahia se acirraram, refletindo diretamente nas matérias do *Lampião*, o que acabou dificultando a sustentação do jornal, que, por sua vez, tentava, em vão, agradar todos os segmentos do diversificado movimento LGBT. Esse episódio será detalhado mais à frente.

2.3 O surgimento do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual

Ainda em 1976, João Silvério Trevisan acabara de voltar ao Brasil depois de três anos no exílio. Com o acúmulo de experiências adquiridas no exterior, resultado dos contatos travados com o movimento gay norte-americano, com as feministas e com os brasileiros exilados, sentiu-se sozinho e isolado em São Paulo. Propôs reunir um grupo de jovens para discutir a questão da homossexualidade. Compareceu cerca de meia dúzia de homens. Trevisan relatou, porém, que não logrou êxito naquele momento por dois motivos. O primeiro, talvez o mais impactante, foi o fato de que as pessoas que ali se encontravam tinham dificuldades em aceitar a própria sexualidade, devido às más experiências com os companheiros dos partidos de esquerda. Em segundo lugar, havia a tônica, por parte dos integrantes que tinham experiências com partidos políticos, de que a questão da sexualidade seria secundária frente à gravidade da situação política que o país enfrentava. Então, “sem resposta clara, qualquer movimento empacava nessa questão. Como se não bastasse, 70% do grupo admitia francamente se achar anormal por causa de sua homossexualidade. Nessas condições, não é de estranhar que o projeto tenha ruído após algumas penosas reuniões” (Trevisan, 1986, p. 202). Além disso, para James Green (2014),

Com poucas exceções, os integrantes do grupo passaram por um sentimento de vulnerabilidade por serem homossexuais, pois a revelação da sua vida privada podia causar (e de fato causava) problemas em casa, na vizinhança, no emprego ou na escola. Esta vida semiclandestina, por meio da qual as pessoas viviam se escondendo e negociando a informação que queriam revelar ou manter em segredo no dia a dia, em certo sentido, era parecida com o comportamento semiclandestino das pessoas que estavam militando nas esquerdas clandestinas durante a ditadura (p. 188).

Com já dito anteriormente, somente dois anos depois essa discussão seria retomada, no momento da vinda de Winston Leyland, que resultou no lançamento do número zero do jornal *Lampião*. Com isso, homossexuais se interessaram em organizar um grupo de discussão sobre sexualidade e outros temas que os afetavam. Debatiam intensamente o conteúdo do *Lampião* em contraponto às matérias sensacionalistas sobre homossexualidade veiculadas pela imprensa, e chegaram a redigir uma carta aberta criticando a forma como as homossexualidades eram retratadas na televisão e nos jornais.

Trevisan (1986) contou que de início o grupo ficou conhecido como Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais e que focou na experimentação do “eu” por meio da

autodescoberta e do prazer. Nesse espaço de sociabilidade abriram-se possibilidades de questionamento das tradicionais práticas sexuais e representações de gênero, do modelo de relacionamento heterossexista e monogâmico e, principalmente, do “*ethos* da masculinidade revolucionária”²⁴ (Green, 2012; Quinalha, 2017). Em resumo, ficou claro para os presentes que era preciso “fermentar novas ideias sobre práxis política. Quanto a isso, havia uma crescente preocupação de contestar o ativismo como forma de busca e exercício de poder”. O grupo estava preocupado “em não mais separar as esferas pública e privada, [mas com] o crescimento da consciência individual e a transformação social” (Trevisan, 1986, p. 205).

Trevisan (1986) apontou que nessa mesma época, de início do SOMOS – que ainda não tinha esse nome –, havia pouquíssimas lésbicas, que marcavam presença de maneira flutuante, e os gays consideravam essa questão grave, porque estavam “interessados numa análise feminista da repressão sexual e numa aliança com os emergentes grupos de mulheres liberacionistas” (p. 204). O SOMOS esteve alinhado com a perspectiva da politização de esferas da vida social que ainda não eram reconhecidas, como a vida privada e a sexualidade.

A prática interna do SOMOS foi norteadada pela ênfase dada à igualdade entre os membros, que, nesse caso, seria a condição de homossexuais, ao passo que evitavam distinções como filiação partidária, classe social, religiosidade, faixa etária, raça/etnia e gênero. Para MacRae (1990), “frequentemente procura[va]m também evitar a diferenciação interna que seria provocada pela adoção de uma estrutura hierárquica. Para tanto evita[va]m a delegação de poderes ou de representatividade, buscando envolver todos os seus integrantes tanto nas decisões comunitárias, quanto nas suas implementações” (p. 111). Essa dinâmica intragrupal estimulou a coesão entre os integrantes para a definição de uma identidade coletiva, implicada na continuidade da experiência do “nós”, evitando a interferência de agentes externos que poderiam manipular politicamente, isto é, evitando as tradicionais representações partidárias, em contraposição a “eles” (Prado, 2002).

Em fevereiro de 1979 o grupo recebeu um convite do Departamento de Ciências Sociais da USP para um debate com o título “O caráter dos movimentos de emancipação”. A ideia era debater a emergência de novos atores coletivos que entravam para o cenário político, como as mulheres, os negros, os homossexuais e os indígenas. Nesse momento, os integrantes acharam oportuno dar um nome para o movimento. Glauco Mattoso era poeta e sugeriu o nome SOMOS

²⁴ James Green (2012), ao estudar a homossexualidade masculina e sua relação com as organizações políticas de esquerda que lutaram contra a ditadura militar, constatou que existia um “modelo ideal” de ser revolucionário, que se centrava no culto à masculinidade hegemônica e heterocentrada. Nas palavras do autor “Se um militante revelasse seus desejos sexuais por um camarada, correria o risco de ser expulso da organização e se tornar um pária. O *ethos* da organização impunha heterossexualidade obrigatória ou, pelo menos, aparentava tal” (p. 83).

em homenagem à extinta organização política argentina Frente de Libertação Homossexual, que publicou a revista *Somos* em protesto às medidas conservadoras do peronismo na Argentina. O movimento FLH, fundado em 1971, foi a primeira organização política LGBT da América do Sul. A organização foi extinta em 1976 quando vários de seus foram desaparecidos na ditadura militar argentina. Além disso, o nome SOMOS dizia respeito a “assumir a homossexualidade”, daí seu complemento “Grupo de Afirmação Homossexual”.

O debate foi intenso, acirrado e difícil devido à participação de diversos agrupamentos como movimento estudantil, partidos políticos, movimentos feministas, negros e homossexuais com orientações políticas muito distintas entre si. Quando os integrantes do Movimento Negro Unificado (MNU) discursaram, foi colocada em pauta a falta de compromisso, por parte da esquerda tradicional e branca, com a luta pelo fim da discriminação racial e pela violência sofrida pela população negra. Por conta disso, diversos militantes da esquerda tradicional se retiraram do local, acusando-os de divisionismo. O mesmo aconteceu quando as mulheres do jornal *Nós Mulheres* foram tachadas de pequeno-burguesas por representantes do Movimento do Custo de Vida. No tocante à discussão sobre as homossexualidades, em meio à controvérsia da “luta maior” em detrimento da “luta específica”,

alguém no plenário tomou a palavra e disse: "Eu vou dizer agora o que metade desse auditório está sequiosa para ouvir. Vocês querem saber se o movimento guei é de esquerda, de direita ou de centro não é? Pois fiquem sabendo que os homossexuais estão conscientes de que para a direita constituem um atentado à moral e à estabilidade da família, base da sociedade. Para os esquerdistas, somos um resultado da decadência burguesa. Na verdade, o objetivo do movimento guei é a busca da felicidade e por isso é claro que nós vamos lutar pelas liberdades democráticas. Mas isso sem um engajamento específico, um alinhamento automático com grupos da chamada vanguarda" (Dantas, Lampião da Esquina, 1979, p. 9).

Emanuel, um dos membros do SOMOS expôs, em seguida, os objetivos do grupo, sua origem e estrutura. Salientou que esperava resolver a questão da ausência de mulheres e negros, compreendendo que a adesão ao grupo era mais difícil em virtude da dupla discriminação sofrida por eles.

O discurso acima ilustra os conflitos entre a esquerda tradicional e os movimentos identitários ou, grosso modo, entre a posição das representações político-partidárias e os “novos movimentos sociais”. Ou seja, o que estava em jogo naquele momento era a mudança do caráter das mobilizações políticas, que não se baseavam mais “num modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de equivalência de um único conflito que divida a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação

de espaços políticos” (Laclau, 1983, par. 25). Dessa maneira, a pluralidade das exigências concretas constituiu diversos grupos sociais com distintos interesses e demandas que se acentuaram no período do ciclo de protestos da liberalização política.

Com a presença do SOMOS no debate da USP, o interesse pelo movimento aumentou consideravelmente. Segundo Quinalha (2017), chegou a ter cerca de cem pessoas, com flutuação de 30%, sendo que a cada mês ingressavam cerca de vinte, trinta pessoas e um número expressivo de lésbicas tornaram-se assíduas no grupo. O SOMOS era composto por jovens entre 20 e 30 anos, cuja raça/etnia era majoritariamente branca, de classe média e baixa de distintas ocupações/profissões, como funcionários públicos, massagistas, professores, estudantes, jornalistas, etc.

Outra característica do SOMOS que precisa ser pontuada é o surgimento da “dupla militância e/ou dupla inserção”. Isto é, MacRae (1990) observou que a pluralidade de sujeitos nessa onda de crescimento do SOMOS produziu o “personagem que se diz ‘duplamente discriminado’: e que, portanto reivindica o direito à dupla militância, normalmente vista com muita suspeita dentro destes grupos” (p. 242). O que punha a autonomia do SOMOS em cheque, segundo eles, era a inserção simultânea de pessoas nos grupos político-partidários e nos movimentos minoritários.

Os membros do SOMOS chegaram à unanimidade, após intenso debate, sobre os pontos em comum que deveriam colocados em prática. Para MacRae (1990), tais pontos seriam:

- 1 - o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais;
- 2 - as palavras “bicha” e “lésbica” deveriam ser esvaziadas de sua carga pejorativa para, desta forma, tornar inofensiva uma das grandes armas usadas pela sociedade machista para oprimir aqueles que se desviam de suas normas sexuais.
- 3 - o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora do grupo quanto dentro (pp. 133-134).

Para dar conta da dinâmica de funcionamento do SOMOS, os integrantes dividiram-se em subgrupos com funções específicas, que variavam conforme as circunstâncias políticas e a situação interna do movimento. Chegaram a propor diversos subgrupos que se mostraram ineficazes nos termos práticos, como “serviços”, “estudos e discussões”, “atividades artísticas” e “expressão não-verbal”. A ausência de objetivos concretos fez com que o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais se esvaziasse consideravelmente. Depois do debate na USP, com o aumento de integrantes, os subgrupos que duraram mais tempo foram “identificação” e “atuação externa”, que seria formado posteriormente.

Existia, entre os participantes, maior interesse pelas reuniões de identificação. Elas acabaram sendo a porta de entrada para o movimento, uma vez que os ingressantes necessitavam de espaço para integração, socialização e autodescoberta, no qual “eram transmitidas importantes informações a respeito da subcultura homossexual, como endereços de locais de encontro, as diversas formas de se obter parceiros sexuais, uma iniciação no jargão homossexual e uma apresentação a todo o universo de reflexões sobre a homossexualidade” (MacRae, 1990, p. 137). A função desse subgrupo era proporcionar o compartilhamento de experiências de vida, com foco para a descoberta da homossexualidade. Essas narrativas foram muito importantes para lésbicas e gays porque exprimiram a experiência coletiva de estigmatização que, *a priori*, era considerada privada e individual.

Pode-se observar que as experiências compartilhadas pelos subgrupos do SOMOS constituíram a política das subjetividades, em que a intimidade, o prazer, o corpo e as vivências das questões de ordem “privada” foram as principais pautas para a inserção na disputa política com outros atores sociais (Souza, 2013). Entretanto, é preciso mencionar que nesse contexto os integrantes sentiam certa fragilidade quanto à atuação política, pois

O SOMOS não era uma organização “subversiva” tradicional e um alvo de uma repressão direta da Operação Bandeirantes, do DOI-CODI ou do DEOPS. Contudo, por ter resolvido enfrentar os preconceitos sociais com um projeto político, num momento em que a ideia da organização política de gays e lésbicas era incompreensível e inconcebível para a maioria, inclusive a maioria dos homossexuais sob o contexto de uma abertura ainda precária (Green, 2014, p. 188).

Como as reuniões do subgrupo identificação eram cheias, foram criados outros três subgrupos para que todos pudessem participar. As mulheres foram distribuídas entre os três subgrupos devido ao fato de os presentes acreditarem que a discussão da sexualidade sob o ponto de vista das lésbicas enriqueceria o debate, além de se orientarem pelo princípio da igualdade entre todos (MacRae, 1990).

Não obstante, as lésbicas, com o tempo, constataram que esse formato as prejudicava, porque não permitia que discutissem as necessidades específicas inerentes ao entrelaçamento da condição de gênero e da sexualidade. Diante disso, constituíram um subgrupo chamado Lésbico-Feminista (LF) em junho de 1979, gerando atrito com os homens recém-chegados, que acreditavam que o posicionamento das lésbicas era radical com a formação de um grupo só de mulheres. As lésbicas, por outro lado, diziam que necessitavam de um espaço livre do machismo e da misoginia, posto que, por diversas vezes, ouviam comentários pejorativos como “rachas” ou “rachadas”. Ou seja, “as lésbicas lutavam em duas frentes: contra relações de

dominação entre os sexos e contra a reprodução dos papéis de dominador e dominado no ambiente homossexual” (MacRae, 2018, p. 48).

O subgrupo “atuação externa” tinha a função de elaborar cartas de protesto, organizar pautas das reuniões de todos os subgrupos do SOMOS, participar de debates, etc., tomando para si a tarefa de coordenar o movimento, pois acreditava que os subgrupos de identificação eram dispersos e tinham dificuldades quanto à atuação prática (MacRae, 1990).

Começaram a surgir tensões entre os subgrupos “identificação” e “atuação” nas reuniões gerais do SOMOS, pois os recém-ingressos sentiam-se isolados frente às ações dos veteranos, que tendiam a centralizar as atividades, justificando que o crescente número de ingressantes dificultava a coordenação das reuniões. Assim, os subgrupos de identificação alegavam que o SOMOS se burocratizava e as decisões eram tomadas pela “cúpula”. Além disso, a controvérsia da formação de um grupo constituído exclusivamente por lésbicas acirrou os debates das reuniões gerais.

Os integrantes do SOMOS sentiam dificuldades em chegar ao consenso sobre o que seria a categoria “homossexual”.²⁵ Pode-se dizer que possivelmente gays e lésbicas discutiam a construção da identidade como estratégia para reivindicação de direitos, estando, portanto, sujeita a negociações e disputas em torno de seu significado, conforme assinala Eribon (2008): “a autodefinição coletiva é um desafio de lutas entre os próprios homossexuais e, assim, a ‘identidade’ não é nem uma realidade nem um programa, nem um passado nem um futuro, mas um espaço de contestações de conflitos políticos e culturais” (p. 97 como citado em Pinafi, 2011, p. 40).

Os fundadores mais influentes do SOMOS possuíam divergências ideológicas, o que repercutia significativamente na práxis política, muito embora a organização não fosse estruturada hierarquicamente. Tais divergências diziam respeito ao debate sobre a viabilização de estratégias políticas para a sustentação do SOMOS como movimento social. A vertente autonomista, autodenominada “libertária”, era representada pelas afinidades ideológicas entre indivíduos mais próximos a João Silvério Trevisan, buscando “um duplo distanciamento, de um lado, em relação ao Estado autoritário e, do outro lado, em relação aos grupos político-partidários em geral” (Sá & Carvalho, 2017, p. 5). A outra parte tinha proximidade com as estratégias adotadas pela organização clandestina trotskista, denominada Convergência

²⁵ Vale ressaltar aqui que objetivo de expor o conceito de identidade homossexual é para demonstrar que ela é provisória e fruto de contingências sociais e políticas, que variam conforme as épocas históricas, sendo imprudente adotar uma noção essencialista sobre identidade homossexual (Silva, 2007, p. 33).

Socialista, sendo James Green, conhecido na época como Charlie, o principal locutor entre os dois movimentos sociais, que tinham intensas relações.

Laclau (1983) atenta para esse fenômeno como resultado das forças políticas que emergiram na abertura política das ditaduras militares da América Latina, em que a ascensão, ainda que limitada, das democracias, fissurou noções tradicionais sobre representação política. Pode-se dizer que, no caso do movimento homossexual, a proliferação de sujeitos políticos propiciou a expansão dos repertórios de ação coletiva, que passaram a ser disputados tanto interna quanto externamente na relação com outras organizações políticas (Souza, 2013).

Ao mesmo tempo em que o racha do SOMOS tornara-se evidente, foi aberto um inquérito policial contra o jornal *Lampião da Esquina* por “atentado à moral e aos bons costumes”. O inquérito acusava os editores do jornal de serem “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, enquadrando-os na Lei de Imprensa,²⁶ o que significava que poderiam se penalizados com até um ano de cadeia. Vários membros do *Lampião* foram interrogados e fichados. Nessa mesma época, em julho de 1979, o jornal recebeu outra intimação, referente à sua contabilidade.

O SOMOS se mobilizou para tentar evitar que os editores do *Lampião* fossem presos e que o jornal se esfacelasse. Nessa conjuntura, Charlie propôs a criação de uma comissão para a defesa do jornal, cabendo a ele a função de coordenador, posto que essa função exigia contato com outros partidos políticos e outras organizações institucionais. A comissão se encarregou de mobilizar a coleta de assinaturas em defesa do jornal. Além dele, outros membros do grupo de atuação fizeram parte da comissão, gerando desconfiança entre outras pessoas ligadas ao subgrupo de identificação, que viam nele a tentativa de burocratização do SOMOS.

No dia 20 de novembro de 1979, o SOMOS participou das comemorações do Dia de Zumbi, organizado pelo Movimento Negro Unificado (MNU). Foi mobilizado um protesto contra a discriminação racial em frente ao Mappin, no centro de São Paulo. A ida do SOMOS ao protesto foi ideia de Charlie e de outros alinhados à CS, que viam a necessidade de estabelecer aliança com o movimento negro, pois, ainda que tivessem diferenças nas reivindicações defendidas, tinham em comum a luta contra a discriminação e contra a violência policial (MacRae, 1990).

²⁶ A Lei da Imprensa, instituída no dia 14 de março de 1967, versou sobre o controle e a regulação da liberdade de expressão, atingindo principalmente o jornalismo e os jornalistas. Essa medida serviu para a consolidação do autoritarismo do regime militar.

No final do ano de 1979, as divergências internas tomaram uma proporção tão grande que o SOMOS acabou dividido entre “beterrabas” e “chicórias”, no episódio da mobilização de Charlie e de alguns membros da Fração Gay da CS para a construção de um documento interno, cuja função era tentar convencer os demais membros da CS a adotar uma posição favorável à homossexualidade. Como tudo foi encaminhado de maneira mais ou menos sigilosa, membros do grupo de identificação acreditaram que a CS estava “planejando uma ‘tomada’ do grupo por elementos que pretendiam desviá-lo para a atuação partidária. Os participantes dessas reuniões secretas ficaram logo apelidados de “beterrabas”, por serem ‘vermelhas e ficarem escondidas embaixo da terra’” (MacRae, 1990, p.191).

Com as divergências internas do SOMOS, as relações ficaram fragilizadas, o que teve como consequência a saída de grande número de participantes. Entretanto, quem mais sentiu a crise do SOMOS foram as lésbicas, que, no auge do grupo, tinham reunido mais de dez mulheres. Nesse momento, contavam com apenas quatro. A situação mudou porque as integrantes do LF foram convidadas para organizar o II Congresso da Mulher Paulista, previsto para ocorrer nos dias 8 e 9 de março de 1980 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), gerando maior visibilidade e movimentação de pessoas. Os detalhes desse encontro serão discutidos no próximo capítulo.

Entre os dias 4 e 6 de abril de 1980 ocorreu o Primeiro Encontro dos Grupos Homossexuais Organizados (I EGHO) nas dependências da Escola Paulista de Medicina da USP no primeiro dia e no Teatro Ruth Escobar no segundo dia, comparecendo cerca de 200 pessoas. O primeiro dia do encontro foi restrito às pessoas que haviam feito inscrição e o segundo e o terceiro foram abertos ao público. Diversas organizações homossexuais compuseram o debate, como os grupos SOMOS/SP, SOMOS/RJ, SOMOS/Sorocaba, Eros, Libertos, Beijo Livre/Brasília, Auê/RJ, além de pessoas vindas de Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia, Vitória e representantes do jornal *Lampião*, que fizeram uma cobertura exclusiva do evento, para evitar que os participantes tivessem suas vidas expostas na mídia.

Os temas mais discutidos no evento foram a constituição de uma comunidade, os métodos políticos a serem adotados pelo movimento LGBT e a identidade homossexual. Quanto à identidade homossexual, o temário “a questão lésbica, o machismo entre homossexuais e papéis sexuais”, foi o que mais reuniu participantes – totalizando 70 pessoas presentes. Outro tema discutido proposto por militantes ligados às organizações trotskistas foram os métodos políticos a serem adotados pelos grupos homossexuais. Sob o título “Reformulação partidária e homossexualismo”, foi debatido o lançamento de candidaturas homossexuais nas eleições dentro das estruturas formais de poder.

Esse congresso ficou marcado como divisor de águas do SOMOS, uma vez que se notou a presença de partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Convergência Socialista (CS), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) dentro dos vários movimentos homossexuais que participaram do 1º EGHO que,

procurando encaminhar as discussões para assuntos mais ligados às suas preocupações político-partidárias, estas pessoas contribuíram para causar grandes polêmicas especialmente devido ao receio generalizado de que se reproduzissem no I EGHO o caos e o tumulto ocorrido no II Congresso da Mulher Paulista (MacRae, 1990, p.199).

Ficou claro que havia uma clivagem entre o posicionamento dos anarquistas/autonomistas e dos marxistas.

O ponto nodal do racha do SOMOS se deu quando no evento foi votada a proposta de ida dos homossexuais à manifestação em apoio à greve dos metalúrgicos do ABC, prevista para acontecer no dia 12 de maio de 1980. Foi decidido, por acirrada votação, que seria imprudente engrossar as fileiras da greve enquanto movimento homossexual, devido ao medo de sofrerem machismo e homofobia por parte de policiais e operários, além de ser um evento “da luta maior”. No entanto, as integrantes do subgrupo LF disseram que já haviam se comprometido a apoiar a greve na ocasião do II Congresso da Mulher Paulista, consumando-se, assim, “uma primeira ruptura formal entre as lideranças tradicionais dos homens e das mulheres do SOMOS” (MacRae, 1990, p. 199). Segundo MacRae (1990), “previamente, Charlie e seus amigos entre os ‘novos’ eram a favor dessa participação enquanto grande parte dos ‘veteranos’ era contra” (pp.208-209). Enquanto isso, a parte que era contra, apresentou uma proposta alternativa que seria um piquenique em um parque na data do evento.

No dia da greve compareceram cerca de cinquenta lésbicas e gays no Estádio de Vila Euclides, localizado em São Bernardo do Campo, na manifestação com cerca de cem mil operários, entre os quais seguravam os cartazes “Contra a Intervenção nos Sindicatos” e “Contra a Discriminação do(a) Trabalhador(a) Homossexual”. Ficaram surpresos com a receptividade dos operários e de outros manifestantes, pois acharam que poderiam ser hostilizados, tanto pela polícia quanto pelos operários, devido à orientação sexual. No mesmo dia, o grupo dos “veteranos” autonomistas fez um piquenique no parque, no qual foi discutida a posição de Charlie em relação ao SOMOS, chegando à conclusão da necessidade de convocação de uma reunião para discutir os rumos da organização.

A reunião que formalizou o racha do SOMOS foi caracterizada pela “lavagem de roupa suja” entre as posições ideológicas em conflito (MacRae, 1990). Evaristo, um dos

simpatizantes das ideias autonomistas, leu em voz alta uma carta que formalizou a saída do SOMOS.

Logo após a retirada de parcela dos autonomistas, as lésbicas do subgrupo LF anunciaram a saída do SOMOS, reiterando as dificuldades de um subgrupo feminista coexistir em um grupo misto, ao mesmo tempo em que salientaram a não identificação com os motivos da saída dos autonomistas, referentes à atuação política dos membros próximos ao CS. De acordo com MacRae (1990) as lésbicas “resolveram que o SOMOS não tinha mais nada a lhes oferecer e que a briga que se desenrolava era basicamente uma disputa entre ‘machos ambiciosos por poder’” (p. 213). Ao todo, saíram trinta e nove pessoas do SOMOS, restando apenas duas mulheres, que não participavam das reuniões do subgrupo LF.

Com a cisão do SOMOS, o *Lampião* abriu espaço para que as partes envolvidas pudessem se posicionar a respeito do ocorrido. O grupo Outra Coisa reproduziu a carta que formalizou a saída do SOMOS.

James Green, por seu turno, em nome da Fração Homossexual da CS, escreveu uma nota com o título “Autonomia ou não, eis a questão” no jornal *Lampião*, dizendo que consentia com a afirmação de que movimento homossexual deveria inserir sua pauta nos lugares em que seus membros trabalhavam e atuavam, como o movimento estudantil, o movimento secundarista, o setor bancário, entre artistas, professores, atores. Por outro lado, concordava que o movimento homossexual não deveria se filiar a nenhum partido, dizendo que “neste sentido o MH é ‘autônomo’, mas isto não pode, nem deve excluir qualquer tendência ou organização política que queira participar do movimento” e que, portanto, o movimento “pode crescer, incluir milhares de homossexuais e se aliar com outros setores explorados e oprimidos da sociedade ou ele pode ficar isolado. A opção é nossa para escolher” (Green, *Lampião da Esquina*, ed. 20 1980, p. 10).

Ou seja, a posição dos que permaneceram no SOMOS – principalmente os alinhados às proposições da Fração Homossexual da CS – foi orientada para o estabelecimento de uma política de alianças²⁷ e para a proximidade de ações voltadas para a classe trabalhadora. O CS passou a ser uma tendência interna do nascente Partido dos Trabalhadores (PT).

As lésbicas do LF, na edição n° 27 do *Lampião*, enfatizaram que: “não cabíamos no SOMOS enquanto mulheres, já que, como explicado anteriormente em nossa carta, temos que

²⁷ De modo sumário, a política de alianças, consoante à perspectiva adotada por Laclau e Mouffe (1985), diz respeito à *estratégia de aliança*, em que os distintos grupos políticos se vinculam e estabelecem ações conjuntas para o fortalecimento de suas demandas específicas (Prado & Costa, 2011). Para maiores informações, ver “Estratégia de articulação e Estratégia de aliança: possibilidades para a luta política”, de Machado e Costa, 2011.

nos organizar separadamente para atender às nossas especificidades, o que não era absolutamente o caso das bichas” (Grupo Lésbico-Feminista, *Lampião da Esquina*, 1980, p. 5), mas que o fato de elas se constituírem como grupo autônomo não as impedia de atuar conjuntamente com o SOMOS ou com outras organizações LGBTs para a luta contra a estigmatização, a discriminação e a violência.

Antes de encerrar esse subcapítulo, é preciso mencionar a contradição que marcou o episódio de maior organização e enfrentamento do movimento LGBT às ingerências autoritárias da ditadura, em pleno contexto de fragmentação do SOMOS. Logo após o desmanche do SOMOS em distintos agrupamentos, o gueto foi alvo de incursões policiais higienistas da Delegacia Seccional de Polícia da Zona Centro, encabeçadas pelo delegado José Wilson Richetti, conhecidas como “Operação Rondão” e “Operação Limpeza”, conforme detalhadas no primeiro capítulo dessa dissertação.

Com o constante abuso policial impetrado pelo delegado Richetti contra travestis, prostitutas, lésbicas e gays, os movimentos LGBT, negro, feminista e estudantil se juntaram aos parlamentares para tentar barrar as rondas policiais que visavam à limpeza de LGBTs das ruas do centro de São Paulo. O *Lampião* registrou o ocorrido na seguinte reportagem:

O escândalo se alastra quando um sociólogo do prestigioso CEBRAP é preso, ficando três dias desaparecido. Crime: não trazia carteira de trabalho assinada. Então, até o Comitê Brasileiro de Anistia se manifesta. Ao mesmo tempo, o jurista Hélio Bicudo entra com representação judicial contra Richetti e o secretário de segurança. Deputados convocam a ambos para depor diante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Estadual e apresentam denúncias públicas, depois de ouvir depoimento das prostitutas. Aliás, já desde o início das operações os grupos homossexuais, negros e feministas vinham se mobilizando em conjunto; organizam uma entrevista coletiva para denúncia das violências; entram com representação judicial contra Richetti, fazem intensa panfletagem na cidade; e organizam um Ato Público de protesto (Trevisan. *Lampião da Esquina*, ed. 20, 1980, p. 18).

O protesto, ao qual compareceram entre quintas e mil pessoas, foi realizado no dia 13 de junho de 1980. Entre os participantes, o LF, o SOMOS, o Movimento Homossexual Autônomo, os movimentos feministas, o Movimento Negro Unificado, o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto e parlamentares como Eduardo Suplicy, Fernando Morais, João Batista Breda, Geraldo Siqueira e Irma Passoni marcaram presença.

Mesmo debaixo de um certo clima de tensão, foram se abrindo algumas faixas que pediam a exoneração de Richetti protestavam contra a prisão cautelar ali experimentada e exigiam o fim da violência policial, da discriminação racial e a libertação de putas e travestis. Foram lidas várias cartas assinadas pelos diversos grupos organizadores do

Ato. Certamente acostumados aos estereótipos tipo Trapalhões, os transeuntes olhavam perplexos para aqueles beijos, abraços e desmunhecações legítimas (Trevisan. Lampião da Esquina, ed. 20 1980, p. 18).

Foram entoadas as seguintes palavras de ordem: “ada, ada, ada, Richetti é despeitada”; “a b x, libertem os travestis”; “Richetti enrustida, deixa em paz a nossa vida”; “um, dois, três, Richetti no xadrez”; “abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros”; “somos todas putas”; “o guei unido jamais será vencido; “amor, feijão, abaixo o camburão” ou, “arroz, feijão, abaixo a repressão”; “lutar, vencer, mais amor e mais prazer”; “amor, tesão, abaixo a repressão” “Richetti é louca, ela dorme de touca” e “Arouche é nosso” (Trevisan. Lampião da Esquina, 1980, p. 18). Enquanto os manifestantes caminhavam pelas ruas, foi jogado um grampeador do alto de um prédio próximo à passeata que, por sorte, não atingiu ninguém.

Com a denúncia das arbitrariedades das rondas policiais no centro de São Paulo, o delegado Richetti, juntamente com o secretário de Segurança Pública Otávio Gonzaga Júnior, foram convocados a depor na Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo, graças a uma iniciativa proposta pelo deputado Eduardo Suplicy.

De antemão, faz-se necessário esclarecer que na véspera do depoimento, as associações de lojistas do centro da cidade protestaram na porta da Câmara com faixas com os dizeres: “Rondão deve prosseguir”; ‘Fora os marginais do centro’; ‘Nosso repúdio aos advogados de causas perdidas’” (Quinalha, 2017, p. 212). Um dos comerciantes que articulou esse protesto, segundo o jornal Folha de São Paulo, disse que Richetti fazia os rondões “para dar conta do seu trabalho em prol da sociedade organizada, pelo simples fato de combater minorias de marginais, exploradores e conhecidos ativistas de esquerda que colocam em risco a segurança do cidadão comum e os bons costumes” (Quinalha, 2017, p. 212).

Mesmo com provas, como fotografias e depoimentos mostradas pelo deputado Eduardo Suplicy e com a ampla repercussão midiática sobre as violências impetradas pela polícia, “nenhuma deliberação mais concreta e efetiva foi tomada pelo órgão. E Richetti saiu ileso, bem cotado, inclusive, para promoção à classe especial da polícia civil paulista naquela mesma semana” (Quinalha, 2017, p. 213). Ou seja, “apesar de um momentâneo sucesso em conseguir o encerramento daquela ‘Operação Limpeza’, não se pode dizer que houve uma mudança mais permanente da atitude repressiva da polícia em relação aos frequentadores das áreas conhecidas como o ‘gueto homossexual’” (MacRae, 1990, p. 230), pois,

nota-se que as operações estavam lastreadas, politicamente, nos níveis mais elevados da estrutura hierárquica da gestão pública paulista. Além disso, os órgãos de controle da violência policial, fosse ele interno (Corregedoria) ou externo (Ministério Público),

pouco incidiam sobre a dinâmica cotidiana das operações. Assim, Richetti teve ampla margem de atuação nas ruas (Quinalha, 2017, p. 214).

O *Lampião* como principal fonte de interlocução dos homossexuais e mobilizador do movimento homossexual, entrou em profunda crise. As arbitrariedades da censura promovida pelo regime militar, do inquérito policial – que nessa época fora arquivado – e dos ataques terroristas à bomba nas bancas de jornal, que causaram alto prejuízo ao *Lampião*, foram extremamente desgastantes para o corpo editorial. Ao mesmo tempo ocorreriam no interior do *Lampião* os desentendimentos entre paulistas e cariocas, o que dificultou quanto à produção das matérias e refletiu também nos conflitos entre os movimentos homossexuais:

Em novembro de 1980, os grupos Auê, Somos/Rio, Gols/ABC, Bando de Cá/Niterói, GGB/Bahia e GALF entregaram ao jornal um documento reclamando de seu distanciamento e das mudanças que estavam acontecendo.

A cisão no interior do movimento homossexual também colocou em questão a neutralidade do *Lampião* na disputa de concepções de ativismo. O Jornal deixou de ser unanimidade e passou a ser constantemente questionado em relação a suas escolhas editoriais e posições políticas (Quinalha, 2017, pp. 309-310).

Tentando conciliar o efeito da conjuntura do movimento homossexual – que estava em processo de transformação – com as discrepâncias de opiniões e posicionamentos do corpo editorial e o alto dispêndio financeiro para a manutenção do jornal, o *Lampião da Esquina* encerrou suas atividades na trigésima primeira edição em julho de 1981.

Para Zanatta (1997), as operações policiais moralistas e repressivas de Wilson Richetti, os conflitos ideológicos entre os integrantes dos grupos e o fim do *Lampião* fizeram com que as organizações LGBTs passassem por uma reorganização interna no início dos anos de 1980.

Em meados de 1981, os movimentos homossexuais brasileiros tentaram organizar o II Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, desta vez mais ampla, incluindo os grupos do Nordeste, porém, devido à conjuntura de reorganização dos movimentos, os ativistas não conseguiram acertar os detalhes do evento, fazendo com que o encontro fosse cancelado. Como alternativa, aconteceu, em abril de 1981, o Encontro dos Grupos Organizados do Nordeste e em São Paulo, o Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados (MacRae, 1990).

Em relação ao SOMOS, mesmo com a saída de boa parte dos veteranos identificados com a perspectiva autonomista, as desavenças internas continuaram por conta da proximidade de alguns com a CS que, “acusada até o fim de conspirar para transformar o movimento gay e lésbico em ‘bucha de canhão’ contra a ditadura, se refugiou no interior dos partidos de esquerda

recém-formados e perdeu o contato com a questão das minorias” (Souza, 2013, p. 130). Dessa maneira, o SOMOS deixou de existir em 1983.

Os autonomistas que saíram do SOMOS adotaram o nome Outra Coisa – Ação Homossexual. Formaram alianças com os movimentos Eros e Libertos, constituindo o Movimento Homossexual Autônomo como tentativa de quebra da hegemonia do SOMOS no movimento LGBT. Essa aliança, porém, durou pouco tempo devido às divergências entre os três grupos.

As lésbicas do subgrupo Lésbico-Feminista rebatizaram a organização para Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Suas pautas, alianças e diálogos políticos estiveram próximas ao movimento feminista. Entre as organizações surgidas do racha do SOMOS, o GALF foi o mais duradouro, existindo de 1981 a 1989 (Fernandes, 2018). Os detalhes da dinâmica interna desse grupo serão abordados no próximo capítulo.

Para Zanatta (1997), a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), agente causador da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), que ocorreu no Brasil em meados dos anos de 1980, provocou o refluxo do movimento LGBT, diminuindo drasticamente a quantidade de organizações políticas. Com o aumento dos já existentes preconceitos e discriminações, o Conselho Federal de Medicina suprimiu, em 1985, a homossexualidade da categoria “desvio e transtornos sexuais” da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, pois o aumento de matérias sensacionalistas veiculadas pela imprensa amarela sobre a síndrome gerou um pânico moral que impactou negativamente na vida dos homossexuais.

Os grupos mais expressivos que se reorganizaram internamente para combater o estigma do HIV/AIDS e para tentar incluir os direitos sexuais nas assembleias do poder legislativo foram o Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro e o Grupo Gay da Bahia, da Bahia. Para Facchini e Simões (2009, p. 61), “é possível observar o desenvolvimento de um estilo de militância de ação mais pragmática, mais preocupada com aspectos formais de organização institucional e voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais”.

Pode-se afirmar que os rumos tomados pelo movimento LGBT foram orientados para ações de solidariedade aos atingidos pelo HIV/AIDS por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), em parceria com a comunidade científica e médica da saúde para viabilizar projetos de arrecadação de fundos internacionais para dar efetividade às políticas públicas. Além disso, as organizações LGBTs dirigiram as ações no nível da política institucional com as eleições de 1982 e 1986, com as campanhas para mudanças das legislações

em prol da livre orientação sexual e com as campanhas contra a violência policial dirigida às prostitutas, aos LGBTs e aos negros. Ou seja, embora a primeira onda do movimento LGBT fosse dirigida para ações contra o Estado autoritário, com o advento do HIV/AIDS os ativistas se reorganizaram para pensar estratégias de elaboração de políticas públicas junto ao poder público para dar uma resposta coletiva aos efeitos gerados pela síndrome, inaugurando, assim, a segunda onda do movimento LGBT.

3 O DEVIR LÉSBICO: ENTRE O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E O MOVIMENTO FEMINISTA

A mesma boca que denuncia
 me acaricia
 A mesma mão que me adormece
 enfatiza
 E luta
 E combate pelo oprimido
 O corpo que me deixa louca
 é também bandeira de luta
 de confronto
 A mesma voz rouca que me ama
 agride o injusto, o opressor
 Essa mulher que combate
 que usa armas
 Enternece
 Acarinha
 Conforta
 E eu a amo...

(Cláudia, Seção Poesia, ChanaComChana, 12, 1987, p. 9)

O objetivo deste capítulo é tentar estabelecer um contato mais profundo com o posicionamento público de lésbicas frente à ditadura militar, ao movimento LGBT e ao movimento feminista tendo em vista a presença do heterossexismo nos movimentos feministas e a predominância de narrativas masculinas sobre a primeira onda da militância política homossexual no contexto da ditadura militar, fatos que dificultaram quanto à construção da memória da organização de lésbicas no Brasil.

A primeira parte deste capítulo busca situar a relação entre o Grupo Lésbico-Feminista e o SOMOS para entender com mais profundidade os motivos de as lésbicas terem saído do SOMOS para formar um grupo independente. Nesse sentido, ao se tornar autônomo, o LF se aproximou das feministas, fato que ficou marcado por tensões e rupturas tanto no próprio LF, que se tornou o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) quanto nos outros movimentos feministas.

Para narrar as experiências políticas de lésbicas na ditadura militar é preciso considerar que suas memórias são praticamente esquecidas, sendo possível conhecer suas histórias somente a partir de rastros e fragmentos que estão dispersos em jornais, revistas, entrevistas e boletins. Tentar estabelecer um elo entre os pedaços produzidos por diferentes atrizes sociais para elaborar memórias constitui o desafio desse capítulo.

3.1 O Grupo Lésbico-Feminista e o SOMOS

Conforme apontado anteriormente, o subgrupo Lésbico-Feminista (LF) surgiu em 1979, momentos depois do encontro promovido pelo Departamento de Ciências Sociais da USP, quando da explosão do SOMOS. Nessa época, as lésbicas foram dispersas aos vários subgrupos de identificação, o que gerou incômodo entre elas, pois a conversa sobre a condição feminina era limitada, ao passo que, paradoxalmente, os gays afirmavam que a dispersão acontecia porque a presença das lésbicas nos vários subgrupos era fundamental para enriquecer o debate.

O incômodo das lésbicas com a dispersão entre os vários subgrupos foi percebido e compartilhado quando foi lançada a edição nº 12 do jornal *Lampião da Esquina*, cuja capa e matéria principal eram “Amor entre Mulheres”, possibilitando maior identificação e aproximação entre as lésbicas do SOMOS. Miriam, uma das integrantes mais antigas do movimento LGBT, rememora esse fato em entrevista a Tânia Pinafi (2011):

A partir de reuniões, exclusivamente femininas, organizadas com o objetivo de escrever um artigo sobre lesbianismo, para o *Lampião* de maio de 79, algumas de nós sentiram a necessidade de criar um subgrupo, só de mulheres, dentro do SOMOS, não apenas pela consciência de nossa especificidade, enquanto mulheres e lésbicas, mas também para fazer frente ao machismo dos “bichas”(como costumávamos chamá-los) que não era brincadeira (p. 21).

A referência ao machismo das bichas citada por Martinho é a palavra “racha”, utilizada por eles ao aludirem às lésbicas, como se tivessem algum defeito por serem mulheres, isto é, por não possuírem um pênis. Essa carga pejorativa era falocêntrica e tinha um caráter misógeno. Para Pinafi, “tais circunstâncias demarcaram divergências internas que caminharam para a invisibilização do contingente feminino dentro do grupo misto e contribuíram para o reconhecimento da existência de especificidades entre a homossexualidade masculina e a feminina” (2011, p. 22).

As especificidades entre as homossexualidades masculinas e femininas se fizeram presentes nesse contexto, embora tenham sido pouco abordadas entre os membros do SOMOS. Foram as lésbicas que se propuseram a discutir essa questão. De acordo com MacRae (1990, p. 139),

várias mulheres do grupo logo começaram a se preocupar com as expressões de machismo correntes, no grupo. Uma das piores, segundo elas, seria uma tendência a ignorar as necessidades específicas das lésbicas, quando não a sua própria existência dentro do SOMOS.

É preciso levar em consideração que os processos identificatórios são construídos sob a égide de discursos e práticas sociais alicerçadas na norma andro-heterocentrada e homofóbica (Pinafi, 2011). Para compreender esse fenômeno, atenta-se para as contribuições teóricas de Borrillo (2010), que considera o sexismo, a homofobia e o heterossexismo componentes de um dispositivo político que naturaliza e legitima as desigualdades de gênero e sexualidades. Nesse sentido, para ele, “sexismo implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de estratégia política de construção da normalidade sexual” (p. 30).

Por esse raciocínio, percebe-se que a escassa discussão sobre as especificidades lésbicas se dá em razão da ininteligibilidade das relações assimétricas de gênero. Isto é, os homens gays pouco se interessavam para o que as lésbicas tinham a dizer pelo fato de, simbolicamente, a identificação feminina se compor pela complementaridade, contraste e/ou analogia em relação ao masculino (Pinafi, 2011), resultando, portanto, no processo de invisibilização das lésbicas do SOMOS.

Fernandes (2018) declarou que a formalização de um subgrupo exclusivamente feminino aconteceu em uma reunião geral realizada em junho de 1979, que contou com a presença de cerca de oitenta gays e dez lésbicas. As propostas apresentadas pelas lésbicas foram: “encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS, apresentar um temário específico para ser discutido por todos, ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas e buscar alianças com o movimento feminista” (p. 93). Entretanto, tais propostas não foram bem recebidas pelos gays, principalmente os recém-ingressados no SOMOS e também por alguns veteranos que as hostilizaram e as chamaram de históricas e divisionistas (Fernandes, 2018).

Em maio de 1979 foi publicada a edição nº 12 do *Lampião*, cuja matéria de capa foi voltada para o universo lésbico. Foi escrita por mulheres do SOMOS, do Eros e outras autônomas, com a colaboração de um total de vinte e cinco mulheres, tendo dez colaborado mais intensamente (MacRae, 1990). A edição tratou da invisibilidade, das relações assimétricas de gênero e da negação da sexualidade feminina, mais especificamente falando do livro “Woman + Woman”, de Dolores Klaich, sobre lesbianidade; do orgasmo e das distintas modalidades de repressão às lésbicas, com espaço para testemunhos de mulheres que tiveram suas vidas marcadas por algum tipo de violência.

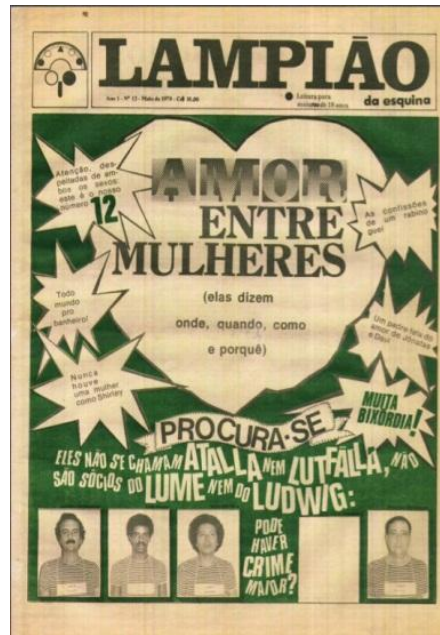


Figura 1. Capa da edição nº 12 do jornal *Lampião da Esquina*, publicada em maio de 1979.

A reportagem intitulada “Nós também estamos aí” começa com as autoras explicando o motivo pelo qual demoraram em publicar no *Lampião da Esquina*, dizendo que: “Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguna cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre” (*Lampião da Esquina*, 12, 1979, p. 7).

A fala indica que as sociabilidades lésbicas se davam por mecanismos de silenciamentos: na calada da noite, no escuro, escondidas em algum lugar onde provavelmente não seriam descobertas, passando despercebidas pela sociedade. Em outras palavras, tudo indica que o único lugar onde as lésbicas se arriscavam a ir para procurar outras mulheres que gostassem de mulheres, era no gueto. Ou senão, adiavam, negavam e/ou abortavam a realização de seus desejos. Concluem, quanto a estarem atrasadas, que “temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade” (*Lampião da Esquina*, 12, 1979, p. 7).

A condição clandestina das lésbicas é abordada com profundidade, tratando-se de mecanismo de violência que assume contornos específicos em um contexto social delimitado, como a ditadura militar: “Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos, na escola”. A referência à repressão diz respeito não somente àquela institucional, monopolizada pelo Estado autoritário na esfera

pública, mas a que assume características, muitas vezes sutis, nos “meios de comunicação, educação, religião, etc. – [que] nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. Diz o que é natural, normal, certo, justo e bom para nós mulheres”. Concluem, nessa matéria, que: “nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. Nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali, aquela outra, nós enfim, também assimilamos essa repressão toda”, mas que, naquele momento, era hora de, “parafraseando Caetano, — meter o cotovelo e ir abrindo caminho.” (Lampião da Esquina, 12, 1979, p. 7).

Nota-se que elas entendiam a ditadura militar como produtora de subjetividades, exercida por meio de mecanismos diretos como o controle dos corpos nos espaços públicos, privados e clandestinos, e a atuante também no nível subjetivo, com a utilização de tecnologias normativas que ampliaram a introjeção de valores conservadores e autoritários em larga escala, baseados na moral e nos “bons costumes”.

Outro detalhe que merece atenção nessa reportagem sobre a repressão é a adoção do olhar interseccional sobre as condições sociais das mulheres, no sentido plural do termo: “o fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais?” (Lampião da Esquina, 12, 1979, p. 7). Esse posicionamento visibiliza os marcadores sociais de diferenças que impactam na distribuição desigual de poder que circunscrevem os privilégios sociais e que são, portanto, experienciados por mulheres de distintas classes sociais, capacidades,²⁸ raças/etnias, gerações, localidades e orientações sexuais.

A reportagem “Tudo por dizer” refere-se à sexualidade feminina, tema considerado tabu até mesmo para o feminismo, conforme ressaltam as autoras: “a formulação mais avançada das feministas, que está na Carta dos Direitos da Mulher, diz que a sexualidade feminina não deve ser vista apenas como a serviço da reprodução. Quer dizer: nos comporta, mas não refresca muito”. O tabu mencionado por elas é ainda maior quando se trata de práticas sexuais entre mulheres, cujo senso comum recai sobre a “divisão dos papéis sexuais”, em que prevalece a lógica binária de atividade/passividade. Em contraponto a essa ótica, elas consideram que os vínculos afetivos entre mulheres decorrem “do fato de elas não serem ou estarem

²⁸ O termo “capacidades” aqui é referente ao termo capacitismo. Segundo Dias (2013, p. 2) “Capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas, e segundo Campbell (2001, p. 44), capacitismo (ableism), define-se como: ‘uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano’”.

institucionalizadas. Nada indica – a não ser a ideologia dominante, que transforma as relações afetivas/amorosas/sexuais em relações de poder, que as mulheres tenham de reproduzir relações de dominação e subordinação em suas vivências” (Lampião, da Esquina, 12, 1979, pp.7-8).

Para Barbero e Dunker (2010), as relações afetivo-sexuais entre mulheres não são simbolizadas, representadas ou visualizadas porque são inconcebíveis para os homens e distintos das experiências sexuais de mulheres heterossexuais.

A redação “Só queremos ser entendidas” expõe que o movimento LGBT e os estudos acadêmicos não dão conta de compreender a complexa dinâmica dos modos de vida de lésbicas. As autoras pontuam que nos Estados Unidos, mesmo com o avanço dos movimentos políticos identitários, “suas vidas e suas atitudes diante da vida continuam desconhecidas”, demonstrando que tais movimentos se baseiam na premissa de que todas as mulheres homossexuais seriam iguais, idênticas e classificadas como uma única e mesma mulher. Sublinham que as lésbicas “são um grupo extremamente heterogêneo nas sociedades em que vivem. Elas têm em comum a atração por outras mulheres, mas expressam de maneira muito diferente suas preferências. Mas todo mundo considera as homossexuais unicamente em função de sua vida sexual” (Lampião da Esquina, 12, 1979, p.11).

Nessa edição do *Lampião*, as lésbicas estiveram alinhadas com a transformação do movimento feminista no âmbito internacional, que nesse momento histórico empreendeu o deslocamento do conhecimento no campo das experiências cotidianas para o campo científico, estabelecendo uma crítica epistemológica (Brito, 2016).

Os testemunhos sobre as violências contra lésbicas se encontram na matéria “Então, por que tanta repressão?”. Conta com relatos pormenorizados sobre as histórias de vidas de duas lésbicas anônimas. A primeira é a narrativa de M., 26 anos, secretária e estudante da USP e a segunda de T., 22 anos, que trabalhava em computação e era estudante da USP e PUC. Antes de entrar no assunto, as autoras assinalam as controvérsias que atravessaram as relações de gênero, dentro e fora do movimento LGBT:

“É mais fácil ser lésbica do que ser bicha”, diz muita gente, porque mulheres podem se dar as mãos na rua, até andar de braço dado,- porque as famílias permitem que as meninas durmam com as amiguinhas, enquanto isso é proibido aos meninos. . . . Mas parece evidente que os homossexuais já conquistaram mais amplos espaços do que as mulheres homossexuais. Pelo menos o espaço público. . . .Repressão é repressão, tem várias formas de se manifestar e é sentida diferentemente pelas pessoas. Nós não queremos dizer que sofremos mais do que os homens por causa da nossa condição de mulheres e de nossa preferência sexual (temos nossas contrapartidas, é preciso não esquecer) (Lampião da Esquina, 12, 1979, p. 9).

O que chama a atenção nos relatos testemunhais é a presença de distintos discursos, práticas sociais e institucionais que regulam, coercitivamente, as sexualidades femininas, com a aparição de uma instância de poder que usualmente não é convocada quando se trata da esfera privada: a polícia, podendo ser visualizado no relato de M., quando os pais descobrem sua homossexualidade:

Além das repressões morais sofridas, houve vários ataques físicos: minha mãe tentou me enforcar e só não conseguiu porque não teve força suficiente nas mãos; meu pai chegou a colocar uma faca na minha garganta, durante uma discussão que tivemos, apanhei muito, até ficar com o rosto todo machucado. Quando eu quis ir embora de casa, minha mãe me levou presa, alegando para o delegado que eu ia levar uma menor de idade junto comigo: eu tinha feito 18 anos e a Minam tinha 16. Fomos também expulsas da escola onde fazíamos o colegial (Lampião da Esquina, 12, 1979, p. 9).

Supõe-se que a convocação da polícia para resolver o conflito ocorreu por ocasião do contexto autoritário, no qual esta instância estivera autorizada para adotar ações que, em outros momentos, como em épocas de regime democrático, não teria legitimidade para intervir. Além disso, pode-se observar que as normas de gênero possuem fissuras que não se efetivam sozinhas. Nesse campo, necessitou de um regime político – a ditadura militar – para se concretizar e regular a convenção social.

No relato de T., a modalidade de controle moral exercido sobre a sexualidade feminina foi o saber médico-psiquiátrico. Desde criança T. soubera que era homossexual. Sofrera violência dentro de casa na adolescência porque não realizava as atividades domésticas e nem ia a bailes com as amigas para arranjar um marido. Apaixonou-se por Lúcia, sua colega de escola, o que a levou reprimir violentamente o desejo, por ser considerado pecado. Passou a desenvolver quadros de saúde mental, ficando impossibilitada de exercer as atividades cotidianas. Levada ao psiquiatra por sua mãe, T. foi internada em uma clínica. Na clínica, iniciou o tratamento com sonoterapia, eletrochoques, medicamentos, banhos frios e quentes, para então começar o processo de análise. Segundo T,

Um dia eu falei e o psiquiatra queria que eu voltasse na memória para começar trabalhar minha crise. A primeira coisa que pintou foi a Lúcia. [...] O psiquiatra então, sempre muito agressivo, me fez descobrir que eu era homossexual. E me ensinou o que era ser homossexual: era sofrer muito, ficar como eu estava. Não ter segurança, não ter amor estável, porque tudo estava contra, ia ser sempre horrível. Ele repetia sempre isso, mesmo que eu dissesse que nunca ia transar com ela, que ela nunca iria morar comigo. Porque para mim a ideia de casamento era muito forte; todo mundo era casado. Também por isso as minhas paixões não precisavam de sexo.

E ele foi me criando uma culpa muito maior com o tratamento, porque dizia que eu não estava doente - eu estava era fingindo tudo aquilo só para não aceitar a minha homossexualidade (Lampião da Esquina, 12, 1979, p. 10).

Pode-se perceber, nesse relato, que a convocatória do desejo homossexual de T. por parte do psiquiatra era proveniente de um discurso que, historicamente, fazia parte do saber sobre a sexualidade, em que a confissão dos desejos considerados desviantes era objeto de intervenções corretivas para manter as fronteiras de gênero. Os processos de subjetivação originários da experiência de T. na clínica foram sobre violência, silenciamento, interdição de desejos e invisibilização de sua existência.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a psiquiatria, ao nomear sujeitos como T. como seres anormais, desviantes e doentes, abriu brechas para que diversas lésbicas, na edição seguinte do *Lampião*, pudessem conhecer a história de T. e anunciá-la, permitindo a elas o poder de se autoneomarem e lutarem politicamente por suas demandas.

Voltando à dinâmica em que as lésbicas do LF estiveram inseridas, o SOMOS passou por momentos de crise após vertiginoso crescimento. Com as dificuldades encontradas para tomar decisões por consenso, os subgrupos de “identificação” e de “atuação” começaram a brigar entre si. Foi apontado, nas reuniões gerais do SOMOS, que aparentemente os motivos ocorriam em virtude do protagonismo do subgrupo de “atuação”, que exercia liderança por meio da “cúpula” formada pelos veteranos. Dessa maneira, buscou-se distribuir as tarefas e ações para outros subgrupos. Porém, nesse ínterim, ocorreu drástico esvaziamento do subgrupo Lésbico-Feminista, que agora contava com apenas quatro mulheres. As integrantes do LF concluíram que o esvaziamento ocorreu também pela forma de atuação e pela falta de objetivos do SOMOS.

Para MacRae (1990), a crise do SOMOS se deu em virtude dos conflitos entre posições ideológicas, que acabaram, de certa maneira, dividindo o grupo entre os favoráveis ao posicionamento dos integrantes do CS e os mais próximos às ideias libertárias e autonomistas. As lésbicas, logicamente, não ficaram imune aos conflitos, o que acabou gerando, entre elas, acaloradas discussões em torno do problema da liderança, “onde algumas mulheres foram acusadas de ‘pensamento convergente’ ou de serem antifeministas” (p. 255). Esse fato reverberaria, mais tarde, em uma nova divisão do LF. MacRae (1990) acrescenta no tocante à crise do SOMOS, que,

Embora menos radicalmente contra a CS e outros grupos socialistas que alguns dos homens que saíram para formar o novo grupo homossexual Outra Coisa, muitas das

lésbicas (nem todas, pois uma ou duas militavam na Convergência Socialista) ficaram ressentidas com aquele grupo político. Em geral existia um temor dentro do LF de que pessoas de ideologia socialista tentassem diluir as lutas especificamente lésbicas e feministas dentro da “luta geral”, ou seja, que a luta antimachista fosse reduzida à luta de classes (p.262).

Com a maior interação com o gueto, as novas integrantes configuraram uma mudança de perfil, no sentido de o LF tornar-se mais heterogêneo. Se anteriormente o grupo era constituído por mulheres universitárias, brancas e de classe média, surgiram as lésbicas de classes sociais mais baixas, de distintas cores/raças e diferentes regiões do Brasil (MacRae, 1990).

O LF se contrapunha ao modo de vida estabelecido no gueto, uma vez que a intensa interação com os gays nas reuniões de “identificação” fez com que elas questionassem a fixidez dos ditos “papéis sexuais” presentes no cotidiano do gueto, como a rígida dicotomia representada pela fanchona/lady, exercida como relação de dominação da ativa/masculina sobre a passiva/feminina. A propósito, as integrantes do LF eram chamadas, no gueto, de “galinhas” por conta de seu comportamento afetivo-sexual, conforme assinala MacRae (1990):

Dentro desse ambiente, o aparecimento de um grupo de lésbicas assumindo posturas feministas, criticando o machismo e recusando rótulos de “lady” ou “fanchona” causava muita estranheza. Elas também destoavam das mulheres do gueto quanto à sua atitude em relação ao problema da monogamia. Embora muitas mulheres ingressassem no LF com “casos fechados” (relacionamentos sexuais monogâmicos) depois de certa convivência com o grupo acabavam “abrindo o caso” em favor de um relacionamento menos voltado para uma só pessoa (p. 257).

As lésbicas do LF se voltaram para o gueto, mesmo com todas as tensões, realizando diversos contatos e atividades, pois, “de certa forma o grupo acabou se tornando um ‘gueto dentro do gueto’ e suas integrantes, além de compartilharem uma série de ideias e atitudes sobre o lesbianismo, também passaram a constituir um grupo social mais ou menos fechado” (MacRae, 1990, p. 259). Claudia Regina, integrante do LF, na Mesa-Redonda Somos - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois, menciona a dificuldade que era sair do grupo e interagir com o gueto:

Eu cansava de falar nas reuniões, não do movimento feminista, que eu não cheguei a participar diretamente, mas em outros grupos. A minha briga era essa, que a gente tinha tanta informação guardada e uma mulherada na periferia sofrendo horrores, perdidas sem a menor noção de informação, e não tinha espaço. Eu lembro que os grupos eram voltados para si mesmos. . . . Eu lembro que tinha muito preconceito, as pessoas tinham

reserva com as sapatões do gueto como se as sapatões do gueto fossem trazer algum perigo. . . . Era difícil o trabalho. Eu lembro que era mais difícil, tanto que eu não conseguia ficar. Por isso que brigava, falava assim: “... não, eu conheço as meninas, elas precisam de informação, tem muitas que precisam de informação”. Eu falava assim: “... gente, a gente precisa ir nos bares, as mulheres estão lá, elas também precisam” (Green et al., 2003, p. 71).

Os bares do gueto frequentado pelas lésbicas, incluindo as integrantes do LF, foram detalhados na matéria “Viva São Paulo: Um roteiro para mulheres” da 13ª edição do jornal *Lampião da Esquina*. Os estabelecimentos mais frequentados pelas lésbicas eram o Cachação, Anjo’s, Ferro’s bar e Último Tango. Várias lésbicas foram entrevistadas para promover os botecos, com objetivo de ampliar as sociabilidades lésbicas. Teca, uma das frequentadoras do Cachação, em resposta à pergunta sobre o que seria um “lugar entendido legal”, disse: “Ah, música legal, leve assim, luz escura também...Aberto e livre, sem homens de bigodes” (Lampião da Esquina, 13, 1979, p. 5). Marisa, sobre o Anjo’s bar, respondendo à mesma pergunta, afirmou que:

Eu penso que um lugar entendido ideal não deveria existir porque se cria o gueto. . . . Mas, no momento, diante de nossa realidade, ainda não temos força para sairmos do gueto, e termos as mesmas possibilidades que temos dentro dele (Lampião da Esquina, 13, 1979, p. 5).

Já Nádia, opinando sobre o Ferro’s bar, indica outra faceta do gueto:

Deveria ser bar, boate ou mesmo um salão de chá, onde nós entendidas pudéssemos fazer ou falar tudo, sem nenhum tipo de repressão, nem por parte dos frequentadores, nem dos donos do lugar. Uma coisa de que não gosto são as manifestações violentas, mas estas não são exatamente um problema dos lugares, e sim do comportamento homossexual frente à repressão, sabe? É tentar afirmação assumindo um comportamento masculino (Lampião da Esquina, 13, 1979, p. 5).

As falas das frequentadoras são interessantes para evidenciar a dinâmica das sociabilidades lésbicas, posto que esse processo ocorria normalmente nos guetos ou em lugares mais ou menos fechados. Elas apontam a existência dos perigos, como a presença de “homens de bigode” que possivelmente as assediariam ou as violentariam por demonstrarem afeto às suas companheiras e/ou amigas. O gueto não é considerado o lugar ideal para elas se relacionarem, embora reconheçam que não existam outros lugares onde isso seria possível. De outro norte, a narrativa de Nádia estabelece uma crítica ao comportamento tido como violento de algumas lésbicas frente à repressão, considerando-o uma atitude que reproduz o machismo.

Como tentativa de contornar a crise, as lésbicas do LF chegaram a elaborar questionário sobre as dificuldades e as atividades do gueto, embora essa pesquisa não tenha terminado. Além disso, elas vendiam e distribuíaam o *Lampião* no gueto quando saíam os números que abordavam o tema das lesbianidades. Empenharam-se, ademais, em responder as cartas endereçadas à Caixa Postal do SOMOS, estabelecendo contato com diversas lésbicas do país, o que acabou atraindo certo número de participantes.

Os detalhes do Primeiro Encontro dos Grupos Homossexuais Organizados (IEGHO) já foram descritos anteriormente. O que cabe mencionar aqui de relevante nesse encontro foi o documento final lançado pelos organizadores do evento. Um dos temas discutidos nesse encontro foi o debate sobre a questão lésbica, conforme salienta Leila Mícolis na edição 24 do *Lampião*:

Em seguida, passou-se a debater a questão lésbica propriamente dita, ficando claro que o lesbianismo não se descarta do movimento homossexual, mas tem especificidades que justificam os grupos exclusivos de mulheres, levando-se em conta a importância da discussão das sexualidades específicas. Então, num primeiro momento, a união é necessária como fator de agrupação, afirmação e organização, mas depois, também, é preciso que haja grupos separados, sem que isso signifique a perda do caráter coletivo da luta, já que o elo comum é o combate contra a opressão discriminatória. Por isso, a questão lésbica não se esgota no movimento homossexual, mas evidencia a necessidade de discussões paralelas, como forma de combate mais efetivo na luta contra a dupla discriminação, ou seja, enquanto mulher e enquanto homossexual (*Lampião da Esquina*, 24, 1980, p. 6).

O posicionamento das integrantes do LF foi o de esclarecer as táticas políticas adotadas por elas, baseando-se na premissa da existência das assimetrias de gênero e sexualidades. A reivindicação da autonomia das lésbicas foi estratégica, constituindo-se em um meio adequado para que elas pudessem criar condições de lidarem com adversidades como o silenciamento, a repressão e a rejeição de si mesmas, para, em um segundo momento, emergirem coletivamente junto ao restante do SOMOS nas ações conjuntas. No mesmo documento, Leila Mícolis pontua que,

Durante toda a discussão foi ressaltada a necessidade de trocas de informações entre os grupos, para que a partir desses dados se encontrem os motivos da diferença numérica da mulher nos grupos homossexuais. Cada grupo forneceu o número de participantes: Auê/RJ 35 homens e 5 mulheres; SOMOS/RJ: 60 homens e 8 mulheres SOMOS/SP: 80 homens e o único a ter um grupo exclusivamente de mulheres (Ação Lésbico-Feminista), com 20 componentes; Eros: 5 mulheres e 11 homens, Convergência Socialista/Sp (Fração Gay): 7 homens e 3 mulheres; Beijo Livre /Brasília, sem nenhuma mulher (*Lampião da Esquina*, 24, 1980, p. 6).

A disparidade numérica entre homens e mulheres nos grupos organizados foi bastante sintomática para os participantes do encontro, que não conseguiram chegar a nenhuma conclusão naquele momento. Porém, ao estudar as dinâmicas internas dos grupos mistos, Pinafi (2011) salientou que a menor participação política das lésbicas esteve ligada às distintas lógicas de atuação política entre os homens e as mulheres, no sentido de que os gays atuavam segundo a racionalidade política e as lésbicas buscavam a inserção na política para partilharem suas necessidades no plano das subjetividades, ou seja, para expandirem suas “rede[s] de relacionamentos afetivo-sexuais, ampliarem suas chances de reação a sentimentos de auto-rejeição e rejeição de terceiros (com muita frequência dos familiares) e conquistarem novas alternativas de lazer e entretenimento (permanece o grupo como alternativa ao gueto)” (Almeida, 2005, p. 120, como citado em Pinafi, 2011, p. 61).

Apesar de válido o argumento da autora a respeito da disparidade numérica entre homens e mulheres nos movimentos LGBT mistos, ela reduz as complexas relações de poder que estão envolvidas na dinâmica interna do movimento e cai na dicotomia racionalidade/homens/gays e subjetividade/mulheres/lésbicas para explicar tal fenômeno. Em vista disso, é preciso considerar que historicamente a subordinação das mulheres à esfera privada pelos maridos, pais, irmãos, etc., as impediu, durante muito tempo, de participar da vida política; o que não significa que elas agiam politicamente de maneira “subjetiva” apenas por serem mulheres, pelo contrário, os homens gays também consideravam a política do plano das subjetividades importante para a construção coletiva, conforme se observa nos relatos de Trevisan (1989) sobre o SOMOS.

No final do I EGHO, surgiu a pauta e a votação para apoio ou não à greve dos metalúrgicos do ABC, que aconteceria no dia 12 de maio de 1980. As lésbicas do LF mencionaram no evento que já haviam se comprometido em comparecer à greve com as feministas do II Encontro das Mulheres Paulista. Esse fato ficou marcado como divisor de águas do SOMOS. Mesmo tendo vencida a proposta de os homossexuais não participarem do ato do 1º de Maio, o LF compareceu. Marisa Fernandes relembra esse fato, vinte anos depois.

A lembrança que eu tenho foi de perder o medo, anteriormente era muito medo, muito medo. Medo da ditadura. O que era o nosso medo? Que os canhões viessem para cima da gente, os carros, tanques, a cavalaria, os cachorros, como eles sempre tinham colocado. Mas também dos operários. Aí então era pior, porque a gente já conhecia o esquema do Exército. Mas as pessoas iam matar a gente, eles iam linchar. Esse era o medo da gente (Green et al., 2003, p. 64).

Marisa acrescentou que o medo reinante entre os homossexuais do SOMOS era em virtude não somente da polícia, mas dos próprios operários. Talvez esse seja também um dos motivos pelo qual parte do grupo tenha deixado de ir à manifestação, apesar de terem deixado claro que era por se tratar de um evento da “luta geral”:

Esse era o discurso do SOMOS. Mas tinha a questão da ditadura que era premente para todos nós, porque para a gente era impossível continuar vivendo neste país ou querer uma ideia libertária como era a do grupo SOMOS dentro da situação política. Você tinha que desmontar aquilo também . . . Eu não via nenhum problema de que o grupo de homossexuais estivesse lá também dizendo: Nós também queremos derrubar esta ditadura, hoje, aqui, no Primeiro de Maio, nós queremos isso . . . Mas era de quase uma imposição para que nós não fôssemos. Naquele momento, o grupo SOMOS, para mim, com tudo o que ele tinha de importante, rachou aqui dentro. Porque ele fez uma coisa que eu não aceitava, que era um desrespeito ao livre arbítrio. Cada um de nós ali, como brasileiro, como cidadão, eu, como filha de operária, como mulher, como nascida na região do ABC, como alguém para quem era insuportável conviver com a ditadura, eu queria ir lá [...] Eu achei que naquele momento, essa discussão de que se era legal não ir feria o livre arbítrio, reproduzia um pouco o autoritarismo que eu estava querendo combater (Green et al., 2003, p. 64).

No dia da reunião do racha do SOMOS, quando as lésbicas do GALF disseram que sairiam do SOMOS, foram criticadas tanto pelo recém-saído grupo Outra Coisa, quanto pelos que permaneceram no SOMOS. De um lado, os integrantes do Outra Coisa acusaram as lésbicas de não terem se juntado a eles contra a hegemonia do CS e, de outro lado, os que permaneceram no SOMOS disseram que a ausência das lésbicas do LF era ruim, porque aprenderam muito sobre o machismo impregnado nas atitudes dos homens do SOMOS. Em ambos os grupos, chegaram à conclusão de que elas estavam mais interessadas no feminismo do que na militância homossexual (MacRae, 1990).

Após o racha do SOMOS, o jornal *Lampião*, em sua trigésima primeira edição, abriu espaço no editorial para o posicionamento do grupo LF:

O que fizemos foi apenas tornar pública uma situação que já havia de fato: a nossa independência.

Isso não significa, porém, que estamos fora do movimento ou que agora sejamos apenas um grupo feminista. Ao efetuarmos um trabalho junto as feministas, estamos buscando atender à outra faceta prioritária de nosso movimento, uma vez que somos um grupo de mulheres. Buscamos, também, ampliar o universo de atuação dos grupos homossexuais, através deste novo espaço conquistado.

Em suma, trouxemos para o movimento homossexual o cunho revolucionário do movimento feminista - a busca de uma nova práxis, transformadora de realidade social. Queremos frisar que continuamos a ser um grupo lésbico e que o feminismo apenas aos acrescentou novas frentes de luta (GALF, *Lampião da Esquina*, 27, 1980, p. 5).

A nova práxis feminista que o GALF mencionou é relativa ao protagonismo político das mulheres frente aos tradicionais grupos de esquerda e organizações partidárias. As experiências políticas femininas foram muitas vezes silenciadas, secundarizadas e subalternizadas pelos companheiros dos partidos, conforme se vê nos relatos testemunhais de mulheres que lutaram contra a ditadura (Colling, 2015; Wolff, 2013; Pedro, 2010). As feministas, em recusa ao tratamento dado pelos homens, “surgiram como uma coletividade inesperada, com todo o poder de uma novidade, formando grupos não-hierárquicos e descentralizados para contrastar com a esquerda tradicional. As feministas teriam colocado em questão quais eram as reais prioridades da esquerda” (Veiga, 2015, p. 18).

O modo de exercer a política realizado por essas mulheres foi o de atuar pela base, considerando as questões comunitárias, que diziam respeito aos direitos sociais – como a luta pela moradia, pelo fim da violência doméstica, pela saúde reprodutiva, pela equiparação de salários entre homens e mulheres, entre outros – que eram desprezadas pela esquerda tradicional. Além disso, não se pode esquecer que a atuação política das feministas para além dos partidos políticos foi configurada em torno da “dupla militância”.

A questão da “dupla militância” como método político utilizado pelas lésbicas incomodava os homens do SOMOS, conforme se vê no argumento de MacRae (1990, p. 265): “A ambiguidade dessa situação é tão manipulada, dependendo das conveniências políticas, e ora elas se declaram feministas, ora homossexuais. Mas a especificidade lésbica é continuamente lembrada sob a alegação de uma ‘dupla opressão’”. O mesmo autor disse que os gays tiveram essa postura diante da ameaça de perda de autonomia por parte do SOMOS diante dos partidos políticos, embora estivesse implícito o não reconhecimento das diferenças de classe, de raça, de região, de gênero e de sexualidade que atravessavam as relações dos integrantes do SOMOS. As lésbicas do GALF completam dizendo que, “se por um lado a autonomia nos deu maior liberdade de atuação e profundidade, por outro, também, aumentou a responsabilidade de nos reconhecermos e de convivermos com uma série de divergências nunca afloradas, por falta, inclusive, de um espaço específico” (GALF, *Lampião da Esquina*, 31, 1980, p. 5).

Voltando à matéria publicada no jornal *Lampião* pelas integrantes do GALF sobre a separação do SOMOS, elas relembrouam o debate “A questão lésbica, o machismo entre homossexuais e papéis sexuais” do I EGHO, cujo relatório final deixou evidente que o machismo “não é propriedade masculina, mas sim uma instituição autoritária utilizada como relação de poder não só, mas principalmente pelos homens” (GALF, *Lampião da Esquina*, 24, 1980, p. 6). Ou seja, elas questionaram as relações sociais estabelecidas no SOMOS, cujas

“relações dos homens entre si e com as mulheres [foram] estruturadas na imagem hierarquizada das relações entre homens e mulheres” (Costa & Soares, 2011, p. 44).

As reuniões do LF normalmente aconteciam duas vezes por semana em uma sala alugada por elas em conjunto com o grupo feminista Brasil-Mulher, localizada na Vila Madalena. Depois, com a saída de várias fundadoras e entrada de novas integrantes, as reuniões foram transferidas para a Rua Aurora, em uma sala no centro da cidade. Contudo, manter uma sala alugada era um problema. Como tentativa de sustentar a sede, elas realizaram diversos eventos como festas, churrascos e bingos, o que era insuficiente. As militantes que tinham maior poder aquisitivo completavam o valor do aluguel com o dinheiro do próprio bolso, “porém, como se pode imaginar, isto era causa de muitos problemas, pois em um grupo em que todas deveriam ser iguais, a contribuição desproporcional de algumas inevitavelmente introduzia um elemento de desigualdade de poder” (MacRae, 1990, p. 263).

Outras despesas que elas tinham era o jornal *ChanaComChana*, boletim desenvolvido por elas para dar visibilidade às lesbianidades, às ações políticas desenvolvidas pelo LF, às histórias de vidas de lésbicas e também como meio de ampliar as redes de relacionamentos afetivos e/ou amistosos entre mulheres. Segundo MacRae (1990, p. 263), “também neste caso, quando o dinheiro proveniente da vendagem não era suficiente, algumas integrantes cobriam a diferença do seu próprio bolso”.

Com a autonomia do LF em relação ao SOMOS, as lésbicas reconheceram que a conquista de um espaço específico, explicitada com a produção do jornal *ChanaComChana*, fez com que sentissem e convivessem com uma série de divergências entre elas, que até então não haviam sido afloradas devido às lutas empenhadas frente ao machismo dos gays do SOMOS.

3.2 O GALF e os movimentos feministas

As integrantes do LF foram convidadas para ajudar a organizar o II Congresso da Mulher Paulista, que ocorreria nos dias 8 e 9 de março de 1980 no Teatro da PUC. Segundo Fernandes (2014), as lésbicas não foram bem aceitas pela coordenação do congresso porque era a primeira vez que as feministas ouviam falar sobre sexualidade e prazer sexual feminino. Na

tentativa de causar menos “frisson”, elas se colocaram mais enquanto SOMOS ao invés Facção Lésbico-Feminista²⁹.

Pinafi (2011, p.66) sublinha que o estranhamento das feministas com as lésbicas foi decorrente da forte influência da ideologia política de esquerda, “a qual situava as bandeiras de luta nos problemas das mulheres trabalhadoras a partir de questões ligadas à melhoria das condições socioeconômicas, como a luta por creches, a diferença salarial entre homens e mulheres, a dupla jornada de trabalho”, além, obviamente, do preconceito velado que elas tinham em relação às homossexualidades:

a inclusão das lésbicas na comissão de preparação do II CMP não foi aceita tranquilamente pelas organizações envolvidas. Várias delas, mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio de que sua inclusão poderia afugentar as mulheres da periferia, que ainda seriam muito preconceituosas. . .

O grupo insistiu em afirmar a sua natureza lésbica e até chegou a comparecer a uma reunião de representantes de vários grupos feministas para exigir satisfações. As mulheres heterossexuais negaram que estivessem agindo com preconceito e a questão foi deixada de lado (MacRae, 1990, p. 248).

No II CMP compareceram por volta de três mil mulheres. O tema do congresso foi “Violência Contra a Mulher”. Marisa Fernandes (2014), que na época dos fatos havia participado do congresso, afirmou que a atuação das lésbicas no movimento feminista “foi bastante traumatizante” (p. 129), devido aos episódios de preconceito e discriminação, como, por exemplo, a destruição de um painel com fotos feitas pelas integrantes do LF no saguão da PUC, com os dizeres “Amor entre mulheres”.

As lésbicas se organizaram em um único grupo no primeiro dia, tendo surtido pouco efeito na discussão sobre a sexualidade e no segundo dia buscaram espalhar-se em diversos grupos de discussão para maior alcance, no entanto, “as reivindicações lésbicas não causavam o impacto desejado, e sim animosidade” (Fernandes, 2014, p. 129).

O clima do II CMP foi muito difícil devido às disputas entre as feministas e as integrantes ligadas aos partidos políticos, como PMDB, PCdoB e PC que, por seus turnos, queriam boicotar o evento porque não discutiam as condições da classe operária, utilizando até mesmo “a agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, o

²⁹ Segundo Pinafi (2011), Facção Lésbica-Feminista foi “uma das denominações adotadas pelo subgrupo Lésbico-Feminista (LF) do SOMOS” (p. 59). Adotaram também outros nomes, como “Atuação Lésbica-Feminista”. Depois do rompimento com o SOMOS, ficou conhecido como “Grupo de Ação Lésbico-Feminista - GALF”.

Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento”, (Cardoso, 2004, p. 40). Os temas propostos para discussão no congresso foram escamoteados, como a condição social das mulheres, o aborto, a questão lésbica, o machismo, a situação das mulheres negras, das presas comuns e das prostitutas.

Pinafi (2011) menciona um fator bastante importante para a o acirramento entre as integrantes dos partidos políticos e as feministas: o congresso foi realizado no calor do momento da distensão política, época em que surgiram diversos partidos políticos legalizados. Isso fez com que os partidos políticos dirigissem suas atenções para as disputas com os movimentos sociais. Dessa maneira, as feministas foram acusadas pelas mulheres dos partidos políticos de causarem divisionismo, trazendo a obstaculização do avanço da democracia no país.

A mesma autora citou outros atritos surgidos no congresso, se referindo à relação entre as integrantes do LF e as feministas organizadoras do evento, que, por sua vez, asseveravam a dificuldade em sustentar seus posicionamentos políticos frente os partidos políticos. Por isso,

A princípio as feministas não v[ia]m com bons olhos a entrada das mulheres lésbicas por acreditarem que se as reivindicações das mulheres, num âmbito geral, já eram difíceis, pior seria para o feminismo se ali fossem incluídas questões “menores”, como a sexualidade, nos encaminhamentos do movimento. Ao comentar sobre esse momento da militância lésbica junto às feministas, Aimê ironiza: “se o privado é político e a gente não pode dizer que é lésbica, como é que fica? O privado das mulheres heterossexuais é político e o nosso não? (risos) (Pinafi, 2011, p. 69).

Quando Aimê, informante de Pinafi, questionou que “se o privado é político e a gente não pode dizer que é lésbica, como é que fica?”, demonstrou, é claro, o preconceito das mulheres heterossexuais contra as lésbicas, mas, além disso, expôs que o *slogan* da segunda onda do movimento feminista era insuficiente para abarcar os efeitos das desigualdades e das assimetrias para além do gênero. Alertada para essas questões, Rubin (2012) estabelece uma crítica nesse sentido, quando atenta para a necessidade de se pensar analiticamente a sexualidade separada do gênero, embora um não exclua o outro, muito pelo contrário, ambos se relacionam e interagem em contextos políticos e sociais específicos se pensar em termos de hierarquias, pois,

O gênero afeta a operação do sistema sexual e o sistema sexual já teve manifestações específicas do gênero. Mas apesar do sexo e do gênero serem relacionados, não são a mesma coisa, e eles formam a base de duas arenas distintas da prática social (Rubin, 2012, p. 49).

Podem-se pensar as práticas afetivo-sexuais entre mulheres como intersecção do sistema sexo/gênero, posto que, “devido a sexualidade ser um elo entre relações entre os gêneros, muito da opressão das mulheres é suportada por, mediada através de, e constituída dentro da sexualidade” (Rubin, 2012, p. 40). Esse raciocínio apresentado por Rubin (2012) é referente à crítica a uma tendência do feminismo que considera a liberalização da sexualidade feminina como ampliação do privilégio masculino, adotando, portanto, um posicionamento conservador em relação à sexualidade. Nessa linha, Aimê acrescentou que as feministas

Não diziam nada, só brigavam com a gente e mais nada. Faziam cara feia, faziam baixaria. Por que vai dizer o que? Coerência não tem, né? Entrou essa questão político-partidária – que elas ficaram com medo... E todo mundo falava que toda feminista era sapatão e elas também não queriam ser rotuladas de sapatão. E embora tivesse um monte de sapatão lá dentro, entendeu? Eu não sei o que te dizer, né? Esse processo foi em todo o mundo, não foi só aqui. O pior de tudo não eram nem as mulheres heterossexuais, eram as próprias lésbicas dentro do Movimento Feminista que estavam . . . Quer dizer, era uma coisa muito maluca. E nós éramos perto da militância que tem hoje, aqui, super light. Porque a reivindicação da gente não era que o Movimento Feminista virasse Movimento Lésbico, era que o Movimento Feminista também levasse a questão das lésbicas. Porque nós somos mulheres, ou não? Era essa a questão (Pinafi, 2011, p. 69).

Aimê destacou que as feministas heterossexuais tinham medo de serem rotuladas como lésbicas e existiam lésbicas atuantes no movimento feminista que escondiam a orientação sexual. Implicitamente, percebe-se o *modus operandi* da epistemologia do armário, termo cunhado por Sedgwick (2007), em que as negociações diárias sobre o que revelar e/ou manter em segredo são oriundas do “dispositivo da regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores” (p. 19). A metáfora do armário é formadora da vida dos sujeitos, ou seja, a fala de Aimê é fundamental para desvelar o mecanismo da heteronormatividade presente nos grupos feministas.

Na edição nº 23 do *Lampião*, uma das integrantes do LF, Cynthia Sarti, redigiu uma coluna explicando com detalhes o ocorrido no congresso. Ela aponta que o feminismo não está imune à reprodução do modelo opressor, no sentido de que, para “descobrir minha feminilidade livre, eu tenha que passar por uma mulher fálica, dominadora, autoritária em luta pelo poder, para depois dar conta que essa é uma luta vã, que me deserotiza, enfim, é a reprodução daquilo que precisamente quero combater” (*Lampião da Esquina*, 23, 1980, p. 8). Nesse mesmo documento, ela escreve que ao final do congresso, as integrantes do LF redigiram um manifesto repudiando o comportamento autoritário dos membros de partidos políticos, dizendo que,

Embora a herança de todas nós seja a de uma prática política autoritária, alimentada pelos 16 anos de ditadura que vivemos, queremos afirmar que nossa luta é antiautoritária por excelência, dando espaço para que todas as mulheres coloquem seus problemas da forma e na medida em que são vividos por elas. Organizamos o I Congresso da Mulher Paulista. Organizamos o II Congresso da Mulher Paulista. Nossa disposição continua a mesma: construir um movimento unificado de mulheres (Lampião da Esquina, 23, 1980, p. 8).

A necessidade de pontuar a influência da ditadura nos processos de subjetivação política foi fundamental para o reconhecer a existência de mecanismos de poder existentes dentro dessas organizações políticas, cujas assimetrias de gênero, raça, classe e sexualidade eram desviadas para a deslegitimação das causas minoritárias, para, assim deslocar essa lógica de poder para outro modo de fazer política que considere o plano das subjetividades.

Pinafi (2011) aponta que o caráter antiautoritário e comunitário do Grupo Lésbico-Feminista, resgatando as contribuições de Peter Fry (1982, p. 110) foi, de certo modo, parte “do processo de reação simbólica aos anos de ditadura”, por isso os movimentos feministas e homossexuais brasileiros tiveram essa característica mais acentuada do que os dos Estados Unidos e da Europa.

Três meses após o II CMP, os grupos que participaram do congresso encontraram-se novamente para discutir as polêmicas que aconteceram. Entre os dias 21 e 22 de julho de 1980, na cidade de Valinhos, interior de São Paulo, o LF participou do I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo junto aos grupos Pró-Mulher, Nós Mulheres, Brasil Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Associação de Mulheres, Grupo Feminista 8 de Março e Coletivo Feminista de Campinas. Pinafi (2011) cita o testemunho apresentado na revista *Mulheres Participando*, de Teresa Verardo, sobre a presença das lésbicas do LF nesse evento:

Tinha uma pauta, nós íamos discutir objetivamente aquela pauta quando as lésbicas resolveram subverter tudo. Elas não queriam discutir aquela pauta coisa nenhuma e queriam discutir a nossa relação enquanto mulheres. Queriam discutir a questão da sexualidade. E queriam discutir a militância feminista com prazer. E eu acho que essa discussão de Valinhos deu uma virada total em toda nossa militância. Nós descobrimos junto com as lésbicas que era possível fazer discussões sobre sexualidade, né? E essa discussão mexia com um monte de coisa internamente com a gente. Era assumir uma outra postura de vida e uma outra postura de militância. E, principalmente, que era possível fazer uma militância com prazer. (Verardo, 1991, como citada em Pinafi, 2011, pp. 70-71).

Considerando que, historicamente, os corpos das mulheres foram regulados por meio da vigilância e do controle de distintas instituições e práticas culturais, a sexualidade feminina era – e é – considerada tabu. Vista sob o olhar androcêntrico e heterocentrado, os fins últimos da

função da sexualidade feminina eram a satisfação sexual do parceiro e a reprodução. O comentário de Teresa indicou que a presença das lésbicas nos grupos feministas provocou esse debate, mudando radicalmente a maneira como elas encaravam o prazer feminino, ou seja, o compartilhamento do conhecimento de si e sobre o próprio corpo trouxeram condições para as mulheres lutarem politicamente pela autonomia de seus corpos.

Outro ponto que precisa ser destacado é que a partir desse encontro de Valinhos, foi montada uma comissão permanente entre os diversos grupos que participaram, dando origem, posteriormente, ao grupo autônomo SOS-Mulher. Depois do racha interno do LF, algumas lésbicas passaram a atuar no SOS-Mulher.

As divergências que elas citam são sobre desavenças envolvendo um triângulo amoroso entre Z., L. e M. No início do SOMOS, Z. e L. namoravam, porém, com o término da relação, L. se envolveu com M. As integrantes próximas de Z. saíram do LF e passaram a atuar no SOS Mulher, negando a identidade lésbica como identidade política, pois a condição de lésbicas seria apenas uma particularidade de suas vidas. MacRae (1990) aponta que “para elas, o SOS não tolhia suas relações sexuais e afetivas e fazia mais sentido permanecer naquele grupo onde poderiam militar ao lado de um espectro mais amplo de mulheres” (p. 267). Sob outra perspectiva, M. e outras militantes próximas desvincularam-se do SOS Mulheres e optaram por permanecer no LF porque acreditavam que a lesbianidade “precisava ser ‘assumid[a]’ por todas que a praticavam, não se podendo simplesmente subsumir a luta homossexual na feminista” (MacRae, 1990, p. 267).

Miriam, integrante do LF, na edição nº 3 do boletim *ChanaComChana*, situa seu ponto de vista sobre o processo de crise interna desencadeada pelo triângulo amoroso envolvendo a relação do LF e do SOS-Mulher:

Em nossa campanha contra os modelos monogâmicos que dizíamos herdados de sociedade heterossexual machista, acabamos por tocar no ponto nevrálgico das relações interpessoais, sentimentos de posse e ciúme, que somados a um clima de disputa e competição pela direção no encaminhamento das atividades que realizávamos, terminou gerando uma enorme desconfiança entre as pessoas e, conseqüentemente, uma descrença quase generalizada em nosso próprio trabalho. Por imaturidade política, não soubemos tratar, com suficiente tato, a questão dos “casos abertos e fechados” – se o condicionamento da mulher é para a fidelidade e o do homem para a conquista, será “revolucionário” apenas inverter os papéis? Que nem com a questão das relações de poder (autoritarismo, omissão, monopolização da palavra, criação de mitos, discursos carismáticos, padrões de beleza, etc.) que todos tecemos e de quem, ao mesmo tempo, somos vítimas. Esta crise determinou a cisão no grupo e o afastamento de muitas das integrantes. Algumas partiram para o grupo SOS Mulher, recentemente fundado e que desde sua criação sempre havia contado com nosso apoio; outras formaram o **Terra**

Maria Opção Lésbica, uma extensão do GALF, que não conseguiu sobreviver ao tempo (ChanaComChana, 3, 1983, pp. 2-3, grifo nosso).

Destarte, é interessante perceber como a relação amorosa, nesse contexto, principalmente no tocante às relações monogâmicas ou não monogâmicas, é também histórico-política. O questionamento de Miriam, “se o condicionamento da mulher é para a fidelidade e o do homem para a conquista, será ‘revolucionário’ apenas inverter os papéis?” mostra que a monogamia como ferramenta de dominação masculina serviu para submeter as mulheres ao regime da heterossexualidade obrigatória para fins matrimoniais, reprodutivos e domésticos, garantindo a exclusividade e a propriedade masculina para a reprodução social. No entanto, pelo fato da monogamia ser uma convenção social, não está imune às relações de poder e de dominação, conforme conclui Miriam, ao refletir sobre os sentimentos de posse, ciúme, disputa e competição que se fizeram presentes nos desentendimentos entre as mulheres, levando à cisão do LF em dois grupos distintos, como o SOS-Mulheres e o Terra Maria Opção Lésbica. Foi a partir desse episódio que o nome grupo Lésbico-Feminista passou a ser Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), em 1981.

Na oitava edição do boletim *ChanaComChana*, o GALF explicitou quais os objetivos e as atividades realizadas pelo grupo:

OBJETIVOS: a) desenvolver e conscientizar as mulheres lésbicas de seus direitos e da importância de apoiar e criar organizações que defendam nossos interesses; b) desenvolver uma rede de contatos entre organizações e mulheres lésbicas, no Brasil e no exterior, com o propósito de quebrar o isolamento a que muitas de nós estão sujeitas e obter apoio emocional e político; c) promover debates sobre a lesbianidade e feminismo bem como exibir filmes, vídeos, etc...com a mesma temática; d) desenvolver a biblioteca do GALF para colocá-la à disposição de todas as pessoas interessadas; e) obter uma sede para o GALF desenvolver suas atividades.

ATIVIDADES: a) Reuniões de reflexão – O GALF se reúne semanalmente para a discussão de temas relacionados com as vivências lésbicas a partir de textos lésbicos e feministas; b) Boletim ChanaComChana – O GALF elabora e publica trimestralmente o boletim ChanaComChana, veículo de nossas ideias e canal de comunicação para todas as mulheres lésbicas; c) Debates – As integrantes do GALF participam de debates, entrevistas, simpósios, etc...sobre lesbianidade numa perspectiva de combater os preconceitos existentes contra as mulheres lésbicas; d) Correspondência – O GALF mantém correspondência com mulheres lésbicas de todo o país com o objetivo de criar redes de apoio e solidariedade e e) Biblioteca – O GALF mantém e desenvolve uma biblioteca com livros e arquivos sobre lesbianidade, feminismo, homossexualidade e temas gerais (ChanaComChana, 8, 1985, pp. 4-5).

Heloísa Pontes (1986), em sua análise sobre o SOS-Mulher, destaca que os conflitos amorosos entre as militantes lésbicas refletiram diretamente no posicionamento político delas,

uma vez que havia forte legitimidade na percepção de que “o pessoal é político”, ou seja, “as alianças e as dissidências apareceram revestidas por concepções políticas distintas, relativas às maneiras divergentes de qualificar as preferências sexuais” (Pontes, 1986, p.118).

O SOS Mulher foi criado em outubro de 1980 e terminou em novembro de 1983. O grupo foi criado na ocasião do surgimento do Comitê de Defesa às Prostitutas, como resposta à violência policial sofrida por prostitutas nas chamadas “Operação Limpeza”, coordenadas pelo delegado Wilson Richetti. O Comitê foi transformado em uma Comissão de Luta contra a Violência e formalizado no 1º Encontro dos Grupos Feministas, realizado na cidade de Valinhos em junho de 1980. O SOS Mulher, então, em seu escopo de atuação, tinha por objetivo “agilizar a luta contra a violência que incidia não só sobre prostitutas como sobre mulheres de maneira geral” (Pontes, 1986, p. 17).

O grupo inicialmente foi constituído por seis mulheres de cinco grupos distintos de cunho feminista, como o Centro da Mulher Brasileira, Grupo 8 de Março, Grupo de Ação Lésbica-Feminista e Brasil Mulher. Posteriormente foi ampliado para a condição de um grupo autônomo feminista que prestava serviços às mulheres vítimas de violência, independentemente da orientação sexual, raça, cor e classe (Pontes, 1986). A autora Pontes sintetiza a dinâmica de sociabilidades envolvidas no interior do SOS-Mulheres:

O contato entre mulheres que se pretendiam e reconheciam como “iguais”, “liberais” e “desviantes” proporcionou a vivência de relações socialmente definidas como homossexuais. O que me leva afirmar que o SOS, para além de sua dimensão de instituição alternativa de prestação de serviços feministas às mulheres “vítimas” da violência, era também um lugar de iniciação e de incitamento do aprendizado do lesbianismo, não só do ponto de vista da prática amorosa e sexual, como fundamentalmente da criação de um estilo de vida particular para as mulheres que nele se integraram (Pontes, 1986, p. 127).

No que concerne às lésbicas que saíram do LF e migraram para o SOS-Mulher, as integrantes heterossexuais do SOS-Mulheres, em entrevista com Heloísa Pontes, disseram que havia entre elas, e também com as heterossexuais, um clima bastante erótico, com contatos intimistas como forma de experimentação corporal. Para a autora, a presença das lésbicas foi decisiva para “a constituição e vivência de um tipo específico de militância feminista: aquela que enfatiza a junção do trabalho político com as questões pessoais e subjetivas de suas integrantes” (Pontes, 1986, p. 127). A seguir, trecho coletado em entrevista com H. à autora que ilustra essa dinâmica:

Além disso, eu acho que muito do prazer que foi incorporado à militância do SOS se deve, num primeiro momento, às pessoas que vieram de grupos homossexuais, que nós,

feministas de esquerda, não convivíamos até então. Com o passar do tempo fica difícil dizer quem é homossexual, quem não é, pois de repente não existe mais essa divisão. Isso se deve ao fato de que a subjetividade, a proximidade, essas coisas todas acabam circulando de um jeito tal, que acabam fazendo com que a afetividade se estenda e ultrapasse estes limites. Isso acaba contaminando todo mundo (Entrevista realizada com H. em dezembro de 1982) (Pontes, 1986, p. 123).

Pontes (1986) sublinha a dissolução da fronteira entre heterossexualidade e homossexualidade femininas com presença das lésbicas no SOS-Mulher. Nas palavras da autora, a dimensão da homossexualidade feminina foi reposicionada no sentido de não ser encarada como marca de identidade, mas como “opção sexual”, ou seja, as lésbicas que saíram do SOMOS e do GALF encaravam a lesbianidade “enquanto a vivência de um estado, isto é, elas compreendiam que ‘estavam lésbicas’ e não que ‘eram lésbicas’ – indicador de essência e fixidez” (Pinafi, 2011, p. 73).

Por outro lado, para as integrantes que permaneceram no GALF, em especial Miriam, considerar a lesbianidade como uma vivência particular era precária, pois, “ao restringir o lesbianismo ao seu aspecto puramente sexual escamoteia, esconde e ameniza os aspectos sociais do preconceito levando, conseqüentemente, à desmobilização política” (ChanaComChan, 10, 1986, p. 3). Em outros termos, os movimentos feministas muitas vezes caíram na armadilha de não incluir na agenda política a desconstrução da heterossexualidade compulsória e a crítica à heteronormatividade (Costa & Soares, 2012).

As integrantes do GALF participaram como coordenadoras do III Congresso da Mulher Paulista. Estava previsto para acontecer três fases, nos dias 22 de fevereiro, 7 de março e 8 de março de 1981. Esse congresso, segundo o *Lampião*, teve um resultado bastante decepcionante por sua inexpressividade, fato desencadeado por embates travados nos bastidores, resultando no racha entre a Coordenação e o grupo do jornal Hora do Povo, porta-voz do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Em entrevista realizada pelo jornal *Lampião da Esquina*, Teca, uma das membras do GALF, disse que o MR-8, na organização do congresso, mobilizou sua base política para ir à primeira reunião; tratava-se, na verdade, de uma Kombi com diversas mulheres que não estavam na organização do evento. A proposta do congresso foi feita por entidades, o que resultou no tumulto seguido pela saída da Coordenação, que por sua vez não conseguia credenciar as inúmeras entidades que apareciam. Desta feita, as mulheres do HP se retiraram e posteriormente convocaram outro congresso.

Nos momentos que antecederam o racha da organização do congresso, Teca lembrou que em uma reunião, as mulheres do MR-8 disseram que se tratava “... De um congresso de

sapatões . . . A contraposição era que elas do Hora do Povo queriam fazer um congresso do povo e as feministas um congresso de lésbicas” (Teca, 1981, p. 13). Para Zezé Melgar e Emanuel Freitas, que cobriram o congresso e escreveram uma coluna no *Lampião*

De tímidas participantes do ano passado as lésbicas emergiram para a crista da onda neste 3º CMP, ao se tornarem alvo predileto do grupo HP, para quem a coisa se colocava assim: de um lado as lésbicas e de outro o povo brasileiro. Aliás, foram as militantes desse jornal que fizeram a significativa sugestão de que os homossexuais deviam ir para a Amazônia em regime de reeducação. Convenhamos que essa não é uma ideia muito original, já que em outros lugares as bichas vão cortar cana (Freitas, e Melgar 1981, p. 12).

A ex-militante do PCdoB, Maria Amélia Teles (1993), ao lembrar os fatos que ocorreram no III CMP, disse que os detalhes das reuniões organizativas do congresso chegaram à imprensa, e que militantes do MR-8 “falavam aos jornais que não permitiam a entrada de lésbicas no movimento. Uma dessas militantes . . . declarou à Folha que ‘a lésbica nega a sua própria condição de mulher, e não pode fazer parte de um movimento feminino’” (p. 124). Ainda nesse contexto, Maria Amélia Teles rememorou que as militantes do MR-8

Aproveitavam do preconceito existente contra a feminista e a lésbica para obter a simpatia popular e ganhar a hegemonia do movimento, esvaziando-o de seu conteúdo – as reivindicações das mulheres. E de imediato ganharam a simpatia dos dirigentes partidários, particularmente os do PCdoB e PCB, que passaram a pressionar suas militantes para que se aliassem ao MR-8. Dadas as divergências no interior desses partidos, elas tiveram uma atuação ambígua e participaram das duas articulações políticas então formadas, que, com a cisão, passaram a organizar dois congressos . . . (Teles, 1993, p. 125).

O Congresso acabou dividido em seções e as lésbicas ficaram na Zona Oeste. O tema sobre sexualidade era optativo, “o que significava, dentro daquele contexto, que ele praticamente não seria abordado assim como não foram encaminhadas, pela mesa, moções de repúdio contra as prisões arbitrárias de mulheres lésbicas efetuadas pelo delegado Wilson Richetti no final de 1980” (Miriam. ChanaComChana, 4, 1983, p. 3).

O GALF conclui que o congresso “ficou marcado por muita insegurança e desestruturação”, embora tenha sido proveitoso quanto à troca de informações e experiências com mulheres de outras organizações feministas. Mesmo com o ataque das HPistas, várias feministas saíram em defesa das lésbicas. Embora seja importante ressaltar que o resultado desse congresso deixou claro que o “questionamento à heterossexualidade obrigatória não teve espaço na formulação epistemológica e na agenda política do movimento feminista brasileiro,

tendo sido priorizada a agenda relacionada às vivências de mulheres heterossexuais, como a contracepção, o aborto, a esterilização, a gravidez, o parto” (Soares & Sardenberg, 2011, p. 6).

3.3 Casos emblemáticos da repressão política às lésbicas

3.3.1 A Operação-Sapatão

Em janeiro de 1981 o jornal *Repórter* noticiou que no dia 15 de novembro de 1980 o delegado Wilson Richetti colocou a Operação-Sapatão em funcionamento. O objetivo era interditar os bares próximos à Rua Martinho Prado, centro de São Paulo, frequentado pelo gueto lésbico, como o Canapé, Cachação, Último Tango, Ferros’s Bar, Bexiguinha, entre outros. A polícia invadiu esses bares e levou várias mulheres lésbicas presas, dentre elas uma de 22 anos: “Me levaram pra dentro do Cachação . . . e fui logo mostrando meus documentos. Mas o polícia disse: não interessa documento, você é sapatão”. Ou seja, “quem fosse (ou tivesse cara) de lésbica, ia pro camburão” (*Repórter*, 37, 1981, p 15).

O camburão a deixou em frente à 4ª Delegacia de Polícia, localizada na travessa da Rua Augusta com mais outras 200 presas. Na delegacia foi colocada em uma cela com mais de 50 pessoas e “quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado para outra cela” (*Repórter*, 37, 1981, p. 15).

No meio da noite a estudante ouviu dizer que quem tivesse dinheiro saía da delegacia mais cedo, ou seja, as lésbicas foram extorquidas pelos policiais. Para Quinalha (2017), essa atitude demonstrava o quanto era “normalizada e difundida a prática da extorsão das vítimas e de suborno das autoridades quando o assunto eram ‘infrações’ que transitavam entre o questionável ‘ilícito’ e o suposto ‘imoral’. Ali era preciso, assim, literalmente pagar o preço de ser homossexual” (pp. 218-219).

Fernandes (2014) lembra que foi circulado um panfleto escrito pelos integrantes do GALF, Terra Maria e Eros, denunciando o abuso de poder dos policiais, “que ficariam impunes, mais uma vez, no que dizia respeito à apuração pelas autoridades [...] O panfleto trazia palavras de ordem: ‘pela livre opção sexual’, ‘pelo livre direito de ir e vir’; ‘contra a repressão sexual’; contra a ‘repressão policial’” (p. 136).

A estudante disse que um mês depois do corrido o cenário continuou desalentador para as lésbicas, pois os bares do gueto estavam fechados e as ruas, escuras e sem circulação de pessoas. Essa situação foi muito ruim porque para ela “só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa. Fora desses lugares – em casa, no trabalho, na

escola – o que existe é discriminação”, uma vez que, “até na Universidade de São Paulo, onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora” (Repórter, 37, 1981, p 15).

De outro norte, na mesma reportagem, mesmo com o fechamento dos bares, a dona do Cachação, conhecida como Pelé, não viu problemas com relação à medida adotada pelo delegado Richetti, dizendo: “Conversei com ele, fui muito bem tratada e concordei com ele em que a Operação-Sapatão foi um mal necessário. Havia maus elementos que frequentavam aqui e agora sumiram” (Repórter, 37, 1981, p. 15). Em dezembro do mesmo ano, ela inaugurou uma nova boate só para mulheres. Esse fato ilustra a contradição existente nos guetos, cujos estabelecimentos voltados para o consumo da população LGBT eram administrados, muitas vezes, por donos homofóbicos, defensores da “moral e dos bons costumes”, sem deixar de tirar proveito dos bolsos das lésbicas, e confinando-as em locais fechados, para que as ruas “fossem limpas”.

Fernandes (2014) narra que depois da Operação-Sapatão, os grupos homossexuais realizaram diversas atividades-protestos contra as medidas higienistas de Richetti, como “pichações nos muros durante as madrugadas, elaboração, impressão e distribuição de panfletos e uma carta aberta à população” (p.136), porém, não foram levados a sério por outros segmentos da população.

3.3.2 O I Festival Nacional de Mulheres nas Artes

Em São Paulo, na semana do dia 3 a 12 de setembro de 1981 aconteceu o I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, organizado por Ruth Escobar, Maria Quartim Moraes, Célia Macedo, Nirce Levin, Solange Padilha, entre outras atrizes, com o patrocínio da revista *Nova*. O festival foi marcado por diversos acontecimentos artísticos como dança, música, teatro, literatura, oficinas de trabalho, palestras, debates, futebol feminino, entre outros.

Uma das principais atrações do festival foi o debate sobre Feminismo Nacional e Internacional, com a presença de intelectuais feministas como Kate Millet (EUA), Natália Correa, Isabel Barreno (Portugal), Antoinette Fouque (França) e Dacia Maraini (Itália). As integrantes do GALF reproduziram integralmente a fala das feministas sobre a questão da homossexualidade e suas implicações políticas³⁰.

³⁰Para maiores informações sobre o conteúdo das falas das intelectuais sobre feminismo e lesbianidades, ver a primeira edição do boletim Chanacomchana.

Cowan (2014), em seu artigo sobre vigilância e ditadura militar, citou documentos oficiais emitidos por órgãos como Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) em que militares investigaram a vida pública e privada de homossexuais. Em um dos documentos emitidos pelo DOPS, constou que os agentes militares se infiltraram no 1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes e escreveram um relatório que mostrava

preocupação profunda com a conjuntura de feminismo, sexo, socialismo, intelectuais de esquerda e ativismo em prol da democracia. O relatório notou a presença de feministas brasileiras e estrangeiras, e alongou-se – mais do que em qualquer outro assunto – sobre a discussão que as mulheres presentes mantiveram sobre sexo (Cowan, 2014, p. 48).

No mesmo relatório, os agentes citaram o conteúdo do seminário intitulado “O sexo e a escrita”, em que

sexo e a literatura e, principalmente, a literatura erótica que vem sendo escrita com mais frequência pelas mulheres de todo o mundo. Foi discutido também a pornografia e as diversas formas que pode ser apresentada, sendo criticada a repressão que a polícia e o governo fazem em torno da pornografia (Cowan, 2014, p. 48).

Segundo o boletim *ChanaComchana*, o festival foi bastante rico por abordar diversas formas de ser mulher através da arte. Porém, para as lésbicas, a experiência foi impactante, pois uma das músicas compostas por duas integrantes do GALF, Miriam Martinho e Gisele Fink, foi proibida pela Censura Federal. “Franchitude de Francha” foi classificada na terceira eliminatória do Festival Feminino de Canção. A letra da música era uma “sátira dos comportamentos estereotipados de lésbicas que reproduziam os papéis sociais do masculino (a fanchona) e a outra, o do feminino (lady)” (Fernandes, 2014, p. 142). O *ChanaComChana* lançou uma nota de repúdio à censura do Governo Federal, com o título “Liberdade, abra as asas sobre nós”:

Acreditamos que toda e qualquer censura é uma violência a um direito intrínseco de todo o ser humano: o direito a expressão de seu pensamento.

A liberdade é como uma máquina nova, enquanto não se tiver contato com ela, não será possível a manejá-la.

Proibir a música “Franchitude de Francha” é manter as ideias pré-concebidas que destroem a criação, a consciência, a crítica positiva, a liberdade, o bom humor, o ser humano, um povo. Liberdade, abra as asas sobre nós (Editorial. *ChanaComChana*, 1, 1982, p. 8).

A letra da música censurada foi reproduzida por Fernandes (2014, pp. 142-143):

Brigou comigo saiu aos berros, lá do Ferro's chamando a atenção do francharêu.
 Bebeu comigo pediu a conta e eu meio pronta dei um chapêu.
 Sai gritando do boteco atordoada
 Fui atrás da descarada desmaiei no elevador
 Quando acordei eu não sabia a onde estava, pois aquela madrugada foi demais prá minha dor.
 Alucinada entrei no apartamento e naquele momento a pomba-gira me tomou
 Peguei a francha na garganta e dei-lhe um tapa
 Arranquei-lhe a casaca e a coisa toda começou.
 Veio o passado das torturas recordando, a cabeça esquentando resolvi me separar,
 Mas quando olhei para os teus olhos de janela
 Eu lembrei que depois dela outra francha vou achar.
 Francha por francha fico mesmo na esperança, por tão pouco é impossível esta vida abandonar.

Os acontecimentos do I Festival Nacional de Mulheres nas Artes foram emblemáticos, e talvez as mulheres presentes nesse evento não tenham tido a dimensão desse fato porque trinta anos depois, com o acesso aos arquivos militares, Cowan (2014) descobriu que as feministas e principalmente as lésbicas do GALF, tiveram suas vidas vigiadas e monitoradas de perto por policiais. Não soa estranho o conhecimento que tais agentes tiveram da música “Franchitude de Francha”, a ponto de ser imediatamente censurada? Conclui-se, a despeito desse episódio, que as lésbicas, mais do que invisibilizadas, foram, literalmente, silenciadas.

3.3.3 O levante sapatão no Ferro's bar

O dia 19 de agosto de 1983 foi marcado pelo levante no Ferro's bar, tradicional estabelecimento frequentado por lésbicas e localizado próximo ao boêmio bairro Bexiga, na Rua Martinho Prado, centro de São Paulo. Esse evento ficou conhecido por ativistas como “pequeno Stonewall brasileiro³¹”.

³¹ O levante do Ferro's bar é muitas vezes comparado com a revolta de Stonewall Inn, bar frequentado pelo marginalizado gueto nova-iorquino. No dia 28 de julho de 1969, foi destruído por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em confronto com a polícia. Simões e Facchini (2008) resgataram a narrativa resumida de John D'Emilio referente à revolta, momentos depois da batida policial: “À medida que a polícia os retirava do bar, uma multidão se aglomerou na rua. Vaias e assobios eclodiram quando um camburão partiu com o balconista, o segurança e três drag queens. Poucos minutos depois, um policial tentou levar a última cliente, uma lésbica, para uma viatura próxima, no meio dos espectadores. “Ela resistiu e lutou, da porta até o carro”, relatou o Village Voice. Nesse momento, “a cena tornou-se explosiva...Latas e garrafas de cerveja foram atiradas contra as janelas e uma chuva de moedas desabou sobre os policiais...A multidão irrompeu a atirar pedras e garrafas...Do nada, apareceu um parquímetro arrancado e usado como um porrete na porta do Stonewall. Ouvi vários gritos de “vamos pegar gasolina”, mas o clarão de fogo que surgiu em seguida na janela do Stonewall foi outro choque”. Reforços vieram resgatar os policiais acucados no bar em chamas, mas seu trabalho mal tinha começado. A rebelião prosseguiu noite adentro, com travestis porto-riquenhos e garotos de rua liderando ataques contra fileiras de policiais uniformizados, depois batendo em retirada e se reagrupando nas vielas e travessas do Village. Na noite seguinte, pichações com a

De acordo com a matéria de capa publicada na 4ª edição do boletim *ChanaComChana*, as integrantes do GALF, dois meses antes, começaram a distribuir o referido boletim no Ferro's bar, local de maior ocupação e concentração de lésbicas do gueto; até passarem a ser agredidas pelo porteiro, com ameaças e com puxões de braço, para que elas se retirassem do recito. A situação ficou mais tensa quando um dos donos do bar, os seguranças e o porteiro utilizaram-se da agressão física para expulsá-las. Nas palavras de Vanda, redatora da matéria,

Enquanto nos puxavam para o lado de fora, parte das lésbicas – que compram o boletim e conversam com as moçoilas do Galf – nos segurava lá dentro. Belo corpo-a-corpo: dos que tem a força da ordem e da lei contra as que ganharam no dia-a-dia uma força física e interior para poder “viver” numa sociedade onde a regra é ser heterossexual. Quem foge desse padrão, é pervertida(o), louca(o), imatura(o) sexualmente. E, definitivamente, não merece compartilhar das benesses desse paraíso terrestre (ChanaComChana, 4, 1983, pp. 1-2).

Com a confusão, o dono alegou que as lésbicas estariam “fazendo arruaça” e chamou a polícia. Os policiais ouviram todos os presentes e, milagrosamente, disseram que não poderiam interferir na situação, uma vez que “os direitos são para todos os brasileiros” e foram embora. Miriam, uma das integrantes do GALF, em entrevista para o jornal Homomento, concedida em agosto de 2009, disse: “fomos proibidas de voltar a vender o boletim lá, embora se vendesse de tudo no bar, inclusive substâncias ilícitas. Só não podia vender publicação de lésbica num bar sustentado por lésbicas” (Homomento, 19 de agosto, 2009, p.1). As lésbicas então decidiram que precisavam fazer alguma coisa para mudar a situação, pois, para Vanda

Já estávamos cheias de sermos agredidas “injustamente” e pensávamos que o incidente podia se repetir mais vezes, talvez com mais apoio da polícia. Não queríamos ficar na defensiva. Precisávamos reconquistar nosso direito de vender o ChanaComChana no Ferro's. Não só vendê-lo. Mas conversar com as lésbicas dos mais distintos estratos sociais e vivências pessoais (ChanaComChana, 4, 1983, p. 2).

A partir desse episódio, as mulheres do GALF se organizaram para ocupar o Ferro's bar e fazer prevalecer seus direitos. Os princípios fundamentais dessa organização eram conseguir vender os boletins *ChanaComChana*, com o propósito de falar sobre elas “sem vergonha ou medo” (Fernandes, 2014, p. 145) e frequentar o lugar sem serem agredidas. Sobre a organização do levante, elas assinalam que apesar de o GALF ser um grupo autônomo, não aceitando a dupla militância no sentido de atuar também em partidos políticos,

frase “gay power” apareceram nos muros da Christopher Street” (D’Emilio, 1981, como citado em Simões & Facchini, 2008, p. 46).

Isso não impede que busquemos ótimas relações com os partidos de oposição - PMDB, PT e PDT – pois nossas lutas se cruzam em alguns pontos essenciais, como é o caso da luta pelas liberdades democráticas. Por isso fizemos questão de convidar para o “happening” político do Ferro's: deputada Ruth Escobar (PMDB), Irede Cardoso (PT), deputado federal Eduardo Suplicy (PT) e a bancada do PT na Assembleia Legislativa, através de carta endereçada ao líder de sua bancada, Marco Aurélio Ribeiro. Como apoio na área legal, convidamos a advogada Zuleide Cobra Ribeiro (representante da Ordem dos Advogados do Brasil e da Comissão de Direitos Humanos). Batalhamos na organização do “happening” de 19 de agosto durante quase um mês, enquanto distribuíamos no gueto um panfleto denunciando a atitude do Ferro's, que não é isolado (ChanaComChana, 4, 1983, p. 2).

No dia 19 de agosto de 1983, por volta de nove horas da noite, as integrantes do GALF, junto com os companheiros do grupo Outra Coisa Ação Homossexualista, distribuía um panfleto em frente ao Ferro's bar, denunciando as violências ocorridas nos últimos meses, “até que em um momento ‘começam a invadir’ o bar figuras um tanto estranhas para suas fiéis frequentadoras: mulheres ‘diferentes’, rapazes de barba e lindos paletós de couro (dessas que a gente costuma ver nas manifestações tradicionais da esquerda), bichas finérrimas” (ChanaComChana, 4, 1983, p. 2). A presença dessas figuras um tanto estranhas fez com que o porteiro do Ferro's barrasse a entrada de outras “perigosas mulheres”. No entanto, o estrago já estava feito, pois “a força estranha que já havia invadido o bar explode aos gritos de: ‘entra’, ‘entra’, ‘entra’. Numa das mesas, a vereadora Irede Cardoso (PT) discursava aos berros sobre a luta pelas liberdades democráticas, inclusive para as lésbicas” (ChanaComChana, 4, 1983, p. 2).

O boné do porteiro foi jogado para longe, distraíndo-o, quando se deparou com a “invasão” de mulheres, de jornalistas e de outros militantes que estavam barrados do lado de fora. Uma das integrantes do GALF, Rosely, imediatamente subiu em uma cadeira e discursou contra as ingerências autoritárias dos donos do recinto. Entretanto, Vanda, autora da matéria em questão, ressalta, em relação à ação de Rosely, que:

É bom deixar claro que ela não é e não quer ser líder do grupo, pois lutamos contra a hierarquia e o poder; algumas militantes do grupo ainda lutam contra o medo de se exporem publicamente. A interiorização do medo e da repressão é um dos motivos que impedem o grupo de crescer quantitativamente. Porque qualitativamente ele vê avançando desde seu surgimento, em 1979 (ChanaComChana, 4, 1983, pp. 2-3).

Depois da denúncia de Rosely, o dono do bar foi obrigado a se manifestar, declarando, diante delas e da imprensa que o GALF poderia, a partir desse momento, divulgar e distribuir

o *ChanaComChana* no Ferro's bar. A deputada Irede Cardoso gritou em seguida: “Viva a democracia!”, tendo sua fala complementada por Rosely que, por seu turno, disse que a democracia foi estabelecida porque “ele [o dono] só voltou atrás por causa da nossa força, da nossa união. A democracia neste bar só depende de nós”. Ou seja, para o GALF,

por acreditar nessa democracia, sem lideranças, sem vanguardas e sem elites, é que continuamos a lutar para que todas as lésbicas se expressem e lutem pelos seus direitos . . . Acreditando em nossa autonomia individual, mesmo que participemos dos mais diversos grupos” (*ChanaComChana*, 4, 1983, p. 3).

O “happening político” ecoou nas comunidades lésbicas de São Paulo, atraindo um bom número de integrantes para o GALF, além de repercutir entre as lésbicas frequentadoras do gueto que não tinham proximidade com a militância política, que passaram a ver o *ChanaComChana* com outros olhos e a discutir mais sobre as lesbianidades com elas.

Dada a alusão do levante do Ferro's bar à revolta de Stonewall Inn, cabe ressaltar que ambos os acontecimentos foram importantes para o movimento LGBT em contextos sócio-políticos distintos.

A revolta de Stonewall ocorreu em meio à Guerra Fria nos Estados Unidos da América, simbólica e socialmente inscrita pela luta do movimento anti-guerra da Guerra do Vietnã e pela luta dos direitos civis. No que tange à população LGBT norte-americana, os resquícios do macarthismo³² foram sentidos ao longo da segunda metade do século XX por meio do recrudescimento de legislações relativas às sexualidades dissidentes³³. O acúmulo de perseguições, repressões e prisões ao longo dessa época foi canalizado para a irrupção da revolta da população LGBT nos EUA. Ou seja, não foi um evento planejado e previamente organizado pelo movimento LGBT e seus aliados frente às ações arbitrárias de instituições que se identificavam com o regime autoritário, como no caso do levante do Ferro's bar no Brasil. Foi, ao contrário, um descontentamento que deu combustão às ações “espontâneas” contra a ordem social vigente, por isso o caráter incendiário e marcante da revolta de Stonewall.

³² O macarthismo é historicamente representado pela ascensão do senador norte-americano Joseph McCarthy, cuja histeria anticomunista foi amplamente difundida no imaginário social (Rodeghero, 2002). Qualquer atividade, pensamento ou manifestação contrário ao “American Way of Life” era considerado “desvio”, portanto, comunista. Essa gama de possibilidades de desvios permitiu que a homossexualidade fosse incluída no rol do comunismo, gerando intensa perseguição às sexualidades dissidentes.

³³ Para maiores informações a respeito das legislações conservadoras dos Estados Unidos e a população LGBT, ver “Políticas do Sexo”, de Gayle Rubin (2017).



Figura 2. Momento da “invasão” do Ferro’s bar.

3.3.4 *Rosely no programa da Hebe Camargo*

No dia 22 de maio de 1985, Hebe Camargo, apresentadora de um programa de televisão da TV Bandeirantes, convidou a ativista Rosely do GALF para falar sobre a homossexualidade feminina ao vivo em rede nacional, por ocasião da repercussão de um simpósio sobre o tema ocorrido há pouco tempo. Hebe havia convidado um dos organizadores do simpósio, Ronaldo Pamplona, psiquiatra e psicoterapeuta em psicodrama, que indicou Rosely para falar sobre o assunto.

A apresentação aconteceu três dias depois, no dia 25 de maio, numa sexta-feira às 21 horas da noite. Além de Rosely e Ronaldo, estiveram presentes Maria Amélia, funcionária pública, que iria falar como mãe de uma lésbica, a jornalista Marília Gabriela, para dar informações sobre seu novo programa, a atriz Maria Lucia Dahl e sua filha e Ignácio Loyola Brandão, que iria lançar seu novo livro.

Quando Hebe tocou no assunto sobre a homossexualidade feminina, foi passado o microfone para Maria Amélia, que, “num ‘discurso emocionado’, procurava transmitir a ideia de ser uma mãe coitada e sofredora por causa de sua filha”, fato que consumiu “60% do tempo útil do debate, que durou em torno de uma hora” (ChanaComChana, 8, 1985, p. 7). Rosely, em seu depoimento sobre a experiência no programa da Hebe no boletim *ChanaComChana*, disse que o discurso de Amélia se deu em torno de:

eu eduquei minha filha para casar e ter filhos; dei a ela uma boa educação cristã; prefiro que ela seja infeliz o resto da vida do que ver ela com outra mulher; isto não é normal, vai contra as leis de Deus; por que ela não procurou um homem? e aconselhou as mães a vigiarem as suas filhas, as amigas de sua filha, sem que elas percebam (ChanaComChana, 8, 1985, p. 7).

Rosely tentou aproveitar o curto tempo que sobrou para rebater os preconceitos despejados por Maria Amélia e divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo GALF ao longo dos anos e o endereço postal do boletim *ChanaComChana*. No tocante à réplica feita para Maria Amélia, Rosely disse que:

ela deveria deixar a filha, de 25 anos, decidir o próprio caminho porque somente ela poderia saber o que era melhor para ela mesma . . . eu falei sobre as milhares de mulheres lésbicas que recebem todo tipo de pressões de mães e pais como ela e dos males psicológicos, afetivos e sexuais que estas pressões causam, o que quase nunca é levado em conta. Coloquei que o problema não estava em sermos mulheres lésbicas, mas no autoritarismo da sociedade que nos discrimina, querendo impor uma única sexualidade, a heterossexual . . . Coloquei também que o meu estilo de vida lésbico me dava prazer e que ser lésbica não tinha qualquer ligação com o fato de ter sido mal amada pelos homens, hipótese levantada por alguém, no programa, como tentativa de “explicar” o lesbianismo de algumas mulheres (*ChanaComChana*, 8, 1985, p. 7).

Rosely concluiu que sua aparição no programa foi bastante positiva para as lésbicas e para as mulheres de maneira geral, tirando as falas preconceituosas de Maria Amélia, que no final disse: “Como você diz que é feminina usando este sapato?”. Rosely a rebateu e afirmou que, “em respeito ao programa da Hebe, que eu elogiara pela iniciativa em promover o debate, não responderia àquela baixaria” (*ChanaComChana*, 8, 1985, p. 7).

A repercussão do programa da Hebe foi quase que imediata. Segundo o *ChanaComChana*, aproximadamente cinco dias depois os jornais *Folha de São Paulo* e *Folha da Tarde* “noticiaram que a Hebe estava ameaçada de não continuar a transmitir ao vivo seu programa. A apresentadora recebeu uma carta do chefe do serviço de Censura Federal de São Paulo”. O chefe da repartição, Dráusio Dornellas Coelho, escreveu em nota que,

Demonstrando não ter pulso e nem saber como conduzir o tema enfocado, a apresentadora Hebe Camargo permitiu que seu programa se transformasse numa tribuna livre de aliciamento, indução e apologia do homossexualismo feminino. Assim colocado, solicito ao digníssimo diretor da conceituada rede, enérgicas providências junto a apresentadora e sua produção e que seja elevada a faixa etária do programa em referencia, com gravação prévia (*ChanaComChana*, 8, 1985, p. 10).

Os jornais entrevistaram cada um dos envolvidos no acontecimento. O jornal *Folha da Tarde* entrevistou Hebe, Dráusio Dornellas, Maria Amélia e Rosely. Hebe “se mostrou indignada com a carta, não concordando com o seu teor. Para ela, imorais são os pactos de morte nas celas, feitas para denunciar as péssimas condições carcerárias, e as pessoas passarem fome” (*ChanaComChana*, 8, 1985, p. 10).

Depois desse episódio, o GALF passou a receber cartas de lésbicas de diversos cantos do Brasil, com testemunhos de mulheres que tiveram experiências parecidas com mães como Maria Amélia, que desde então passaram a espionar o comportamento das filhas, por desconfiarem serem lésbicas.

4 A GERAÇÃO MIMEÓGRAFO: O CHANACOMCHANA ENTRE A IMPRENSA ALTERNATIVA E A CONTRACULTURA

o nariz os pômulos o queixo a fronte
 as pálpebras a tez o passo as coxas
 as curvas as panturrilhas os quadris
 a vulva o ventre as costas o peito
 os seios as omoplatas as nádegas os
 cotovelos as pernas os dedos dos pés
 os pés os calcanhares os rins a nuca
 a garganta a cabeça os tornozelos a
 virilha a língua o occipício a espi
 nha os flancos o umbigo o púbis
 o corpo lesbiano.

(Monique Wittig, Seção Poesia, ChanaComChana, 11, 1987, p. 23).

Como o boletim *ChanaComChana* teve uma vida relativamente longa, considerando as condições precárias de produção e circulação e a curta existência da imprensa alternativa, com o total de doze edições, pode-se dizer que o volume a ser analisado é extenso. Somado ao tempo de realização deste trabalho, ficou difícil explorar mais detalhadamente o conteúdo do *ChanaComChana*.

Assim, o objetivo deste capítulo é fazer uma leitura mais focada e dirigida ao que se pretende com os objetivos desta dissertação, que é compreender as experiências lésbicas no regime militar, se atendo às linhas mais gerais sem se ater às minúcias do conteúdo do boletim. Cabe aqui responder às seguintes perguntas: em que contexto o boletim *ChanaComChana* existiu? Quais eram os temas e os assuntos tratados no boletim? Quais foram os repertórios simbólicos presentes no *ChanaComChana*? Quais foram as influências políticas que estiveram presentes no boletim, considerando que ele esteve inserido na imprensa alternativa?

As perguntas feitas acima serão respondidas também pelos escritos sobre o boletim *ChanaComChana*. O que se pretende é ter essas indagações como um norte, uma direção que vá no sentido da constituição das subjetividades das autoras. Em outras palavras, tudo o que foi escrito no boletim foi resultado da criação coletiva de mulheres que buscavam meios de se expressar e de serem ouvidas, uma vez que a censura era uma questão que elas tinham que enfrentar diariamente; seja ela no âmbito institucional, imposta por meio de decretos, leis, portarias etc., visando à imposição da “moral e dos bons costumes”, que tinha como vetor a delimitação rígida das esferas pública e privada; seja ela no âmbito do cotidiano, que refletia nas relações familiares, no trabalho, na escola, na universidade, nos movimentos sociais.

Para tanto, o corpo deste capítulo está separado em duas partes: a primeira tem o propósito de perscrutar o contexto cultural e político em que o boletim *ChanaComChana* estivera inserido: a imprensa alternativa, a imprensa homossexual e a imprensa feminista. A

segunda parte deste capítulo tem o intuito de examinar a forma e o conteúdo do referido boletim para compreender as experiências subjetivas dessas mulheres, que produziram um arsenal potente no que se refere à construção da memória do movimento de lésbicas na ditadura militar.

4.1 A imprensa alternativa e a contracultura

Atentar para o contexto do surgimento do boletim *ChanaComChana* é pertinente para compreender que as práticas sociais das atrizes envolvidas estiveram inseridas no que historicamente se configurou como imprensa alternativa. Antes de entrar no assunto, interessa dizer que a circulação do *ChanaComChana* se deu no início da década de 1980, época da distensão da ditadura militar, em que floresceram publicações de periódicos, textos e panfletos de distintos setores da sociedade com o objetivo em comum fazer oposição ao regime instituído.

Para João Henrique Oliveira (2007), nessa época a grande mídia era representada pelas classes dominantes, que logo no início do golpe converteu e estreitou laços com os militares, constituindo-se em hegemonia. Com a mão pesada da censura operando entre a moral e a política, jornalistas, intelectuais e ativistas se mobilizaram para tentar respirar em um ambiente hostil, buscando meios alternativos de circulação de ideias, projetos e aspirações políticas. Segundo o mesmo autor, “é evidente como poder e contrapoder sempre lançam mão da comunicação, do seu arsenal semiótico, para fazer valer sua visão de mundo, seu projeto de sociedade” (Oliveira, 2007, p. 13).

Esse tipo de imprensa emergiu como alternativa à hegemonia do discurso militarizado. A contraposição ao regime estabelecido se deu no campo simbólico, pois nesse contexto a eliminação física e social de opositores à ditadura deixou a sensação de vazio, conforme constatado por Bernardo Kucinski (2001, p. 10): “Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como polo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura”. A imprensa alternativa, mais do que veículo de comunicação, foi o ponto de reorganização dos modos de vida políticos sob o autoritarismo vigente. Percebe-se, por esse ângulo, que a caracterização da imprensa alternativa abarca amplos repertórios. Para Chinem,

Ao classificar as várias publicações que saíam apesar dos anos de chumbo . . . , a poetisa Leila Miccolis separou o que chamou de **nanicos** – em geral mimeografados, com tiragens pequenas, em papel-ofício grampeado – dos **alternativos**, como considerou os tabloides e minitabloides de médio porte, muitos com esquema de distribuição nacional até em bancas de jornais. O critério para Leila definir o que seria alternativo foi a presença de algum tipo de **resistência contracultural** no sentido amplo, de público

universitário, de teatro, de música, de propaganda, de asa-delta, de cinema, místico-filosófico, de fanzines, de grupos estigmatizados (negros, mulheres, homossexuais, índios), de literatura, de alimentação natural, de costume, de ecologia, de variedades, etc. Foi bastante empregado na época o termo “geração do mimeógrafo”, tal o número de poetas que assim publicavam sua arte e saíam vendendo a tiragem de mão em mão (Chinem, 1995 como citado em Oliveira, 2007, p. 15, grifos do autor).

As palavras ressaltadas pelo autor, “nânicos”, “alternativos” e “resistência contracultural”, indicam a presença da linguagem que emerge do subterrâneo, podendo ser também caracterizada como underground, como marginal, ou seja, como aquilo que circula por fora dos mercados editoriais. Inspirados no *new journalism*,³⁴ jornalistas, intelectuais e ativistas imprimiram mudanças no formato do jornalismo: “Esta técnica revolucionária para o jornalismo impresso consistia em inserir abordagens narrativas e recursos literários na elaboração de reportagens, que não mais possuiriam o ‘marasmo’ das matérias objetivas e impessoais da grande imprensa” (Brasil, 2004, p. 16).

O que facilitou essa mudança foi a modernização dos processos de produção, cuja acessibilidade às tecnologias tornaram as tiragens mais baratas com a impressão offset, ou a frio, surgida nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960. Devido à censura, “os escritores tinham que fazer todas as etapas da produção do livro: escrita, diagramação, impressão e distribuição . . . , usando mimeógrafos para fazer cópias” (Othero, 2018). No auge da produção de periódicos mimeografados, chegaram a circular pelo menos 150 jornais alternativos.

Como já mencionado em outro momento, falar sobre imprensa alternativa implica em perceber a influência da contracultura na forma e no conteúdo das produções. No que diz respeito ao conteúdo, a contracultura tem referências na literatura, no cinema, na poesia, no teatro, na arte e na música. Quanto à forma, os panfletos, as tirinhas, a fotocópia e os fanzines compunham a linguagem visual desse tipo de imprensa. A ideia era abordar os temas que eram discutidos no cotidiano e os que não eram abordados pela grande imprensa, como, por exemplo, os políticos, devido à censura, os comportamentais, que envolviam sexualidade, gênero e consumo de drogas, e os existenciais, como filosofia oriental, questões religiosas e ecologia.

Segundo Maria Paula Araújo (2000), a imprensa alternativa agregava diferentes tipos de periódicos, como os de esquerda e de partidos políticos clandestinos; as publicações de movimentos sociais, como os jornais de bairro, de movimentos estudantis e daqueles que

³⁴ O *New Journalism*, surgido nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970, teve como proposta a inovação da linguagem jornalística com a inclusão de perspectivas como a literatura e a arte. As reportagens tornaram-se mais extensas, detalhadas, e passaram a contar com a perspectiva subjetiva do autor sobre o assunto. O *New Journalism* surgiu como contraponto à imparcialidade presente nas matérias de jornais.

estiveram à margem dos meios institucionais, como os movimentos homossexual, feminista e negro; e as revistas de contracultura, produzidas por artistas marginais.

No que se refere aos periódicos de partidos políticos clandestinos e de esquerda, interessa citar jornais como *Movimento*, veículo utilizado pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), que depois de rachas internos deu origem ao jornal *Em Tempo*, semanário dirigido por militantes da Democracia Socialista (DS), e ao *Hora do Povo*, do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). O *Jornal de Bairro* e o *Batente* eram jornais basistas que circulavam nos bairros de Belo Horizonte e de São Paulo, respectivamente (Kucinski, 2000). Os jornais representativos do movimento LGBT foram *Lampião da Esquina*, *Suruba*, *Beijo*, *ChanaComChana* (Cordão, 2017); do movimento feminista *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher*, *Mulherio*, *ChanaComChana* (Cardoso, 2004); do movimento negro *Africus*, *Nizinga*, *Vissungo*, *Nêgo* (Domingues, 2007). Quanto às revistas de contracultura, citam-se periódicos como *O Pasquim*, *Flores do Mal*, *Bondinho*, *Grilo* (Kucinski, 2000).

Com relação às ideologias que compunham a imprensa alternativa, Oliveira (2007) e Brasil (2004) consideram que elas giraram em torno de duas vertentes: a alternativa política e a contracultural. De um lado, a primeira vertente refletia pensamentos ligados ao catolicismo progressista, especialmente os vinculados à teologia da libertação, aos pensamentos marxistas nos partidos políticos, meios estudantis e sindicatos e ao resgate das ideias emergidas no campo da cultura dos anos 1950 e 1960: o nacional e o popular. Para Kucinski (2000, p. 5), eles “revelaram novos personagens do nosso cenário, como os boias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas”. Por outro lado, a segunda vertente foi influenciada pela contracultura, pelo existencialismo e pelo anarquismo. O mesmo autor diz que, “mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média” (Kucinski, 2000, p. 6).

Quando Kucinski (2000) analisou essa conjuntura – momento da abertura, no fim da década de 1970 – observou que, com a campanha pela anistia e as greves do ABC, houve uma crescente mobilização social, acionada às relações estremecidas entre a grande imprensa e a ditadura devido às mortes de Herzog e Fiel Filho. Assim, “opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa” (Kucinski, 2000, p. 12). Nessa mesma época, a censura moral³⁵ se acentuou e estimulou a perseguição à imprensa alternativa com os atentados terroristas promovidos pela extrema direita, desarticulando os movimentos sociais que haviam

³⁵ Conforme explicado anteriormente, a censura moral atingiu com força na distensão do regime militar, ao contrário da censura à imprensa, que foi descomprimida depois que acabou o AI-5.

se utilizado dela como ferramenta política de oposição ao autoritarismo. Kucinski (2000, p. 12) resume que “a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais, que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sociopolítica”.

O que estava em jogo, naquele momento, era que a descompressão pontual da ditadura incidia no campo da reorganização política das esquerdas, fazendo com que muitos dos alternativos desaparecessem e outros se transformassem com o tempo, perdendo suas características originais e cedendo lugar a um perfil mais comercial, voltado para o mercado. Além disso, não se deve esquecer que, ao longo dos anos 1980, “a grande imprensa passa . . . a abrigar jornalistas antes restritos aos veículos da imprensa alternativa, assim como intelectuais atuantes na academia” (Peixoto, 1998, p. 35). Em outros termos, entende-se que a imprensa havia se institucionalizado.

Como em toda atividade essencialmente política, existem contradições e jogo de forças ideológicas no interior dos coletivos e das organizações. Como a imprensa alternativa era o principal veículo de informação contra-hegemônica dos grupos que estiveram à margem da arena política até o término do AI-5, com a redemocratização as disputas pelo poder contra a ditadura voltaram, conforme ilustra Maria Paula Nascimento:

O processo vivido por esses jornais constitui uma das contradições mais importantes da imprensa alternativa de esquerda: eles representavam a busca de um espaço legal de atuação política, mas sua dinâmica era dada por partidos e organizações de esquerda, na época clandestinos. Partidos e organizações que, por mais que visassem ao exercício democrático e ao pluralismo, reproduziam vícios típicos da clandestinidade. Por não conseguirem superar essa marca, os jornais alternativos de esquerda da década de 1970 pautaram sua atuação por uma série de divergências, cisões e acusações de “aparelhamento” partidário. Ao longo dos anos 1980, a imprensa alternativa de esquerda foi substituída por um tipo de imprensa que assumia explicitamente uma vinculação partidária ou sindical (Nascimento, 2000 como citada em Oliveira, 2007, p. 43-44).

Para Oliveira (2007), mesmo considerando que a imprensa alternativa tenha sido esvaziada com a abertura, não quer dizer que ela tenha deixado de existir. Nesse sentido, é relevante constatar que a década de 1990 é ainda muito pouco estudada. Apesar disso, é sabido que grupos *undergrounds* como os anarquistas e os anarcopunks deram continuidade à imprensa alternativa como meio de difusão de suas ideias, rede de contatos e articulação política por fora dos meios institucionais.

Conforme a transição política se acentuava, tanto a imprensa quanto os movimentos sociais passaram por profundas mudanças. De um lado, para Kucinski (2005), a racionalização

neoliberal atingiu a imprensa por meio da concentração, em poucas mãos, de toda a indústria de comunicação, como as concessões de TV, rádio e jornal, mudando totalmente a configuração do papel social da imprensa. De outro lado, para Gohn (1995), no campo dos movimentos sociais, ao longo dos anos 1980 e 1990, com a proliferação de ONGs e com suas parcerias firmadas com o poder público para a elaboração e a implementação de políticas sociais, as ações dos ativismos mudaram de foco: ao invés de irem de encontro ao Estado, passaram a colaborar com ele para viabilizar suas ações políticas por meio de organizações não governamentais (ONGs). Podem-se tomar como exemplo os ativismos LGBT, conforme disse Maia (2017, p. 75):

A década de 1990 também foi marcada por outras transformações no campo do ativismo LGBT, incluindo os grupos destinados especificamente às causas de lésbicas. Facchini (2005) e Simões e Facchini (2009) relatam como, após uma brusca diminuição do número de coletivos homossexuais ao longo da década de 1980 devido tanto aos impactos da epidemia de HIV/AIDS quanto a mudanças na própria conjuntura política do país ao longo do processo de redemocratização pós-ditadura.

Explorado o contexto da imprensa alternativa e com base no objetivo desta pesquisa, cabe situar que o *ChanaComChana*, desenvolvido pelas lésbicas do GALF, circulou de 1981 até 1987. A partir de 1987, a proposta editorial do boletim se transformou e deu origem ao boletim *Um Outro Olhar*, sustentado e produzido por integrantes do GALF que passaram a atuar na Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, organização formalmente registrada no cartório em 1990, sob o formato de uma ONG. *Um Outro Olhar* circulou de 1987 a 1995 no formato de boletim e depois, entre 1995 a 2002, no formato de revista.

O *ChanaComChana* (1981-1987), como objeto de estudo, pode servir de parâmetro para observar a mudança de característica desse tipo de imprensa: nas primeiras edições, de acordo com uma das integrantes do GALF, Miriam, o boletim “tinha uma cara de fanzine, uma coisa anarquista, dentro da proposta punk da década de 80 e dentro da proposta do feminismo radical” (Cardoso, 2004, p. 99). Já nas últimas edições, ela diz que “*Um Outro Olhar* já nasce com outra perspectiva, é uma revista diferenciada, mais palatável. Focada mais em comportamento, dicas de lazer. A leitora não gosta de artigos políticos; hoje querem saber só de romance e baladas” (Cardoso, 2004, p. 99).

As mudanças das tecnologias de produção do boletim também podem ser observadas. Se no início da década de 1980 a elaboração do periódico era mais amadora, com a utilização da datilografia, dos recortes de jornais e da montagem artesanal, com o tempo a estética fanzine

foi substituída por recursos provindos do design computacional, o que é perceptível nas publicações do boletim *Um Outro Olhar* (Maia, 2017).

4.2 A imprensa homossexual e a imprensa feminista

Vinicius Cordão (2017) realizou um estudo sobre a constituição da imprensa homossexual no período de 1960 a 1980. Ao analisar os periódicos produzidos por gays, lésbicas e travestis, constatou que muitos não necessariamente se enquadravam nas características da imprensa alternativa. Para ele, “a imprensa homossexual é detentora de uma identidade própria, de um saber/fazer específico, que difere do fazer jornalístico da imprensa tradicional e da imprensa alternativa” (Cordão, 2017, p. 42).

O mesmo autor destacou que é preciso ter cautela ao considerar a imprensa homossexual intrínseca à imprensa alternativa. Ele cita como exemplo o jornal *Snob*, criado em 1963 pela Turma OK, que não tinha o perfil de engajamento militante e político, pelo contrário, “as turmas eram agremiações sociais que possuíam estruturas e hierarquias internas rígidas, contando, muitas vezes, com estatuto, ata das reuniões, eleições e um grupo dirigente. Suas atividades se concentravam na promoção de atividades sociais nas esferas pública e privada” (Cordão, 2017, p. 42). Todavia, considera o jornal *Lampião da Esquina* pertencente à imprensa alternativa devido ao teor político e crítico contra a mídia tradicional, concernente à forma como ela retratava as minorias políticas.

Péret (2011), Green e Polito (2006), Green (2012) e Figari (2007) consideraram o jornal *Snob*, cujo início de produção foi interrompido bruscamente com o golpe militar de 1964, como o mais representativo do surgimento da imprensa homossexual. A Turma OK parou de funcionar como agremiação por medo de ser enquadrada como subversiva e o mesmo aconteceu com as outras turmas. Foi somente com a abertura política que as atividades voltaram.

Para o autor, o que conferiu uma identidade própria à imprensa homossexual foram as homosociabilidades constituídas para além dos “pontos de pegação” com o surgimento das turmas no Rio de Janeiro no início dos anos 1960. As turmas apareceram em decorrência das transformações culturais ocasionadas pelo crescimento dos centros urbanos. Muitos gays migraram do interior para as capitais com o objetivo de fugir da pressão familiar e dos olhares da vizinhança, permitindo maiores condições para se relacionarem sexual e afetivamente com pessoas do mesmo gênero. As turmas funcionavam, portanto, como “substitutas” das famílias:

Essas redes de socialização funcionavam como agremiações que realizavam reuniões nos apartamentos de seus membros e discutiam sobre filmes, peças, literatura, além de realizar jogos, como o “jogo da verdade” e “salada mista”, e performances ao som das grandes estrelas do rádio nacional e internacional.

As atividades das Turmas não se restringiam à esfera privada, também eram planejadas festas, concursos de beleza, eleição de melhores do ano entre os membros, assim como apresentações de dublagens e performances. Os integrantes das turmas também planejavam viagens e saídas coletivas entre os locais de socialização gay, como o Bolsão de Copacabana e as boates da Zona Sul (Cordão, 2017, p. 121).

Com o crescimento das turmas, os gays começaram a produzir jornaizinhos para facilitar a divulgação de encontros em boates, shows, concursos, viagens etc., e também para construir personagens de concursos de beleza inspiradas nas atrizes e cantoras famosas, estabelecendo uma linguagem própria dos gays, como as chamadas fofocas. Essas “publicações passa[ra]m a ter centralidade nas dinâmicas sociais, servindo como o principal meio de circulação das notícias referentes aos acontecimentos do universo dos homens que mantinham relações sociosexuais com outros homens” (Cordão, 2017, p. 122).

Outra questão interessante que o autor abordou foram os modelos ideais de homossexualidade que atravessaram os escritos produzidos pelos grupos através dos periódicos. O que deu sustentação a isso foi o papel social que o jornalismo cumpriu nessa época, podendo ser pensado também como precursor das “tecnologias de gênero”. Para ele, os modelos ideais de identidade homossexual eram referenciados pelas normas de gênero e sexualidade, que conferiam graus de legitimidade e hierarquia entre os diferentes grupos homossexuais. Ou seja, “a imprensa é um campo fértil e central na disputa pelo estabelecimento das identidades hegemônicas, que se tornam sinônimo de recompensa ou exclusão social de acordo com as aproximações ou distanciamentos dos sujeitos para com os modelos acordados como ideais” (Cordão, 2017, p. 144).

Cordão citou os modelos hierárquico, igualitário e *queer* como exemplos. Em relação ao modelo hierárquico de homossexualidade, referenciou jornais da década de 1960, como o *Okzinho*, o *Glamour* e o *Snob*, da Turma OK; o *Charme*, produzido por uma turma de Botafogo, o *Carrilon*, da Barra da Tijuca; o *Queridinho* e o *Chic*, das turmas de Copacabana. As homossexualidades representadas por esses jornais tinham como padrão a reprodução das relações assimétricas de gênero, em que um fazia o papel de ativo e outro o de passivo: “Os personagens destacados pelo jornal são as ‘bichas’ e as ‘bonecas’. Estes dois modelos identitários, segundo Fry (1982), seriam os símbolos do regime de homossexualidade hierárquica” (Cordão, 2017, p. 127).

O modelo igualitário adveio com a embrionária militância política de grupos homossexuais no fim da década de 1970, cujas disputas simbólicas pela mudança dos comportamentos sexuais ganharam força nas matérias de jornais como *Jornal do Gay*, publicado pela primeira vez em 1978 pelo Círculo Corydon e o *Gay News – Informativo Mundial dos Entendidos*, publicação internacional de um grupo gay chamado Henry Tudor Bookshop (Cordão, 2017). A “importação” do modelo gay norte-americano e europeu se deu com a figura do *entendido*, podendo ser compreendida como “uma pretensa simetria de poder nas relações na medida em que reivindica a igualdade no status de homossexual a todos os homens que tem relações sexuais com outros homens, assim como pleiteia uma equidade entre heterossexuais e homossexuais” (Cordão, 2017, p. 140). Todavia, essa figura não pode ser compreendida como uma relação de igualdade entre as bichas e os gays, pelo contrário, o *entendido* seria uma tentativa de aproximação ao modelo de masculinidade heterossexual, tendo como exemplo as capas do *Jornal do Gay*, em que “homens descamisados, com pelos no corpo, ganham destaque. As bichas e bonecas que dominavam os jornais do modelo hierárquico desaparecem das capas e do conteúdo desse novo formato de jornalismo homossexual” (Cordão, 2017, p. 140).

Jornais como *ChanaComChana*, *Lampião da Esquina* e *Suruba* podem ser representativos do modelo *queer*. Tinham como mote a crítica aos modelos dicotômicos rígidos de homossexualidade, em que as figuras da travesti, da bicha, da boneca, da sapatão, do viado, da fancha, da mariconna, da lésbica, da fresca, entre outras, eram problematizadas e valorizadas em contraponto à heterossexualidade como referência de gênero e sexualidade normal, inteligível e universal. Esses jornais utilizavam “estratégias [que] visavam não só a desconstrução dos preconceitos contra os homossexuais, mas também discutiam o lugar inquestionável no qual a heterossexualidade vinha sendo colocada, inclusive pelo movimento de libertação sexual” (Cordão, 2017, p. 151).

Quanto à imprensa feminista, autoras como Cardoso (2004), Leite (2003) e Woitkowicz (2008) consideraram que a “segunda onda” do movimento feminista brasileiro andou junto com a imprensa alternativa. O ressurgimento do movimento feminista após longo período de refluxo aconteceu graças ao Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, com o intuito de impulsionar uma série de atividades sobre as mulheres nos meios profissionais, acadêmicos e políticos. Periódicos como *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nosotras* (1972-1976), *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1987) e *ChanaComChana* (1981-1987) foram os mais representativos da época.

Nesse contexto histórico, os periódicos feministas surgiram, entre as diversas demandas, como contraposição à visão estereotipada e preconceituosa imputada às mulheres por periódicos alternativos como o *Pasquim*, conforme se observa no artigo publicado por Rachel Soihet (2007) com o título “Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo”.

Com base nas pesquisas de Cardoso (2004), os periódicos feministas da imprensa alternativa podem ser classificados em duas gerações: os pré-80 e os pós-80. A primeira geração foi caracterizada “pelo debate entre ‘questão da mulher’ *versus* ‘questão geral’, feminismo liberal *versus* feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens; pela questão da autonomia partidária e pelo combate a ditadura” (p. 68). Para a autora, devido às divergências nos movimentos feministas ocorridas no II e no III Congresso da Mulher Paulista, sucederam-se rupturas entre as feministas independentes e as ligadas aos partidos políticos e sindicatos, inaugurando-se, assim, “uma nova fase no movimento feminista, em que prevaleceram o conceito de gênero, a abertura de entidades feministas autônomas e o aprofundamento dos temas específicos da mulher” (p. 69).

O boletim *ChanaComChana*, por exemplo, surgiu pela necessidade de as lésbicas falarem por elas mesmas, pois nem a imprensa homossexual, nem a imprensa feminista abordavam esse assunto com profundidade, conforme se observou no relato de Miriam na 12ª edição do boletim:

observando publicações feministas ou publicações que tratam de questões das mulheres no Brasil, podemos verificar a ratificação do conceito de que o que define uma mulher enquanto tal é seu relacionamento com um homem. Essas publicações raramente abordam a questão do lesbianismo e, quando o fazem – as mais progressistas –, partem do princípio de que devem combater a discriminação aos “homossexuais”, sem muita ou nenhuma distinção entre homens e mulheres.

Em outras palavras, as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ser reforçada a ideia de que o feminismo não lhes diz respeito. . . . Ou seja, elas podem se identificar e mesmo batalhar pelos direitos das mulheres, já que são mulheres, mas suas vidas pessoais, a saber, sua sexualidade, sua afetividade, etc... devem ficar no terreno do privado, numa flagrante contradição com um dos grandes ‘slogans’ do feminismo que diz que o privado é político (Martinho, *ChanaComChana*, 11, 1987, p. 1).

Maia (2017) sublinhou que as lésbicas do GALF publicavam o boletim *ChanaComChana* com o intuito de politizar as lésbicas brasileiras por meio da difusão dos debates feministas que aconteciam tanto no exterior quanto no Brasil, referenciando discussões que tinham como princípios políticos o feminismo radical e o feminismo lésbico. Entretanto,

nessa época, tais influências eram mais difusas e menos estanques, uma vez que, “como no Brasil tudo chega com décadas de atraso, só a partir de 2003, mais nitidamente . . . , é que essas correntes têm tido mais evidência e influência” nos movimentos de lésbicas (Martinho, 2011, p. 47). Ao introduzir um olhar feminista sobre as lesbianidades, o GALF manteve relações mais próximas com o movimento feminista e estabeleceu uma política de alianças com o movimento homossexual.

4.3 Redes de sociabilidades lésbicas

Ao argumentar sobre os escritos do *ChanaComChana* e também do *Um Outro Olhar*, Maia (2017) pontuou que as ativistas, ao escreverem sobre as próprias experiências tendo como ponto de partida o devir lésbico, construíram um “arquivo de sentimentos”. As ativistas do GALF buscaram nas escritas sobre as lesbianidades uma reflexão política e filosófica, que tinha como objetivo fazer uma contraposição à visão negativa que a sociedade tinha sobre as experiências lésbicas, além do propósito de compartilhamento de afetos, desejos e sentimentos, criando condições para a criação de redes de sociabilidades lésbicas.

As lésbicas, ao registrarem suas histórias pela primeira vez através do boletim *ChanaComChana*, empreenderam esforços para “rasgar o manto da invisibilidade”. É interessante notar o paradoxo desse período histórico: ao mesmo tempo em que ocorria a imposição de um modo de vida conservador e autoritário, a contracultura, a imprensa alternativa e os movimentos minoritários eclodiram, combinação essa que lhes possibilitou dar outro significado às sociabilidades e às identidades. Pode-se observar isso na apresentação do boletim:

O boletim *ChanaComChana* é uma publicação . . . do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) que procura focalizar diferentes aspectos das vivências lésbicas bem como temas referentes à política dos movimentos sociais autônomos.

Nosso principal motivo, com o *ChanaComChana*, é quebrar o muro de preconceitos que envolve e isola as mulheres lésbicas, criando uma rede de contatos, informações e apoio tanto no Brasil quanto no exterior (Editorial, *ChanaComChana*, 12, 1987, p. 0).

Uma das estratégias de mobilização política empreendida por elas foi construir redes de relacionamentos e contatos, como bem mencionou Maia (2017, p. 25): “Esses boletins e revistas são simultaneamente espaços de criação de redes (entre editoras, colaboradoras e leitoras; entre colaboradoras e outras leitoras, e entre leitoras entre si) e formas de manifestação de sua existência, em uma dinâmica de constante retroalimentação”.

Um exemplo concreto da constituição de redes é lembrar que o GALF, por ter tido a experiência com o esvaziamento numérico de integrantes quando da época do SOMOS, por efeito da falta de um espaço próprio, buscou interagir mais com o gueto. Devido às dificuldades já mencionadas no terceiro capítulo, o GALF passou a adotar outra estratégia de aproximação com o gueto: toda vez que saía uma edição do *Lampião da Esquina* que mencionasse ou abordasse as lesbianidades, elas vendiam os jornais e assim travavam contatos com as lésbicas frequentadoras do gueto. Assim que nasceu o boletim *ChanaComChana*, elas adotaram a mesma prática de criar pontos de contatos.

Ainda em relação à rede, é fundamental dizer que, para as lésbicas, os assuntos mais comuns e recorrentes nas conversas realizadas nos meios de comunicação da época eram sobre experiências com angústia, isolamento e solidão. Como elas, ao longo da existência, se comunicavam por meio de códigos de linguagens compreensíveis apenas para elas mesmas e, quando se socializavam – seja como amantes ou amigas –, era normalmente em espaços mais ou menos privados, os relacionamentos entre mulheres acabavam sendo bem mais ocultos e fechados em si mesmos. Com o surgimento da imprensa alternativa, as relações homoeróticas femininas mudaram de dinâmica:

A participação em grupos ativistas aparece então não somente como forma de estabelecer novos vínculos com outras mulheres lésbicas, mas também é apontada como necessária para o combate à discriminação que afeta a todas. Dessa forma, a circulação de diferentes envelopes pelo correio – levando boletins e outros materiais daqui para lá e de lá para cá, conectando mulheres em suas correspondências relativamente institucionais e/ou mais íntimas –, ao criar redes, fomenta saídas para o isolamento (Maia, 2017, p. 85).

Fazendo um parêntese em relação às redes, Cordão (2017) afirmou que, com a explosão das publicações de periódicos LGBTs dessa época, as sociabilidades homossexuais se ampliaram para além do gueto, fazendo com que os discursos sobre e das homossexualidades provocassem ressonância, fato que possibilitou a organização política de LGBTs e gerou maior visibilidade aos modos de vida considerados marginais para a sociedade.

Devido ao esvaziamento das atuações dos movimentos homossexuais provocado pelo impacto do HIV/AIDS, a formação de redes foi um meio de o ativismo homossexual sobreviver. Foi dessa maneira que as relações entre mulheres se configuraram em torno das trocas de materiais e correspondências com outros movimentos sociais brasileiros e estrangeiros, como os lésbicos, os feministas e os homossexuais (Maia, 2017).

Outra questão interessante que Maia (2017) compreendeu, ao analisar as redes de sociabilidades lésbicas desse período, foi que “o dispositivo do armário e seu imperativo de não falar constituíam um impeditivo para que mulheres lésbicas se reconhecessem e estabelecessem contatos entre si” (p. 125), mas que, ao mesmo tempo, foi a partir desse mesmo dispositivo que elas criaram vínculos – por meio do boletim *ChanaComChana*. Ou seja,

ao considerar que muitas leitoras buscavam ali a possibilidade de estabelecer contatos através de correspondência com outras mulheres que se interessavam sexual e afetivamente (e também politicamente) com outras mulheres, o dispositivo do “armário” pode ser pensado como produtor de relações (Maia, 2017, p. 10).

Antes de encerrar este subcapítulo, é importante mencionar que Maia (2017) atribuiu a possibilidade de mapeamento das publicações periódicas lésbicas aos esforços empreendidos por Miriam Martinho, fonte importante de documentação da história do movimento de lésbicas do Brasil devido ao seu empenho memorialista.

4.4 O boletim *ChanaComChana*

4.4.1 *Forma e conteúdo*

As doze edições do boletim *ChanaComChana* foram publicadas a cada três ou quatro meses, com cerca de duzentos exemplares por edição, totalizando, em termos de volume, de 11 a 33 páginas de conteúdo. Quanto ao tamanho, as criadoras adotaram o formato tabloide.

O boletim era composto por um conselho editorial que dirigia as pautas e as matérias, com a participação de algumas integrantes do GALF como Miriam, Rosely, Maria Luiza e Célia. Nas primeiras edições, Maria Serrath, Cristina, Silvana Teca e Fanny ficaram responsáveis pela diagramação e pela fotografia. Outras colaboravam regularmente, como Maria Carneiro da Cunha e Nair Benedito. Em entrevista a Elizabeth Cardoso, Miriam Martinho detalhou as condições de produção do *ChanaComChana*:

Uma equipe muito enxuta, cerca de quatro pessoas, se responsabilizava pela publicação. Tinha uma reunião de pauta, improvisada. Nós sentávamos, discutíamos, pedíamos sugestão e voluntários; e na medida em que os textos iam chegando, a gente ia fechando o jornal. A impressão era em copiadora, o original era feito na base da montagem e colagem com recortes datilografados (Cardoso, 2004, p. 99).

O *ChanaComChana* situou-se entre a imprensa LGBT e a imprensa feminista; e o GALF entre o movimento homossexual e o movimento feminista. Com base nesse raciocínio, pode-se afirmar que “a emergência do movimento de lésbicas no Brasil acontece, portanto, entremeada com a escrita” (Maia, 2017, p. 30).

A relação entre a práxis política e a escrita se deu quando as lésbicas reivindicaram um espaço próprio dentro do SOMOS, ao colaborarem com o *Lampião da Esquina* na 12ª edição, publicada em maio de 1979, cuja capa foi “Amor entre Mulheres”, compreendendo que necessitavam de um meio que garantisse suas reivindicações e que abordasse suas especificidades enquanto lésbicas e enquanto mulheres.

A primeira tentativa de realização do projeto do GALF foi a publicação do jornal *ChanaComChana* em janeiro de 1981, oito meses depois que as lésbicas de vários lugares se juntaram para escrever a matéria da 12ª edição do *Lampião da Esquina*. Depois que elas publicaram o jornal, ficaram um ano sem produzir por falta de recursos, por falta de uma proposta editorial e também por não terem muita prática na elaboração e escrita de um jornal.

Foi somente em 1982 que elas concretizaram o desejo, com o lançamento da primeira edição do *ChanaComChana* no formato de boletim.

Uma maneira de o *ChanaComChana* subsistir financeiramente foi o financiamento coletivo na forma de associação. As pessoas interessadas no assunto podiam ser assinantes ao pagarem uma taxa mensal ou anual e receberem o boletim por correio. A assinatura do boletim permitia às leitoras o acesso aos seguintes “serviços”:

1) integrar nossa lista de correspondente (com endereços de mulheres de todo o Brasil) que é publicada no *ChanaComChana* a cada edição; 2) obter informações sobre pontos de encontro (bares, boates, hotéis) e sobre entidades feministas, lésbicas e homossexuais do Brasil e do exterior; 3) receber o histórico do GALF e indicações de livros sobre feminismo, lesbianismo e homossexualismo (Também xerocamos livros nacionais ou importados a pedidos); 4) receber informes sobre as atividades públicas que o GALF pretende realizar e a contar com nosso apoio psicológico e afetivo quando precisar (Editorial, *ChanaComChana*, 8, 1985, p. 15).

O exemplar avulso do *ChanaComChana* custava Cr\$3.500,00, valor correspondente a R\$1,27. A taxa mensal custava Cr\$5.000,00, equivalente a R\$1,82. A assinatura anual com cinco números era Cr\$18.000,00, ou seja, hoje custaria R\$6,55. Já para quem quisesse comprar as edições antigas, o valor era promocional, de Cr\$14.000,00, equivalente a R\$5,10. Para quem morasse fora do Brasil, a assinatura anual custava US\$13. Na décima edição, o valor passou a ser de Cz\$10,00, e o 11º número custou Cz\$15,00. Já na 12ª edição, na época da transição do *ChanaComChana* para *Um Outro Olhar*, o custo passou a ser de Cz\$25,00, isto é, cerca de um real. É preciso mencionar que os cálculos foram realizados no site IGF, por meio da conversão entre moedas brasileiras, sem considerar a inflação.

Antes de detalhar o boletim, interessa explorar a origem e o significado desse nome ousado e transgressor. Para Lessa (2007, p. 103), “em suas condições de desvalorização, as lesbianas do Boletim construíram um projeto discursivo no qual a criatividade brincou com o próprio nome que as encerra(va) em uma sexualidade desvalorizada”. Pode-se dizer que o GALF teria escolhido o nome *ChanaComChana* fazendo recurso à linguagem escrachada, característica presente também nos jornais *Lampião da Esquina* e *Pasquim*. Tal linguagem seria um traço político da imprensa alternativa. Na primeira edição do boletim, publicado em janeiro de 1981, as integrantes do GALF mencionaram que:

O *ChanaComChana* foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como ‘órgão sexual feminino’. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a

palavra CHANA soe para uns como ‘CHANCE’; para outros como ‘CHANCA’ (pé grande – sapatão?), e para outros como ‘CHAMA’. O importante é isentar-se das conotações.

. . . sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias (Editorial, ChanaComChana, 1, 1981, p. 4).

A palavra “chana”, para elas, vai além da conotação biologizada do órgão sexual, é uma palavra ampla que agrega a pluralidade das existências de mulheres que se relacionam com mulheres, dando visibilidade ao caráter político de seus modos de expressar, de ser e de existir. Em outras palavras, a palavra “chana” é um devir, no sentido deleuziano do termo, é um ensaio sobre seus desejos para que eles existam no mundo, cujo objetivo é criar novos territórios e novas subjetividades.

Ademais, é preciso lembrar que a estratégia política de o *ChanaComChana* tornar as lesbianidades visíveis se deu no contexto de construção de uma memória coletiva favorável ao regime autoritário, em que os mecanismos sofisticados de obediência, hierarquização e disciplinarização refletiram o *ethos* de uma sociedade militarizada, simbolicamente representada pelo poder viril, heterocentrado e androcêntrico, negando a presença do “Outro” na política e nos espaços públicos.

Para o *ChanaComChana*, a adoção da palavra *lésbica*, “que ainda arrepia franchas, ladies, entendidas, sapatões, bichas, heterossexuais, feministas, etc.”, tinha por objetivo ir além da positivação de uma identidade considerada marginalizada, ou seja, “os movimentos de lésbicas significa[ra]m, reivindica[ra]m, apropria[ra]m-se, re-significa[ra]m a palavra mulher e lésbica em suas múltiplas dinâmicas e algumas vezes podem propor uma identificação coletiva a ser utilizada no processo de busca pela visibilidade das mulheres fora da evidência heterossexual” (Selem, 2007, p. 54). E mais, para as ativistas do GALF, ser lésbica

representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dela, identificamos nossa luta contra os preconceitos e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema (Editorial, ChanaComChana, 3, 1981, p. 1).

Antes de pormenorizar as doze edições do *ChanaComChana*, é preciso entender sua estrutura em termos de forma e conteúdo. O boletim era composto por seções fixas e outras que variavam conforme as edições. As seções fixas eram: poesia, cartas, anúncios, dicas de leituras

e informes, que a partir da 9ª edição foi substituída por “Em movimento”. Nesse aspecto, será realizado um apanhado mais geral das seções fixas para entender melhor sua dinâmica no boletim, uma vez que é preciso considerar que o boletim não apenas informava ou explorava os assuntos de interesse das autoras; era um elo de comunicação e de relação entre as leitoras e as realizadoras do boletim. Já nas seções que não eram fixas, como as entrevistas, os artigos de opinião e/ou ensaios e as matérias, o *ChanaComChana* abordou uma variedade de assuntos que serão mais detalhados adiante.

O primeiro e único jornal *ChanaComChana*, produzido em janeiro de 1981, foi elaborado pelo conselho editorial, isto é, por Fanny, Maria Serrath e Teca. Maria Serrath foi a responsável pela redação e pela diagramação. As fotografias desse jornal foram feitas por Cristina, Fanny e Silvana. O jornal foi produzido em quatro colunas, contando, em termos de volume, com quatro páginas. As colaboradoras dessa edição foram Maria Carneiro e Nair Benedito. Os conteúdos desse jornal foram: entrevista com Ângela Ro Ro, com duas páginas escritas e elaborada pelo conselho editorial. A matéria “Quem tem medo de Virgínia Woolf”, escrita por Maria Carneiro da Cunha, contou com uma página escrita. O artigo de opinião “Exercício de liberdade” foi produzido por Miriam em duas colunas que ocuparam metade da página.

Marisa, Maria Serrath, Silvana, Miriam, Cris e Conceição, seis lésbicas do GALF, entrevistaram a compositora e cantora Ângela Ro Ro. Apesar de não abordar explicitamente na entrevista a questão da violência policial por homofobia sofrida pela cantora,³⁶ as integrantes do GALF que a entrevistaram colocaram que:

O homossexualismo ainda é um assunto obscuro, digo, maldito para a maioria das pessoas. Ele encontra-se situado no cruzamento do pecado com o preconceito. Talvez por isto, poucos artistas se predisponham a falar sobre suas preferências sexuais. Equivaleria a colocarem-se sob o julgo inflacionário da opinião pública. Este parêntese é um desabafo pela nossa sociedade que possui uma absurda tradição moralista, que propicia um “certo apoio” às ações brutais e arbitrarias da polícia, vide operações do “super Richetti” em São Paulo. Mas, Ângela Maria Diniz Gonsalvez [sic], vulgo Ângela Rô Rô, é exceção (Editorial, *ChanaComChana*, 1, 1981, p. 1).

³⁶ Em entrevista concedida ao apresentador de televisão Pedro Bial em julho 2018, Ângela Ro Ro contou que na época da ditadura fora espancada por policiais quatro vezes por ser lésbica, tendo como sequelas a perda de visão do olho direito. A entrevista pode ser vista no YouTube e no Globo Play: <<https://globoplay.globo.com/v/6887553/>>.

As entrevistadoras perguntaram a Ângela Ro Ro se ela se colocava como lésbica publicamente. Como resposta, Ângela disse: “eu não me disse lésbica hora nenhuma. Não me envolvam, eu me envolvo. Não é preconceito, sabe, com essa palavra. Eu acho que vocês têm motivação para estarem usando esta palavra. Mas acho esta motivação fraca porque é vulnerável.” Logo em seguida Ângela complementou dizendo que “Mas ser lésbica, ou ser bicha ou ser negro, ou ser judeu é detalhe da pessoa humana, você recebe um carimbo e aceita? Isso é dar continuidade a discriminação” (Editorial, *ChanaComChana*, 1, 1981, p. 2)

O GALF a replicou dizendo que se colocar enquanto lésbica consistia no esvaziamento desse termo considerado pejorativo para dar outro significado, isto é, dar um sentido político para ele. E Ângela em seguida afirmou que não sabia que existia um movimento político de lésbicas e reconheceu a importância da existência do GALF, conforme se observou em sua fala:

Mas, se existe um foco de opressão e existe uma organização que pode ir lá e tentar acabar com ele, eu acho fantástico. É um meio de lutar contra as coisas. No entanto, mais importante que lutar contra as coisas ruins é lutar pelas boas. Cada um deve fazer sua revolução íntima. Sei que realmente há discriminação. Não só a mulher homossexual é discriminada, a mulher de uma forma geral há tanto tempo, de tantas formas... (Editorial, *ChanaComChana*, 1, 1981, p. 2)

A matéria “Quem tem medo de Virgínia Woolf”, escrita por Maria Carneiro da Cunha, foi uma carta-resposta a uma amiga dela que teve chiliques quando soube da existência de um grupo chamando Lésbico-Feminista. A autora, enquanto mulher heterossexual, “usa até mesmo o didatismo sem ser em nada chata. A quem possa interessar, esclarece que nem toda lésbica é feminista, nem toda feminista é lésbica, e que nem uma das duas denominações merecem os estigmas que carregam” (Cunha, *ChanaComChana*, 1, 1981, p. 4).

O artigo “Exercício de Liberdade”, escrito por Miriam, versou sobre as conquistas do movimento lésbico. A autora pontuou que até o momento, o GALF havia conseguido conquistar algumas coisas, como, por exemplo, levar a problematização do feminismo ao movimento homossexual e incluir a discussão sobre a sexualidade feminina nos movimentos feministas. O mais importante, segundo Miriam, foi que elas conseguiram, “pela primeira vez, dar condições para que as mulheres homossexuais possam falar publicamente da marginalização a que estão submetidas” (Martinho, *ChanaComChana*, 1, 1981, p. 4).

Um ano depois de terem publicado o jornal *ChanaComChana*, as integrantes do GALF voltaram a publicar o periódico na forma de boletim, isto é, com outra proposta editorial, para facilitar a produção e circulação de notícias tanto do GALF quanto das sociabilidades lésbicas como um todo. Assim, a primeira edição no formato de boletim foi lançada em dezembro de

1982, sendo datilografada em três colunas e totalizando dez páginas. Esse número, com cinco textos, foi elaborado por Miriam, Rosely, Célia, Zaza, Helena e Maria Serrath e contou com a colaboração especial de Alfredo e João Baptista Breda. Os conteúdos dessa edição foram “Carta por Sandra Mara”, elaborada pelo conselho editorial; apresentação do ILIS (*International Lesbian Information Service* – Serviço de Informação Lésbica Internacional), escrito pelo conselho editorial; artigo de opinião “Lesbianismo é um barato”, de Miram Martinho; entrevista “Mulher de chuteira” e matéria sobre o evento do qual o GALF participou, o “I Festival de Mulheres nas Artes”.³⁷

Em relação à entrevista, com o nome “Mulher de chuteira”, com duas páginas e meia datilografadas em três colunas, as integrantes do GALF conversaram com duas mulheres do Café Futebol Clube, time de futebol da boate LGBT chamada Moustache. As entrevistadas contaram suas experiências com o futebol feminino, considerando-o uma estratégia política de enfrentamento à discriminação e ao preconceito institucionalizado, pois até essa época, segundo relembrou Patrícia Lessa, o futebol não era permitido para as mulheres, tendo vista o Decreto Lei nº 3.199 de 1941, que vigorou até 1979, cuja premissa era que “as mulheres não podem praticar esportes incompatíveis com sua natureza” (Lessa, 2007, p. 114).

Para as entrevistadas, os homens não permitiam a prática de futebol para as mulheres porque eles “têm receio que a mulher vá competir com eles, já que o campo é a galeria onde se mostra a habilidade masculina. No Brasil, o futebol é coisa de homem. A mulher joga futebol mais na periferia”. As entrevistadas também comentaram que eram frequentemente chamadas de sapatão: “Quando os homens veem uma mulher jogando bola, eles têm, inicialmente, uma reação agressiva porque pensam que é ‘sapatão’, mas quando assistem uma boa jogada, eles aplaudem de qualquer jeito. O homem brasileiro que ‘adora mulher’, adoraria o futebol feminino” (Editorial, ChanaComChana, 1, 1982, p. 4).

As entrevistadas contaram também que jogar futebol exigia forças, pois tinham que lidar com uma série de situações dentro e fora do jogo, como o preconceito, o machismo e a misoginia dos homens e dos clubes de futebol, ao associarem o futebol feminino à homossexualidade. Elas citaram como exemplo:

o prefeito de São Paulo, o Marim, é dono da Federação, lá eles “podam” as mulheres. Nunca foi feita uma reunião entre as pessoas que praticam futebol feminino e os dirigentes. Acho que é inevitável que à médio prazo a mulher vá conquistar seu espaço

³⁷ O conteúdo da matéria sobre o “I Festival de Mulheres nas Artes” se encontra no terceiro capítulo desta dissertação.

também dentro do campo. Nossa contribuição é a de não desistir, mesmo com todas as proibições. (Editorial, ChanaComChana, 1, 1982, p. 4)

A matéria “Carta por Sandra Herzer”, com o total de uma página, foi produzida pelo corpo editorial e contou a história de vida de um jovem trans assumido que passou a infância e a adolescência na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) e que se suicidou em 1982.

As integrantes do GALF reproduziram a carta que distribuíram no lançamento do livro póstumo de memórias de Sandra chamado “A queda para o alto” pela editora Vozes, publicado com o nome Anderson Herzer.

Há que se fazer um parêntese aqui, pois, na época dos fatos, as transmasculinidades como identidades políticas eram praticamente desconhecidas pela sociedade e pelo próprio movimento LGBT, que ainda não havia problematizado a questão das experiências transmasculinas. Cabe aqui reproduzir um trecho da matéria para compreender a complexidade da questão:

Homossexual assumida, conhecida pelo apelido de Bigode, tornou-se uma lenda entre as companheiras . . . Com a ajuda do deputado Eduardo Suplicy, conseguiu sair da FEBEM e foi trabalhar na Assembleia Legislativa onde sua aparência masculinizada logo começou a trazer-lhe problemas. Foi reprovada no concurso para efetivação do seu cargo público, pois fiscais ficaram nervosos com o tumulto e com a perplexidade que sua presença provocara entre os fiscais do exame. A perda do emprego, o preconceito e as circunstâncias infelizes que experimentou em vida levaram-na ao suicídio atirando-se de um viaduto sobre a Avenida 23 de maio, no dia 9 de agosto de 1982 (Editorial, ChanaComChana, 1, 1982, p. 4).

O GALF, em respeito à memória de Anderson, denunciou as diversas violações de direitos humanos cometidas pela FEBEM contra jovens menores de idade que se encontravam sob custódia da instituição. Os testemunhos escritos no livro contaram que os internos eram submetidos a torturas, castigos cruéis e humilhações. Os relatos de experiência de Anderson mostraram as diversas situações de violência de gênero cometidas pelos funcionários da FEBEM, justamente por ele ter sido designado mulher no nascimento e performar uma aparência masculina.

A matéria “ILIS” explicou a origem, as linhas de ações e a história do movimento. O ILIS foi uma organização internacional de lésbicas surgida na Europa em 1982, por ocasião do rompimento com a *Gay International Association* (IGA – Associação Gay Internacional). Segundo elas, “o ILIS trabalha pela liberação das lésbicas de sua opressão política, legal, social,

cultural, econômica através de uma perspectiva anti-racista, anti-classista e anti-sexista. O ILIS trabalha através de meios como troca de informações e coordenação de ações a nível internacional” (ChanaComChana, 1, 1982, p. 1).³⁸

O artigo de opinião “Lesbianismo é um barato” foi escrito pelo corpo editorial e refletiu sobre a questão do gueto lésbico e do modelo masculino de amor romântico: “A sociedade falocrata não nos perdoa e vive nos empurrando para os guetos da vida. Os guetos da vida são lugares que o mundo instalou dentro e fora nós, onde se reproduzem todos os opressores estereótipos de masculinidade e feminilidade.” Ou seja, o GALF, em contraposição às hierarquias reproduzidas no gueto, considerava que “o lesbianismo é um barato quando propõe o equilíbrio de poder nas relações pessoais, única forma de romper com o modelo masculino de amor romântico que tem nos deixado a todos . . . na mais dolorosa indigência afetiva.” (Editorial, ChanaComChana, 1, 1982, p. 2).

Logo embaixo desse artigo de opinião, elas reproduziram uma charge desenhada por Miriam:



Figura 3. Charge elaborada por Miriam na 1ª edição do boletim *ChanaComChana*, de 1982.

³⁸ Apesar de elas não exporem as circunstâncias de tal separação, isso aconteceu em virtude da conferência acontecida em Turim, Itália no ano de 1981, em que as discussões políticas sobre as lésbicas ficaram em segundo plano e o alto custo da conferência as prejudicou. A autora Paola Bacchetta (2002) disse que, na verdade, o ILIS surgiu como uma reação à falta de espaço para discussões pós-coloniais que envolviam a relação entre gênero, sexualidade, raça, classe e religião no contexto dos países colonizados pelo Ocidente.

Tendo como referência o aporte teórico de pensadoras lésbicas como Adrienne Rich e Monique Wittig e com o intuito de tornar as repressões oriundas da heterossexualidade compulsória mais palpáveis, a artista lançou mão da charge para satirizar uma situação de conflito entre as lésbicas do GALF e as integrantes do SOS-Mulher.³⁹ O contexto da charge foi que três lésbicas procuraram ajuda na sede do SOS-Mulher, entidade que realizava atendimento às mulheres vítimas de violência. Na ocasião, uma foi demitida do emprego e as outras duas foram expulsas de casa e da escola por serem lésbicas. A atendente, ruborizada por sentir-se constrangida com a afirmativa “Somos lésbicas!”, respondeu que não seria possível ajudá-las por considerar que aquele serviço atendia “somente mulheres”.

Percebe-se, nessa charge, a presença da heterossexualidade como instituição política, que priva e anula o poder das mulheres ao colocá-las em um regime de heterossexualidade compulsória, “que é algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido pela força” (Rich, 2010, p. 34), relegando a existência lésbica ao apagamento por meio de uma série de mecanismos de violência que podem ser observados na charge, como, por exemplo, a expulsão de casa, do emprego, da escola, e até mesmo de instituições administradas por movimentos sociais, como o SOS-Mulher. Ou seja, a charge denunciou os mecanismos da heteronormatividade presentes nas relações sociais, inclusive entre mulheres, especialmente as heterossexuais.

Além disso, percebe-se na charge a presença da simbólica frase de Monique Wittig (1980, p. 6): “As lésbicas não são mulheres”. Isto é, pelo fato de as lésbicas recusarem o enquadramento da norma heterossexual ao se relacionarem com outras mulheres, põem em cheque a existência das categorias “mulher” e “homem”, pois tais categorias são constituídas, fundamentadas e legitimadas pelos homens. E, justamente por isso, elas não eram vistas como mulheres para as feministas heterossexuais do SOS-Mulher.

Isso ocorre porque a ideologia dominante se baseia em práticas sociais e culturais que são profundamente enraizadas no “pensamento hétero”, isto é, na produção ontológica da diferença de sexo (Wittig, 1980). As lésbicas, ao relacionarem-se não somente em termos afetivo-sexuais, mas também em termos políticos, ameaçam a hegemonia do regime heterossexual enquanto organização política, social e cultural.

Na seção “Informes”, foi noticiado que o GALF participou de um encontro de entidades civis com o governador de São Paulo, Franco Montoro. Na ocasião, elas reivindicaram:

³⁹ Para maiores informações sobre a relação do GALF com o SOS-Mulher, ver o terceiro capítulo desta dissertação. Os detalhes também podem ser vistos na dissertação de mestrado de Heloísa Pontes (1986), de título “Do palco aos bastidores. O SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas”.

a) a extinção do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotula o homossexualismo como desvio e transtorno sexual; b) o direito ao convívio e custódia dos filhos bem como adoção independente da orientação sexual do interessado; c) que a Secretaria Estadual de Educação interfira junto às comissões responsáveis pela seleção dos livros didáticos que veiculem ideias preconceituosas contra a mulher . . . ; d) que haja um combate a toda e qualquer violências sobre a mulher: estupro, violência conjugal, discriminação racial e contra a opção sexual (Editorial, ChanaComChana, 1, 1982, p. 15).

Ainda em relação à seção “Informes”, foi divulgado o caso de Antônio Chrysóstomo, gay e jornalista, que foi preso em 1981 ao ser acusado por vizinhos de violentar sexualmente sua filha adotiva de quatro anos. O ponto foi que durante o processo, foi provado, através de laudo médico, que Antônio não praticou nenhum tipo de violência, restando comprovado que o mesmo havia sido preso por ser homossexual e ser pai. Com essa situação, foram criados comitês de apoio a Chrysóstomo, compostos por grupos como Moléculas Malucas, GALF, SOMOS, Outra Coisa, Rede Alternativa à Psiquiatria, comitê de Caterine Koltai (PT) e comitê de Ruth Cardoso (PMDB). Além disso, foram divulgadas informações sobre o SOS-Mulher, organização política feminista que realizava atendimento às mulheres vítimas de violência.



Figura 4. Edição nº 1 do jornal ChanaComChana, publicada em janeiro de 1981, e edição nº 1 do boletim ChanaComChana, publicado em dezembro de 1982.

A segunda edição do boletim *ChanaComChana*, lançada em março de 1983, com o total de treze páginas, foi datilografada em três colunas. Essa edição contou com sete textos, colaborados por Miriam, Regina, Rosely, Helena e Marian. Os assuntos discutidos nesse número foram: matéria “8 de março, Dia Internacional da Mulher”, desenvolvida pelo conselho editorial em uma página; artigo de opinião “A negação da homossexualidade”, escrito por Miriam, com uma página; seção “Fazendo poesia”, de uma página; reportagem “A queda para o alto”, desenvolvida por Rosely, com duas páginas; entrevista com Cida Kopcak, da Associação das Donas de Casa, com o total de cinco páginas, e as seções “Informes” e “Cartas”, totalizando, ao todo, duas páginas.

A matéria de capa “8 de março, dia internacional da mulher” foi elaborada pelo corpo editorial e fez um resgate histórico e político da data, bem como traçou o recente percurso do movimento feminista no Brasil, ressurgido após longo período de desarticulação, tendo como exemplos o surgimento de entidades feministas em 1975 e os II e III Congresso da Mulher Paulista, eventos dos quais as lésbicas do GALF participaram ativamente.

O artigo de opinião com o nome “Negação da homossexualidade” foi elaborado por Miriam, que problematizou a construção da identidade homossexual, uma vez que, segundo ela, existiam riscos políticos e sociais quanto à afirmação pura e simples da homossexualidade, no sentido de “cair-se num esquema de normatização, modelização, padronização que apenas reforçaria as tão famigeradas categorias sexuais de nossa sociedade”, pois “a maneira como vem sendo colocado o problema, que exige uma discussão mais profunda da que se faz no movimento, parece estar levando à negação da homossexualidade, ou melhor, à negação da condição homossexual”, ao mesmo tempo em que elas consideravam “prematura uma visão generalizante da sexualidade, pois ela pode se inclinar para a anulação das diferenças do presente contexto social”. Ou seja, para o GALF, era necessário ter cautela e criticar “o caráter reformista, meramente reivindicativo, que o movimento homossexual toma em alguns países, inclusive o Brasil” (Martinho, *ChanaComChana*, 2, 1983, p. 2).

Logo acima da matéria “Negação da homossexualidade”, elas reproduziram um cartum elaborado pela mesma autora, que recriou duas situações distintas que as lésbicas do GALF enfrentaram nessa época: de um lado, a repressão policial aos guetos do centro da cidade de São Paulo ordenada pelo delegado Wilson Richetti em locais frequentados por lésbicas, prostitutas, travestis e gays no fim do ano de 1980,⁴⁰ de outro lado, os conflitos entre o GALF

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre esse acontecimento, ver o primeiro capítulo desta dissertação.

e o SOS-Mulher sobre a questão de “ser” ou “estar” homossexual, que acabou por mascarar a heteronormatividade presente nos grupos feministas.⁴¹



Figura 4. Charge elaborada por Miriam Martinho (ChanaComChana, 2, 1983, p. 2).

No primeiro quadro, um casal de lésbicas conversa com um casal heterossexual em um restaurante: “Ser lésbica às vezes é fogo... a repressão é qualquer coisa... sempre tem um Richetti por aí”. O único homem da cena responde: “sem essa de rótulos”; “esse negócio de hétero e de homo não existe”. Em seguida a namorada dele assente dizendo que “hoje eu transo com um cara, e amanhã posso transar uma mulher”, situação essa que não faz diferença, afinal, “eu sou é gente”. O rapaz logo em seguida acrescenta que a polícia “dá em cima de todo mundo”. No quarto quadro aparece outra cena em que dois policiais aparentemente sisudos aparecem no restaurante gritando: “Documentos!” “Quem é sapatão entra no camburão!”, levando as lésbicas do restaurante à delegacia de polícia.

Analisando os enquadramentos realizados por Miriam no cartum, percebe-se como as vivências lésbicas dessa época estiveram fortemente ligadas ao contexto político autoritário, promovido não somente pela polícia – que reprimia os corpos dissidentes nos espaços públicos, empurrando-os à força à esfera privada com a proibição da demonstração de afeto e solidariedade entre homossexuais – mas também pela negação da existência política desses

⁴¹ Para maiores detalhes sobre esse acontecimento, ver o terceiro capítulo desta dissertação.

sujeitos que reivindicavam um espaço seguro para exercerem suas liberdades sexuais. Ou seja, talvez seja interessante notar que as experiências lésbicas, mais do que invisibilizadas, foram silenciadas pelo significante masculino exercido em diferentes esferas da sociedade, desde a polícia até as relações interpessoais com amigos, familiares, desconhecidos, e até mesmo com movimento sociais, como o feminista, por exemplo.

A matéria “A queda para o alto”, redigida por Rosely em duas páginas, contou a história de vida de Sandra Mara Herzer – conhecida como Bigode – um adolescente transexual que viveu na FEBEM e deixou uma obra testemunhal, “Queda para o Alto”, quando se suicidou. Vale a pena reproduzir aqui, devido ao alto teor crítico, um trecho da matéria:

A queda para o alto é um livro denúncia contra os autoritarismos de algumas instituições representadas nele pela família de Sandra, a FEBEM e uma delegacia de polícia, tudo isto com a cumplicidade da grande maioria, já que a omissão quase sempre significa compactuar com o poder dominante que oprime crianças, jovens e velhos.

. . . O relato sobre a FEBEM talvez seja uma das poucas coisas reais, verdadeiras que já foi escrita sobre o assunto, do ângulo do oprimido. Logo na Unidade de Recepção da Vila Maria, Sandra encontra uma amostra da “importância” que a sociedade dá para as crianças em geral e, principalmente, para as mais pobres. Menores infratores, menores deficientes, menores recolhidos tarde da noite, formam o contingente dos “frequentadores” da Febem onde todos são tratados democraticamente, sem distinção alguma, podendo dormir no cimento e apanhar à vontade (Roth, ChanaComChana, 2, 1983, p. 4).

A ativista Cida Kopcak, da Associação das Donas de Casa, concedeu uma entrevista sobre a organização feminista de mulheres donas de casa da zona leste e adjacências de São Paulo. Foram discutidos temas como o surgimento da associação, suas linhas de atuação política e sua relação com os movimentos feministas, bem como a dinâmica das relações de gênero no âmbito doméstico com os filhos e maridos, o funcionamento das associações de bairro, o aborto, a questão lésbica, entre outros.

É bastante interessante notar que Cida, na entrevista, desmitificou a ideia de que as donas de casa e moradoras de periferias seriam mais conservadoras e tenderiam a ser preconceituosas com as lésbicas, conforme foi preconizado por diversas mulheres de partidos políticos no II e no III Congresso da Mulher Paulista.⁴² Segundo ela,

Há um grupo de mulheres que se assumem feministas e que no meu modo de ver não são . . . Elas dizem que não podem falar sobre lesbianismo porque o pessoal do bairro não aceita isso . . . Você sente que elas falam em nome de mulheres que elas não sabem

⁴² Para maiores detalhes sobre o caso, ver capítulo III dessa dissertação.

quem são. Eu debato sempre na Associação o seguinte: se você gosta de uma mulher, por que você não pode transar com ela, meu Deus do céu! O que que te impede? (Editorial, *ChanaComChana*, 2, 1983, p. 7).

Tendo o ILIS como referência, essa seção abordou diversos acontecimentos marcantes sobre a população LGBT na década de 1980. Na segunda edição foram registradas ocorrências como: a existência de campos de concentração para lésbicas em Moçambique, cujo governo considerava a lesbianidade “um produto de seu período colonial e da decadente civilização ocidental” (*ChanaComChana*, 2, 1982, p. 11); um abaixo assinado em favor do caso bastante emblemático de Antônio Carlos Chrysóstomo, gay assumido e ex-redator do *Lampião*, que foi preso devido à acusação penal de que havia violentado sexualmente sua filha adotiva; a denúncia de mortes de travestis por aplicação de silicone industrial misturado ao laxante Nujol; a V Conferência do ILIS, que aconteceria em breve em Paris; a promessa de regulamentação do futebol feminino, prevista para acontecer até o fim do mês de março de 1983.

O terceiro número do boletim *ChanaComChana*, publicado em maio de 1983, foi uma edição especial de aniversário de quatro anos do GALF, totalizando quatorze páginas em duas colunas datilografadas. Foram elaborados quatro textos, escritos por Miriam, Rosely e Célia, com foco para o registro histórico dos quatro anos de atuação política do GALF. A matéria “GALF, 4 anos de atuação”, com sete páginas, foi elaborada por Miriam, que contou a história do grupo; o “Depoimento I”, de duas páginas, foi escrito por Rosely, que contou sua trajetória pessoal e política no GALF e o “Depoimento II”, com uma página, narrado em primeira pessoa, explorou a história de vida de Célia no GALF. As seções fixas “Fazendo Poesia”, “Informes” e “Cartas” foram elaboradas pelo editorial.

Em relação à matéria “GALF, 4 anos de atuação”, Miriam traçou a memória do grupo, desde seu surgimento em 1979, no SOMOS, até o momento em que se encontravam, com a autonomia das lésbicas como movimento político e com a aproximação, ainda que tensa, com os movimentos feministas.

O depoimento I, de Rosely, contou um pouco de sua trajetória no GALF. De acordo com a autora, já nas primeiras reuniões do grupo, deparou-se com a palavra lésbica: “A palavra lésbica me chocou. Eu, uma lésbica... A palavra pesava muito, homossexual parecia mais leve. Com o tempo, de tanto ouvir a palavra . . . comecei a gostar de pronunciar e enunciar o termo, . . . de esvaziar este seu caráter ‘maldito’” (Roth, *ChanaComChama*, 3, 1983, p. 8). Ou seja, se deparar com um adjetivo considerado pejorativo e transformá-lo em um substantivo não foi tarefa fácil, requereu um longo processo com bastante conflitos e contradições, conforme se pode observar na fala de Rosely: “No início, minha autoestima estava baixa, sentia vergonha

do meu corpo e quase não conseguia falar sobre sexualidade: ficava logo vermelha quando tocavam no assunto e o ‘pior’ é que se falava constantemente sobre o tema” (Roth, ChanaComChana, 3, 1983, p. 8). A situação mudou quando Rosely compreendeu que na prática a separação entre o público e o privado ou entre o pessoal e o político não fazia mais sentido no GALF e, inclusive, em sua própria vida.

De acordo com Rosely, as reuniões do GALF eram semanais e tinham o propósito de “unir a prática com a reflexão” por meio do compartilhamento de experiências íntimas e pessoais entre as integrantes, possibilitando o autoconhecimento baseado na descoberta de diferenças e semelhanças entre elas. Para ela, “a partir desta troca de experiências, analisávamos . . . as instituições vigentes (Família, Estado, Escola, casamento, entre outras), que direta ou indiretamente nos atingem quanto a suas normas autoritárias, onde a regra é a heterossexualidade e o domínio do homem”. Depois de problematizado o funcionamento de tais mecanismos, “noções quanto a homossexualidade ser doença, desvio, anormalidade ou imaturidade sexual também foram sendo cada vez mais desmitificadas e percebidas como um dos frutos da heterossexualidade obrigatória, hoje padrão social de sexualidade” (Roth, ChanaComChana, 3, 1983, p. 8).

Tendo o feminismo como ferramenta política, Rosely compreendeu que “todos os nossos atos são políticos, cada ato executado envolve uma parte da nossa concepção e perspectiva de vida, cada ato pode conter também uma relação de poder”. E ela, sendo mulher e lésbica inserida no GALF, disse que era necessário “o combate ao olhar fálico. Chamo de olhar fálico entre outras coisas: a hierarquia, a competição; a necessidade de autoafirmação através das estruturas de poder: ver a outra pessoa quase que exclusivamente como ‘objeto’ para a satisfação das necessidades pessoais” (Roth, ChanaComChana, 3, 1983, p. 8).

No que concerne aos processos políticos em que ela estava inserida, entendeu que “a multiplicação dos grupos autônomos poderia fazer nascer uma organização alternativa aos partidos, uma organização que não visasse a tomada do poder estatal, mas a destruição deste e a autogestão política e econômica da sociedade” (Roth, ChanaComChana, 3, 1983, p. 8).

O depoimento II, escrito por Célia, contou que o GALF não era um clube de chá, “onde as pessoas se reúnem para ficar o tempo todo falando de banalidades e iludindo-se a si mesmas, dizendo que tudo é divino e maravilhoso” (Célia, ChanaComChana, 3, 1983, p. 10), pelo contrário, o GALF era um grupo que, mesmo com poucos recursos financeiros e estruturais, típicos de um país de terceiro mundo, buscava estabelecer pontes e redes de contato e informação com outras pessoas e movimentos sociais do país e do exterior, com o principal objetivo de fazer reflexões sobre suas experiências por meio do acesso às informações. Ou seja,

para Célia, o GALF, junto com o boletim *ChanaComChana*, como fonte de informações, eram fundamentais para o rompimento com a solidão, o isolamento e a repressão interna e externa.

A seção “Informes”, da 3ª edição do *ChanaComChana*, noticiou eventos como a Conferência do Serviço de Informação Lésbica Internacional, acontecida em Paris, no mês de abril de 1983. Outra notícia que elas reportaram foi a situação das mulheres lésbicas nos países socialistas como Cuba e Alemanha Oriental, cujas políticas sexuais transitaram entre “campos de reeducação” e internações psiquiátricas. Noticiaram a luta de Ruth Escobar junto aos movimentos LGBTs na Assembleia Legislativa contra o parágrafo 302.0, que classificava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Em maio de 1983, Antônio Chrysóstomo finalmente foi solto, após ficar cerca de um ano e meio na prisão de forma arbitrária. De acordo com o GALF, “dos três desembargadores que julgavam o caso, dois foram contra a sentença inicial que condenava o jornalista. A pressão social ajudou a vencer mais esta batalha pela liberdade de expressão sexual” (Editorial, *ChanaComChana*, 3, 1983, p. 13). Foi noticiada também a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, “com o objetivo de eliminar a discriminação contra a mulher na sociedade brasileira através de estudos e análises acadêmicas e com a participação de amplos setores da sociedade” (Editorial, *ChanaComChana*, 3, 1983, p. 13).



Figura 5. Edição nº 2 do boletim *ChanaComChana*, publicada em março de 1983, e edição nº 3, lançada em maio de 1983.

A quarta edição do boletim *ChanaComChana* foi lançada em setembro de 1983. O boletim foi datilografado em duas colunas com o total de dezoito páginas e nove textos. Essa edição contou com a colaboração de Célia, Elisete, Liete, Maria Luiza, Miriam, Rosely e Vanda. Os assuntos tratados foram: matéria de capa “Democracia também para lésbicas: uma luta no Ferro’s bar”, desenvolvida por Vanda, com três páginas; artigo de opinião “Autonomia”, de Rosely, com quatro páginas; “Depoimento III”, escrito por Elisete, com uma página e meia; entrevista de Maria Luiza com Tom Santos e Inês Maria, diretor e atriz da peça de teatro “Fim de Caso”, que retratou o relacionamento entre duas mulheres, com o total de quatro páginas e meia; matéria “A função do homossexual na sociedade (o porquê da repressão)”, escrita por Célia Miliauskas, de uma página; seções “Informes”, “Cartas” e “Poesia” escritas pelo editorial, cada qual com uma página escrita.

A matéria de capa “Democracia também para lésbicas: uma luta no Ferro’s bar”, escrito por Vanda, foi detalhada no terceiro capítulo desta dissertação.

O artigo de opinião escrito por Rosely, com o título “Autonomia”, foi uma reflexão sobre política a partir de uma perspectiva feminista e lésbica. A autonomia foi uma estratégia política usada pelas lésbicas do GALF para conseguirem um espaço próprio para pensarem a política. Junto com elas, havia outros grupos que atuavam da mesma maneira, ou seja, a autonomia dos movimentos minoritários era uma resposta à maneira como os partidos exerciam a política e reproduziam valores dominantes como: “as estruturas hierárquicas, a falta de democracia interna, o machismo e a vontade de poder” (Roth, *ChanaComChana*, 4, 1983, p. 6).

Com o advento do stalinismo, com o devir minoritário de maio de 1968 e em específico no Brasil, com a ditadura militar, as organizações políticas institucionais passaram a ser questionadas pelas organizações autônomas. Para Roth, o “descrédito aos partidos não gerou alienação, inércia, morgação [sic], mas novas propostas, como a organização de grupos de mulheres, homossexuais e ecologistas, cujas discriminações (juntas com as dos negros), tinham sido consideradas menores pela política oficial.” Para uma mudança real na sociedade, era necessário haver uma reinvenção do modo de fazer política, ou seja, “não tomar o poder, e sim dispersá-lo, descentralizar, para que não haja o poder de uns sobre os outros” (Roth, *ChanaComChana*, 4, 1983, p. 6).

Quanto à ligação dos movimentos autônomos, em específico o GALF, com os partidos políticos, para Rosely, não se tratava de uma relação de inimizade, pelo contrário, “podemos manter relações, sem entrar em nenhum [partido]. Isto acontece quando participamos de debates

promovidos por alguns deles, utilizamos alguma gráfica ou levamos alguma ação conjunta em determinado momento” (Roth, ChanaComChana, 4, 1983, p. 6).

Logo abaixo desse artigo de opinião escrito por Rosely, localiza-se o cartum desenhado por Miriam com o título “Se Freud e Marx vivessem hoje em dia...”. Trata-se de uma conversa em um bar entre o filósofo Karl Marx e o psicanalista Sigmund Freud. Percebe-se pelo teor do diálogo entre eles que a autora utilizou o sarcasmo como recurso de linguagem para expressar uma crítica à pretensa “neutralidade” do pensamento científico produzido, na maioria das vezes, por homens ao longo do tempo. A legitimidade dessas produções científicas serviu como dispositivo universalizante do sujeito masculino. Em outras palavras, o cartum desvelou a “estreita relação entre poder, subjetividade e conhecimento científico” (Selem, 2007, p. 58).



Figura 6. Charge elaborada por Miriam Martinho (ChanaComChana, 4, set. 1983, p. 2).

A autora utilizou as palavras “inveja do pênis” e “revolução”, proferidas, respectivamente, por Freud e Marx, com o intuito de descortinar o falocentrismo presente nas produções teóricas psicanalíticas e marxistas, que muitas vezes excluíram e subalternizaram as mulheres na vida pública e privada. A crítica foi dirigida à dinâmica conflituosa presente nos movimentos sociais da época, entre as lutas “gerais”, representadas pelos partidos políticos e pela ideologia marxista; e as lutas “específicas”, referente ao protagonismo de mulheres, LGBTs e negros que buscavam a autonomia para fazer política.

Maria Luiza entrevistou o diretor Tom Santos e a atriz Inês Maria da peça de teatro “Fim de Caso”, cuja trama foi sobre um relacionamento afetivo-sexual entre duas mulheres. A entrevistadora discutiu com os artistas do teatro a questão do estereótipo sobre a sexualidade feminina retratada na peça, em que uma encenava o papel de “mulher”, portanto, passiva, e a outra de “homem”, isto é, ativa.

É interessante reproduzir a pergunta que Maria Luiza fez ao questionar tais estereótipos: “Na peça se coloca: ‘Você não pode me penetrar, por isso transei com um homem’. Isso é uma visão masculina e também de falta de informação sobre a sexualidade lésbica, porque uma mulher pode penetrar a outra com a mão”, por isso, “Qual é a razão desta tua abordagem?” (Heilborn, ChanaComChana, 4, 1983, p. 11). O diretor e atriz, ao responderem a essa e a outras perguntas, foram extremamente preconceituosos, muito embora a entrevista tenha sido bastante relevante, pois a entrevistadora fez questionamentos muito pertinentes sobre como são construídos e reproduzidos os estereótipos, para, em seguida, mostrar que podem ser desconstruídos também.

Concluindo a entrevista, Maria Luiza afirmou que “precisamos tentar trabalhar também alguma coisa positiva, mostrando que uma relação homossexual pode não ser só de exploração, pode ser uma coisa que faça crescer, pode não ser tão estereotipada”, e que “o saldo da entrevista é que precisamos refletir muito e discutir, sobre o porquê do lesbianismo ainda ser visto com muito preconceito e estereótipos. Fim de Caso: um exercício para reflexão?” (Heilborn, ChanaComChana, 4, 1983, p. 14).

A seção “Informes” noticiou a crescente mobilização feminista sobre a questão da saúde da mulher, considerando que, naquele momento, setembro de 1983, parlamentares articularam um projeto de lei sobre “planejamento familiar” de cunho neomalthusiano e focado no controle natal tradicional, isto é, tal projeto tinha como meta manter o controle sobre o corpo da mulher. O GALF, por ter participado dos encontros sobre a saúde feminista, ajudou a elaborar uma proposta para a saúde das lésbicas em um documento que seria encaminhado à Assembleia Legislativa de São Paulo pelo fim do Código 302.0.

Além disso, o GALF e o grupo Outra Coisa, no dia 29 de setembro, participaram de uma mesa-redonda na Associação Paulista de Medicina com o título “Homossexualismo: diagnóstico médico ou não?”. O evento contou com a presença de médicos, psicólogos, sociólogos, antropólogos, psiquiatras etc. O GALF e o Outra Coisa elaboraram um documento contra o Código 302.0, que seria encaminhado ao presidente da Associação de Psiquiatria, bem como a outras associações médicas.

Ainda na seção “Informes”, o GALF noticiou o surgimento de um grupo misto de homossexuais negros chamado Adé-Dúdú, em Salvador, na Bahia. Nessa mesma seção, os homossexuais de Natal procuraram corresponder com o *ChanaComChana* para orientação de como formar um coletivo. Ambos os grupos publicizaram o número da caixa postal para correspondência no boletim.

A quinta edição do boletim ChanaComChana foi lançada em maio de 1984, com o total de quatorze páginas escritas em duas colunas datilografadas. Foram desenvolvidas seis matérias nessa edição, com a colaboração de Miriam, Vanda, Rosely, Célia e Naná M. O primeiro texto foi escrito pelo corpo editorial com objetivo de contar que o GALF havia completado cinco anos de existência; a reportagem “As lágrimas amargas de Petra Von Kant” foi desenvolvida por Miriam; o artigo “Ser ou estar homossexual, eis a questão” foi elaborado por Miriam; a entrevista “Amor de cartas” foi traduzida do inglês por Miriam da *Revista Connexions n° 5*, de um coletivo de lésbicas da Califórnia, Estados Unidos; a matéria “Desarmamento Nuclear” foi escrita por Rosely e as seções fixas presentes nessa edição foram “Informes e cartas”; “Poesia” e “Anúncios”.

O assunto da reportagem “As lágrimas amargas de Petra Von Kant”, escrita por Miriam, foi o filme produzido pelo cineasta alemão Rainer Werner Fassbinder que retratou as relações de poder entre duas amantes, questionando os comportamentos ditos masculinos e femininos exigidos para homens e mulheres.

O artigo de opinião redigido por Miriam “Ser ou estar homossexual, eis a questão”, com o total de uma página escrita em duas colunas, problematizou a tendência à essencialização das identidades sexuais, considerando que a sexualidade é mais complexa do que se pode imaginar, podendo abarcar diversas facetas e nuances ao longo da vida do sujeito. Isto é, para Miriam, “parece difícil acreditar que alguém se declarar homossexual implique necessariamente que esse alguém venha a passar o resto de seus dias amarrado a essa declaração mesmo à própria revelia”. Ou seja, “Franchas e ladies, bichas-bofes e travestis, caminhões, entendidas, etc... vivem articulando seus códigos de linguagem erótica específica que, às vezes, englobam inclusive práticas heterossexuais, com muito mais autonomia e deboche do que este discurso de ser ou estar homossexual consegue captar” (Martinho, *ChanaComChana*, 5, 1984, p. 3).

Em outras palavras, Miriam propõe às leitoras uma reflexão sobre a propensão ao engessamento de identificações que englobam as experiências afetivo-sexuais, muito embora a autora saliente que existe uma repressão bastante concreta quanto às práticas sexuais não heterossexuais, afinal, para ela, vivemos em um regime de heterossexualidade que é compulsório. A autora quer dizer com isso que “não são nossas declarações circunstanciais ou

não sobre nossas sexualidades específicas o que cria categorias estanques e tolhe nossas relações como seres humanos, mas sim o muro de preconceitos que envolve as sexualidades de uma maneira geral” (Martinho, ChanaComChana, 5, 1984, p. 3).

A autora refere-se ao posicionamento de artistas e/ou figuras públicas como Clodovil, Ney Matogrosso e Simone, “que se recusam a ver a dolorosa realidade, dizendo-se ‘liberalmente’ horrorizados com rótulos, negando a existência do preconceito e afirmando, do alto de suas torres de marfim, que somos todos iguais” (Martinho, ChanaComChana, 5, 1984, p. 4).

E a colocação de Miriam enquanto mulher e lésbica não implica em se apropriar de um rótulo, pelo contrário, “é uma declaração política não só porque desmitifica a crença na ‘naturalidade’ das relações heterossexuais institucionais (casamento, lar, reprodução, etc...) como também porque cria novas propostas de independência feminina”. E o mais importante, para Miriam, é que as experiências lésbicas significam a recusa às atribuições desse sistema, visando “a destruição do conceito de uma única sexualidade normal, saudável e correta (como no caso da heterossexualidade institucional) e de suas estruturas opressoras” (Martinho, ChanaComChana, 5, 1984, p. 4).

A entrevista “Amor de cartas” foi traduzida por Miriam da *Revista Connexions n° 5*, proveniente da Califórnia, Estados Unidos, com o título original “Mulheres na Europa Oriental”. Trata-se de uma conversa entre uma norte-americana com uma alemã oriental sobre como eram as sociabilidades lésbicas em um regime socialista.

No caso em questão, na Alemanha Oriental a homossexualidade não era proibida, porém era considerada moralmente incompatível com os valores e os costumes socialistas. Com a restrição, ainda que velada, das práticas homossexuais, criaram-se subculturas como os bares e estabelecimentos escondidos que eram voltados para LGBTs, embora fosse uma iniciativa muito tímida, pois não era permitido dançar ou mesmo fazer barulho em apartamentos. As reuniões entre mulheres aconteciam de maneira sigilosa para não chamar a atenção das autoridades.

O ponto mais chocante da entrevista foi quando a entrevistada contou que na Alemanha Oriental existia um Departamento de Psiquiatria voltado especificamente para o tratamento psiquiátrico de lésbicas, com o objetivo de “erradicar a cultura lésbica”. Tal prática consistia em encontros a cada duas semanas por três horas seguidas. As lésbicas eram obrigadas a tomar hormônios, a fazer testes de sangue, a falarem sobre de si nos mais diversos aspectos (como carreira, relacionamentos, etc). Além disso, tinham que “preencher um questionário (todas aquelas típicas questões de comportamento) com mais de 470 questões . . . e as questões eram

elaboradas para determinar em que grau uma pessoa tinha tendências homossexuais” (Martinho, ChanaComChana, 5, 1984, p. 13). Os psiquiatras acreditavam que as lesbianidades ocorriam por causa “de situações de isolamento, mas resolveram também procurar outras razões” (Martinho, ChanaComChana, 5, 1984, p. 13).

Por fim, a entrevistada contou que uma maneira de as lésbicas se encontrarem e se relacionarem era por meio de anúncios em jornais para a troca de correspondências, com os dizeres: “Mulher procura correspondência com outra mulher”, cuja prática foi dificultada porque tal tipo de anúncio foi descoberto e bloqueado pelas autoridades policiais. Então, naquele momento, elas tinham que ser mais sutis e enrustidas quanto aos anúncios em jornais, como, por exemplo, “Correspondência entre amigos” e não mais “entre mulheres”.

Na seção “Informes e cartas”, o *ChanaComChana* informou o surgimento de um coletivo de lésbicas em Salvador, na Bahia, denominado Grupo Libertário Homossexual, com o número da caixa postal para troca de correspondências. Quanto às cartas, uma mulher escreveu ao boletim solicitando informações sobre times de futebol feminino.



Figura 7. Edição nº 4 do *ChanaComChana*, lançada em setembro de 1983, e edição nº 5, publicada em maio de 1984.

O sexto número do boletim, referente aos meses de novembro e dezembro de 1984 e janeiro de 1985, com o total de treze páginas escritas em duas colunas datilografadas, foi

produzido por Maria Luiza, Miriam e Rosely e contou com a colaboração de Leda e Rute. Em termos de conteúdo, essa edição foi composta pela seção “Informes”, produzida pelo conselho editorial, que contou com duas páginas; pela reportagem “Roberta Close: homem ou mulher?”, com quatro páginas, escrita por Miriam; pela seção “Poesia”, de uma página, produzida pelo editorial; pela entrevista realizada por Maria Luiza e Rosely com o título “Lésbicas: o difícil direito de ser mãe”, que contou com três páginas e meia de conteúdo e pelas seções “Cartas”, “Correspondência” e “Anúncios”, que ocuparam a última página do boletim.

No que concerne à seção “Informes”, as notícias dessa edição foram sobre os desdobramentos das lutas empreendidas pelo GALF e os movimentos LGBTs contra o Código 302.0. Tais grupos mobilizaram uma campanha com o recolhimento de mais de 16.000 assinaturas, incluindo cerca de trezentos abaixo-assinados de políticos contra o famigerado código. Inúmeras moções de repúdio contra o código, advindas de casas legislativas do país, tanto da esfera estadual quanto municipal dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e de municípios como Maceió, Porto Alegre, Olinda, Florianópolis e Salvador, foram encaminhados ao Conselho Federal de Medicina.

Nessa seção também foram reportadas informações como o surgimento de um jornal lésbico de orientação feminista chamado *Wavelength* (Comprimento de Onda), oriundo de um grupo chamado *Groundswell*, de Washington e Seattle, nos Estados Unidos. Logo abaixo dessa notícia foi divulgado o surgimento de um boletim chamado *Amazonas*, do Grupo Libertário Homossexual, de Salvador, Bahia. Em outra página foram divulgados endereços e caixa postais para troca de informações com os grupos lésbicos sadomasoquistas da *Europa* e dos Estados Unidos, entre eles o *Bad Girls* (Garotas Más) de Amsterdã, o *Secret Minds* (Mentes Secretas) de Frankfurt e o grupo *Samois*, da Califórnia.

Em seguida, o *ChanaComChana* noticiou a marcha e a conferência acontecidas em setembro de 1984 em Nova York em comemoração ao Ano Internacional da Ação Lésbica e Gay. E também noticiou, com a manchete “Heterror”, a decisão, após sete anos de discussões, do posicionamento da Anistia Internacional em “não apoiar pessoas presas ou perseguidas por causa de sua homossexualidade” (Editorial, *ChanaComChana*, 6, 1985, p. 12) em virtude da falta de posicionamento da Declaração dos Direitos Humanos quanto à proteção às violências contra a população LGBT.

Nessa edição, com o título “Lésbica, o difícil direito de ser mãe”, Rosely e Maria Luiza entrevistaram duas lésbicas que eram mães, uma de 21 anos, que trabalhava como apontadora no CEASA, e outra de 40 anos, que era professora universitária na área de Comunicação Social. Seus relatos demonstraram que muitas delas não assumiam a orientação sexual por medo de

perderem a custódia dos filhos, além de discutirem as consequências da heterossexualidade compulsória, que reforçava o casamento e a maternidade como fim último de todas as mulheres. Para Maria Luiza e Rosely, o objetivo da entrevista era mostrar que a “invisibilidade das mães lésbicas faz parte da tentativa de ocultar a existência destas experiências, que rompem com pressuposto de que ser mãe é igual a ser heterossexual, mostrando ser possível o exercício da maternidade além dos limites da heterossexualidade institucional” (Roth & Heilborn, ChanaComChana, 6, 1985, p. 7).

As entrevistadoras fizeram perguntas no sentido de possibilitar às leitoras o conhecimento das experiências de lésbicas com a maternidade. A entrevistadora quis saber das entrevistadas se ser mãe foi escolha, acaso ou resultado das expectativas sociais; se a maternidade constituiria em perda de autonomia; se teriam outros filhos; como foi a descoberta e vivência da gravidez; as possibilidades ou não de realização de aborto; se elas sentiam-se discriminadas por serem mães lésbicas; a relação da sexualidade das mães com os filhos; a relação das namoradas com os filhos das parceiras, entre outros.

A reportagem “Roberta Close: homem ou mulher?”, desenvolvida por Miriam, foi dividida em quatro partes, na tentativa de descortinar os preconceitos a que as travestis e as transexuais estavam sujeitas. A autora provocou as leitoras com os seguintes enquadramentos: o primeiro, mais recorrente em termos de representação social, foi: “Roberta Close é um homem”. O segundo já deslocou o olhar com a seguinte afirmativa: “Roberta Close é uma mulher”. O terceiro, por sua vez, fez observações sobre os saberes médico-psiquiátricos com a frase: “Roberta Close é um transexual”. O quarto, à guisa de conclusão: “Roberta Close é uma Roberta Close”, fez um debate sobre estereótipos de gênero.

Antes de adentrar no texto de Miriam, é oportuno dizer que tal reflexão foi realizada em meados dos anos de 1980, quando os saberes sobre as transexualidades e as travestilidades ainda não tinham sido problematizados pelos movimentos trans, pela academia ou mesmo pelas instituições sociais. Nessa época, o pronome para designar travestis era o masculino; atualmente sabe-se que o correto é designá-las no feminino. É nesse sentido que não cabe realizar uma leitura do presente sobre o passado, pelo contrário, é preciso levar as circunstâncias históricas, políticas e sociais em consideração.

Voltando à reportagem, o assunto de Roberta Close veio à tona quando a mesma posou para a revista *Playboy* e apareceu em diversos programas de televisão como Fantástico, Domingão do Faustão, Hebe Camargo, Gugu, entre outros. Refletir sobre as identidades de gênero e sexualidades foi bastante oportuno para os movimentos sociais da época.

Para Miriam, muitas pessoas consideravam Roberta Close um homem por ser “um travesti quase perfeito”, isso porque, no senso comum, as travestis eram consideradas gays. Entretanto, a autora desmitifica tal ideia: “Roberta Close não é homossexual, pois ela parece demais com uma mulher, fala como uma mulher, age como uma mulher, é tão feminina... Afinal, Roberta Close não é uma mulher?” (Martinho, ChanaComChana, 6, 1985, p. 2). Continuando seu raciocínio, diz que

para uma pessoa se tornar mulher ou homem, não basta que ela nasça com uma vagina ou com um pênis. É preciso, acima de tudo, que essa pessoa, através de uma “educação” especializada, venha a se ajustar aos modelos (estereótipos) de feminilidade ou masculinidade. Por isso, podemos dizer que Roberta Close é uma mulher (Martinho, ChanaComChana, 6, 1985, p. 2).

Em seguida, Miriam questionou os saberes médico-psiquiátricos, que diziam que “os transexuais diferem dos homossexuais por nascerem com uma ‘conformação cerebral feminina’” (Martinho, ChanaComChana, 6, 1985, p. 4). Por fim, a autora afirmou que:

La Close não deu bola para sua genitália que poderia impedi-la de ser mulher e se construiu enquanto imagem de mulher convencional que circula por aí. Podemos questionar essa imagem de mulher convencional que ela adotou, mas não a ela mesma. . . sua construção de mulher parece lhe dar bastante prazer e independência e não dor ou repressão.

E é em relação a questão do prazer que eu penso na necessidade de implodir os conceitos de masculino e feminino enquanto coisas naturais e sérias, já que elas são a base da dominação das mulheres e da marginalização das pessoas homossexuais (Martinho, ChanaComChana, 6, 1985, p. 5).

O olhar sobre as travestilidades e transexualidades realizado por Miriam no boletim foi bastante interessante para demonstrar o quanto os movimentos sociais refletiram, debateram, questionaram, significaram e ressignificaram as normas de gênero e sexualidades. E compartilhar esse conhecimento com as leitoras foi significativo, pois tal assunto não era debatido em casa, nas escolas, nas universidades, na política, o que contribuía para que tal fenômeno fosse visto de maneira não preconceituosa e/ou discriminatória.

O sétimo número do *ChanaComChana* foi divulgado em abril de 1985, com o total de vinte e duas páginas datilografadas em duas colunas. Contou com a participação de Mônica, Rosely, Bete, Maria Luiza e Miriam. O artigo de opinião escrito por Mônica com o título “Enrustimento e solidariedade” compôs uma página do boletim. A matéria “Família”, redigida por Rosely, totalizou cinco páginas. A entrevista realizada por Bete e Maria Luiza com o nome

“Lésbicas e famílias” contou com sete páginas escritas em duas colunas. A seção “Informes gerais e irrestritos” foi desenvolvida pelo editorial e contou com duas páginas e meia. Em uma das colunas dessa seção, apareceu “Dica de livros sobre lesbianismo e homossexualidade”. A matéria “Uma história de heteror” foi escrita por Miriam em quatro páginas. Em uma mesma página, “Troca de cartas” e “Anúncio” ocuparam as duas colunas do boletim.

A reportagem escrita por Miriam com o título “Um história de heteror” foi detalhada no terceiro capítulo desta dissertação, uma vez que se tratou de uma situação que o GALF vivenciou com outros movimentos feministas.

O artigo “Enrustimento e solidariedade”, desenvolvido por Mônica, questionou os motivos pelos quais as lésbicas muitas vezes se mantinham no armário. O debate sobre o enrustimento foi importante para demonstrar o quanto era prejudicial às lésbicas porque, “ao se enrustirem sentem-se frustradas, pois cria-se uma situação ambígua: ao mesmo tempo que desejam ser aceitas pela sociedade, não conseguem aceitar os padrões de comportamento que esta lhes impõe” (Mônica. *ChanaComChana*, 6, 1985, p. 2).

Em outros termos, Mônica e os colaboradores do texto perceberam que muitas vezes as lésbicas enrustidas afastavam-se ou se dirigiam de maneira preconceituosa às outras que não performavam a feminilidade de acordo com os padrões estabelecidos. O enrustimento, ao invés de servir de proteção contra as violências homofóbicas, tornava-as cada vez mais vulneráveis à solidão e ao isolamento social, levando, inclusive, a extremos, como o suicídio, por exemplo. O antídoto para essa questão era que as lésbicas tentassem contornar o temor e se aproximarem uma das outras, com os objetivo em comum da solidariedade, do afeto e do apoio mútuo.



Figura 8. Capa do 7º número do *ChanaComChana*, abril de 1985.

Sob o olhar antropológico, a matéria “Família”, desenvolvida por Rosely, fez um apanhado histórico sobre o desenvolvimento da instituição Família no Ocidente. A autora mencionou que tal definição vem do latim *famulus*, que significa “escravo doméstico”, isto é, conjunto de servos sob a autoridade de um senhor, demonstrando que ela é fruto do sistema patriarcal, cuja instituição ao longo da história sustenta e reproduz a dominação masculina sobre a mulher e os filhos.

A noção de família conhecida na atualidade possui a configuração nuclear e monogâmica, com pai, mãe e filhos, sendo a heterossexualidade institucional o pilar que a sustenta. Segundo Rosely, é por meio dessa configuração política de família que nasce e se perpetua o Estado autoritário. Porém, apesar de parecer a-histórica, universal e imutável, a família é uma construção cultural, social e política, podendo ser modificada dependendo das circunstâncias históricas.

Para Rosely, indivíduos não heterossexuais têm o potencial de questionar a família como instituição patriarcal e autoritária justamente quando compreendem que seria necessário liberar “a revolta e a rebelião que há em cada um(a) de nós. Na capacidade de dizer não às autoridades e de subverter a ‘ordem’ está a possibilidade de um novo projeto de sociedade” (Roth, ChanaComChana, 6, 1985, p. 8).

A entrevista “Lésbicas e Família”, realizada por Bete e Luiza, foi voltada para o relacionamento das integrantes do GALF com suas respectivas famílias. As entrevistadas foram: Dulce, de 30 anos, com curso superior completo de Administração de Empresas; Eliza, de 26 anos, professora de Português e Literatura; Leda, 21 anos, com 2º grau incompleto; Luiza, 25 anos, assistente de finanças e estudante de História na USP; Miriam, 30 anos, professora de Inglês e aluna do curso de Tradução e Interpretação; Mônica, 20 anos, estudante de Serviço Social; Neide, de 27 anos, com ensino médio completo, esteticista e agente fiscal de trânsito; Rosely, 25 anos, formada em filosofia, professora e pesquisadora de mercado e Rute, de 22 anos, estudante de matemática e recepcionista.

Bete e Luiza fizeram três perguntas às entrevistadas: 1) Sua família sabe que você é lésbica? Se sabe, como se dá a relação? 2) O que você acha da instituição família? 3) As relações lésbicas podem reproduzir a família?

Em relação à primeira pergunta, algumas integrantes do GALF responderam que eram assumidas e outras não. Lendo os relatos das entrevistadas, percebe-se certa tendência de esquivamento sobre o assunto da lesbianidade por parte de familiares, até mesmo em relação às assumidas. Outra questão interessante de observar nas narrativas é a menção, por parte das entrevistadas, a certa busca pela justificativa e/ou pela causa da lesbianidade quando nas

relações familiares, como se os comportamentos dos pais influenciassem na orientação sexual dos filhos.

Quanto à segunda questão, as respostas em comum partilhadas pelas entrevistadas foram de que a instituição família, na forma como se configurava, costumava ser um instrumento repressor e de controle e ajustamento de condutas comportamentais, como a imposição de determinados padrões de gênero e sexualidades, ao estabelecer dinâmicas de poder desiguais entre os membros, como entre pai-mãe, pais-filhos, irmão-irmã. Elas pontuaram também a necessidade de maior autonomia, independência e individualidade em relação ao relacionamento com as famílias.

Na terceira e última pergunta, as entrevistadas buscaram responder sobre alternativas da reprodução da dinâmica familiar tradicional nos relacionamentos entre mulheres, tendo como exemplo os estereótipos “lady/fanchona” como forma de dominação de uma sobre a outra no cotidiano da relação. Para que mudanças ocorressem, para elas, era preciso observar e fazer críticas e autocríticas aos padrões de comportamentos opressivos e dominadores, descentralizar o afeto em poucas pessoas, evitando o sentimento de posse e poder, ampliar os círculos de amizade, viver de maneira mais comunitária, entre outros. Um trecho bastante interessante da resposta de Maria Luiza merece ser reproduzido aqui, como síntese das discussões: “A alternativa que existe é não reproduzir o papel masculino nem o feminino e pegar o que há de melhor nos dois” (Heilborn, *ChanaComChana*, 7, 1985, p. 14).

A seção “Informes gerais e irrestritos”, elaborada pelo editorial, reportou notícias como a questão do aborto no Rio. A deputada Lúcia Arruda, do PT, mandou uma carta ao GALF dizendo que o projeto de lei proposto por ela fora aprovado. O projeto de lei estabeleceu a obrigatoriedade de atendimento médico para a prática de aborto nos serviços públicos de saúde nos casos de estupro e em casos de gestação e/ou de parto que colocassem a mulher em risco. Segundo a deputada, tal projeto foi pensado especialmente para mulheres de baixa renda e que não tinham acesso gratuito ou adequado à saúde.

Outro ponto importante foi a aprovação da moção contra a discriminação de homossexuais no VIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria realizada em novembro de 1984, de iniciativa do Grupo Gay da Bahia (GGB).

O *ChanaComChana* noticiou a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a década da Mulher (1975-1985) e o Fórum das Organizações Não Governamentais, previstos para acontecerem em Nairóbi, no Quênia, em julho de 1985. A conferência teria como meta a avaliação do cumprimento dos objetivos estabelecidos para a Década da Mulher e o fórum seria um encontro mundial de mulheres participantes de organizações não governamentais para a

discussão de políticas públicas. O boletim, em atenção às notícias do ILIS, alertou que normalmente as conferências da ONU discutiam apenas os modos de vida de mulheres heterossexuais e que esperava que nessa conferência fossem abordados problemas de mulheres homossexuais. Quanto ao fórum, o GALF obteve a notícia de que os grupos feministas holandeses se mobilizaram para exigir dos governos de cada país participante a inclusão de discussões relativas a saúde, emprego, racismo e educação e sexualidades não heterossexuais.

A notícia que chegou para o *ChanaComChana* foi a realização do III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, previsto para acontecer em São Paulo entre os dias 1 a 4 de agosto de 1985. O GALF mencionou que iria participar de tal encontro e que havia na programação um espaço de discussão exclusivo sobre as lesbianidades.

Essa seção também informou as diretrizes da organização política de lésbicas de Iowa, Estados Unidos, com o nome *Lesbian Alliance* (Aliança Lésbica), que no momento contava com duzentas integrantes que realizavam eventos como festas, conferências, piqueniques, filmes, debates, assistência jurídica, grupos de apoio, boletim, entre outras coisas. Além disso, informaram o número da caixa postal para troca de cartas para quem quisesse conversar.

As seções “Anúncios”, “Troca-cartas” e “Correspondências” ocuparam a última página dessa edição do boletim.



Figura 9. Edição nº 6 do *ChanaComChana*, referente aos meses de novembro e dezembro de 1984 e janeiro de 1985, e edição nº 7, de abril de 1985.

O boletim número oito foi publicado em agosto de 1985, com o total de vinte e cinco páginas de conteúdo datilografado em duas colunas. Rosely, Miriam, Luiza e Rute desenvolveram a forma e o conteúdo desse número do boletim. Além disso, Roxana e Shirley, leitoras do *ChanaComChana*, colaboraram com a escrita dessa edição. A matéria “GALF: 6 anos”, de uma página, foi desenvolvida por Miriam. O artigo de opinião intitulado “Origem da denominação lésbica feminista e seu significado”, com três páginas e meia, foi escrito por Miriam. A reportagem escrita por Rosely com o título “GALF na Hebe: Lésbicas x Censura”⁴³ compôs cinco páginas de conteúdo. A matéria “Uma história de heteror: preconceito no CVV – depoimento de uma leitora do Chana”, com duas páginas escritas, foi desenvolvida por Shirley. O artigo “Opinião da leitora”, de duas páginas, foi elaborado por Roxana Herrera Alvarez, de Maringá. A seção “Informes”, redigida pelo conselho editorial, compôs três páginas. A entrevista com o título “Lésbicas e trabalho” foi elaborada por Maria Luiza e Rute e contou com seis páginas e meia de conteúdo.

Escrito por Miriam, o artigo de opinião “Origem da denominação lésbica feminista e seu significado” teve o intuito de compreender a relação entre as lesbianidades e o feminismo, pois o contato entre o GALF e os movimentos feministas foi marcado por uma série de divergências e acirramentos sobre a política.



Figura 10. Foto reproduzida na matéria “GALF: 6 anos”, na 8ª edição do boletim *ChanaComChana*.

Uma questão fundamental para o GALF era que as leitoras compreendessem que elas atuavam segundo a seguinte premissa: “O adjetivo lésbica feminista foi escolhido como resultado do processo de conscientização de nossa dupla opressão, primeiramente enquanto mulheres e depois enquanto mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras

⁴³ A reportagem GALF na HEBE, feita por Rosely, foi detalhada no terceiro capítulo desta dissertação.

mulheres” (Martinho, *ChanaComChana*, 8, 1985, p. 3). Ou seja, com o advento do devir minoritário de 1968, os grupos lésbicos feministas norte-americanos e europeus passaram a se enxergar não como membros de um 3º sexo, ou homossexuais; pelo contrário, elas compreenderam que “a opressão das mulheres lésbicas está intrinsecamente ligada a situação das mulheres em geral, só podendo ser compreendida, de forma mais clara, a partir da análise da opressão de todas as mulheres e não da opressão aos homossexuais” (Martinho, *ChanaComChana*, 8, 1985, p. 3). E ser lésbica, para elas, não era uma classificação sexual, e sim “a designação de uma postura política que vê nas relações afetivas e sexuais entre mulheres um caminho na busca de uma nova maneira de ser mulher neste mundo” (Martinho, *ChanaComChana*, 8, 1985, p. 3).

A lesbianidade como postura política se dá em virtude da maior autonomia e do controle de seus corpos em relação às mulheres heterossexuais. E é justamente pela oportunidade de maior mobilidade social – em virtude da recusa à obrigatoriedade do casamento, dos filhos e do lar – que as lésbicas estão sujeitas à repressão de suas liberdades e autodeterminação, pois, em uma sociedade misógina, o lugar da mulher se dá em relação ao poder masculino. Para Miriam, a busca por novas formas de ser mulher implicava na crítica à “reprodução dos valores masculinos que permeiam as relações entre as pessoas . . . procuramos não manter padrões rígidos de comportamento com base em conceitos de masculino e feminino, deixando a cada mulher o direito de se expressar de acordo com seu temperamento” (Martinho, *ChanaComChana*, 8, 1985, p. 3).

Shirley, leitora do *ChanaComChana*, obteve um espaço para reproduzir a matéria “Uma história de heteror: preconceito no CVV” no boletim. A matéria, na verdade, foi um testemunho sobre os preconceitos enfrentados pela leitora no ambiente de trabalho, por ser lida pela sociedade como sapatão, isto é, por não performar uma feminilidade de acordo com as normas de gênero.

No caso em questão, a autora trabalhava como plantonista no Centro de Valorização da Vida (CVV). Com o tempo, foi acusada de perverter as pacientes que telefonavam para pedir ajuda. Quase demitida, opinou que achava interessante criar um Centro de Valorização ao Homossexual (CVH), pois sentia que os homossexuais que ligavam para o plantão do CVV pouco se sentiriam acolhidos em meio aos plantonistas homofóbicos.

O artigo “A opinião da leitora”, escrito pela leitora do boletim Roxana Herrera Alvarez, de Maringá, discorreu sobre a questão dos papéis sexuais dentro das lesbianidades. A autora questionou a binaridade presente no imaginário social quando se trata de relacionamentos homossexuais, com as categorias ativo/passivo.

A seção “Informes”, elaborada pelo conselho editorial, noticiou a ocorrência do Simpósio sobre Homossexualidade Feminina, no dia 18 de maio de 1985, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo. Os coordenadores do simpósio eram os médicos Moacir Costa e Ronaldo Pamplona da Costa. Os temas discutidos no simpósio foram as lesbianidades nos seguintes aspectos: “O conceito de doença – normal ou anormal”, “A visão médica/endocrinológica”, “A visão psicanalítica”, “A visão antropológica”, “A relação da mãe homossexual e a criança” e “Aspectos jurídicos”. Por último, houve uma mesa-redonda sobre feminismo e homossexualidade, da qual o GALF participou.

Nessa seção foi noticiado que o GALF, no dia 29 de junho de 1985, promoveu uma série de eventos como apresentação de filmes e programas de TV, como *Lianna* e o programa da Hebe, do qual Rosely participou. Depois dos vídeos, ocorreu um debate sobre Vivências Lésbicas com a vereadora Irede Cardoso, a escritora Naomi A. de Vasconcelos, o psiquiatra Ronaldo Pamplona da Costa e Rosely. A data escolhida para o evento foi em alusão a três acontecimentos no mês de junho: os quatro anos de existência do GALF, a passeata contra as arbitrariedades do delegado Wilson Richetti a prostitutas, homossexuais, travestis, negros e outros frequentadores do gueto e o dia internacional de lutas de lésbicas, travestis e gays na revolta de Stonewall.

O boletim informou que o Grupo de Apoio e Prevenção da Aids (GAPA) estava à disposição para quem estivesse interessado em obter informações sobre o assunto, disponibilizando o número da caixa postal para troca de correspondências. Logo abaixo desse informe, foi noticiado que o Grupo Outra Coisa – Ação Homossexualista foi extinto e que doou todo o acervo com dados sobre os movimentos LGBTs brasileiros e estrangeiros para o Centro de Pesquisa e Documentação Edgar Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

No dia 9 de fevereiro de 1985, o movimento homossexual obteve uma vitória, depois de anos de luta empenhada pelo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, e pelo Grupo Gay da Bahia contra o Código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). No caso em questão, o Conselho Federal de Medicina deixou de considerar a homossexualidade como transtorno sexual e desvio.

Ainda na mesma seção do boletim foi noticiado que o III Encontro Feminista Latino-Americano estava previsto para acontecer entre os dias 31 de julho e 4 de agosto em Bertioga. A expectativa era que cerca de 800 mulheres participassem do referido encontro.

No âmbito internacional, o *ChanaComChana* obteve a informação de que em Denver, no Colorado, nos Estados Unidos, um casal de lésbicas havia tido uma filha por meio da

inseminação artificial. Porém, uma das parceiras – a que tinha gerado a criança – havia morrido, e os avós da falecida entraram na justiça para obter a guarda da neta alegando que era “para não sofrer influência lésbica”. A outra mãe necessitava de dinheiro para arcar com os custos do advogado. Assim, diversas organizações lésbicas norte-americanas divulgaram o caso para que as pessoas interessadas pudessem ajudar.

Maria Luiza e Ruth entrevistaram duas lésbicas de diferentes ocupações, uma motorista de praça e uma pedagoga com formação antropológica. A entrevista foi sobre ser lésbica nos ambientes de trabalho que, muitas vezes, eram palco de preconceitos e discriminações.

A nona edição do boletim *ChanaComChana*, referente aos meses de dezembro de 1985 e janeiro e fevereiro de 1986, foi publicada com um total de 27 páginas de conteúdo, diagramado em duas colunas. Selma, Maria Luiza, Rosely e Miriam desenvolveram os conteúdos dessa edição. O editorial do boletim desenvolveu o artigo “Por que nós nos chamamos de lésbicas?”, com uma página e meia. A seção “Em movimento” substituiu a seção “Informes” e foi desenvolvida pelo corpo editorial, totalizando três páginas. A reportagem “III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe: enfim, de volta, um feminismo de bom astral” foi escrita por Miriam, com o total de seis páginas e meia de conteúdo. A matéria “Aids: fato e preconceito” foi desenvolvida por Selma, com duas páginas escritas. Rosely desenvolveu o artigo “A homossexualidade na Constituição”, com o total de quatro páginas. A matéria “Deusas da cura” foi redigida por Miriam, com duas páginas. A entrevista realizada por Maria Luiza e Selma com o título “Lésbicas e sexualidade” totalizou quatro páginas e meia. A seção “Troca-cartas” ocupou uma página do boletim e a seção “Poesias” também.

O artigo “Por que nós nos chamamos de lésbicas?” explicou às leitoras do boletim que, apesar de a palavra “lésbica” ser considerada xingamento, ofensiva e de mau gosto, foi apropriada pelas integrantes do GALF devido à sua importância histórica, que remonta ao período da Grécia Antiga.

Segundo o GALF, por volta do século VI a.C. viveu uma mulher chamada Safo em uma ilha situada no mar Egeu, a ilha de Lesbos. Ela era uma poetista lírica muito famosa que dedicou seus versos ao amor entre as mulheres. Sua vida era voltada para a escola de artes onde ensinava música, canto, poesia e amor. Com o advento do cristianismo e do patriarcado, as mulheres perderam suas liberdades e as obras de Safo foram queimadas na fogueira por serem consideradas pagãs.

No final do século XIX, a palavra lésbica passou a ser utilizada pela linguagem médico-psiquiátrica para atribuir às mulheres que gostavam de mulheres um sentido patológico, negativo, ruim, de algo anormal. Foi somente nos anos de 1960, com o surgimento dos

movimentos feministas e homossexuais, que a palavra foi reapropriada em um sentido positivo, em memória à trajetória de Safo, da ilha de Lesbos.

Para o GALF, transformar uma palavra que significava um xingamento em algo que remetia às origens, cujas qualidades eram a beleza, a liberdade e o prazer das mulheres, foi fundamental, uma vez que “saber a origem das designações que são usadas para nos ofender é uma forma de passar a perna na repressão e até mesmo mudar a visão que temos de nós mesmas” (Editorial, ChanaComChana, 9, 1986, p. 2).

A seção “Em movimento”, elaborada pelo editorial do boletim, reportou diversos acontecimentos ocorridos no último mês de 1985 e nos primeiros dois meses de 1986. Em 1985 foi inaugurado um monumento feito de granito rosa dedicado às lésbicas e aos gays mortos nos campos de concentração nazistas em Hamburgo, na Alemanha Ocidental. Estima-se que morreram entre 250.000 a 500.000 lésbicas e gays nos campos de concentração. A homenagem foi bastante simbólica porque fez recordar que os governos autoritários, tanto de direita quanto de esquerda – principalmente os de direita – costumavam ser bastante repressivos quanto às sexualidades dissidentes. Dirigindo-se às leitoras, então, elas disseram: “na hora de apoiar partido ou candidato que seja, é sempre bom verificar o que eles pensam sobre as mulheres, a homossexualidade e o lesbianismo, senão você corre o risco de ‘malufar’ o seu futuro, viu?” (Editorial, ChanaComChana, 9, 1986, p. 3).

O boletim, ao receber as correspondências encaminhadas pelo ILIS, reportou os detalhes de eventos como a Conferência das Nações Unidas para o encerramento da década da mulher (1975-1985) e o Fórum das Organizações Não Governamentais. No que tange à conferência, na discussão sobre os resultados dos debates, ficou clara a “importância de se quebrar a invisibilidade e da necessidade de ver os relacionamentos lésbicos como uma alternativa totalmente viável à heterossexualidade” (Editorial, ChanaComChana, 9, 1986, p. 3). Quanto ao Fórum, nele houve oficinas que trabalharam temas como “Lésbicas e trabalho”, “Lésbicas e saúde”, “Lésbicas e racismo”, “Rede lésbica internacional” e também foram discutidos assuntos como reformas na lei, lésbicas e juventude e trabalhos dos arquivos lésbicos. O resultado de tais debates deixou bastante nítido que “ser uma lésbica é mais do que acontece na cama, é um desafio ao princípio organizativo básico da maioria da sociedade, ou seja, a estrutura da família, e, por isso, uma questão política de direitos humanos” (Editorial, ChanaComChana, 9, 1986, p. 3).

Na seção “Informes”, a notícia com o título “Fim do Espaço Gay” detalhou que no jornal *Notícias Populares* (NP) existia uma coluna chamada Espaço Gay, que era voltada para o público lésbico, trans e gay, cuja responsável assinava com o pseudônimo Julian Gray desde

novembro de 1983. Julian, sempre que podia, anunciava na coluna os trabalhos desenvolvidos pelo GALF por meio da divulgação do boletim *ChanaComChana*, tanto que este recebia cerca de cinco cartas por semana de lésbicas que descobriam a existência do boletim através do Espaço Gay. O fato é que Julian Gray saiu de férias e logo em seguida teve a notícia da extinção de sua coluna por “falta de leitores”. Como resposta ao preconceito do editor-chefe do NP, o GALF sugeriu às leitoras do boletim que reivindicassem a volta da coluna por meio de cartas de protesto ao editor-chefe em solidariedade a Julian Gray.

Ainda na seção “Informes”, foi noticiado que no dia 29 de agosto de 1985 havia sido criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), resultado das lutas de grupos feministas brasileiros. Submetido ao Ministério da Justiça, mas com autonomia financeira e administrativa, o conselho tinha por objetivo o combate à violência contra a mulher, a criação de creches e a campanha pela inserção das mulheres na Constituinte. Em setembro do mesmo ano, a ex-deputada pelo PMDB Ruth Escobar tomou posse como presidente da entidade.

A reportagem elaborada por Miriam com o título “III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe: enfim, de volta, um feminismo de bom astral” contou os detalhes do referido encontro, acontecido entre os dias 1 e 4 de agosto de 1985 em Bertioga, litoral paulista. Marcaram presença cerca de 800 mulheres de diferentes países latino-americanos e caribenhos. A autora comentou que ficou surpresa com o fato de que o evento havia sido proveitoso, pois a mesma se encontrava “cansada. . . do feminismo local com seus intermináveis mapeamentos político-partidários, seus heterossexismos, jogos de poder, omissões e expulsões” (Martinho, *ChanaComChana*, 9, 1986, p. 6). O mais interessante do encontro foi a diversidade de mulheres de classe sociais, cores/raças, nacionalidades, orientações sexuais e orientações políticas diferentes.

Nesse evento foi possível discutir as lesbianidades em três ocasiões diferentes. A primeira foi uma reunião só para lésbicas, convocada pelo GALF (Brasil) e pelo Grupo de Autoconscientização de Lésbicas-Feministas (GALF – Peru), em que compareceram lésbicas brasileiras, argentinas, peruanas, dominicanas, mexicanas, chilenas, norte-americanas, canadenses e europeias. Miriam percebeu que os discursos tinham traços comuns a todas as lésbicas: para as organizações feministas, a questão das lesbianidades era um tabu, ou seja, tal questão era raramente abordada e por vezes omitida entre as feministas heterossexuais. Além disso, ela percebeu que as lésbicas que se consideravam feministas tinham dificuldades em se relacionar com as lésbicas de boates e bares, que não tinham familiaridade com o tema e que muitas vezes acabavam por reproduzir os estereótipos de gênero, como a rigidez de papéis considerados masculinos e femininos, representados pela atividade/passividade.

A outra reunião sobre as lesbianidades aconteceu por meio da comunicação individual de Hilda Rais, com o título “Lesbianismo: apontamentos para uma discussão feminista”. A comunicadora observou que a discriminação contra lésbicas estava intimamente conectada com a situação das mulheres de maneira geral. Isto é, para ela, “a lésbica é reprimida porque foge ao papel a ela designado enquanto mulher por nossa sociedade que é o de ser reprodutora da espécie, objeto sexual e reprodutora da força de trabalho no casal ou no grupo familiar”. Em outro sentido, as existências lésbicas colocavam o mito do falocentrismo em xeque (no sentido de que era necessário um pênis para que uma mulher tivesse um orgasmo) e, ao mesmo tempo, suas existências afirmavam a noção de masculino e feminino como construções culturais, históricas e políticas, longe de serem naturais. Hilda concluiu em sua análise que “já não se trata então de uma conduta sexual perturbadora, mas sim da transgressão e da desordem de um sistema” (Martinho, ChanaComChana, 9, 1986, p. 9).

No segundo momento da fala de Hilda, as violências contra lésbicas foram debatidas no sentido de elas se apresentarem em três modalidades distintas, quais sejam, nos âmbitos individual, familiar, social e institucional. A primeira era exercida por meio da negação da existência da lesbianidade, isto é, através da crença de que mulheres não faziam sexo entre si. A segunda ocorria pela falsa tolerância: “gostamos dela, apesar de lésbica”, e a terceira através da violência policial, das práticas dos saberes psi e da discriminação no trabalho.

Miriam e Rosely fizeram observações de que era necessário debater com mais cautela a questão da dicotomia lady/fanchona. As lésbicas que se consideravam feministas muitas vezes acabavam por adotar certo tom moralista devido ao fato de acharem que as ladys/fanchonas dos guetos reproduziam as relações heterossexuais, mas, ao contrário, tal relação poderia não ser opressiva ou desigual, podendo ser uma questão de adotarem uma linguagem erótica entre elas, que tem a ver com a fantasia e a busca do prazer. Por mais que os guetos lésbicos não fossem o lugar ideal para relacionamentos, ainda eram os únicos espaços de sociabilidade entre mulheres, ou seja, “sem eles, muitas lésbicas estariam fadadas ao mais terrível isolamento e a mais completa solidão que, com certeza, são piores que qualquer gueto” (Martinho, ChanaComChana, 9, 1986, p. 10).

Por fim, a última reunião sobre as lesbianidades no encontro reuniu mais de 70 mulheres, tanto lésbicas quanto heterossexuais. Para Miriam, a discussão que mais rendeu debate foi a colocação de que a lesbianidade poderia ser tanto preferência sexual, no sentido do desejo, quanto uma postura política, no sentido de que poderia ser também uma “questão de estilo de vida possível para todas as mulheres” (Martinho, ChanaComChana, 9, 1986, p. 11).

Ainda na nona edição do boletim, uma curta matéria escrita por Selma, com o título “Aids: fato e preconceito”, tentou responder a perguntas como “O que é AIDS?”, “Qual a causa da AIDS?”; “Quais os riscos de se contrair a doença?”, “Quem tem AIDS?”, “Como detectar a AIDS?”, entre outras, com o objetivo de esclarecer o assunto e combater o preconceito e a discriminação, indicando, inclusive, lugares e coletivos de apoio mútuo. O artigo “Deusas da Cura”, redigido por Miriam, fez um resgate histórico de religiões que cultuavam deusas que, com o tempo e com o advento do patriarcado, foram apagadas.

A pesquisa realizada por Maria Luiza e Selma foi sobre “Lésbicas e sexualidade”. As autoras do texto entrevistaram lésbicas com nomes fictícios como Marlene, Mari, Marta, Marcia, Margareth, Mariangela e Magali. Na ocasião, a sexualidade lésbica foi discutida em vários enfoques, como “o aspecto social, o processo de auto-afirmação, o uso de objetos nas relações sexuais, a questão do orgasmo, dos papéis sexuais, da monogamia, da prostituição lésbica, das formas de sexo, entre outras” (Maria Luiza & Selma, ChanaComChana, 9, 1986, p. 22).



Figura 11. Desenho da matéria “Lésbicas e sexualidade”, da edição nº 9 do boletim *ChanaComChana*, de dezembro de 1985 a fevereiro de 1986.

No contexto da Assembleia Nacional Constituinte, Rosely desenvolveu reflexões em torno do título da matéria “A homossexualidade na Constituição”. Devido às lutas empenhadas pelas Diretas Já, os assuntos voltados para os direitos básicos da população voltaram à tona depois de muitos anos de repressão política, fato que gerou apatia, desinteresse e desinformação por parte de parcela da sociedade quanto ao assunto.

Diversos setores da sociedade se mobilizaram para apresentar propostas e projetos para a nova Constituição. Foi nesse sentido que Rosely fez um resgate de todas as constituições que

existiram no Brasil para tentar realizar um olhar crítico sobre o processo da Constituinte. Segundo ela, apresentar propostas naquele momento era necessário, pois

A impossibilidade dos movimentos sociais de terem representantes próprios na Assembleia Constituinte certamente tende a torná-la menos representativa e democrática. Mas, para que nós, mulheres lésbicas, não nos sintamos, mais uma vez, excluídas, penso que é o momento de agirmos na busca de propostas concretas de inserção de um item na Constituição de 87 contra a discriminação à homossexualidade. Tendo uma ou mais propostas de inserção deste item na Constituição, poderemos só votar nos candidatos que levarem a nossa proposta, entre outras de conteúdo mais libertário (Roth, ChanaComChana, 9, 1986, pp. 18-19).

O caminho para levar tais propostas para inserção na Constituinte seria procurar, seja individualmente ou em grupo, organizar debates sobre a questão das homossexualidades junto com outras organizações políticas e advogados e/ou especialistas sobre o tema.



Figura 12. Edição nº 8 do ChanaComChana, de agosto de 1985, e edição nº 9, referente aos meses de dezembro 1985 a fevereiro de 1986.

O décimo número do boletim, referente aos meses de junho, julho, agosto e setembro de 1986, contou com 33 páginas de conteúdo. O artigo “O mito da opção sexual e a organização lésbica”, escrito em duas colunas, com quatro páginas, foi redigido por Miriam. A seção “Poesia” ocupou uma página do boletim. O artigo “Homossexualidades nas leis”, desenvolvido por Rosely, foi escrito em apenas uma coluna, totalizando sete páginas. A matéria “Patrão à

Ferro's", de uma página, também com uma coluna, foi elaborada por uma leitora do *Chana* chamada Ângela Costa. A seção "Em movimento", com duas colunas, foi redigida em quatro páginas pelo editorial. Desenvolvida por Miriam, a reportagem com o título "Conferência lésbica em Genebra" foi redigida em uma coluna, em sete páginas. A entrevista elaborada por Maria Luiza com o título "Assumindo..." totalizou quatro páginas escritas em duas colunas. A seção "Troca-cartas" foi redigida em duas páginas com duas colunas.

O ensaio "O mito da opção sexual e a organização lésbica", produzido por Miriam, teve o objetivo de descortinar o senso comum sobre relacionamentos entre mulheres, no sentido de que o mito da opção sexual desmobilizava os movimentos políticos de lésbicas, por muita gente considerar a lesbianidade como uma escolha individual e privada.

O mito da opção sexual era presente, segundo a autora, em alguns circuitos de sociabilidade das classes médias, nos quais mulheres casadas se relacionavam sexualmente com outras com ou sem o consentimento de seus maridos, como se a prática sexual entre mulheres fosse apenas curiosidade ou mero acessório/fetiche do prazer masculino. Para ela, "a sociedade não nos discrimina exatamente porque fazemos sexo com outras mulheres, mas sim por causa dos estilos de vida que assumimos em decorrência dos nossos desejos" (Martinho, *ChanaComChana*, 10, 1986, p.1), isto é, se duas mulheres resolvem assumir seus desejos e relacionarem-se afetivamente sem a interferência masculina, estariam sujeitas a uma série de represálias como a perda de custódia dos filhos, a perda da segurança financeira, a perda do emprego, a violência de ex-parceiros, entre outros.

Com o objetivo de sugerir leis que assegurassem os direitos da população LGBT na nova Constituição, Rosely discorreu sobre a legislação brasileira quanto às práticas homoeróticas na matéria "Homossexualidade nas leis". Devido ao fato de a homossexualidade no Brasil não ser considerada crime e nem haver legislação que visasse a proteção de homossexuais, o sistema jurídico frequentemente utilizava a falta de legislação como instrumento de punição e penalização. Por esse ângulo, com base nas pesquisas feitas pela autora,

não há nenhuma lei que criminalize diretamente a homossexualidade masculina ou feminina tanto na constituição quanto nos códigos Civil ou Penal. Agora as circunstâncias em que os atos homossexuais forem praticados (se com violência, fraude, não consentimento) poderão convertê-los em crime. Como vimos o artigo 233 [ultraje público ao pudor] pode ser utilizado como forma de impedir e intimidar as nossas manifestações homossexuais eróticas-afetivas (Roth, *ChanaComChana*, 10, 1986, p. 12).

Rosely, ao estudar o Código Penal, pontuou que, em relação ao estupro, se ocorresse entre duas mulheres ou entre dois homens, era atenuado e considerado atentado violento ao pudor, uma vez que a legislação previa o estupro mediante conjunção carnal, isto é, somente se envolvesse a penetração do pênis na vagina. Além disso, se o estupro ocorresse por meio da penetração anal, ou com as mãos, ou mesmo pelo sexo oral, era considerado um ato libidinoso. Outra tipificação penal que poderia ser usada contra homossexuais era a corrupção de menores, prevista no artigo 214. O artigo 233, por sua vez, previa que “praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público” era considerado ultraje público ao pudor. Em outras palavras, devido ao forte teor subjetivo, homossexuais que demonstrassem afeto em público poderiam ser enquadrados nesse artigo.



Figura 13. Desenho publicado na matéria “Homossexualidade nas leis”, da edição nº 10 do boletim *ChanaComChana*.

Por esses motivos, a autora sugeriu elaborar propostas de alteração da legislação na Constituinte junto aos candidatos a deputados e senadores que tivessem proximidade ou empatia com a questão dos direitos de homossexuais. Essa sugestão se deu após um debate sobre as leis com o movimento homossexual: “O grupo Gay da Bahia, o Triângulo Rosa do RJ e nós, do Grupo Ação Lésbica Feminista, defendemos a inserção, no parágrafo primeiro do artigo 153 da atual Constituição Federal, da expressão ‘contra a discriminação por preferência ou orientação sexual’”. Continuando o raciocínio, para ela, “a redação deste parágrafo poderia ficar assim: ‘Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo

religioso, convicções políticas e de preferência sexual. Qualquer infração ao contido neste parágrafo será punida pela lei” (Roth, ChanaComChana, 10, 1986, p. 12).

O texto feito por uma leitora do boletim chamada Ângela Costa, com o título “Patrão à Ferro’s”, contou sobre sua experiência com homofobia e racismo junto com sua amiga no restaurante Ferro’s Bar, localizado no gueto lésbico.

Tal experiência foi marcada pela truculência e pela violência por parte de um garçom do bar, chamado Antônio Manoel, que, na intenção de expulsá-las, derrubou uma taça de vinho de propósito na mesa de Ângela e de sua amiga. Indignadas, as duas protestaram, pedindo “que ele sirva assim sua própria mãe”, fato que iniciou uma briga, conforme se observa em seu relato:

Você repetiu (!) e já está no inferno, cercada pelos leões fiéis ao circo. Seu pé subitamente escapa dos grilhões e alveja o escroto da fera, afinal de contas, você já está apanhando mesmo. A proporção de ingredientes é um para bater e quatro para segurar. Sua amiga, coitada, que não engole sangue de barata, ainda manda uma potente direita na cara do Sr. Antônio, que por isso quase lhe arranca o vestido todo. Saia carregada em molho pardo até o telefone da esquina e disque 190-URGENTE para o 4º Distrito, o mais próximo, e rápido, antes que o fugitivo congele o flagrante. Arme uma salada com a Polo, Camburões e Baratinhas⁴⁴ e seja humilhada com a suspeita de que a vítima é ele (Costa, ChanaComChana, 10, 1986, p. 15).

E as duas foram parar no Instituto Médico-Legal (IML) para fazer um exame de corpo de delito, abrir um inquérito e transferi-lo à Delegacia da Mulher na madrugada. Ou seja, até mesmo os estabelecimentos do gueto, que deveriam ser espaços mais “seguros” para que LGBTs se relacionassem, reproduziram os preconceitos e as discriminações e tiveram suas ações respaldadas pelo autoritarismo e conservadorismo vigentes.

A seção “Em movimento” reportou cinco notícias interessantes relativas ao período de julho a agosto de 1986. A primeira notícia foi sobre a aprovação, pela câmara dos vereadores do município de São Paulo, de um projeto de lei de autoria da vereadora Irede Cardoso, que determinou “a cassação dos alvarás de funcionamentos de estabelecimentos comerciais que venham a praticar discriminações, contrariando o princípio de isonomia” podendo ser utilizado por negros, mulheres e homossexuais como instrumento de denúncias aos estabelecimentos que praticassem discriminações (ChanaComChama, ed. 10, 1986, p. 16).

A segunda notícia foi sobre a implantação de cinco Delegacias de Defesa da Mulher na cidade de São Paulo, com atendimento feito somente por mulheres, em casos de violências

⁴⁴ Polo, Camburões e Baratinha eram os apelidos que os cidadãos davam aos carros utilizados pela polícia na época da ditadura militar.

como lesão corporal, estupro, sedução, atentado violento ao pudor, rapto, ameaça, calúnia, e difamação.

O terceiro comunicado que o *ChanaComChana* reportou foi referente aos acontecimentos envolvendo Rosely Roth, do GALF, e Paulo Bonfim, do GAPA, que foram ao programa da TV Bandeirantes apresentado por Blota Júnior, que havia convidado também o radialista Afanásio Jazadi, para um bate-papo sobre a homossexualidade e a Constituinte. No decorrer do programa, Afanásio levou a discussão ao campo da baixaria, o que inviabilizou uma discussão séria e franca sobre as homossexualidades e a política. Rosely foi impedida pelo apresentador Blota Júnior de dar o número da caixa postal no programa.

O boletim *ChaComChana* informou os números das caixas postais de grupos lésbicos e homossexuais como Terceira Dimensão Gaúcha, Grupo Gaúcho de Lésbicas-Feministas (GGLF), Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia.

Miriam Martinho publicou o diário de campo com o nome “Conferência Lésbica em Genebra”, feito em um evento do qual participou junto com Denise, outra integrante do GALF. Tal evento foi a 8ª Conferência do Serviço de Informação Lésbica Internacional, acontecida entre os dias 28 a 31 de março de 1986 na Universidade de Genebra, Suíça. O evento contou com a presença de 600 mulheres de diversos países, principalmente dos europeus. A organização evento, protagonizada pelo ILIS, arcou com os custos de passagens aéreas e estadia para sete mulheres da América Latina, para sete mulheres negras de países diferentes, para uma da Iugoslávia, para duas mulheres com deficiência física e para sete mulheres da Ásia.

A programação da Conferência contou com debates sobre temas como: lésbicas e o mundo do trabalho; lésbicas na América Latina; construção e fortalecimento do Movimento Lésbico Internacional; lésbicas e deficiências físicas; ação; lésbicas de idade; intercâmbio cultural entre lésbicas; mães lésbicas; lésbicas e luta contra o racismo; lésbicas asiáticas; sexualidade; a interrelação dos “ismos”: racismo, antissemitismo; heterossexismo e classismo; lésbicas do terceiro mundo; revistas e casas publicadoras; nossa saúde; reafirmação de nosso orgulho e poder: a luta contra a opressão internalizada.

Miriam contou que, logo no início do evento, situações envolvendo racismo, classismo e etnocentrismo vieram à tona, quando o debate era sobre lésbicas do terceiro mundo. Uma das organizadoras do ILIS presumiu que na plenária havia somente lésbicas da África do Sul, desconsiderando as inúmeras etnias e países do continente africano. Além disso, houve lésbicas que utilizaram palavras pejorativas para referirem às lésbicas negras.

O debate “Lésbicas na América Latina” foi muito proveitoso, pois Miriam e Denise tiveram oportunidade de estabelecer redes de contato e sociabilidade com outras lésbicas de

países como Peru, México, Chile, República Dominicana e Costa Rica. Na conclusão do debate, ficou claro que era necessário fazer ações conjuntas para fortalecer os movimentos lésbicos no âmbito latino-americano, fato que resultou na proposição de uma conferência lésbica latino-americana no México no ano seguinte, em agosto de 1987.

As lésbicas presentes na conferência fizeram uma passeata que saiu da Universidade de Genebra até um monumento que representa duas mulheres abraçadas segurando uma espada, localizado no centro da cidade. Algumas delas penduraram uma faixa no monumento com os dizeres “Primeiro monumento ao lesbianismo internacional” e “Pelo direito ao asilo político para as lésbicas de todos os países”.

Miriam contou que a reunião das lésbicas asiáticas foi bastante impactante, pois mulheres da Índia, da Tailândia, da China, do Bangladesh e do Japão relataram que em seus respectivos países havia a obrigatoriedade do casamento e que muitas mulheres eram consideradas como seres assexuados. Mesmo que algumas delas tenham saído de seus países de origem e ido morar nos Estados Unidos, tiveram que enfrentar situações de racismo por serem consideradas mulheres de cor.

Além disso, a “Seção Informes” relatou um ato de vandalismo acontecido um dia após o fim da Conferência do Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS). A conferência reuniu mulheres de diversos países que ficaram em abrigos antiatômicos cedidos pela prefeitura da cidade de Genebra, na Suíça. Mulheres de um movimento antinuclear inglês chamado Greehan Common invadiram os abrigos e os depredaram, ocasionando altos prejuízos às organizadoras da conferência.

A entrevista feita por Maria Luiza, com título “Assumindo...”, foi elaborada por meio de questionários às leitoras do boletim e teve como objetivo trazer relatos de experiências sobre a descoberta da sexualidade lésbica. Foram sete perguntas: 1) De que maneira você se “descobriu” lésbica?; 2) Em que época da sua vida isso ocorreu?; 3) Você teve problemas quando se descobriu lésbica? De que tipo?; 4) Você conseguiu resolver os problemas que teve quando se assumiu lésbica?; 5) Especifique o que a descoberta de sua sexualidade representou para você; 6) Quais aspectos positivos e negativos dessa época em que se assumiu? e 7) Como você encara – hoje – esse período de sua vida?.

Os relatos de experiências contados nessa entrevista foram bastante significativos por demonstrarem que existiam diferenças e semelhanças na autodescoberta da sexualidade lésbica. Foi constatado que esse processo não foi tranquilo para as entrevistadas, pelo contrário, elas enfrentaram preconceitos e barreiras como o casamento, o relacionamento com os filhos, a

reação de familiares e amigos, embora todas tenham considerado que, quando se assumiram, ficou menos pesado encarar os problemas, fato que trouxe amadurecimento.

O número onze do boletim *ChanaComChana*, relativo aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1986 e janeiro de 1987, contou com 32 páginas. As seções que não eram fixas, como as matérias, as reportagens, as entrevistas, os ensaios, entre outras, foram escritas em uma coluna. Já as seções fixas como “Em movimento” e “Dicas de leitura” foram elaboradas em duas colunas e “Troca-cartas” contou com três colunas. Nessa edição, Rosely contou como foi o “8º Encontro Nacional Feminista” em seis páginas. As seções “Poesia” e “Dicas de leitura”, elaboradas pelo conselho editorial, ocuparam duas páginas. O artigo “Nossos direitos”, escrito por Zinéia, foi escrito em uma página. A “Entrevista com candidatas”, elaborada por Rosely, Maria Luiza e Célia, contou com doze páginas. A seção “Em movimento” foi escrita por Miriam em três páginas. O relato de uma associada do GALF e assinante do *ChanaComChana*, com o título “É assim mesmo?...”, foi redigido em duas páginas. O artigo de Célia, com o título “Outras mulheres”, ocupou duas páginas, e a seção “Troca-cartas” totalizou três páginas.

O 8º Encontro Nacional Feminista aconteceu entre os dias 7 e 10 de agosto de 1986 no SESC de Petrópolis (RJ). Segundo Rosely, quatro mulheres do GALF puderam comparecer no evento. As oficinas foram divididas em três temas. O primeiro foi “Construindo nossa identidade”, com as seguintes oficinas: “Nós e o trabalho”, “Nós e os meios de comunicação”, “Nós e a nossa sexualidade”, “Nós, a arte e a cultura” e “Nós e o feminismo”. O segundo tema foi “Usos e abusos do nosso corpo”, com oficinas como “Nós e a saúde” e “Violência, racismo, sexismo, ecologismo e pacifismo”. O terceiro tema, “Relações de poder”, contou com oficinas como “As relações de poder entre nós”, “Entre nós e o Estado”, “Entre nós e as nossas famílias” e “Entre nós e as organizações da sociedade civil”.

Rosely contou que as quatro mulheres do GALF elaboraram e coordenaram a oficina sobre lesbianidades, à qual compareceram 92 mulheres, tanto heterossexuais quanto lésbicas. De início, as coordenadoras da oficina contaram a história do GALF e depois separaram as participantes em quatro grupos para discussão e produção de cartazes sobre o que foi conversado em cada grupo.

Para o GALF, a oficina foi proveitosa porque esclareceu vários pontos sobre as vivências lésbicas para as 92 mulheres, entretanto, muito tempo foi usado para explicações “educativas” para as mulheres heterossexuais, que queriam saber como duas mulheres faziam sexo, como era o gueto lésbico, como se comportar em tais ambientes etc. Rosely disse, como sugestão para os encontros feministas seguintes, que seria mais proveitoso se tivesse um espaço de discussão exclusivo para as lésbicas falarem sobre suas especificidades.

O artigo de Zinélia, leitora do *ChanaComChana*, intitulado “nossos direitos”, propôs que a homossexualidade fosse “considerada juridicamente e não como fato”, como forma de proteção e garantia da participação política e também como meio de deixar de ser considerada perversão, anomalia sexual, transtorno, entre outros. A sugestão da autora foi a alteração do artigo 153 da Constituição, especialmente no que concerne ao princípio de isonomia: “Todos são iguais perante a Lei...”, acrescentando “a punição contra todas as espécies de discriminação, inclusive aos homossexuais” (Zinélia, *ChanaComChana*, 11, 1987, p. 10).

Rosely, Maria Luiza e Célia entrevistaram no Ferro’s Bar três candidatas ao poder legislativo: Cassandra Rios, Irede Cardoso e Dulce Cardoso. Cassandra Rios era lésbica, escritora e se candidatou a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT. Irede Cardoso era jornalista e parlamentar e tinha como pautas a defesa dos direitos das mulheres e da população LGBT. Candidatou-se a deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Dulce Cardoso, feminista e militante do movimento negro, pleiteou o cargo de deputada federal pelo PT.

Os deputados federais eleitos ficariam responsáveis pela construção da Constituição de 1988 na Assembleia Nacional Constituinte e os estaduais, pelas constituintes estaduais. Assim sendo, as entrevistadoras perguntaram sobre propostas para a população negra, LGBT, indígena, para as mulheres e para o meio ambiente.

A seção “Em movimento”, redigida por Miriam, mencionou notícias como os recentes retrocessos da sociedade norte-americana quanto às homossexualidades. A Suprema Corte ratificou a validade de leis contra a sodomia presentes em 24 dos 50 estados dos Estados Unidos, “abrindo perigoso precedente que permite a qualquer tribunal sentenciar a 20 anos de prisão pessoa pega em flagrante ‘delito de homossexualidade’ em sua própria casa. Belo tapa na cara dos defensores da existência de uma tal de ‘opção sexual’” (Martinho, *ChanaComChana*, 11, p. 23). Ainda em relação aos EUA, o senador Lyndon LaRouche, do estado da Califórnia e de extrema-direita, propôs colocar pessoas vítimas do HIV/AIDS em quarentena, ou seja, em uma espécie de campo de concentração.

Outra notícia que chegou a Miriam foi que o ILGA havia recolhido informações do mundo todo sobre LGBTs que estavam em situação de cárcere, com o objetivo de encaminhar a lista dos prisioneiros à Anistia Internacional. Embora a Anistia Internacional ainda recusasse conceder ajuda humanitária aos homossexuais condenados em virtude da orientação sexual, naquele momento estava desenvolvendo uma pesquisa sobre as detenções de homossexuais para ver a possibilidade de mudança na política interna da organização.

Ainda na seção “Informes”, o ILGA aprovou, na última reunião realizada em Copenhague, na Dinamarca, a proposta do Movimento Homossexual e Lésbico do Peru (MHOL-Peru) de “incorporar mais grupos latino-americanos à sua estrutura através de um organismo coordenador chamado Projetos Gêmeos” (Martinho, ChanaComChana, 12, 1987, p. 23). O objetivo era que os grupos lésbicos e gays europeus financiassem, por meio de uma cota anual de U\$75, grupos latino-americanos para troca de materiais, ações conjuntas e informações entre os “gêmeos”.

O texto “É assim mesmo?...”, de uma assinante do *ChanaComChana* chamada Marina, foi resultado de uma troca de correspondências com o GALF cuja narrativa foi a história de Lete, uma adolescente lésbica que procurou o plantão em que Marina trabalhava voluntariamente e relatou ter sido violada sexualmente por “quatro moças”. As cenas de violência sexual foram narradas com bastantes detalhes, fato que gerou grande debate entre as integrantes do GALF quanto à história. Miriam comentou que:

Muito impressionadas também, pedimos a Marina que descrevesse o caso em um artigo para o Chana com o objetivo de iniciar uma discussão sobre a reprodução dos papéis machistas entre lésbicas.

Temos dúvidas quanto à veracidade da história contada por “Lete” não só porque parte da imagem estereotipada da lésbica como essencialmente violenta e que quer imitar os homens como também porque, na realidade, casos de estupro – pelo que sabemos – são raríssimos entre mulheres e parecem estar mais confinados a prisões e Febens da vida. De qualquer maneira, entretanto, o artigo de Marina segue como alerta contra a simples possibilidade de este “tipo de coisa” acontecer entre lésbicas e como uma proposta de que nossos relacionamentos se pautem pelo respeito à integridade física e psicológica de nossas companheiras e amigas (Martinho, ChanaComChana, 11, 1987, p. 26).



Figura 14. Edição nº 10 do *ChanaComChana*, referente aos meses de junho a setembro de 1986, e edição nº 11, de outubro de 1986 a janeiro de 1987.

O 12º número do boletim *ChanaComChana* foi, na verdade, a última edição do *ChanaComChana*, que estava em transição para o boletim *Um Outro Olhar*. Ao mesmo tempo em que a militância política passava por transformações, como o fim do GALF e o início da Rede de Lésbicas Um Outro Olhar, o boletim passou pelo mesmo processo. No que pareceu, foi Miriam Martinho quem deu continuidade à militância política e ao boletim e jornal *Um Outro Olhar*.

O boletim nº 12 foi publicado com referência aos meses de fevereiro, março, abril e maio de 1987. Miriam escreveu o artigo “Feminismo e lesbianismo: qual a relação”, que contou com oito páginas escritas em uma coluna. A seção “Poesia” contou com uma página e “Dicas de leitura” com uma página e meia. O artigo “Não leia! Linguagem e repressão” foi escrito por Célia em três páginas e meia. A matéria “Balanço das eleições” foi desenvolvida por Rosely e contou com sete páginas escritas em uma coluna. A seção “Em movimento” foi redigida por Miriam em duas colunas, em duas páginas. A entrevista feita pelo GALF com o título “Sexualidade e saúde” estendeu-se por onze páginas e, por fim, a seção “Troca-cartas” foi escrita em uma página, em três colunas.

O artigo “Feminismo e lesbianismo: qual a relação” falou sobre a tensa relação entre as lésbicas e o movimento feminista. Miriam sintetizou que, apesar de as lésbicas tentarem abordar

as lesbianidades nos encontros feministas, se sentiam em “uma espécie nova de gueto e talvez até um gueto mais restrito, pois majoritariamente frequentado por mulheres brancas, de classe média” (Martinho, ChanaComChana, 12, 1987, p. 12).

Dito de outro modo, a autora entendeu que o movimento feminista nessa época passava por um processo de desarticulação política não no sentido de esvaziamento, mas pelo “nível de comunicação entre as entidades e de encaminhamento de lutas conjuntas [que] anda[va] muito devagar. Esse contexto pode explicar, em parte, os ‘silêncios’ do feminismo nacional em relação às questões lésbicas” (Martinho, ChanaComChana, 12, 1987, p. 4).

Miriam, nesse artigo, demonstrou, através de vários exemplos, a íntima relação entre o lesbianismo e o feminismo. Para ela, “as mulheres lésbicas vêm também construindo a sua própria concepção de feminismo através da análise da situação das mulheres em suas respectivas sociedades e do lugar que ocupam as lésbicas neste contexto” (Martinho, ChanaComChana, 12, 1987, p. 5).

Ao concluir o texto, Miriam tocou na questão do relacionamento político entre as lésbicas e os gays em grupos mistos. Ao pontuar os motivos pelos quais as lésbicas optaram pela autonomia quando atuavam no SOMOS e deram início à militância política autônoma, Miriam disse que:

Construir nossa identidade, a partir do reconhecimento das diferenças que temos em relação a outros grupos discriminados não significa fechar as portas na cara de ninguém, muito pelo contrário, significa apenas saber direitinho quando, com e para quem abrir a porta de nossa solidariedade (Martinho, ChanaComChana, 12, 1987, p. 8)

O artigo de opinião “Não leia! Linguagem e repressão”, redigido por Célia, foi sobre o tratamento dado às lésbicas nos meios de comunicação, na literatura e no cinema, em que elas eram normalmente tratadas como objeto de fetiche do prazer masculino.

Rosely, nessa edição, voltou à questão da Constituição, trazendo um balanço do resultado das eleições de 1986. Nessa matéria, intitulada “Balanço das eleições”, ela trouxe a informação de que nenhuma das candidatas entrevistadas no boletim havia sido eleita.

A esmagadora vitória do PMDB que, junto com o Partido da Frente Liberal totaliza 77% das cadeiras do Congresso Constituinte, deixa entrever um perfil bastante conservador para esta nossa 8ª Constituição. A meu ver, é quase impossível que a reivindicação do Movimento Homossexual, um item que criminaliza toda e qualquer discriminação devido à orientação sexual, seja aprovada nesta Assembléia Nacional Constituinte. Podemos tentar conversar com as (os) candidatas (os) eleitas (os) pelo PT (o partido . . . tem no seu programa a defesa dos direitos das “minorias”) . . . A questão é saber (e ver

para crer) se algum deles assume levar, com convicção, a nossa proposta, nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte (Roth, ChanaComChana, 12, 1987, p. 22).

O fato de um movimento autônomo como o GALF se interessar pelo sistema representativo formal como as eleições e os partidos políticos pode ter relação com uma série de debates ocorridos em agosto de 1982, época pré-eleitoral, na ocasião em que o filósofo francês Félix Guattari veio ao Brasil. Esse fato foi noticiado na 3ª edição do boletim *ChanaComChana*:

Guattari surpreendeu a todos dizendo-se [sic] impressionado pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e colocando a necessidade de criação de algum tipo de articulação entre as lutas moleculares (grupos alternativo, por exemplo) e as molares (os partidos, por exemplo) o que foi traduzido pelo tiete nativo como: “As revoluções moleculares não levam a nada”. Outra declaração surpreendente de Guattari foi seu elogio a um grupo francês homossexual cujo trabalho principal centrava-se no estudo das leis discriminatórias contra os bichas, trabalho de caráter reformista considerado por muitos militantes brasileiros absolutamente sem valor (Martinho, ChanaComChana, 3, 1983, p. 5).

Na seção “Em movimento”, escrita por Miriam, o *ChanaComChana* informou que o GALF se associara ao ILGA como resultado da proposta levada pelo Movimento Homossexual e Lésbico do Peru, já mencionada neste capítulo, “de incorporar mais grupos latino-americanos à sua estrutura através de um organismo coordenador chamado Projetos Gêmeos” (Martinho. ChanaComChana, 12, p. 23). Nesse projeto, o grupo sueco RFSL-Malmö patrocinou o GALF. Outros quatro grupos homossexuais latino-americanos também foram “geminados”, como o Comunidade Homossexual Argentina; o Grupo Pólen, do México; o Grupo Escorpio, do Uruguai e o MHOL, da Costa Rica. Os grupos europeus que os patrocinaram foram, respectivamente, o DNF-48, da Noruega; o RFSL-Lund, Suécia e o FHO, da Noruega.

A entrevista do GALF com o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde foi detalhada na matéria “Sexualidade e saúde”. As entrevistadoras se encontraram com Maria José e Melody, do Coletivo Feminista de Saúde. Nas palavras das entrevistadoras, “o trabalho do Sexualidade e Saúde faz parte de um movimento internacional de mulheres no sentido de recuperar uma arte que sempre foi nossa e que por séculos de repressão conseguiram quase apagar: a arte de curar, com plantas, ervas” (Editorial. ChanaComChana, 12, 1987, p. 25).

Este coletivo surgiu com a proposta de capacitar mulheres para atuarem na área da saúde por meio de um ambulatório no Grajaú, na periferia de São Paulo, onde eram disponibilizadas consultas ginecológicas com médicas, enfermeiras e paramédicas. O ambulatório era também

um espaço que conjugava os saberes sobre a saúde da mulher e a perspectiva feminista, envolvendo discussões grupais sobre ginecologia, educação e sexualidade.

Em relação às poesias, inúmeras mulheres dedicaram versos sobre lesbianidade, amor, sexo, prazer, desejo, preconceito, religião, moral, entre outros temas. Segue a definição da seção “Poesia” para o editorial do *ChanaComChana*: “Este é um espaço para nós mulheres lésbicas, falarmos de como é bonito, sensual, gostoso e ótimo amar outras mulheres. Tire seus sentimentos da gaveta e os envie para nós podermos publicá-los com muito prazer” (Editorial, *ChanaComChana*, 1984, 5, p. 6). As poesias produzidas por essas mulheres anônimas e desconhecidas fizeram parte do contexto de criação sociocultural peculiar da época: a poesia marginal. Nas palavras de Santos (2010, p. 93), “nessa atmosfera de violência e vigilância, os poetas marginais apresentavam modos irreverentes de agir e pensar, transvalorando os valores dominantes. Seus poemas estimula[va]m o olhar para temas tabus não abordados abertamente pela sociedade brasileira conservadora.” Não querendo reduzir a importância da produção poética das lésbicas dessa época a apenas um parágrafo, é preciso dizer que seria necessário realizar uma pesquisa inteira dedicada à análise desse material, dada a profundidade e diversidade dos poemas.

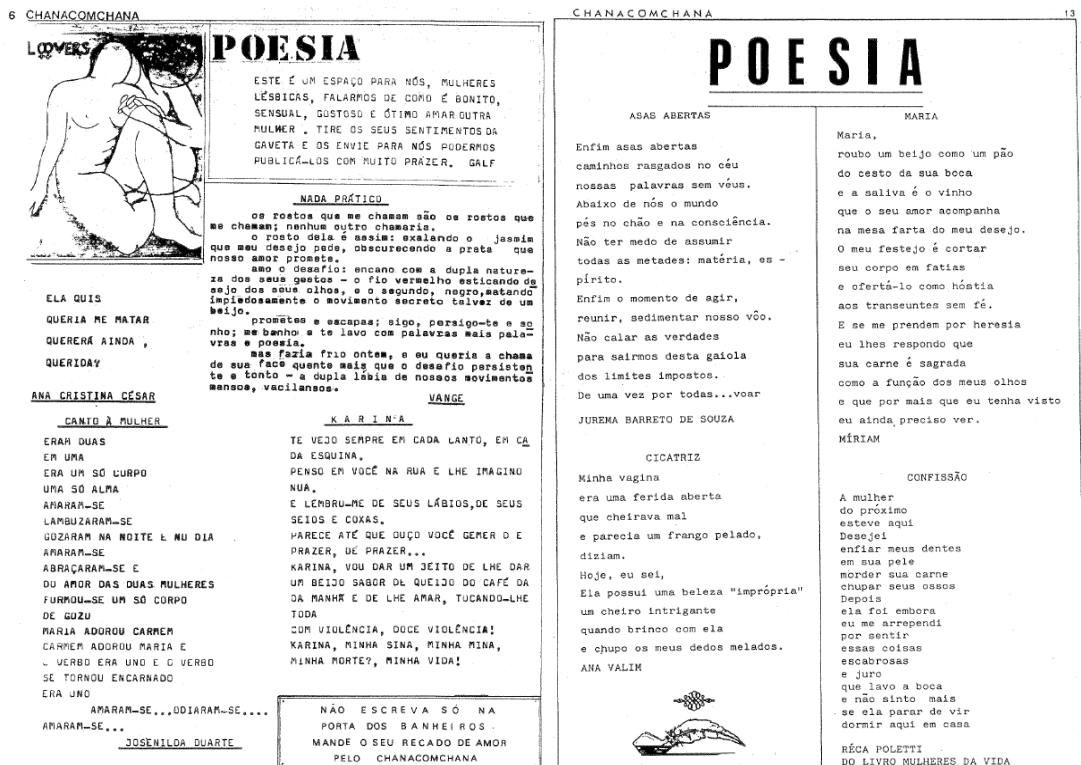


Figura 15. Seção “Poesia” das edições nº 5 e nº 9, respectivamente, do boletim *ChanaComChana*.

Quanto à seção “Cartas”, nela as leitoras davam opiniões e sugestões relativas à estrutura e ao conteúdo do boletim. Com o tempo, o formato de cartas cedeu lugar ao formato de troca-cartas, que era um espaço destinado ao contato entre as assinantes do boletim. Quem quisesse se corresponder, anunciava o nome e o endereço para a troca de cartas. Um anúncio significativo da 9ª edição demonstra bem a função desse espaço: “Gostaríamos de manter relações de amizade com casais de entendidas que gostem de música, boates, jogos e que queiram frequentar nosso ap. [sic] nos fins de semana. Leda e Josélia” (ChanaComChana, 9, 1986, p. 27).

O boletim tinha um espaço para a divulgação das atividades que o GALF realizava, como reuniões, shows, bingos, festas. Além disso, estabelecimentos voltados para o gueto lésbico pagavam uma quantia para fazer propaganda, como o Ferro’s bar, o bar Canapé, o Enfin’s bar, a boate Bughouse, a sauna Thermas Danny, o bar For Us, entre outros.

The image shows three distinct sections from the 7th issue of the magazine 'ChanaComChana':

- TROCA CARTAS:** A list of names and addresses for exchanging letters. It includes names like Albertina Mendes, Anareide Freitas de Souza, Cris, José Monteiro, Elizabeth Lozano, Malala, Lúcia Cristina Carvalho, Luzia Acácio, Marcia Soares Gomes, Marlene de Souza, M. Kitoko, Neusa, Regina Macedo, and Rosana. Each entry provides a name, address, and postal code.
- * ANÚNCIOS:** A section for advertisements. It features 'Já chegou' (It's here) for 'Já chegou' magazine, 'FERRO'S BAR RESTAURANTE - PIZZARIA' with contact information, and 'CANAPÉ' with a small illustration and text about a 'pedacinho de seu mundo'.
- ASSINE CHANA COM CHANA:** A large advertisement for subscriptions. It features a drawing of two women embracing. The text asks for a check in the name of GALF to be sent to Caixa Postal 62.618, CEP 01000, São Paulo, SP. It lists subscription rates: Annual (5 issues) for R\$8,000.00, previous numbers (6 issues) for R\$9,000.00, and Annual for the exterior (Europe, 5 issues) for US\$1. It includes fields for Name, Address, City, and State.

Figura 16. Seções “Troca-cartas” e “Anúncios” da edição nº 7 do ChanaComChana.

Toda edição continha uma lista de livros, artigos e periódicos voltados para questões de gênero e sexualidade, com publicações como: “O que é homossexualismo”, de Peter Fry e Edward MacRae; “Viva Sapata”, de Rita Mae Brown; “Jacarés e Lobisomens”, de Leila

Míccolis e Herbert Daniel; “Coming to Power”, editado por integrantes do grupo lésbico-feminista e sadomasoquista denominado Samois; “Pleasure and danger: exploring female sexuality”, editado por Carole Vance; “Sobre mentiras, secretos y silencios” e “Heterossexualidad Obligatoria” de Adrienne Rich; “Les Guérillères”, de Monique Wittig, entre outros. As integrantes do GALF traduziram por conta própria diversos textos estrangeiros para o português, com o objetivo de fazer a recepção do conhecimento sobre as lesbianidades no Brasil e também para se comunicarem com as organizações internacionais com as quais elas mantinham contato.

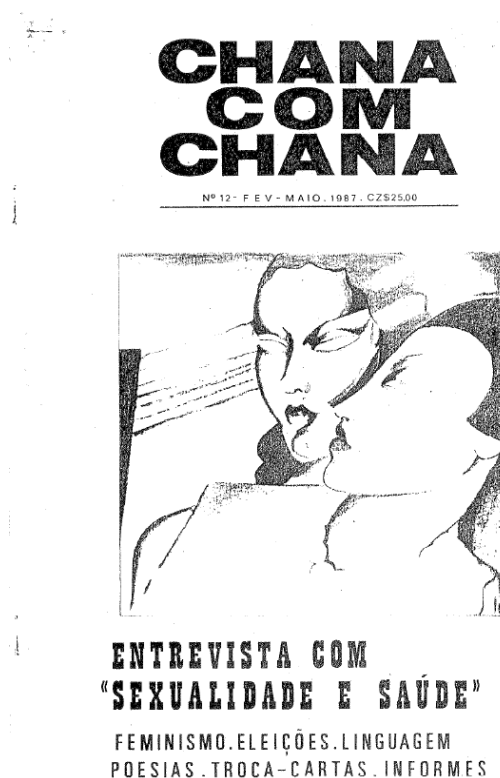


Figura 17. Edição nº 12 do *ChanaComChana*, referente aos meses de fevereiro a maio de 1987.

A produção desenvolvida pelo GALF ao longo dos sete anos foi fundamental para a sobrevivência de sociabilidades libertárias que questionaram e deslocaram o lugar comum atribuído às mulheres que se relacionavam com mulheres: o da invisibilidade. O arsenal político utilizado por elas para enfrentarem a solidão, o isolamento e o silêncio foi a escrita. Elas perceberam a imensa dificuldade que era as lésbicas falarem de si e por si mesmas e se relacionarem no cotidiano devido à censura, à vigilância e ao policiamento de seus modos de vida. Ou seja, elas se apropriaram da invisibilidade e a subverteram, utilizando-a como recurso

para construir redes de relacionamentos lésbicos por meio de caixas postais e trocas de correspondências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de registrar as experiências lésbicas na ditadura militar (1964-1988), esta dissertação percorreu três campos distintos: os discursos e as práticas institucionais do regime militar, especificamente as práticas normativas de regulação de gênero e sexualidade; o exercício político do nascente movimento homossexual, como aquele do grupo SOMOS e, em específico, das lésbicas que atuaram no GALF; suas produções escritas através do boletim *ChanaComChana*. A intenção foi observar como tais campos se relacionaram, articularam e inter cruzaram no sentido da produção de subjetividades.

Partindo da premissa de que a norma se efetua na intersecção entre o poder disciplinar e a biopolítica e versa sobre a lógica de organização de um governo sobre a população (Foucault, 1999), a ditadura militar foi analisada no âmbito da produção de discursos sobre o sexo e a sexualidade, no sentido de regular normativamente as condutas comportamentais da população brasileira, que naquele momento – de meados dos anos 1960 a 1980 – se encontrava em franca transformação sociocultural.

Foi observado que tais décadas foram marcadas pela efervescência política e cultural oriundas da modernização dos processos de produção capitalista, permitindo a produção e a circulação de bens de consumo no campo da indústria cultural. Isto é, ao mesmo tempo, ocorreram a proliferação de jornais, revistas, programas de televisão, rádios, cinema etc., e a forte mudança nos hábitos comportamentais e de consumo da sociedade brasileira.

Em decorrência desse processo, diversos sujeitos, especialmente a juventude, com maior acessibilidade aos recursos culturais e materiais, tencionaram alguns valores tradicionais como sexo, casamento e filhos; o número de mulheres no mercado de trabalho e nas universidades aumentou consideravelmente, o acesso à pílula anticoncepcional possibilitou a elas a separação do sexo da reprodução; o consumo de drogas passou a fazer parte do cotidiano; a população LGBT começou a circular em espaços públicos, como bares, boates, casas de shows, saunas.

No caso das lésbicas, com o advento das mudanças socioculturais, elas passaram a se relacionar para além da esfera privada. Ainda que convivessem com outras mulheres lésbicas de maneira escondida, reservada e discreta em ambientes semipúblicos, sentiram a necessidade de expandir suas redes de relacionamentos, concentrando-se nos guetos espalhados pelo centro da cidade de São Paulo. O circuito que fazia parte das sociabilidades lésbicas no gueto era as proximidades da Rua Martinho Prado, localizada no bairro Bixiga, onde se encontravam os bares como Canapé, Cachação, Último Tango, Ferros's Bar, Enfin's bar, Julio's bar, Bexiguinha, entre outros.

O fato é que as elites políticas e militares sentiram-se ameaçadas com as mudanças sociais e culturais percebidas, isto é, conjecturaram que seus projetos políticos de construção de um ideal de nação corria perigo naquele momento, fazendo com que mobilizassem seus recursos materiais e simbólicos com o intento de “preservar” o caminho traçado para o Brasil. Tais recursos eram alicerçados no anticomunismo, no autoritarismo, na branquitude, na moralidade sexual conservadora – como os “bons costumes”, representados pela família nuclear, monogâmica e heterossexual – de modo a ordenar a sociedade no enrijecimento das hierarquias sexuais, raciais e de gênero.

No que tange ao campo da sexualidade, com os militares no poder – que consideravam as práticas sexuais fora da heterossexualidade como complô comunista para a destruição da família e do Estado –, foi possível colocar tais recursos em prática. Adotaram uma série de medidas institucionais e extralegais para empurrar as manifestações de gênero e de sexualidade dissidentes à esfera privada e para a fabricação de subjetividades em larga escala mediante tecnologias normativas forjadas na caserna.

Ao analisar discursos de relatórios, trabalhos e conferências produzidos por ideólogos da ESG, Cowan (2007, 2012, 2014) constatou que as manifestações públicas de comportamentos da juventude e de outros segmentos considerados moralmente perigosos pela ESG foram minuciosamente examinadas, investigadas, dissecadas e classificadas, posto que tais registros tinham por objetivo informar e prescrever as linhas de ação de diversas agências do governo militar.

No fim do ano de 1968, o AI-5 foi decretado, significando que as forças políticas representadas pela predominância da “linha dura” pautaram ideologicamente a “utopia autoritária”, com pretensões homogeneizadoras e totalizantes no que diz respeito à eliminação de qualquer tipo de empecilho a tal projeto político (Quinalha, 2017; Fico, 2004, 2014). Assim, a ditadura militar se reorganizou e estabeleceu diretrizes para a centralização da propaganda política, da vigilância e/ou espionagem, da censura e do policiamento político e moral.

Com as análises feitas por Quinalha (2017), foi observado que a gestão dos corpos dissidentes se deu de maneira mais sistematizada no período da abertura política, por meio do expurgo de servidores públicos considerados “imorais”; das censuras a músicas, programas de televisão, revistas e jornais, livros, shows, peças de teatros e filmes; das rondas policiais visando a repressão a travestis, lésbicas, prostitutas, michês e gays; da prisão sumária por “vadiagem”; da vigilância e da espionagem de organizações de LGBTs na abertura política, entre outros.

No campo da censura, foi verificado que Cassandra Rios, além de ter 36 livros censurados, passou por humilhações e diversos tipos de violência, como a física, a simbólica, a

psicológica e, inclusive, a patrimonial, justamente porque a autora escrevia sobre vivências afetivas e sexuais entre mulheres, ou seja, por Cassandra ter dado visibilidade às existências lésbicas através da literatura. Músicas que retratavam as lesbianidades foram censuradas, como a canção “Bárbara”, do Chico Buarque, e “Franchitude de Francha”, de duas integrantes do GALF. Missivistas encaminhavam cartas ao DCDDP exigindo mais rigor na censura a temas comportamentais, principalmente aqueles referidos às sexualidades dissidentes nos programas de televisão, como, por exemplo, no programa da Hebe Camargo, quando Rosely Roth declarou sua sexualidade publicamente e passou o número da caixa postal do *ChanaComChana*.

Foi constatado também que militares espionavam e vigiavam as experiências políticas de lésbicas com o intuito de encaminhar relatórios detalhados para outras agências militares. Foram relatas diversas situações de espionagem, como nas atividades de que o GALF participou, como o I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, o I EGHO, o III Encontro da Mulher Paulista, entre outros.

As rondas policiais nos guetos do centro de São Paulo foram práticas sistemáticas de regulação sexual nos espaços públicos, com a detenção arbitrária de centenas de LGBTs que frequentavam bares, boates, parques e saunas. Incluiu-se aí a Operação-Sapatão, cujo aparato militar foi montado para atuar, especificamente, na repressão às sociabilidades lésbicas.

Por esses exemplos, pode-se dizer que, em relação às lésbicas, o regime militar atuou, de um lado, no sentido de calar, abafar e ocultar suas existências, e, de outro lado, de modo a reforçar, reiteradamente, a masculinidade hegemônica, a heterossexualidade e a virilidade. Ou seja, percebe-se que as existências lésbicas foram consideradas uma afronta aos padrões sexuais e de gênero impostos pelo regime militar.

Conforme argumentado por Quinalha (2017), além de uma regulação no campo das tradicionais “liberdades políticas”, houve também uma forma concreta de regulação das sexualidades. Isso significa dizer que foi possível existir “liberação dos costumes” mesmo em um regime autoritário, sendo importante demarcar que esta foi vocalizada em uma arena bem específica: a contracultura.

Ao mesmo tempo em que ocorria, em meados dos anos 1970, o auge da repressão política e do “milagre econômico”, a ascensão do consumo no campo da indústria cultural possibilitaria, alguns anos depois, a explosão de expressões contraculturais, com o surgimento da imprensa alternativa, das experimentações artísticas marginais e dos movimentos sociais logo no início da abertura política.

Ao analisar o momento da distensão da ditadura militar, iniciada em meados de 1976 pelo governo de Geisel, foi examinado que as ações repressivas continuaram, ocasionando as

mortes de Herzog e Fiel Filho. O fim do “milagre econômico”, por sua vez, resultou na alta inflação e na concentração de renda entre os mais ricos. Além disso, o MDB começou a pressionar o Congresso para a maior liberação do regime. Assim, amplos setores da sociedade se mobilizaram exigindo a volta da democracia. Tal evento ficou conhecido pelas campanhas Diretas Já!. Ou seja, pode-se dizer que, nesse contexto, foram movimentadas várias frentes de luta e emergiu a pluralidade de atores sociais em busca da liberdade política e social, tendo como exemplo a aparição de movimentos minoritários, que desde então se encontravam à margem do sistema político, como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBT.

Dentre os movimentos LGBTs, destaca-se o grupo SOMOS, surgido em 1979. Importa esclarecer que o jornal *Lampião da Esquina* fazia parte da imprensa alternativa e caminhou junto com os movimentos LGBTs. Tanto o SOMOS quanto o *Lampião* eram intrinsecamente ligados às práticas artísticas marginais e contraculturais, imprimindo uma característica antiautoritária, no sentido de que ia de encontro às hierarquias de poder. O eixo central do SOMOS era dar outro significado às sociabilidades homossexuais, uma vez que os integrantes consideravam o gueto limitante porque era mediado pelo consumo e era despolitizado. Em outras palavras, foi constatado que a intenção do SOMOS era lançar mão de estratégias para a saída do gueto com a politização das expressões de gênero e sexualidades dissidentes (Souza, 2013).

Em virtude da proliferação de atores políticos com a redemocratização, o SOMOS enfrentou rixas e disputas tanto interna quanto externamente. No campo interno, apareceu a clivagem entre os anarquistas/autonomistas, os marxistas/trotskistas e as lésbicas do subgrupo Lésbico-Feminista. Já no domínio externo, ficou evidente a contraposição dos métodos políticos frente à ditadura, que girou entre as lutas gerais, representadas por partidos e organizações de esquerda, e as lutas específicas, identificadas pelos movimentos feministas, negros e LGBTs. Tal configuração reverberou na dinâmica interna do SOMOS, que acabou dividido, dando origem ao grupo Outra Coisa – Ação Homossexual e ao GALF.

O subgrupo Lésbico-Feminista (LF) nasceu porque as lésbicas que atuavam no SOMOS não encontravam um espaço de acolhimento e de escuta em virtude da misoginia e da lesbofobia praticadas por homens gays. Recorrendo às análises elaboradas por Pinafi (2011), ficou explícito que os processos identificatórios eram apoiados pelo androcentrismo, pelo heterocentrismo e pela homofobia, isto é, as lésbicas sentiam-se invisíveis no SOMOS porque os homens as subordinavam e reiteravam a superioridade masculina ao chamá-las de

“rachadas”, ao passo que hierarquizavam as sexualidades ao considerarem as lésbicas históricas e radicais.

Quando o GALF tornou-se autônomo, com a saída do grupo SOMOS, atuou pela proximidade com os movimentos feministas, participando de vários eventos, como o II e o III Congresso da Mulher Paulista e o I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo. Ainda que as lésbicas se sentissem mais acolhidas pelas feministas, encontraram muitas dificuldades para a inserção da discussão sobre a lesbianidade, uma vez que muitas feministas praticavam a homofobia, vide os acontecimentos do II e do III CMP. O GALF constatou que suas demandas não eram acolhidas pelos movimentos feministas ao perceber que as discussões, os encaminhamentos e as ações eram voltados para a sexualidade heterossexual, focando em assuntos como a esterilização, a gravidez e o parto, muito embora elas tenham reconhecido que a introdução do assunto da sexualidade feminina nos movimentos feministas contribuiu para o autoconhecimento de muitas mulheres, gerando maior autonomia de seus corpos.

O GALF produziu o boletim *ChanaComChana*, que circulou entre os anos de 1981 e 1987. Foi observado que o grupo esteve localizado no coração da imprensa alternativa e da contracultura, ou seja, que as influências políticas do grupo foram orientadas para as sociabilidades libertárias. Além disso, o GALF percebeu que, com as ações repressivas do regime militar, como a censura, a repressão e a vigilância, as lésbicas se fecharam em ambientes mais intimistas e discretos, fazendo com que poucas se engajassem em algum movimento político. Então, ao produzirem o boletim *ChanaComChana*, encontraram outra forma de se relacionarem com as mulheres, isto é, encontraram um recurso para sair da solidão, do isolamento e do silêncio (Maia, 2017).

O boletim *ChanaComChana* foi pioneiro para as lésbicas da época porque foi um intermediador de relacionamentos entre mulheres, conforme se observou nas seções “Troca cartas”, “Anúncios” e “Informes”. Em outras palavras, o boletim conectava lésbicas de vários lugares do Brasil, e até mesmo no exterior, e abordava os vários aspectos das vivências lésbicas, como as relações no trabalho, na universidade, nos partidos, nas organizações autônomas; com a família, com os amigos, com as companheiras, com o chefe, entre outros. Em outras palavras, conclui-se que, ao mesmo tempo em que a ditadura abortou experiências com o golpe de 1964, ela radicalizou outras (Figari, 2007).

Por meio do boletim, foi notado que o GALF teve uma vida política muito intensa, apesar do pouco registro histórico sobre suas atividades. Talvez seja importante frisar que a invisibilidade de suas histórias não ocorreu somente no domínio institucional, como nas ações repressivas da ditadura militar, mas também em ambientes de militância política, como na

misoginia, no machismo e no heterossexismo presentes nas relações com o movimento LGBT misto e com os movimentos feministas, passando pelas relações com a família, com os colegas da faculdade, nos ambientes de trabalho, nas universidades, entre outros.

Os exemplos podem ser vistos nos relatos de experiências dessas mulheres ao narrarem episódios como a censura no programa da Hebe, no I Festival de Música da Mulher; a violência e o assédio no Ferro's bar; a violência policial dos camburões de Richetti; as ameaças de demissão por lesbofobia recebidas por uma das leitoras; a proibição do futebol feminino por ser considerado um esporte praticado por lésbicas; o preconceito e a estereotipação descarados na entrevista sobre a peça de teatro "Fim de Caso"; o racismo de lésbicas brancas europeias do ILGA contra as negras na conferência em Genebra; relatos de internação psiquiátrica pelas leitoras, entre outros.

Ao conhecer as experiências lésbicas, foi verificado que, nesse contexto histórico marcado pela ditadura, ocorreram mecanismos de silenciamentos em vários níveis e de maneiras diversas: desde os mais explícitos, como as rondas policiais que as levavam presas, passando pela censura na música, na televisão, nos livros, nas revistas; atravessando para além do aparato militar, com partidos políticos, que as hostilizavam e faziam exposição pública para a imprensa amarela e para a grande imprensa, inclusive nos movimentos feministas e LGBTs, com a desconsideração de suas demandas, e até os mecanismos mais sutis e sofisticados, com a convivência nas relações amorosas, nas familiares, nas relações de trabalho, na maternidade.

Constata-se que na ditadura militar, com os discursos e com as práticas institucionais, a homofobia foi uma política de Estado, isto é, ela foi institucionalizada e naturalizada como prática cultural, fato que contribuiu significativamente para a internalização do conservadorismo e do autoritarismo como modos de vida da população como um todo. Foi observado também que, na época da ditadura, ser lésbica era fazer oposição ao autoritarismo do Estado, nas relações familiares, nos partidos políticos. Ao proporem a eliminação das hierarquias de gênero e de sexualidades, elas colocaram as ideias libertárias – adquiridas com as leituras de feministas e lésbicas e com o intercâmbio de experiências com outros grupos lésbicos nacionais e internacionais – em prática.

As lésbicas do GALF, ao contarem suas vidas no *ChanaComChana*, expuseram as nuances da política sexual da ditadura, representada simbolicamente pelo poder masculino, branco, viril e heterossexual, forjado pelo *ethos* militar. Ou seja, sob o ponto de vista das lésbicas, observa-se que tal política foi culturalmente produzida através de gerações de homens formados na caserna, caracterizados pela obediência, pela disciplina, pela hierarquia e pela virilidade.

Analisando as experiências lésbicas na ditadura, tendo como ponto de partida o uso de uma métrica como verificação de regimes políticos, a política de gênero e sexualidade da ditadura militar ficou mais exposta – devido às ações opressivas sobre as sexualidades – ao passo que, olhando para hoje, com experiências democráticas, as práticas do regime de gênero e sexualidade são bem mais sutis, sofisticadas, escamoteadas com mais facilidade e difíceis de serem visualizadas.

REFERÊNCIAS

Almeida, G. (2005). *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

Araújo, M. P. (2000). *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Azevedo, A. (2012). *A normalização do corpo homossexual e suas possíveis subversões*. Dissertação de mestrado em Letras – Departamento de Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ.

Bacchetta, P. (2002). *Rescaling Transnational “Queerdom”: Lesbian and “Lesbian Identitary-Positionalities” in Delhi in the 1980s*. Editorial Board of Antipode, pp. 947-973.

Barbero, G. H. & Dunker, C. (2010). Lesbianismo e visibilidade. *A peste*, 2(1), 21-43.

Brito, A. (2016). *O Lampião da Esquina: Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)*. Dissertação de mestrado em História – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, (42), 249-274.

Campos, N. C. (2014). A participação social das lésbicas através dos grupos políticos: uma luta contra o apagamento histórico das mulheres homossexuais. *Revista Plurimus Cultura e Desenvolvimento*, 6.

Cardoso, E. (2004a). *Imprensa Feminista Brasileira Pós-74*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Cardoso, E. (2004b). Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, 12(num. esp.), 37-55.

Chinem, R. (1995). *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo, Editora Ática.

Colling, A.M. (2015). 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OP SIS*, 15(2), p. 370-383.

Cordão, V. (2017). *Imprensa homossexual brasileira e construções de subjetividades (1960-1980)*. Dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Cowan, B. (2007). Sex and the Secure State: Gender, Sexuality and Subversion at Brazil's Escola Superior de Guerra (1964-1985). *Journal of the History of Sexuality*, University of Texas Press, 16(3), 459-481.

Cowan, B. (2012). “Why Hasn’t This Teacher Been Shot?”: Moral-Sexual Panic, the Repressive Right and Brazil’s National Security State. *Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, 92(3), 403-436.

Cowan, B. (2014). Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In J. Green & R. Quinalha (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar.

Costa, J. & Soares, G. (2011). Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Revista Labrys, Estudos Feministas*.

Covemg (2017). *Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Frente Verso.

D’Emilio, J. (1998). *Sexual Politics, Sexual Communities* (pp. 231-232). 2nd ed. Chicago: The University of Chicago Press.

Dias, A. (2013) Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo*, junho.

Diniz, S. C. (2014). Desbundados e Marginais: A MPB “Pós-Tropicalista” no Contexto dos Anos de Chumbo. *XII BRASA: Congresso Internacional da Brazilian Studies Association*. King’s College, Londres, Inglaterra.

Domingues, P. (2007). Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista do Departamento de História da UFF*, 12, 113-136.

Dreifuss, A. (1981). *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Duarte, D. (2015). Dzi Croquettes e a teoria queer: repensando as pedagogias do “ser homem”. *Revista Includere*, 1(1, núm. esp.), 96-105.

Facchini, R; Simões, J. (2009). *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Fernandes, M. (2014). Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In J. Green & R. Quinalha (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar.

Fernandes, M. (2018). Ações lésbicas. In M. Caetano; M. Fernandes; J. Green & R. Quinalha. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Editora Alameda.

Fico, C. (2001). *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Fico, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 24(7).

Fico, C. (2014). Prefácio. In J. Green & R. Quinalha (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar.

Fico, C. (2017). Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, 9(20), 5-74

Figari, C. (2007). *@s “outr@s” Cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Foucault, M. (1999). *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

D’Emilio, J. (1998). *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970*. Chicago: University of Chicago Press.

Doyle, I. (1956). *Contribuição ao estudo da homossexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

Duarte, A. R. (2014). Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, 18(1), 75-92.

Fry, P. (1982). *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Gaspari, E. (2002b). *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras.

Green, J, et al (2003). Mesa-Redonda Somos – Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. *Cad. AEL*, 10(18/19).

Green, J. (2012). Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, (8).

Green, J. (2014). O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. In J. Green & R. Quinalha. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCAR.

Green, J. & Polito, R. (2006). *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio.

Gohn, M. G. (1995). Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil dos anos 90. Artigo apresentado no *XIX Encontro Anual da ANPOCS*, GT Cidadania, Conflito e Transformações Urbanas.

Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47).

Goldstein, T. (2009). Sofrimento feminino e ethos militar: o olhar de uma psicologia sócioantropológica. *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social*. GT Gênero, sexualidade, raça e idade. Recuperado em 6 de abril de 2019, de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/252.%20sofrimento%20feminino%20e%20ethos%20militar.pdf

Kaminski, L. (2016). O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Revista Antítese*, 9(18), 467-493.

Kucinski, B. (2001). *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp.

Kucinski, B. (2005). *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP.

Laclau, E. (1983). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Texto publicado originalmente na revista do CEDLA, *Latin American Studies*, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, SP. Recuperado de http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.

Leite, R. (2003). Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 11(1), 336.

Lessa, P. (2003). O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. *Revista Em Tempo de Histórias*, (7).

Lessa, P. (2007). *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. Tese de doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

MacRae, E. (1990). *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora da Unicamp.

MacRae, E. (2018). Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura". In M. Caetano, M.; M. Fernandes; J. Green & R. Quinalha. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Editora Alameda.

Maia, C. (2017). *Entre armários e Caixas Postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Mansan, J. (2017). A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988). *Revista Brasileira de Educação*, 22(70), 826-850.

Marcelino, D. (2006). *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Dissertação de Mestrado em História Social – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Martinho, M. (2011). Quando o preconceito fecha as portas, lute para abri-las. 19 de agosto dia do orgulho das lesbianas do Brasil. *Livreto da Revista Um Outro Olhar*.

Melucci, A. (2001). *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28.

Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociologia Política*, (25), 11-23.

Napolitano, M. N. (2004). A sodomia feminina na primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil. *Revista História Hoje*, 3.

Napolitano, M. (2014). *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.

Napolitano, M. N. (2005). *O Médico e a Mulher. O discurso médico sobre os vícios femininos na sociedade carioca oitocentista*. Disserta o de Mestrado em História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca – UNESP, Franca, SP.

Navarro-Swain, T. (1999). Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão. Texto apresentado no Colloque du Cinquantenaire du Duxi me Sexe, realizado em Paris entre 19 e 23 de janeiro de 1999. (Tradu o da autora), *Cadernos Pagu* (12), 109-120.

Nogueira, N. (2011). Limites e possibilidades de (re)inven es de si em histórias de amor. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul, p. 1-15.

Nogueira, N. & Rago, M. (2005). Experiência e Subjetividade. Geografia do Prazer nos espaços de sociabilidade lésbica do Rio de Janeiro dos anos 1950-1960. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina, p. 1-7.

Ocanha, R. (2014). As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In J. Green & R. Quinalha. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar.

Oliveira, C. F. (2015). *A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de constru o de um objeto histórico ao desdobramento na constru o da cidadania*. Repositório da UFC.

Oliveira, J. H. (2007). *Do underground brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Disserta o de mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

Pastore, B. (2012). Complexo Ipes/Ibad, 44 anos depois: Instituto Millenium? *Revista Aurora*, 5 (2), 57-80.

Pedro, J. (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, 26(52), 249-272.

Peixoto, F. (1998) Os Anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. *Estudos de sociologia*, (4), 31-42.

Pereira, A. (2010) *Ditadura e repressão*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Pereira, A. A. (2014). Esclarecer e Doutrinar: o Projeto Ideológico do Ipês. Trabalho apresentado ao GT História do Jornalismo, no 3^o Encontro Regional Sudeste de História da M dia – Média e Memórias do autoritarismo – ocorrido na Escola de Comunica o da UFRJ, nos dias 14 e 15 de abril.

Péret, F. (2011). *Imprensa gay no Brasil: da militância ao consumo*. São Paulo: Publifolha.

Piason, A. S. (2013). *A militância de lésbicas feministas e a visibilidade nas políticas públicas para mulheres*. Tese de Doutorado em Psicologia – da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Pinafi, T. (2011). *Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do movimento LGBT*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

Piovesan, A. (2005). *Amor romântico X deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)*. Qualificação de mestrado em Estudos Literários – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

Pontes, H. (1986). *Do palco aos bastidores. O SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Portal Memórias da Ditadura (2019). Recuperado em 01 de fevereiro de 2019.

Portinari, D. B. (1989). *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense.

Prado, M. A. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8(11), 59-71.

Quinalha, R. (2017). *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese de doutorado em Relações Internacionais – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Queiroz, C. (2008). *Estigmas, guetos e gentrificação: A segregação homossexual em Brasília*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.

Reis, D. A. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rios, C. (1972). *Censura. Minha luta meu amor*. São Paulo: Editora Gama.

Rios, C. (2000). *Mezzamaro Flores e Cassis: o pecado de Cassandra*. São Paulo: Editora Pétales.

Rodeghero, C.R. (2002). Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, 22(44), 463-488.

Rodrigues, R. C. (2012). Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. *Revista História*, 31(1), 365-391.

Rodrigues, R. C. (2013). *De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. Tese de doutorado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

Rodrigues, R. C. (2014). De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. (1972 a 1983). In J. Green & R. Quinalha. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos, EDUFSCAR.

Rubin, G. (2012). *Pensando o Sexo: Notas para uma teoria Radical das Políticas da Sexualidade*.

Sá, R & Carvalho. M. V. (2017). Tensões e disputas do movimento homossexual no Lamião da Esquina e no ChanaComChana durante a ditadura brasileira de 1964: o debate sobre sexualidade, educação, família e religião. *Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Florianópolis.

Samway, D. (2014). *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. Tese de doutorado em História – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

Santos, V. (2010). Poesia Marginal: Lírica e sociedade em tempos de autoritarismo. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, (16).

Sedgwick, E. (2007). A epistemologia do armário (P. Dentzien, trad.). *Cadernos Pagu* (28), 19-54.

Selem, M. C. (2007). *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. Dissertação de em História – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Silva, A. (2007). *Homossexualidade e discriminação: O preconceito sexual internalizado*. Tese de doutorado apresentada em Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Simões, J. & Facchini, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. (Coleção História do Povo Brasileiro). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Souza. R. (2013). *Saindo do gueto: o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982*. Dissertação de mestrado em Sociologia – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Tatagiba, L. (2014). 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclo de protestos e democracia no Brasil. *Revista Política & Sociedade*, 13(28), 35-62.

Teles, M. A. (1993). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Trevisan, J. S. (1986). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Record.

Van Zyl, P. (2011). Promovendo a justiça transicional em sociedade pós-conflito. In D. Reátegui (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina* (pp. 47-41). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição.

Veiga, A. M. (2009). Um território a ser defendido: corpos, gênero e ditaduras. *Anais Eletrônicos do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, p. 01-23.

Wacquant, L. (2004). Que é Gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista Sociologia Política*, 23, 155-164.

Wittig, M. (1992). *The Straight Mind and other Essays*. Boston: Beacon. Artigo traduzido por Mulheres Rebeldes; Recuperado em 28 fev. 2019 de <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2010/07/sempr-viva-wittig.html>.

Woitkowicz, K. (2008). Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. *Anais do 6º encontro da ALCAR*, Niterói, 2008. Recuperado em 25 fev. 2019 de <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/Paginas%20que%20resistem%20A%20imprensa%20feminista.pdf>,

Wolff, C. (2013). Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone. *Revista Tempo e Argumento*, 5(9), 451-471.

Textos de periódicos consultados

Conselho Editorial. (1978). *Lampião da Esquina*, n. 0 , p. 2.

Dantas, E. (1979). *Lampião da Esquina*, n. 10, p. 9.

Editorial. (1981). *ChanaComChana*, ed. 1, p. 4.

Eliza. (1985). *ChanaComChana*, ed. 7, p. 12.

Fernandes, M. (2003). *Mesa-Redonda SOMOS: 24 anos depois*, p. 64.

Freitas, E. & Melgar, Z. (1981). *Lampião da Esquina*, ed. 35, p. 12.

Green, J. (1980). *Lampião da Esquina*, n. 26, jul., p. 10.

Grupo de Ação Lésbica Feminista. (1980). *Lampião da Esquina*, ed. 27, p. 5.

Grupo Lésbico-Feminista (1980). *Lampião da Esquina*, n. 27, p. 5.

Heilborn, M. L. (1983). *ChanaComChana*, ed. 4, p. 11.

Heilborn, M. L. & Selma (1986). *ChanaComChana*, ed. 9, p. 22.

M. (1979). *Lampião da Esquina*, ed. 12, p. 9.

Marisa, F. (1979). *Lampião da Esquina*, ed. 13, p. 5.

Martinho, M. (1983). *ChanaComChana*, ed. 03, p. 3.

Martinho, M. (1983). *ChanaComChana*, ed. 10, p. 3.

- Martinho, M. (1983). *ChanaComChana*, ed. 3, p. 2-3.
- Martinho, M. (1990). *Um Outro Olhar*, n. 9, p. 8.
- Martinho, M. *ChanaComChana*, ed. 3, p. 5.
- Míccolis, L. (1980). *Lampião da Esquina*, ed. 24, p. 6.
- Nádia (1979). *Lampião da Esquina*, ed. 13, p. 5.
- Regina, C. (2003). *Mesa-Redonda SOMOS: 24 anos depois*, p. 71.
- Rose, R. (1978). *Lampião da Esquina*, n. 2, p. 14.
- Roth, R. (1985). *ChanaComChana*, ed. 6, p. 7.
- Roth, R. (1986). *ChanaComChana*, ed. 10, p. 12.
- Sarti, C. (1980). *Lampião da Esquina*, ed. 23, p. 8.
- Silva, A. (1978). *Lampião da Esquina*, n. 0, p. 2.
- T. (1979). *Lampião da Esquina*, ed. 12, p. 10.
- Teca. (1979). *Lampião da Esquina*, ed. 13, p. 5.
- Teca. (1981). *Lampião da Esquina*, ed. 35, p. 13.
- Trevisan, J. (1980). *Lampião da Esquina*, n. 26, p. 18.
- Vanda. (1983). *ChanaComChana*, ed. 4, p. 1-2.

DEOPS/SP. (1982). 1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes (08 de outubro de 1982), AN/COREG, Fundo CISA, BR-NA-BSB-VAZ-046-0126,1-2.

Periódicos consultados integralmente

- ChanaComChana*, ed. 01, dez. 1981.
- ChanaComChana*, ed. 02, mar. 1983.
- ChanaComChana*, ed. 03, maio. 1983.
- ChanaComChana*, ed. 04, set. 1983.
- ChanaComChana*, ed. 05, maio. 1984.
- ChanaComChana*, ed. 06, nov/dez/jan. 1984/1985.
- ChanaComChana*, ed. 07, abril. 1985.

ChanaComChana, ed. 08, ago. 1985.

ChanaComChana, ed. 09, dez/jan/fev. 1985/1986.

ChanaComChana, ed. 10, jun/jul/ago/set. 1986.

ChanaComChana, ed. 11, out/nov/dez/jan. 1986/1987.

ChanaComChana, ed. 12, fev/mar/abr/maio. 1987.

Homomento, 19 de agosto, 2009.

Lampião da Esquina, ed. 0, abril de 1978.

Lampião da Esquina, ed. 10, março de 1979.

Lampião da Esquina, ed. 12, maio de 1979.

Lampião da Esquina, ed. 13, junho 1979.

Lampião da Esquina, ed. 23, abril de 1980

Lampião da Esquina, ed. 24, maio de 1980.

Lampião da Esquina, ed. 25, junho de 1980.

Lampião da Esquina, ed. 26, julho de 1980.

Lampião da Esquina, ed. 27, agosto de 1980.

Lampião da Esquina, ed. 35, abril de 1981.

Livreto da Revista Um Outro Olhar, 26 de agosto de 2009.

Mulheres Participando. (1991). Direção: Silvana Afram. Produção de Nancy Marcotte. São Paulo: Rede Mulher, VHS.

Repórter (1981), n. 37, jan.

Um Outro Olhar, n. 21. São Paulo, verão/outono. 1994.

Um Outro Olhar, n. 9. São Paulo, nov./jan. 1990.